



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 126 - TERÇA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

| MESA DO SENADO FEDERAL | |
|--|--|
| PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ² | 3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM) |

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

| | | |
|--|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ |
| | | PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti |
| PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL | Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo | PR - 6 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade |

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

| EXPEDIENTE | |
|--|---|
| Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial | Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia |

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | |
|---|-------|
| 1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS | |
| 1.1 – DECRETO LEGISLATIVO | |
| Nº 260, de 2011..... | 31624 |
| 1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL | |
| Nºs 30 a 32, de 2011..... | 31624 |
| 2 – ATA DA 129ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE AGOSTO DE 2011 | |
| 2.1 – ABERTURA | |
| 2.2 – EXPEDIENTE | |
| 2.2.1 – Comunicação da Presidência | |
| Destinação do tempo aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os quatrocentos e vinte e seis anos de fundação do Estado da Paraíba, nos termos do Requerimento nº 845, de 2011, do Senador Wilson Santiago e outros Senadores..... | 31625 |
| 2.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro | |
| 2.2.3 – Execução do Hino do Estado da Paraíba | |
| 2.2.4 – Apresentação dos repentistas Jomaci Dantas Nobrega e Oliveira Francisco de Melo | |
| 2.2.5 – Oradores | |
| Senador Wilson Santiago..... | 31625 |
| Senador Cícero Lucena..... | 31627 |
| Senador Vital do Rêgo..... | 31629 |
| Senador Geovani Borges..... | 31631 |
| Senador Cristovam Buarque..... | 31632 |
| Senador Paulo Paim..... | 31633 |
| Senadora Ana Amélia..... | 31634 |
| Senador Rodrigo Rollemberg..... | 31634 |
| 2.2.6 – Suspensão da sessão às 15 horas e 43 minutos e reabertura às 15 horas e 48 minutos | |
| 2.2.7 – Aviso de Ministro de Estado | |
| Nº 1.506, de 2011, do Ministro de Estado da Justiça, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado..... | 31635 |
| 2.2.8 – Ofício de Ministro de Estado | |
| Nº 128, de 2011, do Ministro de Estado da Educação, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado..... | 31648 |
| 2.2.9 – Pareceres | |
| Nº 741, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011..... | 31652 |
| Nº 742, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011..... | 31654 |
| Nº 743, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006. . | 31656 |
| Nºs 744 e 745, de 2011, das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006..... | 31658 |
| 2.2.10 – Comunicações da Presidência | |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 93/2011, da Comissão de Assuntos Sociais)..... | 31670 |
| Arquivamento do Recurso nº 10, de 2011, apresentado ao Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. | 31670 |
| 2.2.11 – Leitura de requerimentos | |
| Nº 953, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Prefeitura da UnB, Universidade Federal de Brasília. | 31671 |
| Nº 954, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 18 de outubro próximo, seja destinado a comemorar os 200 anos da Biblioteca Nacional. | 31672 |
| Nº 955, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando a realização | |

de Sessão Especial, em 2 de setembro próximo, destinada a comemorar os 50 anos da Campanha da Legalidade. 31672

Nº 956, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, em 21 de outubro próximo, destinada a comemorar os 23 anos da Fundação Cultural Palmares e um ano da entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial. 31672

2.2.12 – Mensagens da Presidente da República

Nº 109, de 2011 (nº 302/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Jorge Ernesto Pinto Fraxe* para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT..... 31673

Nº 110, de 2011 (nº 303/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Tarcísio Gomes de Freitas* para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT..... 31677

Nº 111, de 2011 (nº 304/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira* para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT..... 31679

Nº 112, de 2011 (nº 305/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Roger da Silva Pêgas* para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT..... 31682

Nº 113, de 2011 (nº 306/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Adão Magnus Marcondes Proença* para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT..... 31687

Nº 114, de 2011 (nº 307/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Mário Dirani* para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. 31691

Nº 115, de 2011 (nº 308/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *José Florentino Caixeta* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. 31695

2.2.13 – Ofício do Presidente do Banco da Amazônia

Nº 37, de 2011-CN (nº 240/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* ... 31700

2.2.14 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 37, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *dispõe sobre a retirada de assinaturas dos requerimentos para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.* ... 31872

2.2.15 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 37, de 2011, lido anteriormente. 31872

2.2.16 – Discursos do Expediente

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Congratulações e boas vindas ao Bispo Dom Sérgio da Rocha, novo Arcebispo de Brasília..... 31872

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Esclarecimentos sobre o Sistema S. 31873

SENADOR GEOVANI BORGES – Críticas à situação da saúde pública no Estado do Amapá, em especial no Município de Oiapoque..... 31876

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa de uma reformulação do Código Florestal que atenda aos anseios da agricultura..... 31877

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Preocupação com a exaustão de diversos aspectos da economia brasileira. 31881

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Comentários acerca das críticas, formuladas pelo jornalista Ricardo Boechat, a S. Exª; e outro assunto. 31883

SENADOR VITAL DO RÊGO – Apoio ao Programa Brasil sem Miséria; e outros assuntos. 31886

SENADOR PEDRO SIMON – Satisfação com o trabalho desenvolvido por Dilma Rousseff na Presidência da República; e outros assuntos. 31888

SENADOR EDUARDO BRAGA – Preocupação com a possível influência da queda de bolsas de valores do mundo sobre a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, eventos que serão realizados no Brasil..... 31896

SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações acerca das medidas que deverão ser adotadas para que o combate ao tráfico de entorpecentes seja mais eficaz..... 31900

SENADOR PAULO PAIM – Registro do transcurso, na última sexta-feira, do Dia Nacional da Saúde, destacando a importância do Sistema Único de Saúde – SUS; e outros assuntos. 31902

SENADOR ANÍBAL DINIZ – Relato das condições por que passam os povos indígenas isolados da região amazônica. 31916

2.2.17 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 9, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 31918

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – PARECERES

Nº 32, de 2011-CN, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2010..... 31924

Nº 33, de 2011-CN, da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2011..... 31925

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS

SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de

1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2011

Exclui do Anexo VI da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VI da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 8 de agosto de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2011, que “Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas

Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 8 de agosto de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2011 ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 522, de 12 de janeiro de 2011, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 780.000.000,00, para os fins que especifica” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, 8 de agosto de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2011 ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 524, de 28 de janeiro de 2011, que “Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea ‘h’ do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, 8 de agosto de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 129ª Sessão, Não Deliberativa em 8 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Wilson Santiago, Cícero Lucena, Vital do Rêgo,
Geovani Borges, Paulo Paim e Ataídes Oliveira.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 16 minutos e encerra-se às 20 horas e 38 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A primeira hora da presente sessão será destinada a comemorar os 426 anos de fundação do Estado da Paraíba, nos termos do **Requerimento nº 845, de 2011**, de nossa autoria, do Senador Wilson Santiago e outros Senadores.

Convido, para compor a Mesa, os Senadores paraibanos Cícero Lucena e Vital do Rêgo.

Convido todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro e, em seguida, ainda de pé, acompanharmos o Hino da Paraíba.

(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro.)

(Procede-se à execução do Hino do Estado da Paraíba.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Antes de passarmos a palavra aos próximos oradores, ouviremos os repentistas Jomaci Dantas Nóbrega e Oliveira Francisco de Melo, conhecido como Oliveira de Panelas. Paraibanos que, ao longo da história recente, têm divulgado a Paraíba não só no Brasil, com suas respectivas poesias, mas também em vários países do mundo.

(Procede-se à apresentação dos repentistas Jomaci Dantas Nóbrega e Oliveira Francisco de Melo.)

O Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado aos repentistas, Jomaci Dantas e Oliveira de Panelas. É uma honra tê-los nesta homenagem que esta Casa faz à nossa querida Paraíba.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, paraibano; paraibano também que muito nos honra, Senador Vital do Rêgo Filho; Senador Geovani Borges; demais Senadores e representantes de outros Estados nesta Casa, profissionais da imprensa, filhos paraibanos de várias cidades da Paraíba, inclusive a nossa Uiraúna, demais senhores e senhoras, poetas Oliveira de Panelas e Jomacir, representando a cultura paraibana e nordestina, meus senhores e minhas senhoras, o Senado da República reúne-se em sessão especial, neste momento, para uma devida homenagem ao nosso Estado, a Paraíba, que, na última sexta-feira, 5, aniversariou.

Com efeito, há 426 anos, em 5 de agosto, dia de Nossa Senhora das Neves, estando Portugal sob o domínio da Espanha, onde reinava D. Filipe II, coroado Rei de Portugal como D. Filipe I, foi fundada a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, o que marca não apenas a fundação da cidade, mas também a fundação da Paraíba.

Neste momento em que o Brasil inteiro nos acompanha pela Rádio Senado e pela TV Senado, um pouco de história é importante para conhecimento da Nação sobre a fundação da Paraíba.

João Pessoa já nasceu cidade, sendo a terceira mais antiga de todo o País, consolidando-se, no correr da história, como capital da província e, posteriormente, do Estado, um Estado berço de muitas tradições culturais e de grandes rasgos de heroísmo em diversos momentos da história brasileira.

Por falar em tradições culturais, Sr. Presidente, Sr. Senador Vital, Sr. Senador Cícero Lucena, cumpre, antes dos relatos históricos, registrar a participação de paraibanos na Academia Brasileira de Letras.

O primeiro paraibano imortal foi Antônio Joaquim Pereira da Silva, nascido em Araruna, sendo poeta e jornalista. Na seqüência, foi eleito para a Academia o jornalista Assis Chateaubriand, nascido em Umbuzei-

ro, tão conhecido das gerações brasileiras de ontem e de hoje. Depois veio o grande escritor José Lins do Rego, nascido em Pilar, de muita tradição na literatura brasileira, como é do conhecimento de todos nós.

Também escritor de renome, José Américo de Almeida, nascido em Areia, político de grande relevo na chamada República Nova, instalada com a Revolução de 30, da qual ainda vamos falar, foi mais um paraibano a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Depois foi a vez do General Aurélio de Lyra Tavares, nascido na capital, João Pessoa. Outro paraibano, este de peso internacional, nascido em Pombal, o nosso conhecido e estimado Celso Furtado foi eleito em 7 de agosto de 1997, para a cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras.

Atualmente, entre os imortais que ocupam cadeiras na ABL, encontra-se o paraibano, nascido na capital, Ariano Suassuna, citado anteriormente pelos nossos repentistas, intelectual, escritor, teatrólogo e ardoroso defensor da cultura nordestina e brasileira. Ariano é uma das glórias da cultura nacional, radicado hoje em Pernambuco e que bem representa a força dos intelectuais nascidos em nossa terra, a Paraíba. Uma terra que foi também do poeta Augusto dos Anjos, que bem poderia ter chegado à Academia, não tivesse uma vida tão curta, falecendo antes dos trinta anos de idade.

No aspecto cultural, convém citar, pela expressão de suas obras, compositores, músicos, letristas e intérpretes da estatura de Jackson do Pandeiro, conhecido internacionalmente; Geraldo Vandré, José Ramalho, Chico César, Vital Farias, Cátia de França, Radegundes Feitosa, Canhoto da Paraíba, um grande profissional, como é do conhecimento de todos, e o nosso saudoso Sivuca, que todos nós conhecemos na história recente, além de Roberta Miranda, Genival Lacerda, Genival Macedo, Marinês, a nossa grande Elba Ramalho, paraibana conhecida no Brasil inteiro e internacionalmente, José Siqueira, Antônio Guedes Barbosa, David de Sá, Renata Arruda e tantos outros.

Na pintura, as obras de Pedro Américo, nascido em Areia, as de João Câmara e as de Antônio Dias continuam encantando, como todos nós temos conhecimento, pelo mundo afora.

No cinema, Walfredo Rodrigues, autor de clássicos do cinema documentário, Wladimir Carvalho, Walter Carvalho, Linduarte Noronha – este, para muitos, o iniciador do cinema novo, do atual cinema existente –, Wills Leal, Ipojuca Pontes, entre outros.

No teatro e na TV, Paulo Pontes, Bráulio Tavares, Fernando Teixeira, Marcélia Cartaxo, Marcus Vilar, Torquato Joel, José Dumont, Mayana Neiva, entre outros conhecidos por todos nós.

No jornalismo, o próprio Assis Chateaubriand, já citado nos imortais, Ascendino Leite, José Nêumanne Pinto, entre outros, são nomes do Estado que pontificaram e pontificam na imprensa nacional.

E, na política, foram inúmeros os Ministros, em diversos momentos da República, filhos da Paraíba, destacando-se, certamente, a figura de Epitácio Pessoa, nascido em Umbuzeiro e que exerceu a Presidência do Brasil entre os anos de 1919 e 1922. Epitácio Pessoa foi, ainda, Deputado Federal em duas oportunidades, Ministro da Justiça, do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República, Senador por três vezes, Chefe da Delegação Brasileira junto à Confederação de Versalhes e Juiz da então Corte Internacional de Haia.

A conquista da Paraíba foi um dos mais difíceis empreendimentos da Coroa Portuguesa. Antes, existia a Capitania de Itamaracá, que englobava Pernambuco e parte da atual Paraíba. Em 1574, aconteceu a famosa tragédia da propriedade de Tracunhaém, quando todos os seus moradores, do senhor de engenho até os escravos, foram mortos pela reunião das tribos potiguaras de Paraíba e Rio Grande do Norte para vingar o desaparecimento de uma índia, raptada exatamente no engenho.

Depois disso, o rei de Portugal Dom João III desmembrou Itamaracá, dando formação à Capitania do rio Paraíba. Daí à conquista definitiva do território, cinco expedições ocorreram, sendo que apenas uma, a última, conseguiu o intento. As demais foram rechaçadas pelos índios ou pelas intempéries, com inúmeras mortes tanto do lado dos portugueses quanto do lado dos indígenas. Os potiguaras defendiam o território futuro da Paraíba com unhas, dentes e flechas, sempre estimulados pelos franceses, acostumados na pilhagem do conhecido pau-brasil.

A conquista definitiva somente foi possível após a união entre os portugueses e os índios tabajaras, que vinham do sul da Bahia, após décadas de migração pelo interior do Nordeste. Dessa união surgiu a força necessária não apenas para a vitória sobre os potiguaras, mas também para a expulsão dos franceses.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais público presente, consolidada a vitória, os portugueses trouxeram pedreiros, carpinteiros, engenheiros e outros para edificar a cidade de Nossa Senhora das Neves, tão amada por todos nós – inclusive pelo nosso Senador Cícero Lucena, pois é a cidade que dirigiu durante dois mandatos –, hoje João Pessoa. A capital paraibana foi a última cidade fundada no Brasil, no século XVI, sendo este o marco conhecido da fundação do nosso Estado da Paraíba.

Na condição de representante do Estado no Senado Federal, portanto, senti-me na obrigação de pro-

mover esta sessão especial, neste 8 de agosto, uma segunda-feira, com o objetivo de tornar parte da história da Paraíba cada vez mais conhecida de todos os brasileiros, tendo em vista o alcance do Senado Federal para a vida de todos, não só brasileiros e paraibanos, mas também todos aqueles que de fato nos acompanham por meio da comunicação internacional.

A história da Paraíba é, como pode ser visto, uma história de glórias. Seu povo é formado por uma gente comprometida com a região, com a sua economia, com as suas tradições e também com a sua cultura.

Mas também é um povo ciente de suas responsabilidades perante o Nordeste e o Brasil, de tal maneira que, em vários momentos da luta pela nossa independência, a participação dos paraibanos ganhou relevância histórica. A história marca isso, Senador Vital do Rêgo. O Brasil moderno deve à Paraíba, juntamente com Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o desencadear da Revolução de 1930, que arrancou a política brasileira do coronelismo que dominava o País até aquela época.

Expresso neste instante minha confiança inabalável no futuro do meu Estado, um futuro que vem sendo escrito, com muito suor e inteligência, pelos meus conterrâneos, por todos os paraibanos, nestes quatro séculos, parte da vida acompanhada por todos nós, o que me faz sentir cada vez mais paraibano, cada vez mais nordestino, cada vez mais brasileiro.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repito agora as estrofes da canção *Meu Sublime Torrão*, de Genival Macedo, que, com o tempo, foi se transformando no verdadeiro hino da Paraíba, uma canção que foi imortalizada nas vozes inconfundíveis das conterrâneas Marinelas e Elba Ramalho: *“Lá, no Nordeste imenso, tem um fulgor intenso, meu sublime torrão! Paraíba hospitaleira, morena brasileira, do meu coração!”*

Agradeço, enfim, a todos dizendo e ratificando, mais uma vez, a cada um que nos assiste que visitem a Paraíba, porque, com certeza, terão condições não só de retornar, como também de se conscientizar de que de fato a Paraíba é um dos melhores Estados da Federação.

Parabéns a todos!

Agradecemos a presença de todos!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Wilson Santiago, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Wilson Santiago.

Neste momento, a Mesa registra o esforço que o Senador fez para, nesta tarde, homenagearmos esse Estado fantástico e maravilhoso que é a Paraíba.

Registro a presença do Juiz Federal da capital do Amazonas, Manaus, Exm^o Sr. Dr. José Barros Filho – S. Ex^a nos honra com sua presença – e do assessor parlamentar Renato Ferreira e, representando a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, a Ministra Luiza Barrios.

Tenho a honra de poder passar a palavra ao ex-Governador, ex-Prefeito de João Pessoa, nascido também em 5 de agosto, Senador Cícero Lucena, que fará o seu discurso em homenagem à sua terra, a Paraíba.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Vital do Rêgo, Senador Wilson Santiago, também paraibano. Esta Casa tem o Senador João Vicente Claudino, também paraibano, além de Lindbergh e tantos outros descendentes de paraibanos.

Após a fala do Senador e historiador Wilson Santiago, fica muito pouco a falar sobre a história da Paraíba. Mas permitam-me, todos que aqui se encontram e os que estão nos vendo e ouvindo através da Rádio e da TV Senado, que, antes de iniciar minha fala específica sobre a Paraíba, fazer um pequeno relato sobre a importância da Paraíba e de João Pessoa, gostaria de ressaltar, sensibilizado, a minha gratidão ao povo da capital e da Paraíba, pela homenagem, com carinho e respeito, recebida por mim na semana passada, inclusive de V. Ex^{as}, que agora estão à mesa.

O dia 5 de agosto tem um simbolismo especial na minha vida. É o dia de celebrar a vida, celebrar nossa capital, João Pessoa, pois somos inseparáveis, nascemos em 5 de agosto, com um pequeno detalhe: ela tem 426 anos, e eu completei 54.

Costumo dizer que na vida nós temos oportunidades únicas. E João Pessoa me concedeu a oportunidade de cuidar do seu povo, cuidar de João Pessoa e cuidar da Paraíba.

Quero destacar a forma acolhedora como João Pessoa recebe os paraibanos de outras cidades, os turistas que levam na bagagem a lembrança de momentos inesquecíveis, principalmente do aconchego e carinho do povo da nossa capital. Esse diferencial nos faz liderar o índice de retorno das capitais do Nordeste.

Nasci em São José de Piranhas, no sertão do meu Estado, na minha querida Jatobá, mas, quando criança, minha família fixou residência em João Pessoa. Minha história de vida confunde-se com a história de milhares de paraibanos, que deixam o interior na busca da oportunidade nas grandes cidades. Meus

país se mudaram para a capital para que nós, os filhos, tivéssemos a chance e a oportunidade de estudar, de trabalhar e – como se diz lá – de vencer na vida.

Em João Pessoa, Deus me deu oportunidades, inclusive já de cuidar dos seus filhos por dois mandatos como Prefeito. E eu sempre fui consciente dessa missão. Por isso, quero externar o meu sentimento de gratidão com a cidade de João Pessoa por ter me dado oportunidades, as chances, por ter me feito agente público, um político representante do seu povo. Tive a oportunidade de governar João Pessoa com a marca muito clara: a oportunidade da preocupação com o próximo; a marca de ter e de usar o coração em uma administração. Reafirmo, sim, meu sentimento de gratidão a todo conforto, com todo carinho, com todo respeito que recebo aos que fazem hoje a cidade de João Pessoa nas suas ruas.

Srs e Srs. Senadores, após tremendas dificuldades – e aí entro em parte da história do historiador Wilson Santiago; permita-me, Senador –, a Coroa portuguesa logrou, no início de agosto de 1585, assegurar seu domínio sobre o território que hoje corresponde ao Estado da Paraíba, derrotando, em aliança com as índios tabajaras, as tribos potiguaras, que lhe haviam, até então, oposto feroz resistência.

Assegurada a conquista, foram trazidos à então Capitania do Rio Paraíba engenheiros e artífices incumbidos de erguer a cidade de Nossa Senhora das Neves, posteriormente Filipeia e, hoje, João Pessoa. A data de fundação da nossa capital, 5 de agosto de 1585, é considerada o marco da fundação da Paraíba.

Atendendo a justíssimo requerimento subscrito pelo meu ilustre conterrâneo Senador Wilson Santiago e outros Srs. e Srs Senadores, a Câmara Alta do Parlamento dedica o período do Expediente desta Sessão Plenárias desta tarde à comemoração dos 426 anos da fundação do Estado da Paraíba, completados na última sexta-feira. E digo que se trata de uma justíssima homenagem, porque o 5 de agosto de 1585 é data relevante não apenas na história do meu Estado, mas também na história deste País.

Afinal, Nossa Senhora das Neves foi a terceira cidade a ser fundada no Brasil e a última do século XVI, vindo a transformar-se na capital de um dos Estados que maior contribuição tem dado à formação da identidade cultural desta Nação.

Quando eu menciono a contribuição da Paraíba à cultura brasileira, não tenho apenas em mente os grandes poetas, escritores, pintores, músicos, que aqui o Senador Wilson Santiago tão bem já fez referência, refiro-me também – por isso não estarei repetindo, mas homenageando a todos, faço minhas as palavras do Senador Wilson Santiago – à extraordinária pujança da

nossa cultura popular, que encontra a sua mais vigorosa expressão na beleza, na contagiante alegria, na maciça participação que caracterizam, em particular, nossos festejos juninos.

Vale, na ocasião desta homenagem aos 426 anos da fundação do Estado da Paraíba, lembrar um pouco a conturbada história daquele pedaço do Brasil em seus primórdios.

Não havendo os portugueses marcado firme presença ao longo de nosso litoral, nas primeiras décadas que se seguiram à histórica viagem de Pedro Álvares Cabral, piratas e corsários, em sua maioria franceses, aproveitaram-se da situação para extrair grandes quantidades de pau-brasil. Em suas incursões à costa que hoje corresponde ao Estado da Paraíba, esses aventureiros firmaram amizade com os índios potiguaras.

Um episódio que veio a ter crucial importância para a criação do Estado da Paraíba foi a “Tragédia de Tracunhaém”, quando, em represália ao desaparecimento, aqui já citado pelo Senador Wilson Santiago, de uma índia no engenho com esse nome, todos os chefes potiguaras reuniram seus guerreiros e atacaram a propriedade pertencente a Diogo Dias, matando todos os seus moradores: o senhor de engenho e seus familiares; colonos; escravos. Para sua expedição punitiva, os potiguaras contaram com o estímulo e apoio de seus aliados franceses.

Após a carnificina, o rei D. João III decidiu-se pelo desmembramento da então Capitania de Itamaracá, com a criação da Capitania do Rio Paraíba. Na ótica da Coroa lusitana, a afirmação de sua soberania sobre a capitania que hoje corresponde ao Estado da Paraíba era condição necessária para assegurar o progresso da Capitania de Pernambuco e para romper a aliança entre os índios potiguaras e os franceses. O efetivo domínio sobre aquele território significava, ademais, estender sua colonização ao norte.

Até conseguir seu objetivo, contudo, tiveram os portugueses que organizar cinco expedições, somente na última obtendo sucesso. As quatro primeiras incursões fracassaram em face das intempéries ou, principalmente, no enfrentamento da brava resistência dos índios potiguaras, sempre apoiados por seus aliados franceses, interessados em que os portugueses não firmassem seu domínio sobre o território para que pudessem continuar o tráfico do pau-brasil.

O sucesso da quinta expedição, sob o comando do ouvidor-geral Martim Leitão, só foi possível, aliás, graças ao recebimento de reforços. Da Bahia, veio uma esquadra comandada por Diogo Flores de Valdés. De Pernambuco, chegaram tropas sob o comando de D. Filipe de Moura. Tão importante quanto esses esforços, contudo, foi a aliança que os portugueses, com muito

esforço, conseguiram firmar com os índios tabajaras. A conquista da Paraíba somente foi viabilizada, ao final, graças à união de um comandante português e de um chefe indígena, o cacique Pirajibe, cujo nome significa braço de peixe.

Entre as primeiras providências portuguesas após a conquista, além da fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, que já mencionei, foram construídos os fortes de São Tiago e São Filipe.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir desse início turbulento, a Capitania do Rio Paraíba, depois Estado da Paraíba, iniciou sua longa trajetória histórica até os dias de hoje, quando vive situação de franco desenvolvimento econômico, emprestando significativa contribuição ao progresso da Nação.

Naquele pedaço do território brasileiro vive um povo alegre, hospitaleiro e solidário, que tem muito orgulho de sua história, da sua cultura e também do seu próprio povo.

Estado onde se encontra o ponto mais oriental das Américas – a ponta do Seixas, em João Pessoa –, a Paraíba progride graças ao esforço de seu povo trabalhador, seja na agricultura, seja na indústria, seja nos serviços, em particular no turismo, o trabalho cotidiano de cada paraibano vem construindo, com muita confiança, um futuro melhor para todos os filhos dessa terra bela e pujante.

Euclides da Cunha escreveu que, “antes de tudo, o nordestino é um forte”. Parafraseando-o, eu digo que antes de tudo, o paraibano é um gigante.

Esta homenagem, Sr. Presidente, que desejei prestar a minha querida Paraíba, na oportunidade, e a João Pessoa, em que o Senado celebra os 426 anos da sua fundação

Eu peço apenas – porque não seria oportuno divulgar aqui na tela da TV Senado – que, antes de concluir, possa recomendar três canções, além de “Meu Sublime Torrão”, a que o Senador Wilson Santiago aqui fez referência, que exaltam nosso amor à Paraíba e a João Pessoa.

Está na minha página pessoal do Twitter: @cicelucena. Primeiro, “Porta do Sol”, do nosso querido Fuba, que, na voz de Renato Arruda, tornou-se um dos mais executados tributos à Paraíba; “Paraíba Joia Rara”, de autoria de Tom Oliveira, que se tornou um dos maiores sucessos do São João deste ano de 2011; e “João Pessoa – Onde o Sol Brilha Mais Cedo”, que foi o samba-enredo da escola Vila Isabel no seu desfile de 1999, quando a nossa capital foi homenageada no Carnaval do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

E que Deus proteja a Paraíba e os paraibanos! Muito obrigado. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Vital do Rêgo deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wilson Santiago, paraibano e autor desta magna sessão, Sr. Secretário Cícero Lucena, nosso 1º Secretário, também honrado paraibano, faço minhas as palavras de V. Ex^{as} na canção dos nossos repentes, das nossas poesias, mas, acima de tudo, nas declarações de amor através da fala, do discurso, do depoimento, das homenagens à história da Paraíba.

Peço que registre neste momento que nós, paraibanos, representamos a maior Bancada federal com assento neste plenário. Quero fazer o registro do apoio que a Paraíba vem recebendo do Senador João Vicente Claudino, nascido em Cajazeiras, do Senador Epitácio Cafeteira, nascido em João Pessoa, do Senador Lindbergh Farias, nascido também em João Pessoa, que se somam a este Senador e aos Senadores Cícero e Wilson para fazer, sem dúvida alguma, uma Bancada de seis representantes paraibanos com assento na mais alta Casa deste Parlamento.

A vida parlamentar nos proporciona, a todo instante, sentimentos os mais variados. E é um conjunto de alguns desses sentimentos, Sr. Presidente – com destaque para o orgulho, a satisfação e a alegria –, que experimento aqui, agora, nesta sessão em que comemoramos os 426 anos de fundação do Estado da Paraíba.

Mais do que uma homenagem, quero fazer, desta tribuna, uma declaração de amor a esse Estado e a sua gente, a nossa gente.

Entretanto, para colocar o meu canto de amor numa perspectiva histórica – e não vou fazê-la com a profundidade que aqui fizeram os Senadores Cícero Lucena e Wilson Santiago, num mergulho à história recente da Paraíba –, indispensável para compreender a sua inserção na modernidade atual, começarei por abordar os aspectos que permitem a compreensão do mundo no momento do seu nascimento e as circunstâncias de seu desenvolvimento.

São 426 anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, de uma história riquíssima, com incidentes e peripécias que transformaram aquele pequeno pedaço do Brasil em palco dos mais decisivos, dos mais influentes, dos mais estratégicos, Senador Geovani Borges. Agradeço a atenção do Estado do Amapá.

Uma história escrita inicialmente pelos caetés, depois pelos potiguaras e tabajaras, e caracterizada,

logo após o descobrimento, por um certo descaso dos portugueses em relação à Capitania de Itamaracá, dando espaço à atuação dos corsários franceses.

Uma história marcada, Sr. Presidente, pela “tragédia de Tracunhaém” e pelas alianças: primeiro entre franceses e potiguaras, depois entre portugueses e tabajaras.

Uma história forjada nas cinco expedições autorizadas pelo rei de Portugal, que culminaram com a construção do forte de São Felipe e a edificação da cidade de Nossa Senhora das Neves, a nossa capital.

Que ainda assistiu à passagem por aquelas terras de invasores holandeses e à luta de bravos e, nesse momento homenageio André Vidal de Negreiros, o principal artífice da expulsão dos holandeses de Pernambuco, segundo a opinião de historiadores importantes, e a quem rendo, daqui, a minha homenagem.

Enfim, uma história que evidencia a bravura e a coragem da gente paraibana, seu apego às próprias origens e seu amor exacerbado e incondicional pelo Estado e pelo País.

Mas a Paraíba não produziu pessoas ilustres para o Brasil apenas em séculos passados. Continua e continuará a produzi-los generosamente, paraibanos ilustres que enobrecem esse berço de brasileiros de boa cepa.

Todavia, é na gente comum, profundamente identificada com as raízes, os usos e costumes, os valores, a alma e os sonhos do imaginário coletivo que vou buscar a face solidária e combativa do povo paraibano.

A essa gente comum, de valor extraordinário e de humanidade inquestionável – a dona de casa, o estudante, o operário, o empresário, o industrial, o jornalista, a professora, o feirante, o lavrador, homens e mulheres, velhos e moços, que anônima e heroicamente constroem o Estado com seu trabalho incansável e exemplos de vida –, quero me juntar na minha singela homenagem.

É essa terra, Sr^{as} e Srs. Senadores, que homenageamos hoje. A terra que viu surgirem e florescerem cidades, como a capital do meu Estado, João Pessoa, a minha querida e amada Campina, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Cajazeiras, Cabedelo, Guarabira, Sapé, Mamanguape, Queimadas, Pombal, Esperança, São Bento, Monteiro, Catolé do Rocha, Alagoa Grande, Pedras de Fogo, Solânea e tantas outras de que posso falar com paixão e graça.

A terra que se firma, cada vez mais, como importante polo turístico do País, oferecendo a seus visitantes desde o maior São João do mundo, em Campina Grande, até as belíssimas praias e os magníficos conjuntos arquitetônicos da cidade mais oriental das Américas, João Pessoa, além das falésias e dunas

de todo o litoral, das restingas e manguezais da Mata Atlântica, das inscrições rupestres de Ingá e do Vale dos Dinossauros, em Sousa.

A terra dos escritores e poetas, como bem disseram Wilson e Cícero, há pouco, como Augusto dos Anjos, José Américo de Almeida e José Lins do Rego, de estadistas como o já citado José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo, Epitácio Pessoa, Rui Carneiro, Antônio Mariz, Humberto Lucena e Pedro Gondim, para lembrar alguns, inclusive com passagens aqui, nesta Casa.

Com uma economia pujante, baseada numa agricultura em que se destacam a cana-de-açúcar, as frutas tropicais, o algodão, a mandioca, o milho e muitas outras culturas e numa pecuária em que prevalece a criação de caprinos; baseada também numa indústria que se fortalece dia a dia, especialmente nos setores alimentício, têxtil, de couro, metalúrgico e sucroalcooleiro; e baseada ainda num setor de comércio e serviços que se expande continuamente.

Para finalizar, uma terra, Sr^{as} e Srs. Senadores, que orgulha a todos nós que lá nascemos e vivemos. A amada Paraíba, que sempre reverencio desta tribuna, desde meu primeiro pronunciamento aqui no Senado, e que sempre terei em meu coração.

É claro, Sr. Presidente, que o nosso Estado ainda padece de vários problemas. E quantos problemas enfrentamos no dia a dia! Quanto a esse aspecto, não somos diferentes das demais Unidades da Federação.

Há muito o que fazer nas áreas da educação, da saúde, da segurança pública, do transporte, para que se possa garantir emprego e condições dignas de vida para todas as pessoas, sem exceção, nas cidades e no campo.

Há que se lutar até contra os humores da natureza. Ainda agora, no mês de julho, o meu Estado sofreu com chuvas torrenciais, com enchentes, com deslizamentos de terra. Muitos Municípios tiveram que decretar estado de emergência, mais de 47 Municípios, mas o brio, a força, a coragem do povo paraibano é tão grande, Sr^{as} e Srs. Senadores, que estou absolutamente convencido de que todos esses obstáculos serão superados. Das dificuldades, do infortúnio, da dor, haveremos de ter a força para seguir em frente, construindo um Estado cada vez mais progressista, cada vez mais desenvolvido social e economicamente, motivo de orgulho cada vez maior para todas as paraibanas e todos os paraibanos.

Muito obrigado pela presença.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, meus senhores e minhas senhoras, eu peço licença às bancadas do Estado da Paraíba, tanto aqui do Senado Federal como da Câmara dos Deputados, como filho de nordestino que sou, mas nascido lá no meu querido Estado do Amapá, o qual tenho a honra de representá-lo aqui no Senado, e, com a permissão, com a vênua de V. Ex^{as}, quero homenagear a Paraíba.

Quatrocentona, a Paraíba comemora 426 anos de sua fundação, ocorrida com a criação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, em 5 de agosto de 1585.

É a terceira cidade mais antiga do Brasil; a segunda mais verde do mundo, segundo a ONU, e capital da Paraíba, Estado que registra um dos mais importantes sítios paleológicos do Planeta, que tem um dos litorais mais bonitos do País, povo hospitaleiro – muito bem representado por V. Ex^{as} que compõem a Mesa nesta sessão solene – e terra pródiga em gente talentosa e criativa.

Sou admirador confesso do talento nordestino em lidar com as adversidades e da extraordinária capacidade que esse povo tem de inventar e de se reinventar.

Assim, sem precisar recorrer aos livros de História, vêm-me à cabeça paraibanos ilustres que contribuíram para que o mundo fosse um lugar melhor para se viver. É verdade que nenhum deles inventou a roda, mas, quer na política, quer no jornalismo, quer na literatura, quer nas artes, encontramos personagens paraibanos, Senador Cristovam Buarque, que fizeram a diferença.

Como não se lembrar do paraibano Augusto dos Anjos, considerado o mais original dos poetas brasileiros, o poeta do *Eu e Outras Poesias*, livro que canta a degenerescência da carne e os limites do humano? E quem de nós não viveu o bastante para confirmar que Augusto tinha razão quando vaticinou que “a mão que afaga é a mesma que apedreja”?

Para quem busca a visão crítica das relações sociais do homem hostilizado pelo ambiente, pela terra, pela cidade; do homem devorado pelos problemas que o meio lhe impõe; do trabalhador rural e a seca implacável, é obrigatório começar pela leitura de *A Bagaceira*, do também paraibano José Américo de Almeida, que foi, aliás, o romance que, em 1928, inaugurou o regionalismo como escola literária.

Na política, como não lembrar a Revolução de 1930, Senador Vital, que pôs fim à Primeira República, uniu Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra a candidatura de Júlio Prestes e inaugurou a Era

Getúlio Vargas? Na ótica dos historiadores, o Golpe de 30 foi o movimento mais importante da História do Brasil da primeira metade do século XX. Foi ele que acabou com a hegemonia da burguesia do café, deu um basta à política do café-com-leite e pôs fim à República Velha.

Senador Cícero Lucena, voltando à literatura, como não falar em José Lins do Rêgo? Era leitura obrigatória para que se pudesse passar no vestibular à época, lá no Estado do Pará. No Amapá, o meu Estado, não havia universidade naquela época. O paraibano Zé Lins foi o romancista da decadência, da agonia rural, do surgimento da usina, da transição econômica. Marcado por frases curtas, pela espontaneidade, o estilo do autor se faz presente em *Menino de Engenho* – romance que também tive a honra de ler –, seu primeiro romance, de 1932, que lhe rendeu o prêmio da Fundação Graça Aranha. A este, seguiram-se outros, que integram o chamado ciclo da cana-de-açúcar, completado por *Doidinho* (lançado em 1933), *Bangüê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e o próprio *Fogo Morto* (1943), considerado sua obra-prima. Zé Lins coloca em seus livros a oralidade, a persuasão, a crítica e as utopias que se encontram nas cantigas de cordel, no repente, no desafio dos poetas e cantores populares. Sem a adiposidade verbal de outros companheiros de geração, consagrou-se como o grande contador de histórias do Brasil. E ao escrever romances, ele expressou um tom de saudade de si mesmo, de saudade da infância, que é comum a muitos de nós.

E o “Grande Capitão”? Como não falar de Chatô, o paraibano que revolucionou a imprensa brasileira? Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, mais conhecido por Assis Chateaubriand ou por Chatô, foi um dos homens mais influentes do Brasil nas décadas de 40 e 50. Dono de um império jornalístico, os Diários Associados, que chegou a reunir dezenas de jornais, revistas e estações de rádio, e foi também pioneiro da televisão no Brasil, criando a TV Tupi, em 1950. Magnata da imprensa, advogado, mecenas das artes, Senador, Embaixador do Brasil na Inglaterra, um dos brasileiros mais poderosos do século XX, foi magistralmente biografado por Fernando Moraes em *Chatô - o Rei do Brasil*.

E tudo isso, Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque optei por lembrar apenas uns poucos paraibanos notáveis que não mais estão entre nós. Porém, para felicidade geral da Nação, a Paraíba continua sendo um celeiro de talentos, do qual muito devem se orgulhar os brasileiros.

Essas são basicamente as razões pelas quais cumprimento o nobre Senador Wilson Santiago, autor do requerimento, que ensejou esta sessão solene.

Eu quero aproveitar a oportunidade, Senador Wilson Santiago, para dizer a V. Ex^a que sou testemunha, nesta Casa, do seu dia a dia. V. Ex^a não para. V. Ex^a está representando a Paraíba com a maior dignidade, procurando prestar serviços ao País. Quero deixar, neste momento, registrado a minha admiração e que V. Ex^a me conquistou ao longo desta convivência. Estendo também os meus cumprimentos ao Senador Vital do Rêgo, de quem vou falar um pouco mais adiante, e ao Senador Cícero Lucena, Primeiro Secretário desta Casa, que também aniversariou na sexta-feira. Eu estava em trânsito e não consegui contatar V. Ex^a para parabenizá-lo, o que faço neste momento, da tribuna. O mais interessante é que V. Ex^a aniversaria junto com a cidade de João Pessoa, capital do seu Estado, da qual foi Prefeito duas vezes e Governador. É muita coincidência. V. Ex^a é uma pessoa privilegiada. V. Ex^a teve a honra de administrar a sua cidade, capital do Estado, por duas vezes consecutivas. Eu também fui prefeito de uma cidade do Estado do Amapá. V. Ex^a compõe, com muita altivez, muita simpatia e muita firmeza, a bancada paraibana nesta Casa.

Como forma de homenagear a Paraíba e os paraibanos, também aproveitei a oportunidade para parabenizar a minha assessora especial, que está ali na tribuna de honra – gostaria que ela se levantasse porque quero descrevê-la rapidamente, por favor, –, Cláudia Gondim, que é sobrinha-neta do ex-Governador Pedro Gondim, avô do nosso Senador Vital do Rêgo, com quem tenho aprendido muito nesta Casa. Eu tenho me mirado muito no seu desempenho também. Cláudia, fique de pé. Eu quero que vocês dêem uma olhada no visual dela. Ela está toda negro, ou seja, de vermelho e preto, bandeira da Paraíba. Ela também é responsável por esse belo texto que ora pronuncio. Pode sentar-se, Cláudia.

Todo mundo já percebeu que você está de vermelho e preto, toda paraibana e tem ligações muito fortes com a Paraíba, terra também do seu saudoso pai, o jornalista Josélio Gondim que V. Ex^{as} conhecem.

Para encerrar o meu pronunciamento, quero prestar minhas homenagens aos repentistas Jomacir e Oliveira de Pannels, porque ele é pernambucano – para diferenciar, Pannels deve ser um Município da Paraíba –, que nos proporcionaram um belo espetáculo nesta Casa. Essa foi uma iniciativa do Senador Wilson Santiago que quebrou a rotina.

Parabéns! Deu um brilho todo especial a esta sessão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. Sou filho do Sr. Miguel e D. Cícera, nascido no Rio Grande do Norte, na cidade de Vera Cruz que, se não me engano, é vizinha da Para-

íba. São quatro horas de viagem. Bem mais perto, por essa vizinhança, de João Pessoa.

O Sr. Cícero Lucena (Bloco/PSDB – PB) – Perto de João Pessoa.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Quero, mais uma vez, pedir licença porque me senti motivado a fazer essa homenagem. Eles falavam do nordeste com tanto carinho, apesar de eu ter nascido na cidade de Marzagão, interior do meu Amapá, que tenho a honra de representar no momento aqui desta tribuna, homenageando esse povo maravilhoso, valente, do Estado da Paraíba. Cabra-macho, sim senhor!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Geovani. Nossos agradecimentos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Wilson Santiago, Senadores Cícero Lucena e Vital do Rêgo, eu acho que essa foto dos três aí sentados merece a primeira página dos jornais da Paraíba, para que vejam a qualidade da representação que tem esse estado irmão do meu Pernambuco.

Eu não vou fazer nenhum discurso contando a história da Paraíba. Outros já fizeram. Vocês a conhecem mais do que todos. Eu não vou falar sobre toda a dívida que nós temos no Brasil com a música paraibana, com a literatura, como foi dito aqui há pouco, com a história de firmes posições que a Paraíba assumiu na história do Brasil; com o sonho de uma grande universidade, como foi a de Campina Grande na época do Linaldo Uchoa de Medeiros, que inovou na maneira de ensinar.

Eu quero falar curto e rápido sobre dois “paraibucanos”, dois paraibucanos que foram fundamentais na minha formação. Um chama-se Ariano Suassuna e o outro Celso Furtado. Ambos nasceram na Paraíba. Ambos fizeram suas carreiras e vidas em Pernambuco e, saindo da Paraíba através de Pernambuco, eles marcaram a cabeça dos brasileiros e da minha geração em particular.

Ariano, que ainda está aí ativo, firme e forte, fazendo com que a gente aprenda e ria durante suas palestras, é um orgulho para todos nós brasileiros. Eu sei que no caso específico da política paraibana é um nome que gera contradições, conflitos e muitas vezes antagonismos, pelas relações familiares, pelas relações do passado, até mesmo por certas mágoas que ele ficou pela maneira como seu pai morreu. Mas não se pode negar que é um orgulho da Paraíba ter dado à luz a Ariano Suassuna. Nenhum – estou dizendo – dos grandes historiadores da cultura, no Brasil de hoje, ne-

nhum tem a grandeza de Ariano Suassuna. Já tivemos alguns no passado com essa grandeza, mas hoje é ele, que simboliza mais do que qualquer outro, por um lado o conhecimento, por outro lado a firme defesa do “nordestinismo”, como poucos conseguem, e, terceiro, com a vivacidade, com a leveza, com o carisma com que deslumbra velhos e moços. Não existe idade para rir e aprender com Ariano Suassuna.

Outro, Celso Furtado, que saiu de Monteiro, foi para Recife, ganhou o mundo e se transformou em uma das grandes figuras do pensamento no séc. XX em escala mundial. Não ganhou o Nobel, porque morreu um pouco antes. Certamente ganharia se tivesse ficado conosco alguns anos mais. Celso Furtado... Publiquei um livro de entrevistas com ele – então, o livro na verdade é dele –, chamado *Foto de uma Conversa*, mas o título ideal, que os editores acharam que não seria bom, seria *O Primo do Cangaceiro que foi Doutor em Cambridge*, porque ele fazia questão de dizer que era primo de um dos cangaceiros de uma das turmas dali; não sei se de lampião ou de outro.

Esse homem marcou de tal maneira a economia que a história da economia brasileira é antes e depois de Celso Furtado. Alguns, claro, também influenciaram, mas ele deu a marca para fazer com que olhássemos o retrato, o filme, melhor dito, do passado da economia brasileira com lógica e não apenas pela vontade de algumas pessoas que faziam história. Foi ele que nos ensinou que existe lógica no processo, que aqui e ali acontecem coisas que ninguém espera, mas que existe uma lógica e que começou ali onde está a Paraíba, onde está Pernambuco, onde está Alagoas.

Faço questão de dizer aqui que já fiz o teste com o compasso e verifiquei que na nossa região – não sei se prestaram atenção –, não sei se exatamente em Recife, em João Pessoa ou em Maceió, está a cidade mais distante de uma fronteira internacional em todo o mundo. Não sei se sabiam disso. Se você pegar um ponto no centro dos Estados Unidos, ele está mais perto do Canadá ou do México do que estamos de qualquer lugar. Se pegar um ponto no meio da antiga União Soviética, hoje Rússia, está mais perto de alguma fronteira. Tirando algum lugar vazio do Canadá, onde só tem água em alguns lugares, não tem nada mais distante de uma fronteira internacional do que a nossa região. Mais perto é a África, talvez a Guiana. Lá em baixo, no Rio Grande do Sul, se você adentra, está mais perto do Peru; se baixa, chega mais perto do Uruguai; se você sobe, chega mais perto da Guiana, se você pega o barco, chega mais perto da África. Talvez seja por isso que nós daquela região termos a pretensão de ser cosmopolitas, porque de tão longe de fronteiras temos que afirmar a nossa cultura, temos

que nos afirmar, cada um de nós, com aquilo que nós somos. Eu me sinto um “paraibucano”, uma mistura de paraibano com pernambucano. Até porque casei, faz 40 anos com uma quase paraibana, que é da cidade de Goiana, ali bem pertinho da fronteira entre Pernambuco e Paraíba.

Por isso é que estou aqui como “paraibucano”, para prestar homenagem não só à Paraíba, que outros já prestaram, mas prestar a homenagem a esses dois “paraibucanos” que foram fundamentais na minha formação, que fizeram a minha cabeça, o que permite que hoje eu esteja aqui dizendo essas palavras.

Muito obrigado a vocês, paraibanos, por tudo que deram a nós brasileiros, especialmente por tudo que deram a nós pernambucanos. Um grande abraço para cada um dos senadores e para cada paraibano que estiver assistindo essa nossa sessão de homenagem, um grande abraço para cada um e para cada uma de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Wilson Santiago, Senador Cícero Lucena, Senador Vital do Rêgo, eu, com muito orgulho estou aqui neste momento para homenagear a nossa querida Paraíba. Quero dizer, meus três Senadores, que só não sentei à mesa nem fui à tribuna porque os senhores três, paraibanos da gema – assim podemos dizer –, representam aquele querido Estado e eu sou um filho acolhido, sou um filho que a Paraíba recolheu. Eu não poderia deixar de estar aqui, neste momento, neste plenário para dizer que tenho muito orgulho de repetir aqui a palavra orgulho. O primeiro título que recebi de cidadão de outro Estado não foi no Rio, não foi em Minas, não foi aqui em Brasília; foi lá na nossa querida Paraíba.

Eu sou filho adotado pela Paraíba. Sou Senador pelo Rio Grande do Sul, mas estive lá num grande momento da minha vida, da minha vida. Na Assembleia lotada, recebi o título de Cidadão Paraibano pelo trabalho feito aqui, junto com os senhores, em defesa do povo brasileiro. Então, o que eu poderia dizer nesta tarde tão bonita? Apenas agradecer. Muito obrigado, Paraíba! É bom saber dessa generosidade quando vocês abraçam um filho de outro Estado e fazem uma homenagem, uma homenagem singela, pelo trabalho que a gente tem feito junto com os outros Senadores em defesa, principalmente, dos mais pobres, dos deficientes, dos idosos, dos discriminados, dos homens, das mulheres, das crianças abandonadas.

Enfim, meus queridos três Senadores, vocês são um orgulho para a Paraíba e para o Brasil, para esse povo da Paraíba que eu conheci nas vezes em que estive lá, naquelas praias lindas. Eu, que amo o meu Rio Grande, vou dizer a todos que estão ouvindo e assistindo à TV Senado neste momento: não deixem de ir à Paraíba, um dos Estados mais bonitos e de um povo carinhoso que orgulha todo o povo brasileiro.

Viva a Paraíba! Viva o povo da Paraíba!

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado ao conterrâneo Senador Paulo Paim.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Meu caro Presidente Wilson Santiago, paraibano da gema, Senador Vital do Rêgo e Senador Cícero Lucena, a Paraíba está, como disse o meu colega e conterrâneo Paulo Paim, extremamente bem representada. Os senhores orgulham, com a votação que tiveram – os dois que chegaram na eleição deste ano são Deputados experientes, tendo sido, um deles, um Prefeito e Governador experiente –, ao representar e ao defender os interesses desse Estado cuja história tem uma distância de 187 anos em relação ao meu Estado, o Rio Grande do Sul, no que diz respeito à data da sua fundação.

Mas o que nos identifica muito, Senadores paraibanos, é que nós todos somos de uma mesma raiz, a raiz de um projeto de nação que a Paraíba escreveu com um pouco de sangue do seu povo, com uma história vigorosa e corajosa, assim como o Rio Grande. Uma história contra a tirania, contra a subserviência, contra o rigor da metrópole, uma história tão bonita quanto a de tantos outros Estados, inclusive do nosso Rio Grande.

Celebrar 426 anos de fundação tem um significado extremamente importante para todos que nasceram naquele Estado, mas também para todos que contribuíram para fazer da Paraíba um Estado não só cantado em prosa e verso pelas suas belezas naturais, pela simpatia e cordialidade da sua gente, mas também pela sua história de defender o seu território nacional. Franceses e holandeses estiveram ali, fincaram o pé, mas os paraibanos fizeram prevalecer a soberania desse Estado tão corajoso e valente.

Quero endossar também o que disse o Senador Cristovam Buarque em relação a paraibanos fantásticos que deram uma contribuição valiosa ao Brasil: Celso Furtado, Ariano Suassuna e a nossa Elba Ramalho, que, com a sua jovialidade, com a sua forma de cantar, também encanta o Brasil.

Parabéns pela iniciativa de terem proposto esta sessão especial à Paraíba e pelo que vêm fazendo não apenas pelo seu Estado, mas pelo que vêm fazendo, vocês três, Wilson Santiago, Vital do Rêgo e Cícero Lucena, pelo Brasil

Nós, como gaúchos, também agradecemos, porque, de alguma, forma o meu Estado, o nosso Estado, de Paulo Paim e de Pedro Simon, também é beneficiado por essas ações que fazem da boa política a nossa grande responsabilidade. Celebrar esta data, que é comemorada no dia 6 de agosto, para nós é uma honra muito grande.

Muitas felicidades ao povo paraibano!

Parabéns a todos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. V. Ex^a não só tem dignificado cada vez mais o Parlamento brasileiro, como também o nome das mulheres, pois tem feito aquilo o que todas as mulheres, paraibanas ou não, desejam de qualquer uma que represente o povo brasileiro.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, prezados amigos, Senador Vital do Rêgo, Senador Cícero Lucena, presente nesta sessão, não posso deixar de também fazer a minha homenagem e a do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, ao Estado da Paraíba.

Saibam que eu tenho as minhas raízes também no Nordeste brasileiro, pois sou filho de um casal de sergipanos e compartilho muito da cultura nordestina.

E a Paraíba, além de todas as suas belezas naturais, além da generosidade, conhecida e reconhecida, do seu povo, teve um papel importante na afirmação da nacionalidade brasileira. É um Estado que tem tradições políticas muito fortes e tem na figura de João Pessoa, que dá o nome à capital do Estado, um grande brasileiro.

Portanto, aqui também quero me somar aos demais Senadores para homenagear este belo e grande Estado. E, ao homenagear a Paraíba, homenageio o seu povo na figura desses três Senadores que tão bem representam aquele Estado.

Parabéns ao Estado da Paraíba, que é governado pelo Ricardo Coutinho, um companheiro do Partido Socialista Brasileiro.

Parabéns a vocês! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado Senador Rodrigo Rollemberg.

Nós, paraibanos, agradecemos, em nome do nosso Estado, a Paraíba, a presença de todos, por saírem de suas residências, de seus compromissos,

nesta tarde, para, juntos, registrarmos o aniversário da fundação da Paraíba, de João Pessoa, como também para nos confraternizarmos e, com isso, fazer com que a Paraíba se sinta cada vez mais confiante em seus representantes, em seus habitantes e naqueles que de fato querem o bem do nosso Estado.

Suspendemos a sessão por cinco minutos para alguns cumprimentos e para que tenhamos condição de continuar a sessão ordinária do dia de hoje. Encerramos a primeira e começamos a segunda a partir das quatro da tarde.

Muito obrigado a todos e vão com Deus. Se Deus quiser, teremos condição de fazer muito mais.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 43 minutos; e é reaberta às 15 horas e 48 minutos, sob a Presidência do Sr. Senador Geovani Borges.)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.506-**

MJ, de 19.07.2011, do Ministro de Estado da Justiça, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de *apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.*

São os seguintes o Aviso e os documentos anexos:

Aviso nº 1.506-MJ

Brasília, 1º de julho de 2011

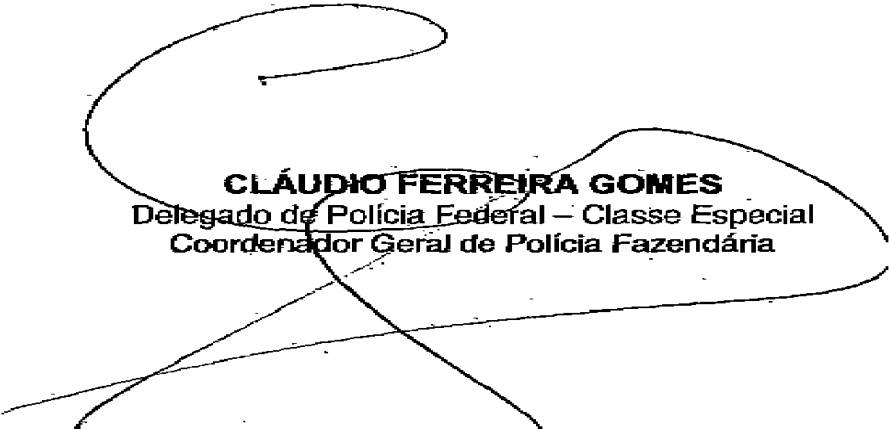
Assunto: Cópia do Relatório Final de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhor Primeiro Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 267/2011, de 3 de março de 2011, referente ao Relatório Final nº 3/2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito, encaminha a Vossa Excelência as informações prestadas pelo Departamento de Polícia Federal.

Atenciosamente, – **José Eduardo Cardozo**, Ministro de Estado da Justiça.

**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIREX - COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA FAZENDÁRIA**

| DESPACHO Nº 216/2011 – CGPFAZ/DIREX | | DATA: 15/04/2011 |
|---|---|-------------------------|
| REFERÊNCIA: | Memorando nº 161/2011-ASPAR/GM Protocolo nº 08001.001815/2011-79 | |
| ASSUNTO: | Encaminhamento do Relatório final nº 03/2010 | |
| INTERESSADO: | ASPAR/GM | |
| <p>À URCC para manifestação com a devida urgência.</p> <p> CLÁUDIO FERREIRA GOMES Delegado de Polícia Federal – Classe Especial Coordenador Geral de Polícia Fazendária</p> | | |

**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIREX - COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA FAZENDÁRIA
UNIDADE DE REPRESSÃO A CRIMES CIBERNÉTICOS**

| DESPACHO n.º 105/2011-URCC/CGPFAZ/DIREX | |
|--|---|
| DATA: | 10/05/2011 |
| REFERÊNCIA: | OF 267/2001 – SF – Protocolo n.º 08001.001815/2001-79 – GABGM/CGGAB/DIDOC |
| ASSUNTO: | Relatório Final n.º 03/2010 da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, do Senado Federal – Solicita manifestação acerca da criação de Coordenação e Delegacias Especializadas em Crimes Cibernéticos |
| INTERESSADO: | Ministério da Justiça - MJ |

DESPACHO:

1. O Senhor Ministro da Justiça, por meio do Memorando 161/11-ASPAR/GM, de 10 de março de 2011, encaminhou o Ofício 267/2011, oriundo da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, datado de 03 de março de 2011, o qual, por sua vez, apresenta cópia do Relatório Final n.º 03/2010 da Comissão Parlamentar de Inquérito-Pedofilia, do Senado Federal, “criada por meio do Requerimento n.º 200/2008, com a finalidade de apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como sua relação com o crime organizado, em razão das recomendações constantes às páginas 1665/1668 do referido Relatório e em cumprimento à Lei n.º 10.001, de 4 de setembro de 2000”.
2. Uma das disposições do referido Relatório que se refere diretamente a Polícia Federal remete à criação, na estrutura do DPF, de uma **coordenação** destinada ao combate dos Crimes Cibernéticos, mediante a formalização da atual “Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos - URCC, subordinada à Direção de Investigação Policial e Combate ao Crime Organizado – DICOR”, em vista da essencialidade deste órgão, caracterizado no curso dos trabalhos de investigação desta CPI e da necessidade de que lhe sejam conferidos todos os recursos – humanos, materiais e financeiros – necessários ao bom cumprimento

de seu *mister*, bem como a criação de delegacias especializadas na repressão aos crimes cibernéticos, no âmbito das Superintendências Regionais da Polícia Federal;

3. Em consonância ao Despacho de nº 216/2011-CGPFAZ/DIREX, datado de 15/04/2011, do Coordenador-Geral de Polícia Fazendária Dr. Cláudio Ferreira Gomes, ao qual encaminha do Relatório Final nº 03/2010 da Comissão Parlamentar de Inquérito-Pedofilia do Senado Federal, para manifestação da chefia desta Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos aos pontos relativos à Criação da Coordenação destinada ao combate dos Crimes Cibernéticos, bem como a criação de delegacias especializadas na repressão aos crimes cibernéticos no âmbito das Superintendências Regionais da Polícia Federal, citados na recomendação constante na alínea “d” do referido relatório, registre-se que tal recomendação vem ao encontro do proposto pelo DPF para a organização do combate aos crimes cibernéticos no âmbito da Polícia Federal, face aos projetos estratégicos já em andamento na Direção-Geral do Órgão;
4. A área de atuação da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos – URCC, atualmente subordinada a Coordenação-Geral de Polícia Fazendária – CGPFAZ, abrange o combate a uma enorme gama de delitos, os quais versam desde condutas criminais já tipificadas pelo direito penal ou legislação infraconstitucional, como crimes contra a honra, crimes contra o patrimônio ou crimes contra a saúde pública quando o meio utilizado são os “*sistemas computacionais*”, até os doutrinariamente definidos como os crimes cibernéticos próprios, como as novas condutas praticadas por meio informatizado, aos quais dependem deste ambiente para a sua consecução, como no caso das invasões de sistemas computacionais, ataques de negação de serviço, alteração ou supressão indevida de dados e informações, dentre outras condutas criminosas.
5. Nota-se que, atualmente, o Brasil é apontado como sendo o quinto país em número total de *internautas*, perdendo em número absoluto de usuários somente para países como China, Estados Unidos, Japão e Índia. No mesmo contexto, a Pesquisa Anual do Uso de Informática, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que “a base ativa de computadores corporativos e domésticos em uso no Brasil deverá atingir a marca de 140 milhões de unidades até 2014, o que representará praticamente o dobro da marca atual, de 72 milhões”.
6. Cumpre salientar que programas de fomento aos mercados de internet e informática no país fazem parte das diretrizes primárias do Governo Federal,

através de programas de inclusão digital como o “Plano Nacional de Banda Larga” – PNBL, que visa disponibilizar o serviço de internet rápida para quase 40 milhões de domicílios no país até o ano de 2014; e o Programa “Computador para Todos”, objetivando a oferta de computadores para a classe “C” a preços subsidiados, com linhas de financiamento específicas e isenção de impostos.

7. Neste contexto de inclusão digital, torna-se impossível imaginar a sociedade brasileira sem a utilização destes insumos computacionais, bem como não se pode ignorar a importância do Brasil neste “novo” mercado econômico, onde se massificam os investimentos públicos e privados em tecnologia e afins, caracterizando-se pela pluralidade de serviços e produtos disponíveis à população brasileira.
8. Desta forma, em paralelo com este amplo crescimento tecnológico e, conseqüentemente, com a abertura e expansão deste “novo” mercado econômico, cresce conjuntamente a criminalidade cibernética em geral, multiplicando-se a prática de delitos neste novo ambiente, e causando crescentes prejuízos ao sistema financeiro nacional, bem como expondo a sensibilidade do Estado brasileiro frente às novas formas de atuação do crime organizado.
9. Para ressaltar a gravidade e o alcance mundial do chamado “cyber-crime”, estima-se que ainda no ano de 2004 o montante financeiro movimentado pelo crime organizado mundial relacionado à ocorrência de crimes cibernéticos tenha superado as quantias relativas ao narcotráfico.
10. Conforme apontado, os crimes cibernéticos vêm crescendo em proporção direta ao crescimento tecnológico em geral, formando-se um ciclo onde a democratização da tecnologia fomenta a majoração dos investimentos públicos e privados em áreas afíntes, acarretando o aumento do público-alvo da criminalidade que, por sua vez, atua como um chamariz para as quadrilhas organizadas, as quais enxergam nestes mercados um novo ambiente para a prática de crimes.
11. Como ilustração do poder lesivo de determinadas condutas de crimes cibernéticos contra o patrimônio público e privado, cita-se em particular as fraudes bancárias eletrônicas, onde a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN estima que as perdas financeiras com estes delitos superem o montante de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) por ano. Abaixo, notícias veiculadas que expõem esta realidade:

**EMPRESAS PERDEM MAIS DINHEIRO COM FRAUDES
ELETRÔNICAS DO QUE COM ROUBOS FÍSICOS:**

18/10/2010 – Fonte: O Globo

**PREJUÍZOS COM FRAUDE NA INTERNET DOBRARAM
EM 2009, MOSTRA FBI;**

12/03/2010 – Fonte: O Globo

12. Além dos crimes contra o patrimônio – destacando-se as fraudes bancárias eletrônicas – e os crimes contra a criança e o adolescente, merecem destaque os crimes de alta tecnologia, estes surgindo como o mais novo desafio à Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos, por representar a grande fragilidade estatal frente à crescente dependência aos insumos tecnológicos;
13. Estes crimes de alta tecnologia englobam uma nova série de delitos e incidentes em rede, como ataques de negação de serviço, criação de *botnets* – “redes zumbis”, tentativas de invasões a sistemas ou sítios governamentais, entre outras, como condutas que vêm cada vez mais ocorrendo e demandando a atenção e atuação policial.
14. *Cumprе ressaltar que nos próximos cinco anos o Brasil sediará grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, onde o Brasil estará em grande evidência no cenário mundial.*

**ATAQUE VIRTUAL É VISTO COMO AMEAÇA AOS
JOGOS DE LONDRES-2012.**

Os organizadores da Olimpíada de Londres estão “muito atentos” à possibilidade de haver ameaças de um ciberataque nos Jogos de 2012, informaram autoridades do Ministério do Interior na terça-feira.

Fonte: Terra.

BRASIL É O SEGUNDO MAIOR ALVO DE BOTNETS

O relatório de segurança SIRv9, divulgado hoje pela Microsoft, aponta que durante o primeiro semestre de 2010 foram identificados mais de 550 mil ataques a computadores nacionais através de redes zumbis (botnets), tornando o Brasil no segundo país do mundo que mais sofre este tipo de infecção.

13/10/2010 - Fonte: Revista Info Abril.

PREJUÍZO DA SONY COM INVASÃO DA PSN PODE PASSAR DE R\$ 37 BILHÕES

A invasão da rede virtual de usuários do videogame Playstation, anunciada ontem pela Sony, pode custar à empresa US\$ 24 bilhões (R\$ 37,7 bilhões), segundo estimativa do instituto americano Ponemon, especializado em pesquisa de segurança de dados.

27/04/2011 -- Fonte: IG

15. Como preparação a esta nova realidade tecnológica e de crescimento dos crimes cibernéticos em geral no país, a Polícia Federal vem implementando inúmeras medidas que visam o aumento da eficiência no combate aos delitos de sua atribuição, onde foram definidas cinco metas estratégicas para os anos de 2011-2014, compondo-se de cinco grandes projetos já em fase de planejamento e execução, utilizando-se da metodologia do gerenciamento de projetos adotada pelo DPF:

- a) **Projeto de Estruturação das Delegacias ou Serviços de Repressão a Crimes Cibernéticos:** Objetiva a formalização, em nível organizacional, das

Delegacias de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC) nos estados e a correspondente Coordenação, em âmbito central;

- b) **Projeto de Aquisição de Computadores/Servidores e Software – Segurança Cibernética:** Visa à aquisição de equipamentos e materiais essenciais ao pleno funcionamento das Delegacias de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC);
- c) **Projeto de Capacitação para a Segurança Cibernética:** Objetiva a capacitação de Policiais Federais especializados em investigação de crimes de alta tecnologia, visando permitir uma melhor segurança cibernética ao país e zelar pelo pleno funcionamento das Delegacias de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC) nos estados;
- d) **Projeto Tentáculos:** Consiste na criação de uma base de dados centralizada, responsável pelo armazenamento de dados de fraudes bancárias eletrônicas enviados pelas instituições bancárias, onde através de uso de ferramentas de inteligência, os dados são cruzados e analisados, trazendo uma maior racionalização e qualidade nos expedientes investigatórios instaurados;
- e) **Projeto Oráculo:** Objetiva a criação de uma base de dados centralizada, responsável pelo armazenamento de dados de *Malwares*, provenientes das Equipes de Tratamento de Incidentes de Redes (ETIRs) de empresas fabricantes de *software* antivírus, instituições bancárias, órgãos públicos, entre outros, com a finalidade de identificar agressores a sistemas de informação, através do estudo das características dos artefatos colhidos;

16. Em resumo, o crescimento exponencial dos crimes cibernéticos e, em consequência, a atuação de quadrilhas especializadas no Brasil apontam-se como efeitos diretos do crescimento do mercado de produtos e serviços computacionais no país.

17. Neste compasso, a Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos realizou em 2011 um estudo baseado na elaboração de 'cenários prospectivos', visando apontar as possibilidades de tendências relacionadas ao crescimento ou diminuição dos crimes cibernéticos no país. Conforme o relatório, o estudo e aplicação da metodologia de cenários prospectivos objetiva facilitar a visualização das possibilidades de futuro relacionadas à situação dos Crimes Cibernéticos no Brasil no período pré-Copa do Mundo em 2014.

18. O resultado deste estudo ratificou o entendimento prévio desta Unidade, principalmente no tocante ao crescimento dos chamados Crimes de Alta Tecnologia, ressaltando-se a grande necessidade de adequação e preparação da Polícia Federal para os grandes eventos internacionais que acontecerão no país nos próximos anos. Abaixo, o cenário prospectivo apontado no estudo como sendo o de ocorrência mais provável:

ESTUDOS PROSPECTIVOS – CENÁRIO FUTURO MAIS PROVÁVEL:

Este cenário futuro, apresentado como o de maior probabilidade de ocorrência, apresenta-se formado por fortes tendências de mercado, principalmente no tocante às novas tecnologias emergentes e ampliação de mercados econômicos das grandes empresas de tecnologia.

Permanecerão em forte expansão o mercado de e-books, com consequências diretas relacionadas às redes de varejo e do ramo editorial, pela necessidade de adaptação e entrada neste novo mercado. Também se percebe um crescimento natural das redes sociais, lideradas pelo twitter e facebook (dentre outros), alterando-se as relações econômicas, sociais e até políticas, esta última derivando-se deste meio de rápida disseminação de informações.

O mercado de smartphones, dos computadores tablets e dos produtos em geral da empresa Apple também apontam expansão de seus mercados e dos públicos-alvo. Trarão reflexos na economia, como um novo nicho de mercado a ser explorado por diversas empresas consolidadas e novos entrantes, bem como exercerão influência no mercado indireto, por fomentar a produção de softwares e aplicativos. Por apresentarem grande força motriz no contexto do estudo, influenciarão outras mudanças, alterando a forma de utilização dos computadores pelo público em geral.

Entretanto, como consequência, espera-se um grande aumento da criminalidade virtual, revelando-se pelo crescimento da criação e disseminação de malwares para smartphones, tablets e equipamentos Apple, atualmente menos expostos à criminalidade cibernética.

Assim, continuará como uma crescente a carência por uma legislação específica de crimes cibernéticos, sendo que a expansão dos novos mercados econômicos (alavancados pelos mercados dos smartphones e tablets), somados a expansão já prevista das tecnologias de 4G e de computação em nuvem (cloud computing) e, por conseguinte, da criminalidade, serão fatores de grande influência para que o Governo Federal elabore e aprove as leis específicas de combate aos crimes cibernéticos. São, também, esperados a assinatura e realização de tratados internacionais sobre o tema, já previstos pela Organização das Nações Unidas para os próximos anos.

Pela continuidade das políticas federais de isenção de impostos e da realização do plano nacional de banda larga, espera-se um contínuo aumento da inclusão digital

no país, aumentando-se o percentual entre as classes C e D, além do crescimento natural da chamada Geração Y, aumentando ainda mais o público de tecnologia em geral. Desta forma, com o crescimento do público, espera-se ainda o aumento da concorrência e competição empresarial, acarretando a diminuição dos preços dos produtos e serviços voltados à tecnologia, bem como a melhoria dos serviços de banda larga no Brasil.

Em relação aos crimes cibernéticos, alguns fatos merecem um maior detalhe: conforme já citado, ocorrerá um aumento na criação e disseminação de malwares para smartphones, tablets e Apple, ligados diretamente à expansão destes mercados.

Espera-se, também, que devido principalmente à consolidação da implementação do chip nos cartões bancários (principalmente CEF), ocorrerá uma migração de quadrilhas para outras modalidades criminosas, em especial às derivadas do e-commerce, aumentando-se as fraudes relacionadas às transações comerciais virtuais. Por esta consolidação do chip nos cartões bancários no país, as quadrilhas especializadas em fraudes bancárias por clonagem de cartões migrarão para o ambiente de internet, diminuindo a clonagem em geral.

No mesmo contexto, como consequência direta da sofisticação dos mecanismos de segurança e medidas preventivas, as fraudes via internet banking e derivados (como phishing scam) ainda permanecerão estáveis, mesmo com a migração das quadrilhas especializadas em clonagem de cartões. Entretanto, espera-se um aumento das fraudes (derivadas da clonagem) no exterior, cujos países não utilizam a tecnologia dos chips nos cartões bancários. Assim, aumentará a utilização no exterior de cartões clonados no Brasil, bem como o aumento das contramedidas de prevenção bancária, como o surgimento de cartões pré-pagos para compras virtuais e demais aprimoramentos nas tecnologias e medidas de segurança.

Espera-se, por fim, um aumento nos crimes que utilizam as redes sociais como meio, derivados da natural expansão destes mercados, bem como o aumento nos crimes de alta tecnologia, como as tentativas de invasões a sítios corporativos e governamentais, chamando a atenção, principalmente, pelos grandes eventos pré-determinados que ocorrerão no Brasil em 2014 e 2016 (Copa do Mundo e Olimpíadas), demandando uma maior sofisticação das medidas estatais, e na necessidade de uma maior preocupação com tais ilícitos e quadrilhas.

Permanece prevista a contínua melhoria dos métodos de investigação pela Polícia Federal, bem como o desenvolvimento de novas ferramentas de combate aos ilícitos virtuais, além dos planejamentos de capacitação contínua de servidores para sua plena adaptação aos novos métodos necessários de repressão.

Também, em um mesmo cenário, serão consolidados outros acordos de cooperação técnica com instituições bancárias e possíveis parcerias com institutos de pesquisa, para o desenvolvimento de sistemas e novas tecnologias.

19. O presente “*Estudo de Prospecção de Cenários*” conclui com a indicação da adoção de algumas medidas necessárias para uma efetiva preparação da Polícia Federal a esta realidade futura, tais como:

- a) Expansão dos projetos de capacitação contínua de servidores policiais do DPF, no tocante aos conhecimentos básicos necessários ao combate aos crimes cibernéticos;
- b) Necessidade de capacitação específica e avançada dos servidores policiais desta Unidade para o combate aos chamados crimes de alta tecnologia, cada vez mais comuns e com um crescente potencial lesivo;
- c) Necessidade de se estabelecer convênios com instituições de pesquisa científica para o desenvolvimento de novas ferramentas de investigação e as novas tecnologias emergentes;
- d) Necessidade de se estabelecer convênios com centros de tratamento de incidentes de rede - ETIRs, no tocante aos crimes de alta tecnologia, e como preparação do DPF aos grandes eventos internacionais futuramente sediados no país;
- e) Continuação do planejamento e execução dos projetos estratégicos da Unidade, como o projeto Tentáculos (estratégico DPF) e Projeto Oráculo (prioritário para a COPA 2014);
- f) Carência de legislação específica sobre crimes cibernéticos, com fins de tipificar condutas criminosas específicas, onde muitas permanecem como atípicas, embora altamente lesivas ao Estado;
- g) Necessidade de expansão do modelo organizacional do DPF, possibilitando a criação de uma Coordenação-Geral de Repressão aos Crimes Cibernéticos, bem como de seus “braços operacionais” nos estados, as Delegacias de Repressão a Crimes Cibernéticos nas Superintendências Estaduais, majorando a capacidade de investigação aos crimes de suas atribuições.

20. Por fim, entende-se que a formalização da Coordenação destinada ao combate dos Crimes Cibernéticos – CRCC, atuando em nível central, bem como a criação de Delegacias especializadas na repressão aos crimes cibernéticos – DRCC, no âmbito das Superintendências Regionais da Polícia Federal, podem ser consideradas como uma condição fundamental para a atuação eficaz no combate a estes tipos de delito, uma vez que esta iniciativa possibilitará uma maior agilidade e resultados na investigação dos crimes cibernéticos, bem como garantirá um pleno funcionamento das ações previstas nos Projetos Estratégicos em curso, como os Projetos Tentáculos (estratégico DPF) e Oráculo (prioritário COPA 2014), ambos já em andamento no CIGE/GAB/DG. Em conclusão, a formalização das delegacias especializadas nos estados aduz incontáveis benefícios diretos e indiretos ao DPF, tais como:

- a) **Coordenação e controle das ações de investigação**, visando o planejamento, orientação, coordenação, avaliação e promoção de operações policiais correlatas à prevenção, investigação e persecução a crimes cibernéticos de atribuição da Polícia Federal;
 - b) **Centralização e melhoria no fluxo de dados e troca de informações**, promovendo o intercâmbio de informações com outras entidades congêneres, no interesse do processo de investigação e controle de dados de leis, tratados, convênios e demais matérias correlatas às suas atribuições;
 - c) **Direcionamento das ações de capacitação**, visando o treinamento contínuo dos servidores policiais, criação de novas ferramentas de investigação, estímulo à inovação, bem como propondo convênios com instituições congêneres ou de pesquisa;
 - d) **Promoção de políticas estratégicas eficientes**, propondo diretrizes de política policial relativas à Segurança Cibernética à Direção-Geral do DPF e às delegacias especializadas – DRCC – nos estados;
 - e) **Facilitação na mensuração de resultados**, através do efetivo controle estatístico dos dados e a consolidação das informações referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal, relacionados à sua atribuição.
21. Por oportuno, reforça-se que a proposta de criação formal de uma Coordenação, em âmbito central, e das Delegacias de Combate a Crimes Cibernéticos nos Estados, está na pauta de *assuntos emergentes* no Departamento de Polícia Federal nos últimos sete anos.
22. Em outubro de 2004 fora apresentado um primeiro projeto de criação da Divisão de Repressão a Crimes Cibernéticos, subordinada a Coordenação-Geral de Polícia Fazendária – CGPFAZ, e das respectivas Delegacias em âmbito estadual, onde já se percebia a necessidade da implementação de uma estrutura formal no DPF em face das novas condutas criminosas emergentes.
23. Também em 2004, o referido projeto de criação da Divisão fora encaminhado às instâncias superiores do DPF para conhecimento e deliberação, bem como, após aprovado no ano subsequente, foi enviado um Ofício do então Diretor de Administração e Logística – DLOG/DPF ao Ministério da Justiça ressaltando tal necessidade, restando para ocasião futura e oportuna a formalização da estrutura proposta, pelo fato de demandar a criação de novos cargos de Direção e Assessoramento.
24. Ressalta-se que a partir de 2004 fora autorizada a criação informal de um núcleo na Coordenação-Geral de Polícia Fazendária – CGPFAZ, até a apreciação pelas vias competentes da implantação da Divisão de Repressão a Crimes

Cibernéticos, onde desde então funciona *informalmente* a Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos – URCC.

25. Em 2009, frente ao *Projeto de Reestruturação da Polícia Federal*, apresentou-se a proposta da criação da Coordenação de Repressão a Crimes Cibernéticos, ligada a DICOR – Diretoria de Investigações e Combate ao Crime Organizado. Contudo, em razão de cortes realizados pelo Ministério do Planejamento, a proposta da criação da Coordenação de Repressão a Crimes Cibernéticos foi modificada para uma “Divisão de Apoio a Crimes Cibernéticos”, mantendo-se sua subordinação à Diretoria de Investigações e Combate ao Crime Organizado.
26. Entretanto, entendendo que a apenas uma “Divisão de Apoio a Crimes Cibernéticos”, acompanhada de seus respectivos Serviços e Núcleos de Repressão a Crimes Cibernéticos nos Estados, não atenderia de forma efetiva às necessidades futuras inerentes ao combate aos crimes virtuais, em razão de uma demanda crescente, o Coordenador-Geral de Polícia Fazendária, através do Memorando nº 383/2010-CGPPFAZ/DIREX/DPF, pleiteou a transformação da “Divisão de Apoio a Crimes Cibernéticos” em “Coordenação de Repressão a Crimes Cibernéticos”, bem como a criação de Serviços, *com status de Delegacias*, em todas as Superintendências Regionais do DPF, com as atribuições de apurar as fraudes eletrônicas e os crimes cibernéticos próprios, como invasões e ataques a sistemas computacionais. A proposta foi ratificada pelo então Diretor Executivo da Polícia Federal, por meio do despacho 2282/2010-DIREX/DPF.
27. *Isto posto*, considerando os argumentos apresentados, manifestamo-nos favoravelmente à recomendação apresentada pelo Senado Federal, para a criação da Coordenação de Repressão a Crimes Cibernéticos, e suas respectivas ramificações estaduais, em forma de Delegacias de Repressão a Crimes Cibernéticos, de modo a atender de maneira eficaz e eficiente o mais legítimo interesse público.
28. Com a nossa manifestação e documentos ora anexados, restitua-se o presente expediente ao Senhor Coordenador-Geral de Polícia Fazendária para superior apreciação, sugerindo-se, com a devida vênia, sua remessa às superiores instâncias da Polícia Federal e, caso aprovada, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, para conhecimento dos fatos e argumentos ora apresentados para que possa melhor avaliar a conveniência e oportunidade administrativas de atender à recomendação exarada pelo Senado da República.

Brasília, 10 de Maio de 2011.

CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
CHEFE DA UNIDADE DE REPRESSÃO A CRIMES CIBERNÉTICOS
CGPPFAZ/DIREX

DESPACHO Nº 797/2011-DIREX/DPF**Brasília-DF, 18 de maio de 2011.**

REFERÊNCIA: Ofício nº 267 - Senado Federal, de 03/03/2011.
Despacho nº 369 - DIREX/DPF, de 14/03/2011.
Protocolo nº 08001.001815/2011-79.

ASSUNTO. Relatório Final nº 03/2010 da Comissão Parlamentar de Inquérito - Pedofilia. OBS: DOCUMENTO ANEXADO AO PROTOCOLO Nº 08200.008188/2011-51, ENCAMINHADO PELO DESPACHO Nº 1280/2011, à Diretoria Executiva.

INTERESSADO: CÍCERO LUCENA - Senador/ Primeiro-Secretário do Senado Federal.

DESPACHO:

1- Ciente e de acordo com as manifestações contidas no Despacho n. 277/2011-GECOP/DDH/CGDI/DIREX (fls. 07/12) e Despacho n. 105/2011-URCC/CGPFAZ/DIREX (fls. 50/61).

2- Ao SAD/DIREX para desentranhar a cópia do exemplar do Relatório Final n. 3, da Comissão Parlamentar de Inquérito, e encaminhar para a CGDI/DIREX, tendo em vista que a material enviado ao DPF tem pertinência temática afeta àquela Coordenação.

3- Após, encaminhe-se ao GAB/DG para ciência do Senhor Diretor-Geral, com sugestão de envio ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e ao Excelentíssimo Senador Cícero Lucena, Primeiro Secretário do Senado Federal.



PAULO DE TARSO TEDDEIRA
Delegado de Polícia Federal
Diretor Executivo

DESPACHO Nº 2917/2011-GAB/DG/DPF**Brasília-DF, 26 de maio de 2011.****REFERÊNCIA:**Ofício nº 267 - Senado Federal, de 03/03/2011.
Protocolo nº 08001.001815/2011-79.**ASSUNTO:**

Relatório Final nº 03/2010 da Comissão Parlamentar de Inquérito Pedofilia.

INTERESSADO:

CÍCERO LUCENA - Senador/ Primeiro-Secretário do Senado Federal.

DESPACHO:

I- Senhor Diretor-Geral ciente, e de acordo.

II- De ordem, à Assessoria de Assuntos Parlamentares/MJ para conhecimento e providências, conforme sugerido no item 03, fls. 62.


FELIPE TAVARES SEDAS
Delegado de Polícia Federal
Chefe de Gabinete

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/ PMDB – AP) – O expediente lido será juntado ao processado do respectivo Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/ PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 128/2011-MEC, de 7-7-2011**, do Ministro de Estado da Educação, referente ao Requerimento nº 200, de 2008, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de *apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado*.

São os seguintes o Ofício e os documentos anexos:

Ofício nº 128/2011 – MEC

Brasília, 7 de julho de 2011

Assunto: Relatório Final nº 3, de 2010 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de “pedofilia”.

Senhor Presidente,

Refiro-me à Mensagem nº 25-A (SF), de 28 de fevereiro de 2011, dirigida a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Roussef, acompanhada de cópia do Relatório Final nº 3, de 2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de “pedofilia”, encaminhada a este Ministério pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, conforme Aviso nº 267 – C. Civil, de 3 de junho de 2011, solicitando análise das recomendações do referido relatório e envio de informações a essa Casa.

Em atendimento à solicitação, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Parecer Técnico nº 70/2011 – CGDH/DPDHUC/SECADI/MEC, de 17 de junho de 2011, que trata sobre os programas, projetos e ações em andamento, no âmbito do Ministério da Educação, visando à prevenção e o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, dentre elas a pedofilia.

Atenciosamente, – **Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Educação.

Parecer Técnico nº 70/2011 - CGDH/DPDHUC/SECAD/MEC

Assunto: Medidas adotadas sobre recomendações feitas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal sobre pedofilia

HISTÓRICO

1. Em atenção à Comunicação Interna da ASPAR/MEC encaminhando o Aviso nº 267-C. Civil de 03 de junho de 2011 do Ministro da Casa Civil com mensagem do Presidente do Senado Federal, José Sarney, acerca de solicitação de informações sobre as medidas adotadas em face da prática de crimes de pedofilia, segue parecer.

ANÁLISE TÉCNICA

2. O Aviso nº 267- Casa Civil de 03 de junho de 2011 traz cópia da Mensagem nº 25-A de 28 de fevereiro de 2011 do Senado Federal referente ao Relatório Final nº 3/2010 da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia".

3. Nesse sentido, o Relatório Final nº 3/2010 da Comissão Parlamentar de Inquérito traz duas recomendações voltadas ao Ministério da Educação tal como seguem:

a) Fortaleça a distribuição e difusão do Guia Escolar - Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, incluindo na ação a formação de professores e incentivando a inserção do tema "prevenção contra a pedofilia" no projeto político pedagógico das escolas;

b) continue a implementar as medidas do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR.

4. Informamos que no âmbito das Secretarias do Ministério da Educação estão em andamento as seguintes ações:

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI:

a) Revisão e atualização do Guia Escolar - Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e oferta de formação continuada de professores sobre os temas constantes no Guia.

b) Projeto Escola que Protege - Formação continuada de professores, implantado desde 2004, é uma estratégia da política pública de educação voltada para a promoção e a defesa, no contexto escolar, dos direitos de crianças e adolescentes e enfrentamento e prevenção das violências. Este projeto estabelece cinco ações: 1. curso de formação continuada para profissionais da educação; 2. elaboração, por parte dos cursistas, de Plano de Intervenção Educacional; 3. elaboração de material didático pedagógico; 4.

criação ou fortalecimento de Comissão Gestora Local; 5. realização de dois eventos alusivos ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;

c) Projeto ECA nas Escolas, implantado em 2009, constitui parceira entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Direitos Humanos/PR, a Fundação Telefônica e a FIA/CEATS – Fundação Instituto de Administração do Centro de Empreendedorismo do Terceiro Setor. O projeto visa a formação continuada de profissionais da educação por meio de curso à distância com carga horária de 42 horas;

d) Projeto Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da Lei nº 11.525/2007. As ações do projeto visam: 1) elaborar um diagnóstico, em todo o território brasileiro, das ações para a implementação da Lei nº 11.525/07; 2) fomentar reflexões de especialistas de diversas instituições e regiões sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do ECA e da Lei nº 11.525/2007; 3) apresentar experiências exitosas em escolas da implementação do ECA e da Lei nº 11.525/2007;

e) Curso de formação continuada de professores Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente implementado no âmbito da Universidade Aberta do Brasil por instituições públicas de educação superior que ofertaram o curso por meio da Plataforma Paulo Freire a ser desenvolvido entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012.

Secretaria de Educação Básica - SEB:

a) Portal do Professor - Disponibilização de dicas sobre "Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – Ética e Segurança" na página virtual do MEC;

b) Site do Domínio Público (biblioteca virtual do MEC) - Disponibilização de materiais sobre prevenção contra a pedofilia;

c) Pro-Info – Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Inserção de informações sobre prevenção contra a pedofilia e a pornografia na Internet nos computadores enviados às escolas por meio do Programa.

5. Além das ações, programas e projetos acima descritos, é importante ressaltar que há outras iniciativas que estão em curso, tais como: a) Discussão promovida pelo CNE – Conselho Nacional de Educação em 2011 - para elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos; b) Orientação da SECADI/MEC às Secretarias Estaduais de Educação para a elaboração de Planos Estaduais de Educação em Direitos Humanos.

6. Destaca-se que o PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro - está sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a qual poderá prestar informações complementares sobre as medidas que vêm sendo adotadas quanto a este Programa no âmbito do Governo Federal.

CONCLUSÃO

7. O Ministério da Educação por meio das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e Secretaria de Educação Básica – SEB vem desenvolvendo programas, projetos e ações que visam a prevenção e o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, dentre elas a pedofilia.

8. Este é o parecer. À consideração superior.

Brasília, 17 de junho de 2011.



Danielly dos Santos Queirós

Socióloga/MEC

1. De acordo.

2. Encaminhe-se ao gabinete desta Secretaria.

Brasília, 17 de junho de 2011.



RODRIGO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Coordenador Geral de Direitos Humanos - Substituto

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – O expediente lido será juntado ao processado do respectivo Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 741, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011 (nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011 (nº 2.818, de 2010, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.*

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

Acompanha o acordo a Mensagem nº 873, de 27 de outubro de 2009, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 336 (MRE CGPI/DAOCII/DAÍ/AFEPA-PAIN-BRAS-FILI), de 11 de setembro de 2009, do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A Mensagem foi recebida na Câmara dos Deputados e designada para ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Nesse primeiro colegiado, a mensagem deu origem ao projeto de decreto legislativo ora analisado, que, posteriormente, passou pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Trabalho, Administração e Serviço Público. O ato internacional foi, por fim, aprovado pelo Plenário daquela Casa em 5 de maio de 2011.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Composto de 10 (dez) artigos, o acordo em apreciação segue o modelo de tratados desta natureza. Nesse sentido, os *considerando* dão notícia de que o tratado, em conformidade com o estágio particularmente avançado de entendimento entre os dois países, visa estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas.

A parte dispositiva do acordo segue, em linhas gerais, o que dispõem tratados sobre a mesma temática a nos vincular com mais de quarenta países. O texto acordado, de resto, reproduz tendência verificada no plano internacional de estender aos dependentes do pessoal das missões diplomáticas e consulares a oportunidade de trabalhar no exterior. Esse modo de proceder favorece o engrandecimento da experiência profissional do interessado. O instrumento estimula, por igual, o fortalecimento de laços de confiança entre os dois países.

O ato internacional em análise é, assim, conveniente aos interesses nacionais e aos reclamos do relacionamento bilateral nesse campo.

III – Voto

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011.

Sala da Comissão, – Senador **Pedro Simon**, Relator.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 04/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| | |
|---|------------------------------|
| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR | |
| RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON | |
| TITULARES | - SUPLENTES |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT) | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 3 - LINDBERGH FARIAS (PT) |
| VAGO | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) |
| BLAIRO MAGGI (PR) | 5 - CLÉSIO ANDRADE (PR) |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 6 - ACIR GURGACZ (PDT) |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) | 7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) | 3 - ANA AMÉLIA (PP) |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) |
| JOSÉ AGRIPIÑO (DEM) | 3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | VAGO |

PARECER Nº 742, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011 (nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 210, de 5 de maio de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009*.

Recebida a Mensagem Presidencial pela Câmara dos Deputados, sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional formulou a proposição que aprova o ato internacional em tela, havendo então constituído o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 2.861, de 2010. A matéria passou pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, tendo recebido a aprovação do Plenário daquela Casa em 5 de maio de 2011.

Encaminhada ao Senado Federal em seguida, registrou-se a proposição, na Câmara Alta, como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 128, de 2011, tendo sido este distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, no dia 24 de maio de 2011, depois de decorrido o prazo regimental sem o recebimento de emendas, designado ao Relator que subscreve este parecer.

II – Análise

Trata-se de memorando de entendimento entre o Brasil e as Filipinas com o objetivo de promover a cooperação agropecuária, particularmente em saú-

de animal, desenvolvimento de matérias-primas para biocombustíveis, lácteos, horticultura, inocuidade dos alimentos, gerenciamento do agronegócio, manejo sustentável do solo, genética e biotecnologia, tecnologia de processamento pré e pós-colheita, máquinas agrícolas, ciência vegetal e animal, incluindo o controle de doenças, quarentena, vigilância agropecuária, análise de risco de pragas, cooperação nos procedimentos de inspeção para o trânsito internacional de produtos animais e vegetais, assim como de insumos agrícolas.

São previstos, no acordo, vários mecanismos para a cooperação, como intercâmbio de material genético e de tecnologia de melhoramento genético, intercâmbio e desenvolvimento de tecnologia agrícola, intercâmbio de pessoal, formulação de projetos de assistência técnica, pesquisa conjunta, desenvolvimento de instalações para processamento pré e pós-colheita e de infraestrutura agrícola, organização de eventos e treinamentos, promoção de empresas conjuntas.

Prevê-se também a criação de Grupo de Trabalho Conjunto, visando a implementação do memorando, que será composto por igual número de representantes das Partes, sendo coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do lado brasileiro, e pelo Departamento de Agricultura, do lado filipino.

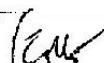
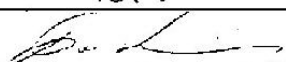

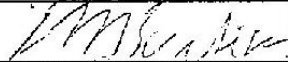
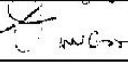

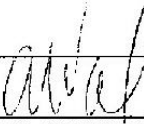
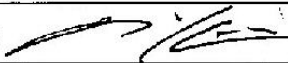
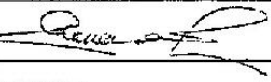
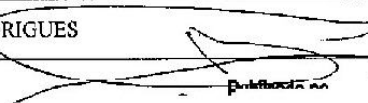
O acordo está lavrado em dez artigos e contém as cláusulas típicas do direito internacional público, como a que disciplina a resolução de eventuais disputas sobre a sua interpretação e implementação, a possibilidade de emendas por consenso mútuo das Partes, sua entrada em vigor e seu término, estipulando sua vigência em cinco anos, que serão automaticamente prorrogados por igual período, salvo manifestação em contrário de uma das partes.

III – Voto

Com base no exposto, considerando que o Memorando de Entendimento em análise apresenta-se adequado do ponto de vista constitucional e regimental e, se aprovado, será de todo conveniente aos interesses do País, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011.

Sala da Comissão, – Senador **Pedro Simon**, Relator.

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2011
 ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 04/08/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| | |
|---|--|
| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR  | |
| RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON  | |
| TITULARES | SUPLENTE |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT)  | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT)  | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIUTIN (PC do B)  | 3 - LINDBERGH FARIAS (PT) |
| VAGO | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)  |
| BLAIRO MAGGI (PR) | 5 - CLÉSIO ANDRADE (PR) |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 6 - ACIR GURGACZ (PDT) |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)  | 7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB)  | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) | 3 - ANA AMÉLIA (PP)  |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) |
| JOSÉ AGRIPIÑO (DEM) | 3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES  | VAGO |

PARECER Nº 743, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006, (nº 2.472/2000, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais. (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2009).

Relator: Senador **Rodrigo Rollemberg**

I – Relatório

Inicialmente submetido ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 5, de 2006, ementado à epígrafe, vem à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), por força do Requerimento nº 642, de 2009, do Senador Romero Jucá.

De autoria da Deputada Luiza Erundina, o projeto pretende obrigar o Poder Executivo a veicular mensagens que estimulem o exercício da cidadania em anúncios governamentais publicados em jornais e revistas, nas propagandas em rádio, televisão e internet, bem como em placas afixadas nas ruas, rodovias e obras públicas.

Para os efeitos da proposta, as mensagens deverão conter reprodução de dispositivos constitucionais e legais que versem sobre os direitos humanos, assim como aqueles que proibam qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação de raça, origem, religião, estado civil, sexo, orientação sexual, idade ou condição social. À transcrição dos textos normativos citados deverá seguir-se a afirmação “exerça sua cidadania”.

Arquivada, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a matéria volta a tramitar em vista da apresentação do Requerimento nº 239, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores.

II – Análise

Tendo em vista que a matéria já foi examinada pela CCJ e pela CE, esta CCT analisará a medida sob os aspectos constantes do inciso VII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, que trata das

matérias de comunicação, imprensa e radiodifusão, aí englobadas, conquanto de maneira não expressa, as matérias que envolvem publicidade.

A Constituição Federal determina, ao dispor sobre os princípios gerais da Administração Pública (§ 1º do art. 37, CF) que *a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social* (...).

Conforme entendemos, o projeto em exame, além de reafirmar os princípios contemplados pelo constituinte originário, propõe o estabelecimento de disciplina complementar, que utiliza as peças de publicidade estatal em benefício da sociedade.

A palavra *cidadania* pode ser entendida de maneiras diversas e possui as dimensões civil, política e social. Cidadania pode estar relacionada à questão da *nacionalidade*, direito de pertencer a uma nação. Pode significar, ainda, o direito à proteção legal, à igualdade perante a lei, à liberdade individual. Mas encerra, não apenas direitos, mas também deveres. A rigor, podemos definir cidadania como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma Nação. Assim, o exercício da cidadania é o usufruto dessas liberdades e direitos prometidos ou garantidos, mas também o cumprimento de deveres que visem ao que é justo, lícito e útil para todos os indivíduos.

Do ponto de vista da competência regimental desta Comissão, importa ressaltar a importância da comunicação no processo de conscientização acerca de direitos e deveres que constroem uma participação cidadã. Ao prever a obrigatoriedade da veiculação de mensagens com esse objetivo, a iniciativa contribui para despertar e estimular uma reflexão crítica na população sobre a importância do exercício cotidiano da cidadania como forma de intervenção na vida política, econômica e social do País.

Por essas razões, consideramos que o PLC nº 5, de 2006, merece a melhor acolhida desta Comissão, destacando a louvável preocupação que inspirou sua apresentação pela Deputada Luiza Erundina.

III – Voto

Ante o exposto, e reconhecido o mérito da iniciativa, somos de parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2011. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 5/2006 NA REUNIÃO DE 03/08/2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE; no exercício da presidência:

M. (Senador Gim Argello)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ *Anibal Diniz*

2. PAULO PAIM *Paulo Paim*

WALTER PINHEIRO

3. MAGNO MALTA

JOÃO RIBEIRO *Licenciado*

4. CRISTOVAM BUARQUE

PEDRO TAQUES *Pedro Taques*

5. LÍDGE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG *Rodrigo Rollemberg*

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP *Valdir Raupp*

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITÁRIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA *Cyro Miranda*

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA *Aloysio Nunes Ferreira*

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

1. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I — os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II — a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....
§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
.....

PARECERES Nºs 744 E 745, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006, do Senador Paulo Paim, que altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.

PARECER Nº 744, DE 2011

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Tramita nesta Comissão o PLS nº 27, de 2006, que tem por objetivo proporcionar aos titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC) o acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas, tal como já ocorre com os assalariados e beneficiários da Previdência Social, conforme dispõe a Lei nº 10.820, de 2003.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que não se pode excluir os titulares do BPC (idosos e

deficientes carentes) das vantagens proporcionadas pela concessão de crédito em folha de pagamento, alijando-os ainda mais do mercado de consumo. Muito embora o BPC seja um benefício de valor baixo, ele é semelhante ao concedido à maior parte dos segurados da Previdência Social. Além disso, para assegurar o não comprometimento da renda, mecanismos específicos, tais como a limitação do desconto mensal a 30% do valor do benefício, também deveriam ser aplicados na concessão dos empréstimos aos idosos e deficientes carentes.

Para alcançar esse objetivo, o PLS nº 27, de 2006, propõe que seja alterado o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, acrescentando os titulares do BPC ao conjunto de pessoas que fazem jus à contratação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

Ao projeto em exame não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 99, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a análise do mérito é de competência da Comissão de Assuntos Econômicos, muito embora sejam importantes algumas considerações quanto à iniciativa, constitucionalidade e juridicidade da proposta.

O projeto de lei é fruto de iniciativa legítima por força do **caput** do art. 61 da Constituição e por não se incluir na reserva do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, vá de encontro ao teor do projeto em exame.

No que se refere à juridicidade e à técnica legislativa, a forma do PLS nº 27, de 2006, é adequada para tratar do assunto e está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 2000.

No que concerne ao mérito, é importante ressaltar que o BPC é um benefício destinado a idosos a partir de 65 anos de idade que não exerçam atividade remunerada e a portadores de deficiência incapacitados para o trabalho e uma vida independente. O referido benefício é de caráter assistencial, uma vez que essas pessoas que não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social.

Trata-se de uma louvável iniciativa de alcance social. Conferir aos idosos e aos deficientes carentes o direito de contratar empréstimos em condições mais facilitadas é conceder-lhes maiores possibilidades de elevar seu bem-estar e, principalmente, respeitá-los como cidadãos brasileiros e valorizá-los como seres humanos.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 27, de 2006.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006. – Senador **Flexa Ribeiro**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 27, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/06/06 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

| | |
|-------------------------|----------------------------------|
| CÉSAR BORGES (PFL) | 1-JOSÉ AGRIPINO (PFL) |
| EDISON LOBÃO (PFL) | 2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) |
| JONAS PINHEIRO (PFL) | 3-HERÁCLITO FORTES (PFL) |
| JORGE BOENHAUSEN (PFL) | 4-DEMÓSTENES TORRES (PFL) |
| RODOLPHO TOURINHO (PFL) | 5-JOSÉ JORGE (PFL) |
| ROMEU TUMA (PFL) | 6- ROSEANA SARNEY (PFL) |
| HUR VIRGÍLIO (PSDB) | 7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB) |
| EDUARDO AZEREDO (PSDB) | 8-ÁLVARO DIAS (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 9-LEONEL PAVAN (PSDB) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB) | 10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) |
| TASSO JEREISSATI (PSDB) | 11-JOÃO TENÓRIO (PSDB) |

PMDB

| | |
|-----------------------|-------------------------------|
| RAMEZ TEBET | 1- ROMERO JUCÁ |
| LUIZ OTÁVIO | 2- GILVAM BORGES |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 3- WELLINGTON SALGADO |
| MÃO SANTA | 4-PEDRO SIMON |
| SÉRGIO CABRAL | 5- VAGO |
| BERTO MESTRINHO | 6-VAGO |
| VALDIR RAUPP | 7-ALMEIDA LIMA |
| NEY SUASSUNA | 8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)* |

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

| | |
|-----------------------------|----------------------------------|
| ALOIZIO MERCADANTE (PT) | 1-ANTONIO JOÃO (PTB) |
| ANA JÚLIA CAREPA (PT) | 2-AELTON FREITAS (PL) |
| IDELI SALVATTI (PT) | 3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) | 4-ROBERTO SATURNINO (PT) |
| FERNANDO BEZERRA (PTB) | 5-FLÁVIO ARNS (PT) |
| JOÃO RIBEIRO (PL) | 6-SIBÁ MACHADO (PT) |
| PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) | 7-SERYS SLHESSARENKO (PT) |

PDT

| | |
|------------|--------------------|
| OSMAR DIAS | 1- JEFFERSON PÉRES |
|------------|--------------------|

* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05/2006

PARECER Nº 745, DE 2011

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Casildo Maldaner****I – Relatório**

Tramita nesta Comissão o PLS nº 27, de 2006, que tem por objetivo proporcionar aos titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC) o acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas, tal como já ocorre com os assalariados e beneficiários da Previdência Social, conforme dispõe a Lei nº 10.820, de 2003.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que tido se pode excluir os titulares do BPC (idosos e deficientes carentes) das vantagens proporcionadas pela concessão de crédito em folha de pagamento, alijando-os ainda mais do mercado de consumo. Muito embora o BPC seja um benefício de valor baixo, ele é semelhante ao concedido à maior parte dos segurados da Previdência Social. Além disso, para assegurar o não comprometimento da renda, mecanismos específicos, tais como a limitação do desconto mensal a 30% do valor do benefício, também deveriam ser aplicados na concessão dos empréstimos aos idosos e deficientes carentes.

Para alcançar esse objetivo, o PLS nº 27, de 2006, propõe que seja alterado o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, acrescentando os titulares do BPC ao conjunto de pessoas que fazem jus à contratação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

Ao projeto em exame não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a análise do mérito é de competência da Comissão de Assuntos Sociais, muito embora sejam importantes algumas considerações quanto à iniciativa, constitucionalidade e juridicidade da proposta.

O projeto de lei é fruto de iniciativa legítima por força do **caput** do art. 61 da Constituição e por não se incluir na reserva do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, vá de encontro ao teor do projeto em exame.

No que se refere à juridicidade e à técnica legislativa, a forma do PLS nº 27, de 2006, é adequada para tratar do assunto e está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 2000.

No que concerne ao mérito, é importante ressaltar que o BPC é um benefício destinado a idosos a partir de 65 anos de idade que não exerçam atividade remunerada e a portadores de deficiência incapacitados para o trabalho e uma vida independente. O referido benefício é de caráter assistencial, uma vez que essas pessoas não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social.

Trata-se de uma louvável iniciativa, tendo em vista seu alcance social. Conferir aos idosos e aos deficientes

carentes o direito de contratar empréstimos em condições mais facilitadas é conceder-lhes maiores possibilidades de elevar seu bem-estar e, principalmente, respeitá-los como cidadãos brasileiros e valorizá-los como seres humanos.

Assim, a proposição harmoniza-se com a construção de uma sociedade justa e solidária, com a erradicação da marginalização e com a redução das desigualdades sociais, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º, I e III, da Constituição.

Não obstante, de acordo com o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e pelo art. 42 do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, o qual regulamenta o BPC, este será revisto a cada dois anos, para fins de verificação das condições que lhe deram origem, podendo ser interrompido ou cancelado, o que pode gerar a interrupção dos pagamentos do empréstimo concedido.

Portanto, seria conveniente que o prazo máximo de vigência do contrato a ser assinado com o beneficiário do BPC esteja limitado à data de revisão do benefício percebido.

Assim, apresentamos duas emendas com o intuito de aprimorar a iniciativa, uma para contemplar o limite descrito acima e outra para harmonizar o texto aos ditames da boa técnica legislativa.

III – Voto

Por todo o exposto o veto é pela aprovação do PLS nº 27, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 27, de 2006, a seguinte redação:

“Altera o art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.”

EMENDA Nº 2-CAS

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 27, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º e com redação a seguir:

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e os titulares de Benefício de Prestação Continuada poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a proceder aos descontos referidos no art. 1º desta lei, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato,

nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

“§ 7º O prazo máximo de vigência do contrato do empréstimo em consignação de que trata o **caput**, no caso do devedor titular

de benefício de prestação continuada, coincidirá com a data de revisão do benefício.” (NR)

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2011. – Senador **Jayme Campos**, Presidente – Senador **Casildo Maldaner**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

| | |
|--|---|
| <p><i>Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006</i></p> <p>ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03 / 08 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)</p> | |
| <p>PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS</p> | |
| <p>RELATORIA: <i>Senador Casildo Maldaner</i></p> | |
| TITULARES | SUPLENTE |
| <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)</p> | |
| PAULO PAIM (PT) | 1- EDUARDO SUPLYCY (PT) |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | 2- MARTA SUPLYCY (PT) <i>absorção de função</i> |
| HUMBERTO COSTA (PT) | 3- VAGO |
| WELLINGTON DIAS (PT) | 4- ANA RITA (PT) <i>absorção</i> |
| VICENTINHO ALVES (PR) | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) |
| JOÃO DURVAL (PDT) | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) |
| <p>BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)</p> | |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) |
| PAULO DAVIM (PV) | 2- PEDRO SIMON (PMDB) |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) |
| CASILDO MALDANER (PMDB) <i>relator</i> | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) |
| ANA AMÉLIA (PP) | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) |
| <p>BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)</p> | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) <i>relator</i> |
| VAGO | 3- PAULO BAUER (PSDB) |
| JAYME CAMPOS (DEM) | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) |
| <p>PTB</p> | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 1- ARMANDO MONTEIRO |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | 2- GIM ARGELLO |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006

| TITULARES | | | | SUPLENTE | | | | | |
|--|-------------|-----|-------|-----------|--|-----|-----|-------|-----------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | | | X | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | | | | |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | X |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | X | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| JOÃO DURAL (PDT) | X | | | | 6- CLÍSIO ANDRADE (PR) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | X | | | | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCA (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) Relator | X | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) | | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CICERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | |
| VAGO | | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | Parlamentar | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| MOZARILDO CAVALCANTI | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | X | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |

TOTAL: 22 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 08 / 2011.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (art. 124, § 4º - RIN)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 08/07/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDAS Nºs 1 - CASE 2-CAS AO PLS Nº 27, DE 2006

| TITULARES | | | | | SUPLENTE | | | | |
|--|-----|-----|-------|-----------|--|-----|-----|-------|-----------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | | | | X |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- VAGO | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | X | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | |
| JOÃO DURAL (PDT) | X | | | | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | X | | | | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMIR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | |
| ROMERO JUCA (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | X | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | |
| RICARDO FERRACIO (PMDB) | | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) | X | | | |
| VAGO | | | | | 3- PAULO DAUER (PSDB) | | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTH | | | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | X | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | |
| JOÃO VICENTE CLAUDINO | | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | |

TOTAL: 12 SIM: 9 NÃO: 3 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES EM 02/08/2011.

PS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSTAÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RBF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 08/07/2011

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006

Altera o art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º e com redação a seguir:

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e os titulares de Benefício de Prestação Continuada poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a proceder aos descontos referidos no art. 1º desta lei, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

§ 7º O prazo máximo de vigência do contrato do empréstimo em consignação de que trata o **caput**, no caso do devedor titular de benefício de prestação continuada, coincidirá com a data de revisão do benefício. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2011. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASILTÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

TÍTULO IV
Da Organização dos PoderesCAPÍTULO I
Do Poder LegislativoSEÇÃO VIII
Do Processo LegislativoSUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. (Vide Lei nº 9.720, de 30-11-1998)

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no **caput**, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

§ 3º O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, entre outras, não constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 4º A cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do benefício, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar os descontos referidos no art. 1º nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social — INSS.

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º desta lei, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil

por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004)

§ 1º Para os fins do **caput**, fica o INSS autorizado a dispor, em ato sobre:

I — as formalidades para habilitação das instituições e sociedades referidas no art. 1º;

II — os benefícios elegíveis, em função de sua natureza e forma de pagamento;

III — as rotinas a serem observadas para a prestação aos titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias das informações necessárias à consecução do disposto nesta lei;

IV — os prazos para o início dos descontos autorizados e para o repasse das prestações às instituições consignatárias;

V — o valor dos encargos a serem cobrados para ressarcimento dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações; e

VI — as demais normas que se fizerem necessárias.

§ 2º Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no **caput** restringe-se à retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado.

§ 3º É vedado ao titular de benefício que realizar operação referida nesta lei solicitar a alteração da instituição financeira pagadora enquanto houver saldo devedor em amortização.

§ 2º Em qualquer circunstância, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no **caput** deste artigo restringe-se à: (Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004)

I — retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária nas operações de desconto, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado; e

II — manutenção dos pagamentos do titular do benefício na mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor nas operações em que for autorizada a retenção, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado.

§ 3º É vedado ao titular de benefício que realizar qualquer das operações referidas nesta lei solicitar a alteração da instituição financeira pagadora, enquanto houver saldo devedor em amortização. (Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004)

§ 4º É facultada a transferência da consignação do empréstimo, financiamento ou arrendamento firmado pelo empregado na vigência do seu contrato de

trabalho quando de sua aposentadoria, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor dos benefícios. (Incluído pela Lei nº 10.953, de 2004)

§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido no § 5º deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta lei. (Incluído pela Lei nº 10.953, de 2004)

DECRETO Nº 6.214,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

Art. 42. O Benefício de Prestação Continuada deverá ser revisto a cada dois anos, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem, conforme dispõe o art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993, passando o processo de reavaliação a integrar o Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do Benefício de Prestação Continuada.

Parágrafo único. A reavaliação do benefício de que trata o **caput** será feita na forma disciplinada em ato conjunto específico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério da Previdência Social, ouvido o INSS.

Ofício nº 93/2011 – PRES/CAS

Brasília, 3 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS, que Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento, de autoria do Senador Paulo Paim.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento”.

Na justificativa, o autor do projeto destaca a importância da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que possibilitou aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil. Essa modalidade de autorização legal de desconto, conhecida como “crédito consignado”, proporciona acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas, em virtude da redução do risco do agente financiador, tendo em vista a irrevogabilidade e a irretroatividade previstas na lei.

Tendo em vista o êxito obtido por essa modalidade de financiamento, no caso dos aposentados e pensionistas do RGPS, entende o autor da proposição não haver motivos para excluir aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada. Afinal, parte considerável dos aposentados e pensionistas que já têm direito ao crédito consignado recebe salário mínimo, valor igual ao que é pago na forma de BPC. Segundo o ilustre representante do Rio Grande do Sul, “a extensão do empréstimo consignado aos titulares do BPC lhes proporcionará acesso a taxas de juros mais justas e, consequentemente, lhes trará uma vida mais confortável”.

A proposição sob exame foi apresentada no dia 6 de fevereiro do ano corrente, tendo sido distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão, para decisão terminativa.

Em sua reunião de 28 de junho do ano em curso, a CAE aprovou relatório que passou a constituir o parecer daquela comissão. A proposição foi, então, remetida a este colegiado, para exame em caráter terminativo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não há vícios que prejudiquem o projeto.

A proposição sob exame, ao alterar o art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, modificada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, tem o propósito de estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada as mesmas possibilidades dadas aos assalariados, aposentados e pensionistas no que se refere ao acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um relevante programa de transferência de renda do Governo Federal previsto na Constituição Federal, art. 203, V, e na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, art. 20).

Atualmente, mais de 2 milhões de pessoas recebem o BPC, entre portadores de deficiências e idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Trata-se, portanto, de um contingente populacional importante, caracterizado pela situação de vulnerabilidade econômica. O principal mérito da proposição em tela consiste na facilitação do acesso dessas pessoas de baixa renda a bens duráveis que poderão lhes trazer algum conforto e qualidade de vida.

Como bem salienta o autor do projeto em sua justificação, os eventuais riscos de comprometimento excessivo da renda advinda do BPC são evitados com a limitação da consignação a 30% da renda do beneficiário, a exemplo do que já ocorre com os aposentados e pensionistas do RGPS.

No nosso entendimento, portanto, a proposição em análise representa iniciativa legislativa que contribuirá para amenizar a condição de pobreza em que se encontram aqueles cuja principal fonte de renda consiste no Benefício de Prestação Continuada.

III – Voto

Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006.

Sala da Comissão, – Senador **Flexa Ribeiro**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Lobão Filho**

I – Relatório

Tramita nesta Comissão o PLS nº 27, de 2006, que tem por objetivo proporcionar aos titulares do

Benefício de Prestação Continuada (BPC) o acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas, tal como já ocorre com os assalariados e beneficiários da Previdência Social, conforme dispõe a Lei nº 10.820, de 2003.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que não se pode excluir os titulares do BPC (idosos e deficientes carentes) das vantagens proporcionadas pela concessão de crédito em folha de pagamento, alijando-os ainda mais do mercado de consumo. Muito embora o BPC seja um benefício de valor baixo, ele é semelhante ao concedido à maior parte dos segurados da Previdência Social. Além disso, para assegurar o não comprometimento da renda, mecanismos específicos, tais como a limitação do desconto mensal a 30% do valor do benefício, também deveriam ser aplicados na concessão dos empréstimos aos idosos e deficientes carentes.

Para alcançar esse objetivo, o PLS nº 27, de 2006, propõe que seja alterado o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, acrescentando os titulares do BPC ao conjunto de pessoas que fazem jus à contratação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

Ao projeto em exame não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a análise do mérito é de competência da Comissão de Assuntos Sociais, muito embora sejam importantes algumas considerações quanto à iniciativa, constitucionalidade e juridicidade da proposta.

O projeto de lei é fruto de iniciativa legítima por força do **caput** do art. 61 da Constituição e por não se incluir na reserva do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, vá de encontro ao teor do projeto em exame.

No que se refere à juridicidade e à técnica legislativa, a forma do PLS nº 27, de 2006, é adequada para tratar do assunto e está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 2000.

No que concerne ao mérito, é importante ressaltar que o BPC é um benefício destinado a idosos a partir de 65 anos de idade que não exerçam atividade remunerada e a portadores de deficiência incapacitados para o trabalho e uma vida independente. O referido benefício é de caráter assistencial, uma vez que essas pessoas não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social. Importante observar também

quanto ao limite para o teto dos descontos e retenções do valor dos benefícios existente na Lei nº 10.820, de 2003 que traz uma maior estabilidade para os idosos.

Trata-se de uma louvável iniciativa, tendo em vista seu alcance social. Conferir aos idosos e aos deficientes carentes o direito de contratar empréstimos em condições mais facilitadas é conceder-lhes maiores possibilidades de elevar seu bem-estar e, principalmente, respeitá-los como cidadãos brasileiros e valorizá-los como seres humanos.

Assim, a proposição harmoniza-se com a construção de uma sociedade justa e solidária, com a erradicação da marginalização e com a redução das desigualdades sociais, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º, I e III, da Constituição.

Não obstante, de acordo com o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e pelo art. 42 do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, o qual regulamenta o BPC, este será revisto a cada dois anos, para fins de verificação das condições que lhe deram origem, podendo ser interrompido ou cancelado, o que pode gerar a interrupção dos pagamentos do empréstimo concedido.

Portanto, seria conveniente que o prazo máximo de vigência do contrato a ser assinado com o beneficiário do BPC esteja limitado à data de revisão do benefício percebido.

III – Voto

Por todo o exposto, com o intuito de aprimorar a iniciativa da apresentação deste projeto de lei, o voto é pela aprovação do PLS nº 27, de 2006, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº 1-CAS

Inclua-se, no art. 1º do PLS nº 27, de 2006, as seguintes alterações ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003:

“Art. 1º

Art. 6º

§ 7º O prazo máximo de vigência do contrato do empréstimo em consignação de que trata o **caput**, no caso do devedor titular de benefício de prestação continuada, coincidirá com a data de revisão do benefício. (NR)”

Sala da Comissão, – Senador **Lobão Filho**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

Tramita nesta Comissão o PLS nº 27, de 2006, que tem por objetivo proporcionar aos titulares do benefício de Prestação Continuada (BPC) o acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas, tal como já ocorre com os assalariados e beneficiários da Previdência Social, conforme dispõe a Lei nº 10.820, dc 2003.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que não se podem excluir os titulares do BPC (idosos e deficientes carentes) das vantagens proporcionais pela concessão de crédito em folha de pagamento, alijando-os ainda mais do mercado de consumo. Muito embora o BPC seja um benefício de valor baixo, ele é semelhante ao concedido à maior parte dos segurados da Previdência Social. Além disso, para assegurar o não comprometimento da renda, mecanismo específicos, tais como a limitação do desconto mensal a 30% do valor do benefício; também deveriam ser aplicados na concessão dos empréstimos aos idosos e deficientes carentes.

Para alcançar esse objetivo, PLS nº 27, de 2006, propõe que seja alterado o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003 acrescentando os titulares do BPC ao conjunto de pessoas que fazem jus à contratação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

Ao projeto em exame não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), análise do mérito é de competência da Comissão de Assuntos Sociais, muito embora sejam importantes algumas considerações quanto à iniciativa, constitucionalidade e juridicidade da proposta.

O Projeto de lei é fruto de iniciativa legítima por força do **caput** do art. 61 da Constituição e por não se incluir na reserva do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, vá de encontro ao teor do projeto em exame.

No que se refere à juridicidade e à técnica legislativa, a forma do PLS nº 27, de 2006, é adequada para tratar do assunto e está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 2000.

No que concerne ao mérito, é importante ressaltar que o BPC é um benefício destinado ao idoso a partir de 65 anos de idade que não exerça atividade remunerada e ao portador de deficiência incapacitado para o trabalho e uma vida independente. O referido benefício é de caráter assistencial, uma vez que essas pessoas não têm condições financeiras de construir para a Previdência Social. Importante observar também quanto ao limite para o teto dos descontos e retenções do valor dos benefícios existentes na Lei nº 10.280, de 2003 que traz uma maior estabilidade para os idosos.

Trata-se de uma louvável iniciativa, tendo em vista seu alcance social. Conferir aos idosos e aos deficientes carentes o direito de contratar empréstimos em condições mais facilitadas é conceder-lhes maiores possibilidades de elevar seu bem-estar e, principalmente, respeitá-los como cidadãos brasileiros e valorizá-los como seres humanos.

Assim, a proposição harmoniza-se com a construção de uma sociedade justa e solidária, com a erradicação da marginalização e com a redução das desigualdades sociais, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º, II e III, da Constituição.

Não obstante, de acordo com o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e pelo art. 42 do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, o qual regulamenta o BPC, este será revisto a cada dois anos, para fins de verificação das condições que lhe deram origem, podendo ser interrompido ou cancelado, o que pode gerar a interrupção dos pagamentos do empréstimo concedido.

Portanto, seria conveniente que o prazo máximo de vigência do contrato a ser assinado com o beneficiário do BPC esteja limitado à data de revisão do benefício percebido

III – Voto

Por todo o exposto, com o intuito de aprimorar a iniciativa da apresentação deste projeto de lei, o voto é pela aprovação do PLS nº 27, de 2006, com seguinte emenda.

EMENDA Nº 1-CAS

Inclua-se no art. 1º do PLS nº 27, de 2006, as seguintes alterações ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003:

“Art. 1º
.....
Art. 6º
.....

§ 7º O prazo máximo de vigência do contrato do empréstimo em consignação de que trata o **caput**, no caso do devedor titular de benefício de apresentação continuada com a data de revisão do benefício. (NR)”

Sala das Comissões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Casildo Maldaner**

I – Relatório

Tramita nesta Comissão o PLS nº 27, de 2006, que tem por objetivo proporcionar aos titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC) o acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas, tal como já ocorre com os assalariados e beneficiários da Previdência Social, conforme dispõe a Lei nº 10.820, de 2003.

Em sua justificativa, o autor do projeto afirma que não se pode excluir os titulares do BPC (idosos e deficientes carentes) das vantagens proporcionadas pela concessão de crédito em folha de pagamento, alijando-os ainda mais do mercado de consumo. Muito embora o BPC seja um benefício de valor baixo, ele é semelhante ao concedido à maior parte dos segurados da Previdência Social. Além disso, para assegurar o não comprometimento da renda, mecanismos específicos, tais como a limitação do desconto mensal a 30% do valor do benefício, também deveriam ser aplicados na concessão dos empréstimos aos idosos e deficientes carentes.

Para alcançar esse objetivo, o PLS nº 27, de 2006, propõe que seja alterado o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, acrescentando os titulares do BPC ao conjunto de pessoas que fazem jus à contratação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

Ao projeto em exame não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a análise do mérito é de competência da Comissão de Assuntos Sociais, muito embora sejam importantes algumas considerações quanto à iniciativa, constitucionalidade e juridicidade da proposta.

O projeto de lei é fruto de iniciativa legítima por força do **caput** do art. 61 da Constituição e por não se incluir na reserva do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente cons-

titucional. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, vá de encontro ao teor do projeto em exame.

No que se refere à juridicidade e à técnica legislativa, a forma do PLS nº 27, de 2006, é adequada para tratar do assunto e está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que concerne ao mérito, é importante ressaltar que o BPC é um benefício destinado a idosos a partir de 65 anos de idade que não exerçam atividade remunerada e a portadores de deficiência incapacitados para o trabalho e uma vida independente. O referido benefício é de caráter assistencial, uma vez que essas pessoas não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social.

Trata-se de uma louvável iniciativa, tendo em vista seu alcance social. Conferir aos idosos e aos deficientes carentes o direito de contratar empréstimos em condições mais facilitadas e conceder-lhes maiores possibilidades de elevar seu bem-estar e, principalmente, respeitá-los como cidadãos brasileiros e valorizá-los como seres humanos.

Assim, a proposição harmoniza-se com a construção de uma sociedade justa e solidária, com a erradicação da marginalização e com a redução das desigualdades sociais, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º, I e III, da Constituição.

Não obstante, de acordo com o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e pelo art. 42 do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, o qual regulamenta o BPC, este será revisto a cada dois anos, para fins de verificação das condições que lhe deram origem, podendo ser interrompido ou cancelado, o que pode gerar a interrupção dos pagamentos do empréstimo concedido.

Portanto, seria conveniente que o prazo máximo de vigência do contrato a ser assinado com o beneficiário do BPC esteja limitado à data de revisão do benefício percebido.

III – Voto

Por todo o exposto, com o intuito de aprimorar a iniciativa da apresentação deste projeto de lei, o voto é pela aprovação do PLS nº 27, de 2006, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº 1-CAS

Inclua-se, no art. 1º do PLS nº 27, de 2006, a seguinte alteração ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003:

“Art. 1º

.....

Art. 6º

.....

§ 7º O prazo máximo de vigência do contrato do empréstimo em consignação de que trata o **caput**, no caso do devedor titular de benefício de prestação continuada, coincidirá com a data de revisão do benefício. (NR)”

Sala da Comissão, – Senador **Casildo Maldaner**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 93, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 93/2011 – PRES/CAS

Brasília, 3 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS, que altera o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento, de autoria do Senador Paulo Paim.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com referência ao **Ofício nº 93, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Recurso nº 10, de 2011**, apresentado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010** (nº 5.203/2009, na Casa de origem, do Deputado Arlindo Chinaglia), que *dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e respectivas composições e dá outras*

providências, vai ao Arquivo, tendo em vista que foram encaminhados expedientes de 4 Senadores no prazo previsto no art. 244, utilizado por analogia.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010, vai à sanção, na forma do texto final da Comissão de Assuntos Sociais.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/ PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2011

Requeiro, com fundamento no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria na Prefeitura da UnB – Universidade Federal de Brasília, com o propósito de verificar os contratos em vigor em 2010 e 2011, relacionados com:

- a) Terceirização de mão-de-obra; e
- b) Obras civis.

Justificação

A Universidade Federal de Brasília (UnB) ocupa o segundo lugar dentre as que mais recebem recursos federais do MEC, apresentando um orçamento bilionário, quase o dobro do recebido pelas universidades federais de São Paulo e do Paraná, segundo informações do Portal da Transparência da CGU. Em função dos vultosos recursos que recebe, a UnB deveria ser um exemplo a ser seguido. Deveria ter o reconhecimento público por ser um centro de excelência no ensino e em pesquisas científicas.

Entretanto, o noticiário de 2011 mostra uma situação bem diferente. Uma universidade sob descontrole moral, que vem se notabilizando pela baderna, por festas batizadas com nomes impronunciáveis (pornográficos), freqüentadas por milhares de jovens, regadas a bebidas alcoólicas e consumo de drogas ilícitas.

Causa espécie o fato de a reitoria permitir e até incentivar essas festas, que vêm trazendo enormes prejuízos, não só materiais, para o campus, mas principalmente para a imagem do ensino universitário. Os médicos, engenheiros e advogados que ali vão se formar correm o risco de ter seu futuro profissional

comprometido pela fama de baderneiros, ou mesmo de drogados.

Desde 2008, a UnB passou a freqüentar as páginas policiais, sob sucessivas denúncias de descabros administrativos e corrupção, que culminaram com a renúncia de um reitor.

Em 2011, as manchetes dos principais jornais e revistas revelam que não houve mudanças. O descabro administrativo continua.

Em um dos contratos de mão-de-obra terceirizada, de uma prestadora de serviços ao campus, as denúncias revelam a existência de cobrança de propina, ora sob investigação do Ministério Público e Polícia Federal. Há diversos outros contratos, cabendo à auditoria averiguar se a propina é um caso isolado ou generalizado.

Nas obras, os prejuízos são milionários, inclusive com operários perdendo a vida em situações de risco que poderiam ter sido evitadas, houvesse um mínimo de responsabilidade por parte da Prefeitura da UnB.

Em abril de 2011, uma chuva forte provocou prejuízos na UnB que – de acordo com a reitoria – superaram os 10 milhões de reais, tendo ocorrido perdas de equipamentos e instalações. A água inundou salas repletas de equipamentos caríssimos, chegando a 3 metros de altura. Dois anos antes, a Agência de Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) havia identificado gargalos na rede de drenagem próxima à UnB. Nenhuma providência foi adotada para evitar a calamidade.

Em julho de 2011, três operários morreram soterrados em uma enorme vala da obra do Hospital Universitário, cujo risco de desabamento era de conhecimento da UnB. Não era preciso ser um especialista para constatar esse risco. Operários da obra estavam se recusando a descer no local da tragédia, mesmo correndo risco de demissão. Embora a reitoria afirme que “ordenou” a paralisação das obras na véspera da tragédia, a Prefeitura da UnB não adotou providências para garantir a suspensão das obras até que a vala recebesse o escoramento. Por outro lado, a construtora afirma que não recebeu comunicados nesse sentido, versões que estão a requerer apurações isentas do órgão de controle externo.

A obra do campus de Ceilândia deveria ter sido entregue em meados de 2009. No entanto, o contrato já recebeu 13 termos aditivos, que aumentaram o preço e protelaram o prazo de conclusão. Ainda assim, há queixas de que a obra se encontra repleta de falhas, com necessidade de ser refeita em vários pontos.

Por todo o exposto, a Prefeitura da UnB acumula uma seqüência de descalabros, que estão comprometendo a imagem da universidade e exigem providências dos órgãos de fiscalização, como o TCU. Tais providências devem operar no sentido de defender a instituição, vítima que tem sido da desídia, da incompetência, da omissão e, novamente, alvo de denúncias de corrupção.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2011.— Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 954, DE 2011

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente, na sessão do dia 18 de outubro de 2011, seja dedicado à comemoração especial dos duzentos anos da Biblioteca Nacional.

Justificação

A justa homenagem que se pretende prestar à Biblioteca Nacional, em comemoração aos duzentos anos de história, tem como fundamento a simbologia dessa instituição na história e na cultura nacionais.

Fundada ainda nos primórdios do século XIX, quando D. João VI decretou que a Real Biblioteca ficasse acomodada no prédio do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, a Fundação Biblioteca Nacional possui atualmente uma das mais raras e ricas coleções em suporte papel do mundo, segundo a Unesco. Além disso, presta relevantes serviços ao meio acadêmico e ao público em geral, colocando à disposição, inclusive em meio digital grande parte de seu acervo.

Portanto, é justo que o Senado Federal homenageie a passagem dos duzentos anos da Biblioteca Nacional que constitui parte do patrimônio cultural dos brasileiros.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2011.

Luiz Tarso
Senador José Sarney
Geovani B. Jr.
Vitorino
Luiz Tarso

REQUERIMENTO Nº 955, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a ser realizada em 2 de setembro de 2011, destinada a comemorar os 50 anos da Campanha da Legalidade.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
Alvaro Dias

| ASSINATURA | SENADOR |
|-----------------------|-----------------------|
| <i>Alvaro Dias</i> | <i>Alvaro Dias</i> |
| <i>Luiz Tarso</i> | <i>Luiz Tarso</i> |
| <i>Geovani B. Jr.</i> | <i>Geovani B. Jr.</i> |
| <i>Paulo Paim</i> | <i>Paulo Paim</i> |
| <i>Roberto Simoes</i> | <i>Roberto Simoes</i> |

REQUERIMENTO Nº 956, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a ser realizada em 21 de outubro de 2011, destinada a comemorar os 23 anos da Fundação Cultural Palmares e um ano da entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
Alvaro Dias

| ASSINATURA | SENADOR |
|-----------------------|-----------------------|
| <i>Alvaro Dias</i> | <i>Alvaro Dias</i> |
| <i>Luiz Tarso</i> | <i>Luiz Tarso</i> |
| <i>Geovani B. Jr.</i> | <i>Geovani B. Jr.</i> |
| <i>Paulo Paim</i> | <i>Paulo Paim</i> |
| <i>Roberto Simoes</i> | <i>Roberto Simoes</i> |

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu, da Presidente da República, as seguintes Mensagens:

- **Nº 109, de 2011** (nº 302/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- **Nº 110, de 2011** (nº 303/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Tarcísio Gomes de Freitas para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- **Nº 111, de 2011** (nº 304/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- **Nº 112, de 2011** (nº 305/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação

do Senhor Roger da Silva Pêgas para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

- **Nº 113, de 2011** (nº 306/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Adão Magnus Marcondes Proença para exercer o cargo de Diretor Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- **Nº 114, de 2011** (nº 307/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mário Dirani para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e
- **Nº 115, de 2011** (nº 308/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Florentino Caixeta para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

São as seguintes as Mensagens:

MENSAGEM

Nº 109, DE 2011

(nº 302/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor JORGE ERNESTO PINTO FRAXE para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 4 de agosto de 2011.



CURRICULUM VITAE

NOME: JORGE ERNESTO PINTO FRAXE

POSTO: GENERAL DE DIVISÃO COMBATENTE DO EXÉRCITO, ORIUNDO DE ENGENHARIA

FILIAÇÃO: ACHILLES NASSER FRAXE E THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 1º DE JANEIRO DE 1953 – BOA VISTA / RR

ESTADO CIVIL: CASADO

IDENTIDADE: 910.049.792 – 4 – MD / EB

CPF: 108.617.424 – 00

**ENDEREÇO: SQN 102 – BLOCO H – AP 302 – ASA NORTE – 70.722 – 080 –
BRASÍLIA / DF – TLF: 3415 6507/6527**

OBJETIVO

Cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)

IDIOMA

Espanhol: Fala, lê e traduz

RESUMO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

INGRESSOU NAS FILEIRAS DO EXÉRCITO NO ANO DE 1972, NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN), ONDE DIPLOMOU-SE OFICIAL DE ENGENHARIA AO FINAL DO ANO DE 1975.

DURANTE SUA CARREIRA PROFISSIONAL, SERVIU NOS MAIS DIVERSOS RINCÕES DA REGIÃO AMAZÔNICA, DA REGIÃO NORDESTE E DA REGIÃO CENTROSUL DO BRASIL, CONSTITUINDO-SE EM EXPERIÊNCIA DE BRASILIDADE E VIVÊNCIA NACIONAL.

DAS INÚMERAS FUNÇÕES EXERCIDAS, DESTACAM-SE AS DE COMANDANTE DE DESTACAMENTOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, AS DE COMANDANTE DE TROPA DE GARANTIA DA SEGURANÇA DE ELEIÇÕES, COMANDANTE DE COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE, MEMBRO DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS, OFICIAL DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO, COMANDANTE DE BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, CHEFE DE ESTADO-MAIOR E COMANDANTE DE GRUPAMENTO DE ENGENHARIA, DIRETOR DE PATRIMÔNIO E DIRETOR DE OBRAS DE COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO.

NO EXTERIOR, COMANDOU A MISSÃO INTERNACIONAL DE REMOÇÃO DE MINAS NA AMÉRICA CENTRAL SOB A ÉGIDE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), CONDUZINDO TRABALHOS DE DESMINAGEM NA NICARAGUA, HONDURAS E COSTA RICA. EXERCEU O CARGO DE ADIDO DO EXÉRCITO E NAVAL JUNTO A EMBAIXADA DO BRASIL NO EQUADOR.

POSSUI OS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO NA ÁREA MILITAR, PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO E CURSO DE "MASTER OF BUSINESS ADMINISTRATION" (MBA), EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS REALIZADO NA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV).

DAS 22 CONDECORAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS QUE POSSUI, DESTACAM-SE:

MÉRITO MILITAR, SERVIÇO AMAZÔNICO, CORPO DE TROPA E DEFESA CIVIL NACIONAL.

É CASADO COM A SRA MARIA DE FÁTIMA MELO FRAXE E POSSUI DOIS FILHOS.

BRASILIA, 08 DE AGOSTO DE 2011

JORGE ERNESTO PINTO FRAXE



Aviso nº 441 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JORGE ERNESTO PINTO FRAXE para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

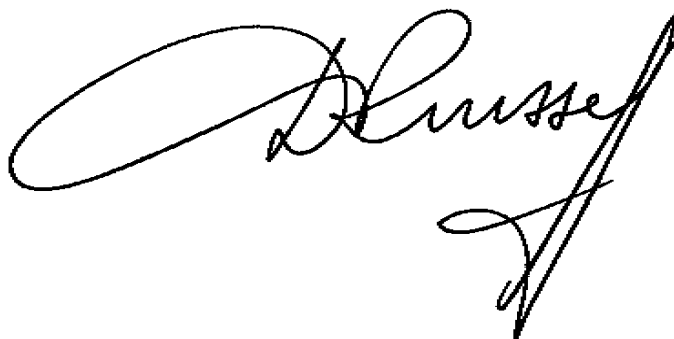
(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM
Nº 110, DE 2011
(nº 303/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor TARCÍSIO GOMES DE FREITAS para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 4 de agosto de 2011.



Tarcísio Gomes de Freitas

Identidade: 011103414-6 MD

CPF: 180.777.838-05

Filiação: Amaury Vieira Freitas e Maria Alice Gomes Freitas

Endereço: Quadra 206, Lote 08, Apartamento: 301

Brasília - DF

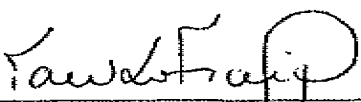
Telefone: (61) 3536-9853 / E-mail: tarcisiofreitas@uol.com.br e tarcisio.freitas@cgu.gov.br

FORMAÇÃO

- Pós-graduação em Gerenciamento de Projetos - Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- Graduação: Engenharia civil - Instituto Militar de Engenharia - 2002
- Graduação: Ciências Militares - Academia Militar das Agulhas Negras - 1996

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **1997 - 1998 - 10ª Companhia de Engenharia de Combate - Exército.**
Cargo: Comandante de Pelotão.
Principais atividades: construção das instalações da companhia em São Bento do Una - PE
- **2003-2006 - 2º Grupamento de Engenharia - Exército**
Cargo: Adjunto da Seção Técnica
Principais atividades: Análise de projetos rodoviários, Aquaviários e aeroportuários, execução de obras de edificação e de infraestrutura, projetos básicos e executivos e auditoria de obras.
- **2006 - Companhia de Engenharia de Força de Paz - Haiti**
Cargo: Engenheiro da Companhia de Engenharia Brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.
- **2008-2010 - Controladoria-Geral da União - CGU**
Cargo: Analista de Finanças e Controle - AFC
Principais atividades: auditoria de obras públicas.
- **2011 - Atual - Controladoria-Geral da União - CGU**
Cargo: Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Transportes
Principais atividades: auditoria de obras na área de transportes



Tarcísio Gomes de Freitas

Aviso nº 442 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor TARCÍSIO GOMES DE FREITAS para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

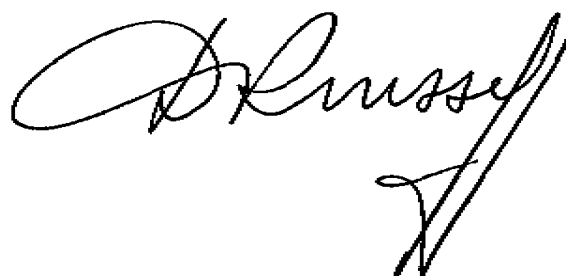
(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM
Nº 111, DE 2011
(nº 304/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 4 de agosto de 2011.



PAULO DE TARSO C. CAMPOLINA DE OLIVEIRA
Rua Gen. Venâncio Flores, 226, apto. 102
CEP: 22441-090 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
(21) 8596-6174 ou 2333-1437/1438 ou (61) 9214-2523
paulocampolina@hotmail.com

SUMÁRIO PROFISSIONAL

Nascido em Belo Horizonte – Minas Gerais, em 19 de maio de 1968, executivo com 17 anos de experiência no Setor Público, como ocupante de cargo efetivo da Secretaria do Tesouro Nacional e de diversos cargos comissionados de direção e assessoramento superior. Formação acadêmica nas áreas de Economia, Administração, Contabilidade e Direito. Pós Graduação em Finanças e Gestão.

Filho de Francisco de Assis Campolina de Oliveira e Edisa Pinto Cancela de Oliveira.

Portador do RG 990809 – SSP/DF e do CPF 411.137.051-91.

ÁREAS DE EXPERIÊNCIA

- | | |
|---------------------|----------------------|
| • Empresas Estatais | • Previdência Social |
| • Desestatização | • Logística |
| • Bancária | • Finanças Públicas |

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**SETOR PÚBLICO**

Cargo Efetivo: Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, janeiro de 1995 até o presente.

Cargos Comissionados e Eletivos:

I – Estado do Rio de Janeiro

i) Banco do Estado do Rio de Janeiro AS, em liquidação – BERJ

Liquidante, maio de 2007 até o presente.

Principal executivo do Banco, responsável pela gestão e reestruturação da Companhia, com o foco em sua desestatização, ocorrida no último dia 20 de maio u.p.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA

II – União

i) Empresa Gestora de Ativos – EMGEA

Superintendente de Auditoria, março de 2005 a abril de 2007.

ii) Centrais de Abastecimento do Estado de Minas Gerais – CEASAMINAS

Diretor Administrativo e Financeiro, junho de 2003 a fevereiro de 2005.

iii) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Coordenador-Geral de Logística, fevereiro de 2003 a maio de 2003.

Coordenador-Geral de Desestatização, fevereiro de 2000 a janeiro de 2003.

iv) Ministério da Fazenda

Coordenador de Normas e Execução de Despesa, substituto, janeiro de 1999 a janeiro 2000.

Chefe da Divisão de Normas, janeiro de 1998 a dezembro de 1998.

Chefe da Divisão de Racionalização da Execução da Despesa, março de 1997 a dezembro de 1997.

Chefe de Serviço da Div. de Análise Fin. das Empresas Estatais, abril de 1996 a fevereiro de 1997.

vi) Conselhos de Governo

Conselho de Gestão da Previdência Complementar: Conselheiro – 2002/2003.

SETOR PRIVADO

Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE: Professor - 1993

Campos e Claro Auditores Independentes – trainee, 1992

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA

FORMAÇÃO ACADÊMICA**I – PÓS-GRADUAÇÃO****i) Fundação Getulio Vargas – FGV/RJ**

Mestrado em Gestão de Empresas – janeiro de 2010 a ...

ii) Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC

MBA em Finanças – janeiro 1997 a julho de 1998

II – GRADUAÇÃO**i) Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília**

Bacharel em Direito - janeiro de 1999 a dezembro de 2003.

ii) Centro de Ensino Unificado de Brasília

Bacharel em Economia - julho de 1989 a julho de 1992.

iii) Universidade de Brasília – UNB

Bacharel em Administração – julho de 1985 a julho de 1992.

Bacharel em Ciências Contábeis – julho de 1985 a julho de 1992.

Brasília, 05 de agosto de 2011



Aviso nº 443 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

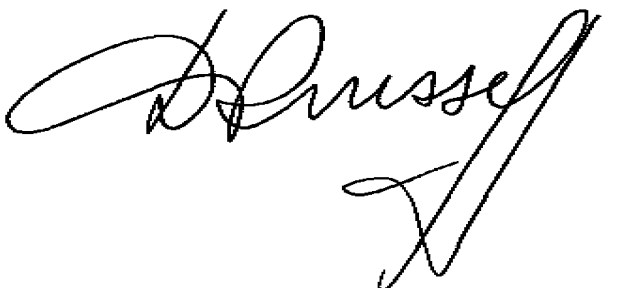
(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM
Nº 112, DE 2011
(nº 305/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “F”, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor ROGER DA SILVA PÊGAS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 4 de agosto de 2011.



CURRICULUM VITAE

Nome: Roger da Silva Pêgas

RG: 8085/D CREA-DF

CPF: 410.106.550-00

Estado Civil: Casado

Filiação: Angelina da Silva Pêgas

Roberto da Silva Pêgas

Endereço: Rua Cabral, 1280, apartamento 1502, Bela Vista

Cidade: Porto Alegre/RS

Telefones: (51) 3406 9588

E-mail: rspegas@yahoo.com.br

1. FORMAÇÃO

| | Área/Subárea do Conhecimento | Instituição | Ano de Início | Ano de Conclusão |
|------------------|---|---|--------------------------|-----------------------------|
| Graduação | Engenharia Civil | Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg) | 1986 | 1991 |

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS**Ministério dos Transportes**

- **Área:** Secretaria de gestão dos Programas de Transportes (SEGES).
- **Atividades:** Participação no grupo de trabalho para "Redesenho do Processo de Negócio de Medições no DNIT", participação no grupo de trabalho para "Avaliação de Desempenho do Orçamento de Investimento pelas Superintendências Regionais do DNIT", participação no desenvolvimento e treinamento no banco de dados SGPPI desenvolvido pelo NPAC-16 Porto Alegre-RS.
- **Cargo:** Especialista em Infraestrutura Sênior.
- **Período:** de fevereiro/2009 até a presente data.

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF)

- **Área:** Superintendência de Obras (Suobra – DER/DF).
- **Atividades:** planejamento de trabalhos de conservação, de sinalização, de manutenção de obras de arte especiais e correntes da malha pertencente ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal (1.680km), envolvendo equipes próprias (16 engenheiros, 387 funcionários) e equipes contratadas. Coordenação, supervisão e fiscalização de obras de engenharia. Coordenação e supervisão dos trabalhos de conservação, sinalização, manutenção de obras de arte especiais e correntes da malha do 4º e 5º Distritos Rodoviários/DER-DF. Planejamento e coordenação dos serviços constantes de Convênio do Governo do Distrito Federal com Prefeituras da RIDE (Região do Entorno do DF nos estados de GO e MG).
- **Cargos:** Superintendente de Obras, Chefe do 4º e 5º Distritos Rodoviários, Chefe do Núcleo de Obras e do Núcleo de Conservação do 1º e 3º Distritos Rodoviários e Engenheiro Executor do 2º Distrito.
- **Período:** de outubro/1991 até fevereiro/2009.

3. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF)**

- Representante do DER/DF, do ponto de vista de execução de obras, junto aos órgãos com que se relaciona no âmbito da estrutura do Governo do Distrito Federal (GDF) e fora dela, com prefeituras do Entorno (RIDE), DERs de outros estados e DNIT.
- Membro da Diretoria Colegiada do DER/DF.
- Membro da equipe de elaboração da LDO e da LOA no DER/DF.
- Coordenação da Unidade de Gerenciamento Local do Programa de Transporte Urbano – UGL.
- Coordenação do Programa Redução de Poeira em Escolas Rurais (Reper) para a pavimentação de áreas próximas a 156 escolas públicas localizadas em vias não pavimentadas no DF.
- Membro da equipe de elaboração do PPA para o DER/DF (2007).
- Executor dos Convênios do GDF com as Prefeituras de Novo Gama/GO, Valparaíso/GO, Cidade Ocidental/GO, Buritis/MG e Águas Lindas/GO, todos na região do Entorno (2000-2004).
- Participação na Comissão Organizadora do VI Encontro Nacional de Conservação Rodoviária (Enacor), realizado pelo DER/DF. (2001).
- Participação na Comissão de Revisão do Mapa Rodoviário do Distrito Federal (2000).
- Instrutor dos cursos de Sistemas de Gestão da Qualidade e Programa 5S (1995).

4. OUTROS CURSOS

- Drenagem de Rodovias – ABTC (2006)
Carga horária: 20 horas
- Básico sobre Pavimentos de Concreto – ABCP (2005)
Carga horária: 16 horas
- Orçamento de Obras e Cálculo do BDI – Crea-DF (2003)
Carga horária: 16 horas
- Contenção Viária – ARMCO (2003)
Carga horária: 20 horas
- Treinamento de Chefias no Serviço Público – Cebrad (2000)
Carga horária: 16 horas
- MicroStation Básico – CCAuEx (2000)
Carga horária: 40 horas
- Orçamentista de Obras – Senai (1999)
Carga horária: 20 horas
- Contrato Administrativo – Esad (1999)
Carga horária: 20 horas
- Alinhamento Estratégico do DER/DF – IDR (1999)
Carga horária: 16 horas
- Básico de Autocad – MS Desenhos (1997)
Carga horária: 56 horas
- Segurança e Saúde do Trabalhador – IDR (1997)
Carga horária: 20 horas
- Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo – TCDF (1996)
Carga horária: 20 horas
- Interferência de Rodovias com o Meio Ambiente – ABGE (1996)
Carga horária: 20
- Seminário da Sipat – DER-DF (1995)
Carga horária: 10
- Indicadores da Qualidade e Produtividade – IBQN (1995)
Carga horária: 16 horas
- Planejamento e Organização para a Qualidade – IBQN (1995)
Carga horária: 16 horas
- Sistemas de Gestão pela Qualidade Total – IBQN (1994)
Carga horária: 44 horas
- Projeto e Observação de Pavimentos Rodoviários – ABPv (1993)
Carga horária: 15 horas

Brasília-DF, 03 de agosto de 2011.

Aviso nº 444 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROGER DA SILVA PÊGAS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

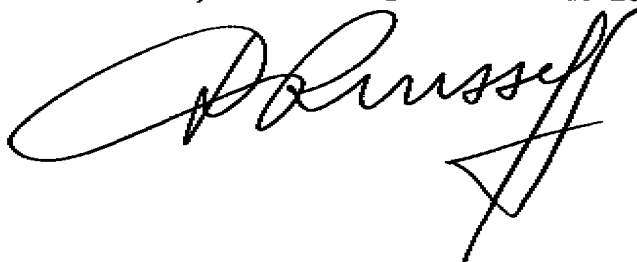
(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM
Nº 113, DE 2011
(nº 306/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “F”, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 4 de agosto de 2011.



CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS:

Nome: Adão Magnus Marcondes Proença
Idade: 53 anos
Telefone: 0 xx 51 3022 3769 – (51) 9156 6500
Família: Casado, dois filhos
Endereço: Rua Silveiro, 399 Apt. 305 – Menino Deus – Porto Alegre – RS
CPF 306.836.530-91
RG 5003534591 SJS-RS
e-mail: magnusproenca@gmail.com
Filiação: Thereza Marcondes Proença e Matheus Antunes Proença

RESUMO DAS QUALIFICAÇÕES:

- 20 anos em execução e gestão de obras, residenciais, comerciais e industriais
- 15 anos em PCP (Planejamento e Controle da Produção);
- 8 anos em cargos de gerência e diretoria;
- 12 anos em análise de viabilidade técnica, financeira e gestão de obras;
- 8 anos em sistemas de qualidade ISO, PBQPH;
- 6 anos em montagem industrial;
- 10 anos em licitações públicas, montagem de editais, coordenação de licitações pela 8.666, acompanhamento de abertura de propostas, etc...
- 12 anos como usuário de informática com plataforma Windows, Pacote Office, AutoCAD e MS Project;
- 12 anos em planejamento executivo, físico-financeiro, de equipamentos, materiais, logística e pessoal, em empreendimentos da construção civil;
- 13 anos em gerenciamento e planejamento de projetos arquitetônico, estrutural, montagem industrial, de fundações, hidrossanitário, elétrico, de incêndio e de transmissão de dados;
- Lead Assessor – ISO 9001:2000 – PBQP-H

REALIZAÇÕES PROFISSIONAIS EFETIVADAS

- Gestão de diversas obras de serviços, industriais e residenciais de grande porte interagindo com fornecedores, clientes externos e internos;
- Reorganização estrutural do setor de Obras e Manutenção do SESC em suas vinte e três filiais no RS, proporcionando maior agilidade, qualidade, economia e valorização da imagem institucional da entidade;
- Criação, coordenação, implantação e manutenção de sistema de controle de qualidade, custos e produtividade em quatro filiais para construtora de obras residenciais;
- Compatibilização de projetos, otimização de métodos e técnicas construtivas, racionalizando produção e custo de obras públicas de serviços.
- Habitualidade em trabalhar sob pressão e em relações institucionais e pessoais com clientes internos e externos, públicos e privados;

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PRINCIPAL

- **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – SEGES**
Cargo: Especialista Sênior em Infraestrutura – Civil e Aquaviário
Atividade Principal: gestão de portos e hidrovias na bacia Amazônica e do Mercosul
Período: janeiro de 2009; trabalho atual.
- **ENCON – Engenharia de Construção Ltda.**
Cargo: Gerente de Contrato – Preposto
Atividade Principal: gestão da construção de dois edifícios públicos, com 6 e 10 pavimentos, 1.650 e 14.000 m²
Período: outubro de 2006 a janeiro de 2009
- **ARCELOR - CNA/INAP**
Cargo: Gerente Técnico
Atividade principal: planejamento de produção, entrega e relações com clientes de corte e dobra de aço.
Volume mensal: 36.000 t, 45 obras
Período: janeiro a outubro de 2006
- **BECHTEL INTERNATIONAL – Klabin Riocell S.A.**
Cargo: Fiscal de Civil e Montagem Mecânica
Atividade Principal: fiscalização da ampliação da fábrica de celulose, US\$197.000.000,00
Período: janeiro de 2001 a dezembro 2003
- **Concisa Engenharia, Comércio e Indústria Ltda.**
Cargo Inicial: Diretor de Engenharia

Atividade Principal: gestão e construção de edifício de apartamentos com 13.622 m², com método industrializado
Período: março de 1999 a dezembro de 2000

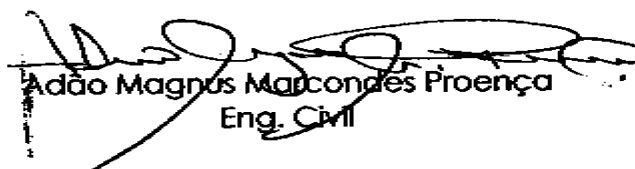
- SESC – Serviço Social do Comércio
Cargo: Diretor de Obras e Manutenção
Atividade Principal: coordenação, planejamento de projetos e obras comerciais e de serviços
Período: março de 1996 a novembro de 1998
- BBS Engenharia e Construções Ltda.
Cargo Inicial: Gerente de Planejamento
Cargo Final: Diretor Técnico da Filial São Paulo – SP
Período: junho de 1993 a março de 1996
- Encol S. A.
Cargo Inicial: Engenheiro Residente
Cargo Final: Engenheiro Residente
Período: dezembro de 1988 a agosto de 1992

ESCOLARIDADE E CURSOS

- Engenharia Civil – UNISINOS
- Pós Graduação em Técnicas Construtivas – PUC
- Pós Graduação em Engenharia de Produção – USP
- Marketing Básico – Carvalho Consultores
- FMEA, FTA – Análise da Arvore de Falhas – UNISINOS
- Análise de Solos, Fundações e Obras em Terra – ABMS
- Engenharia de Análise de Valor (EAV) – Fund. Vanzolini

REFERÊNCIAS

- Everton Dallavechia – SESC – 051 3211 3000
- Carlos Alberto Barata – BBS – 048 3437 5588
- Edmilson Fortes Barreto – ENCON – 065 3052 1414
- Joel Echel – ARCERLOR – 051 2121 7777
- Miguel Masella – MT – 061 3311 7758



Adão Magnus Marcondes Proença
Eng. Civil

Aviso nº 445 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ADÃO MAGNUS MARCONDES PROENÇA para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

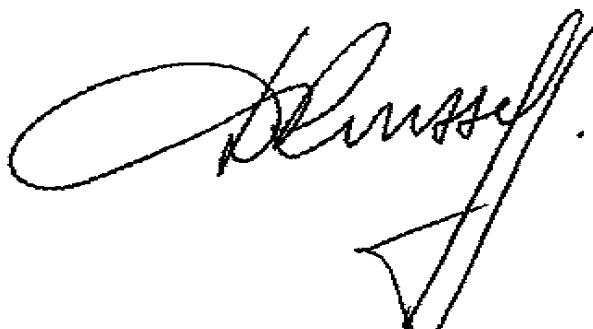
(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM
Nº 114, DE 2011
(nº 307/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “F”, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor MÁRIO DIRANI para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 4 de agosto de 2011.



CURRICULUM VITAE

1. IDENTIFICAÇÃO

MARIO DIRANI

Nascido em 13 de março de 1956 em São Paulo-SP

Filiação: Alberto Dirani e Maria de Almeida Dirani

Endereço: AOS 8 bloco E apto. 304 – Área Octogonal – Cruzeiro – DF – CEP 70660-085

Telefone: (61) 3361-0482

e-mail: mario.dirani@transportes.gov.br

RG 8.688.280 – SSP-SP

CPF 922.508.078-68

Registro no CREA nº SP-0601021807

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso de Especialização em Economia

Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

1999 – MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões

Curso de Pós-graduação em Engenharia Civil

Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande

de 1982 a 1984 – Mestrado em Transportes

Curso Superior

Escola de Engenharia de São Carlos - USP

de 1975 a 1981 – Curso de Engenharia Civil

3. ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Especialista em Infraestrutura Sênior do Ministério dos Transportes, lotado na Secretaria de Política Nacional de Transportes, desde dezembro de 2008, exercendo atividades relacionadas ao planejamento e desenvolvimento da política de transportes, em especial na área ferroviária.

Técnico Comissionado da Agência Nacional de Transportes Terrestres, lotado na Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira, de janeiro de 2004 a novembro de 2008, exercendo atividades relacionadas à fiscalização das cláusulas econômico-financeiras das concessões ferroviárias e de estudos sobre o equilíbrio econômico das outorgas, atuando também como gerente substituto da Gerência de Estudos do Equilíbrio Econômico das Outorgas – GEECO.

Engenheiro da Rede Ferroviária Federal S.A., lotado na Administração Geral, de julho de 1989 a dezembro de 2003, assumindo a chefia da *Divisão de Custos*, de junho de 1995 a novembro de 1996, trabalhando na implantação de sistemas de custos e, após o início do processo de concessão da malha ferroviária, em atividades de acompanhamento do desempenho das concessões.

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Industrial, de outubro de 1984 a junho de 1989, trabalhando em diversos projetos de planejamento de transporte de cargas, sistemas de custos e de simulação de desempenho de trens.

4. ATIVIDADES ACADÊMICAS

Professor Auxiliar da PUC/RJ, Departamento de Engenharia Industrial, responsável, de agosto de 1985 a junho de 1989, pela disciplina *Engenharia e Planejamento de Sistemas de Transporte*, matéria obrigatória do currículo de graduação em Engenharia Civil.

5. APROVAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS

Aprovado como Especialista em Infraestrutura Sênior – Transporte Ferroviário, em 3º lugar, em concurso público realizado em abril de 2008 pelo CESPE/UnB.

Aprovado como Tecnologista Júnior – Análise Sócio-Econômica, em 17º lugar, em concurso público realizado em maio de 2002 pelo IBGE.

Aprovado como Engenheiro Civil, em 25º lugar, em concurso público realizado em dezembro de 1984 pela Rede Ferroviária Federal S.A..

Aprovado como Engenheiro Civil, em 122º lugar, em concurso público realizado em agosto de 1984 pela Prefeitura do Município de São Paulo.

6. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, ENCONTROS E SEMINÁRIOS

Regulação – Teoria e Prática

PRO-REG – ENAP – Brasília –DF – julho de 2011

I Curso TAV – Formação em Alta Velocidade

Revista Ferroviária/UIC – São Paulo – SP – março de 2011

1º Seminário de Gestão em Infraestrutura

Ministério dos Transportes – Brasília – DF – agosto de 2010

II Encontro de Ferrovias

ANTF – Vitória – ES – abril de 2010

2º Curso de Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas

BID/MPOG – Brasília – DF – junho de 2009

Seminário Brasil nos Trilhos 2006

Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – Brasília – junho de 2006

Parcerias Público-Privadas: lições portuguesas para o Brasil

Projeto Eurobrasil 2000 – MPOG – Brasília – DF – abril de 2006

Montagem e Avaliação de Parcerias Público-Privadas

Projeto Eurobrasil 2000 – MPOG – Brasília – DF – setembro de 2005

Contabilidade Regulatória e Modelos Econômico-Financeiros para Regulação

ANTT e Banco Mundial – Brasília – DF – outubro de 2004

Project Finance – Teoria e Prática – Machado Advogados e Cavalcante Consultores

Brasília – DF – setembro de 2004

Aprimoramento dos Instrumentos de Regulação nos Transportes Terrestres
ANTT – Brasília – DF – agosto de 2004

Curso de Contabilidade Financeira e Gerencial – Alliance Corporate Education
Brasília – DF – julho de 2004

Curso de Matemática Financeira Aplicada em Excel – Cavalcante Consultores
Brasília – DF – maio/junho de 2004

XVIII Congresso Panamericano de Estradas de Ferro
Rio de Janeiro - RJ - setembro de 1990

Encontro sobre Desenvolvimento Tecnológico no Setor Ferroviário - EDTF - FEPASA
São Paulo - SP - outubro de 1986

I Encontro Nordeste de Transportes Públicos
Fortaleza - CE - abril de 1982

7. TRABALHOS ACADÊMICOS

MODELOS DE SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO DE TRENS, dissertação de mestrado apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia da UFPB, em fevereiro de 1984. O trabalho consistiu no estudo da dinâmica do movimento de uma composição ferroviária, com a elaboração de um programa em FORTRAN para computador para simular o percurso de um trem num trecho de ferrovia, fornecendo dados de tempo de percurso, velocidades e consumo de combustível. Orientador: Prof. Dr. José Eugênio Leal.

8. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS DE TESES DE MESTRADO

“Avaliação Operacional do Sistema Roll-On/Roll-Off”, de José Carlos Martins Sallé (PUC/RJ), em fevereiro de 1987.

“Eletrificação Ferroviária no Brasil: Uma Avaliação Através da Análise Multicritério”, de Manuel Campos Souza Neto (PUC/RJ), em 18 de janeiro de 1985.

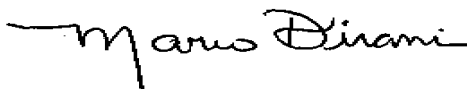
9. CURSOS DE IDIOMAS

Curso de Italiano – Associação Cultural Ítalo-Brasileira/RJ – de 1991 a 1994
Curso de Alemão II – Departamento de Letras da PUC/RJ – 1985
Curso de Alemão I – Leitorado de Alemão da UFPB – 1983
Curso de Inglês Instrumental – UFPB – 1982

10. CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Utilização do sistema Microsoft Windows XP Professional e dos aplicativos Microsoft Office Outlook 2003, Microsoft Internet Explorer, Microsoft Office Excel 2003, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003.

Brasília, agosto de 2011.



Mário Dinami
Matr. SIAPE - 1440403

Aviso nº 446 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MÁRIO DIRANI para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

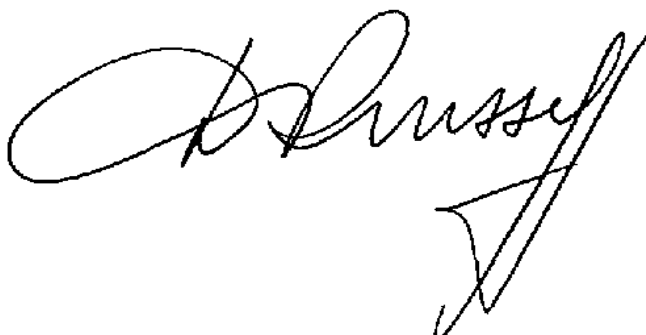
(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM
Nº 115, DE 2011
(nº 308/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor JOSÉ FLORENTINO CAIXETA para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 4 de agosto de 2011.



CURRÍCULUM VITAE**• Dados Pessoais:**

Nome: **José Florentino Caixeta**
Nacionalidade: **Brasileira**
Filiação: **Francisca Maria de Jesus e José Evaristo Caixeta**
Data de Nascimento: **04-maio-1947**
RG: **M - 37 005 (SSP/MG)**
CPF: **122 495 056 - 91**
Identidade Profissional: **CREA-8484/D-MG**

• Formação Profissional:

Curso de Engenharia Civil - outubro de 1.971 – EEUFMG.

Cursos de especialização em Engenharia de Transportes (Relações Humanas, Administração, Planejamento, Gerência de Projetos, Urbanismo, etc.).

• Experiência Profissional:

- De 06/08 a atual: Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER-DF, como Analista de Atividades Rodoviárias.

- . Atualmente lotado na Gerência de Faixa de Domínio da Superintendência de Operações.
- . de 01/11 a atual: Gerente da Gerência de Faixas de Domínio das rodovias do SRDF.
- . de 05/09 a 12/10: Coordenador da COPLAN – Coordenadoria de Planejamento do DER/DF.
- . de 06/08 a 04/09: Membro de equipe da SUENGE, lotado no NTOP/GEPRO.

- De 07/07 a 05/08: No exercício da Licença Prêmio do DER/DF, como preposto da VEGA Engenharia e Consultoria Ltda. junto à VALE na coordenação dos Estudos e Projetos Conceitual e Básico do Projeto de Duplicação da Estrada de Ferro Carajás – Lote 2 (km 12,287 ao km 152,875) – Projeto de 230 MTA.

- De 12/92 a 06/07: Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER-DF como Analista de Atividades Rodoviárias, tendo exercido as funções de:

- . de 01/05 a 06/07: Chefe do Núcleo de Topografia - NTOP/GEPRO/SUENGE.
- . de 01/99 a 01/05: Gerente da Gerência de Estudos e Topografia - GEPRO/DEP/SUENGE.
- . de 06/93 a 12/98: Chefe da Divisão de Estudos e Projetos - DEP/DITEC/DER-DF.
- . de 12/92 a 05/93: Diretor da Divisão de Estudos e Projetos – DEP/DER-DF.

- De 08/81 a 11/92: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT/MT, Brasília – DF, como Técnico de Planejamento de Engenharia.

- . de 03/91 a 11/92: Diretor da Divisão de Estudos e Projetos – DEP/DER-DF (requisitado).
- . de 05/90 a 02/91: Assessor do Diretor do Departamento Nacional de Transporte Rodoviário – DNTR/SNT/MINFRA.
- . de 04/86 a 04/90: Coordenador Executivo da Secretária - Geral/MT.
- . de 05/85 a 03/86: Chefe de Gabinete do Secretário - Geral/MT.
- . de 02/83 a 04/85: Assessor do Secretário de Transportes Terrestres/MT.
- . de 08/81 a 01/83: Coordenador Executivo da Secretaria Geral/MT.

- De 10/80 a 07/81: Ministério dos Transportes - MT, Brasília – DF, como Coordenador Executivo da Coordenadoria de Transportes Rodoviários.

- De 04/80 a 09/80: Empresa CEL - Círculo Engenharia Ltda, Patos de Minas (MG), como Diretor de Produção e Coordenador de Engenharia.

- De 08/78 a 03/80: **Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLAMBEL (MG), como Engº Especializado da Coordenação de Projetos Especiais de Transportes e Trânsito – PETT na fiscalização dos projetos:**

- . Av. Cristiano Machado, trecho: Túnel da Lagoinha-Anel Rodoviário – Prol. da Via Norte (10 km).
- . Programa Ordinário de Pavimentação – POP de vias urbanas em Bairros de Baixa Renda da RMBH (120 km).

- De 01/71 a 07/78 - **TRANSCON S.A. - Consultoria Técnica**

- de 11/77 a 07/78: **Chefe dos Serviços de Engenharia (Belo Hte.), na condução dos Projetos Finais de Engª das rodovias:**

- . BR-060, trecho Brasília – Goiânia (170 km) – DNER (duplicação).
- . MG-338, trecho Barbacena – Caxambu (Entº BR-267) e Acessos (180 km) – DER/MG.
- . BR-153, trecho Entº BR-452 – Divisa GO/MG (8 km) – DNER (duplicação) e
- . Participação da elaboração de diversas Propostas para Concorrência.

- de 01/76 a 10/77: **Chefe do Departamento de Estudos de Traçado, Projetos Geométrico, Interseções, Sinalização, Cerca e Defensas e Desapropriações (Rio de Janeiro), com a realização dos trabalhos:**

- . Projeto Final de Engª da rodovia Foz do Iguaçu – Porto Mendes (120 km) – Itaipú-Binacional.
- . Projeto Final de Engª da ferrovia Touggourt – Ghardaia, via Ouargla e ramal para Hassi Messaoud (440 km) - S.N.T.F. (Argélia).
- . Anteprojeto Geométrico do ramal ferroviário de Aracruz (40 km) – CVRD (Espírito Santo).
- . Anteprojeto de Engª da rodovia BR-060, trecho Brasília – Goiânia (170 km) – DNER.
- . Estudos de Traçado e Anteprojeto Geométrico da rodovia MG-338, trecho Barbacena – Caxambu (Entº BR-267) e Acessos (180 km) – DER/MG.
- . Revisão da Minuta do Projeto Final de Engª da rodovia de ligação Corumbá – Santa Cruz de La Sierra (660 km, 7 lotes) – DNER.

- de 01/76 a 03/76: **Coordenação das revisões das Minutas de Relatório dos Projetos Finais de Engª das rodovias:**

- . BR-259/MG, trecho Governador Valadares – Resplendor (135 km, 3 lotes) – DER/MG.
- . Ligação Frutal – Itapagipe – São Francisco de Sales (92 km, 2 lotes) – DER/MG.
- . BR-174/AM, trecho Manaus – Rio Santo Antônio do Abonari (217 km, 2 lotes) – DNER.
- . BR-226/RN, trecho Currais Novos – Jaguaribe (285 km, 5 lotes) – DNER.
- . 13 Acessos Rodoviários, em Minas Gerais (130 km, 8 lotes) – DER/MG.
- . e da Ferrovia: Variantes das Linhas do Centro, trecho Jeceaba – Barra do Pirai (12 lotes) –

RFFSA.

-em 12/75: **Chefe de Equipe na elaboração dos Estudos de Traçado do Projeto Final de Engª da Ferrovia:**

- . Ligação Touggourt – Ghardaia, via Ouargla e ramal para Hassi Messaoud (440 km) - S.N.C.F.A (Argélia).

- de 03/75 a 11/75: **Coordenador de Engenharia do Projeto Final de Engª da rodovia:**

- . Ligação Corumbá – Santa Cruz de La Sierra (660 km) – DNER e
- . Estudos de Traçado e Anteprojeto Geométrico do Anel Ferroviário de Belo Horizonte (120 km) - ENGEFER SA.

- de 01/74 a 02/75: **Chefe de Equipe dos Estudos de Traçado e Topográficos e Projetos Geométrico, Interseções, Sinalização e Desapropriações do Projeto Final de Engª das rodovias:**

- de 07/74 a 02/75:

- . BR-226, trecho Currais Novos – Jaguaribe (285 km) – DNER.
- . 13 Acessos Rodoviários (130 km) – DER/MG.


- de 01/74 a 06/74:

- . BR-174/AM, trecho Manaus – Rio Santo Antônio do Abonari (217 km) – DNER.

- de 11/73 a 12/73: **Engº Auxiliar na Supervisão da Implantação e Pavimentação da rodovia:**
 - . BR-365/MG, trecho Alto Sumaré- Córrego da Matinha (lote 3) – residência de Patos de Minas (MG).
- de 07/72 a 10/73: **Chefe de Equipe dos Estudos de Traçado e Topográficos e Projetos Geométrico, Interseções e Sinalização e Desapropriações do Projeto Final de Engª das rodovias:**
- de 01/73 a 10/73:
 - . Ligação Frutal – Itapagipe – São Francisco de Sales (92 km) – DER/MG.
- de 07/72 a 12/72:
 - . Br-259, trecho Governador Valadares – Resplendor (135 km) – DER/MG.
- de 03/72 a 06/72: **Membro de Equipe (Engº Auxiliar) do Projeto Final de Engª, com participação na elaboração dos Estudos de Traçado, Topográfico e Projetos Geométrico, Terraplenagem e Desapropriações da rodovia:**
 - . BR-365/MG, trecho Patrocínio – Patos de Minas – Entº BR-040 (140 km) – DNER.
- de 01/72 a 02/72: **Engº responsável pela elaboração dos Relatórios Mensais e Anual/71, com revisão dos quantitativos e custos e cronogramas de execução, para a complementação dos serviços de Implantação das Estradas de Penetração do Planoroeste (700 km) para o DER/MG, RURALMINAS E BID.**
- de 10/71 a 12/71: **Engº da Residência de Brasilândia (MG). Coleta de dados de campo (medições de desmatamento, obras de arte correntes, terraplenagem e revestimento primário) e elaboração dos Relatórios Mensais de Supervisão da Implantação das Estradas de Penetração do Planoroeste (700 km) para o DER/MG, RURALMINAS E BID.**
- de 01/71 a 09/71: **Participação (Acadêmico de engª) da elaboração dos Relatórios Mensais de Supervisão da Implantação das Estradas de Penetração do Planoroeste (700 km) para o DER/MG, RURALMINAS E BID.**

- **Trabalho Voluntário**

Escola de Pais do Brasil, desde 1.983 com participação na Coordenação de Ciclos de Debates e de Seminários, tendo exercido a Presidência da Seccional de Brasília – DF, de 1991 a 1995 e de 2009 a atual e como Representante da Nacional de 2000 a 2009.



ago/11

Aviso nº 447 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ FLORENTINO CAIXETA para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/ PMDB – AP) – As matérias vão à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/ PMDB – AP) – A Presidência recebeu do Presidente do Banco da Amazônia, o **Ofício nº 37, de 2011-CN** (nº 240/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 8-8-2011

| | |
|----------|---|
| Até 13/8 | prazo para publicação e distribuição dos relatórios da matéria; |
| Até 28/8 | prazo para apresentação de relatório; |
| Até 2/9 | prazo para apresentação de emendas; e |
| Até 9/9 | prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional. |

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 9 de agosto do corrente.

É a seguinte a matéria:

OFÍCIO Nº 37, DE 2011-CN

Ref.: "DIREX/PRESI"
Ofício nº 2011/ 2 4 0

Belém (PA), 22 JUL. 2011

27 JUL 2011

Senhor Presidente,

Anexo ao presente encaminhamos a V. Exª. cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do referido Fundo devidamente auditados, para efeito de fiscalização e controle, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

No ensejo, colocamo-nos à disposição de V. Exª. para quaisquer esclarecimentos, reiterando-lhe protestos de elevada estima.

Atenciosamente,


ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR
Presidente

Ao Exmº. Senhor
SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente do
CONGRESSO NACIONAL
BRASÍLIA (DF)

Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da
Integração Nacional

Ministério
da Fazenda



A BANCO DA AMAZÔNIA

FNO

***FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE***

(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

***PROCESSO DE CONTAS
ORDINÁRIAS
EXERCÍCIO DE 2010***

**Belém - Pará
2011**

| ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO DE 2010 | |
|---|--|
| PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO) | |
| EXERCÍCIO DE 2010 | |
| ÓRGÃO/ENTIDADE : BANCO DA AMAZÔNIA S.A | |
| PEÇAS EXIGIDAS | Localização(fls) |
| 1. GERÊNCIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS | |
| I. Rol de Responsáveis | 03 a 15 |
| II. Relatório de Gestão do Banco da Amazônia | 16 a 33 |
| • Anexo I – Nota Técnica n. 3.193/2010/MCGU | 34 a 43 |
| • Anexo II – Cópia do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO-Exercício de 2010 | 44 a 90 |
| IV. Informações Contábeis | 91 |
| • Declaração contadora responsável | 92 a 93 |
| • Balanço Patrimonial previsto na Lei n. 4.320/64 | 94 |
| • Balanço Financeiro previsto na Lei n. 4.320/64 | 95 |
| • Balanço Orçamentário previsto na Lei n. 4.320/64 | 96 |
| • Demonstração das Variações Patrimoniais previsto na Lei n. 4.320/64 | 97 a 99 |
| • Balanço Patrimonial previsto na Lei n. 6.404/76 | 100 |
| • Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei n. 6.404/76 | 101 |
| • Demonstração dos Fluxos de Caixa prevista na Lei n. 6.404/76 | 102 |
| • Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido prevista na Lei n. 6.404/76 | 103 |
| • Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis | 104 a 110 |
| • Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras | 111 a 112 |
| V. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas | 113 a 114 |
| VI. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas | 115 |
| • Parecer do órgão de auditoria interna | 116 a 118 |
| • Parecer do Conselho de Administração sobre as contas | 119 |
| Belém (PA), 27 de junho de 2011 | |
| Assinatura/carimbo do responsável | |
| Givan Faria Gerente Executivo de Auditoria | |
| 2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO | |
| VII. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente | |
| VIII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente | |
| IX. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente | |
| SITUAÇÃO | |
| 1 () A Prestação de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 13 da IN/TCU 57/2008 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU 94/2008, estando em condições de ser encaminhada ao TCU. | |
| 2 () Ausente(s) na Prestação de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 57/2008 e pela DN/TCU 94/2008, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver: | |
| Local/Data | Assinatura/carimbo do responsável |
| 3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO | |
| X. Pronunciamento ministerial ou de autoridade equivalente | |
| Local/Data | Assinatura/carimbo do responsável |

Abertura de processo n. 001/2011

Assunto:

PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE – FNO (EXERCÍCIO DE 2010)

Interessado:

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

ROL DE RESPONSÁVEIS

___ SIAFI2010-CONTASROL-ROLRESP-CONAGENTE (CONSULTA AGENTE RESPONSÁVEL) ___
02/05/11 16:32 USUARIO : DIANA
- PAGINA : 1

ITENS ENCONTRADOS : 0011

| UG/GESTAO | NAT | SEQ | TIPO | AGENTE RESPONSÁVEL | DESIGNACAO | EXONERACAO | SIT |
|--------------|-----|-----|------|-------------------------|------------|------------|-----|
| 537002/00001 | 100 | 001 | T | GILVANDRO NEGRÃO SILVA | 10Ago2007 | | |
| | | | S | MARILENE RIBEIRO VALENT | 20Jun2008 | 20Jan2010 | |
| | | | | RAIMONDA CARMEM PEREIRA | 20Jan2010 | | |
| | 110 | 001 | T | BENICIO LOPES DA SILVA | 10Jan2008 | | |
| | | | S | ADIR CRUZ BEZERRA | 10Jan2008 | | |
| | 136 | 001 | T | EDUARDO JOSE LIMA CUNHA | 04Ago2008 | | |
| | | | S | JOSE ALVES BEZERRA | 20Jun2008 | | |
| | 142 | 001 | T | ABIDIAS JOSE DE SOUSA J | 12Abr2007 | | |
| | 207 | 001 | T | MARIA DE BELEM SILVA CO | 19Mar2003 | | |
| | 900 | 001 | T | GEDDEL QUADROS VIEIRA L | 16Mar2007 | 31Mar2010 | |

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF2-DET PF3-SAIR PF8-AVANCA PF12-RETORNA
0051) CLR NÃO PODE SER UTILIZADA NESTA TELA

___ SIAFI2010-CONTASROL-ROLRESP-CONAGENTE (CONSULTA AGENTE RESPONSÁVEL) ___
02/05/11 16:33 USUARIO : DIANA
- PAGINA : 2

ITENS ENCONTRADOS : 0011

| UG/GESTAO | NAT | SEQ | TIPO | AGENTE RESPONSÁVEL | DESIGNACAO | EXONERACAO | SIT |
|-----------|-----|-----|------|-------------------------|------------|------------|-----|
| | | | | JOAO REIS SANTANA FILHO | 31Mar2010 | | |

PF1-AJUDA PF2-DET PF3-SAIR PF7-RECUA PF12-RETORNA

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125**DIRETORIA – EXERCÍCIO DE 2010**

Nome: ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR – CPF: 279.712.951-20

Cargos ou funções exercidas: Presidente

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Decreto de 12.04.2007 – Publicado no DOU em 13.04.2007 - posse em 24.04.2007.

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 14º andar – Belém (PA) – CEP 66017-000 - **Telefone:** (0xx91) 4008-3340 / 4008-3350.

Endereço residencial: Travessa Almirante Wandenkolk, nº. 898, Ed. Torre de Ávila, apartamento 2.302, Umarizal, em Belém (PA), CEP 66055-040.

E-mail: presi@bancoamazonia.com.br

Nome: EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO – CPF: 021.431.947-49

Cargos ou funções exercidas: Diretor

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010

Atos de nomeação, designação ou exoneração como Diretor: reeleito Diretor pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 30.05.2008 e 29.07.2010.

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 14º andar – Belém (PA) – CEP 66017-000 - **Telefone:** (0xx91) 4008-3526

Endereço residencial: Avenida Assis de Vasconcelos nº 542, Edifício Portucale, aptº 801 – Belém (PA) – CEP 66017-070. - **Telefone:** (0xx91) 3252-2507

E-mail: dicor@bancoamazonia.com.br

Nome: GILVANDRO NEGRÃO SILVA – CPF: 116.713.192-49

Cargos ou funções exercidas: Diretor.

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: eleito Diretor pelo Conselho de Administração em 10.08.2007. Reeleito em 29.07.2010.

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 14º andar – Belém (PA) – CEP 66017-000 – **Telefone:** (0xx91) 4008-3461.

Endereço residencial: Avenida Magalhães Barata, 231. Edifício Torre de Saverne, apto 1902, Nazaré - Belém (PA), CEP 66040-170 – **Telefone:** (0xx91) 3276-5839

E-mail: dicom@bancoamazonia.com.br

Nome: EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA – CPF: 209.582.426-15

Cargos ou funções exercidas: Diretor.

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010

Atos de nomeação, designação ou exoneração: eleito Diretor pelo Conselho de Administração em 31.07.2008. Reeleito em 29.07.2010.

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 14º andar – Belém (PA) – CEP 66017-000 – **Telefone:** (0xx91) 4008-3535

Endereço residencial: Rua João Balbi, nº 899 – Aptº nº 1.402 – bairro Nazaré CEP: 66060-280 – **Telefone:** (0xx91) 3241-4808

E-mail: diare@bancoamazonia.com.br

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125

DIRETORIA – EXERCÍCIO DE 2010

Nome: ANTONIO CARLOS DE LIMA BORGES – CPF: 064.153.422-15

Cargos ou funções exercidas: Diretor.

Período de gestão: de 29.06 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: eleito Diretor pelo Conselho de Administração em 29.06.2009. Reeito em 29.07.2010

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 14º andar – Belém (PA) – CEP 66017-000 – Telefone: (0xx91) 4008-3421

Endereço residencial: Av. Conselheiro Furtado, 2626, edifício Tarsila, apto. 702, Cremação – Belém (PA), CEP-66063-060 – Telefone: (0xx91) 3225-6660.

E-mail: dineg@bancoamazonia.com.br

Nome: JORGE IVAN FALCÃO COSTA – CPF: 228.809.763-91

Cargos ou funções exercidas: Diretor.

Período de gestão: de 15.03 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: eleito Diretor pelo Conselho de Administração em 15.03.2010.

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 14º andar – Belém (PA) – CEP 66017-901.

Endereço residencial: Avenida Serzedelo Correa, nº 681, Ed. Privilege Residence, Apto 1604, Batista Campos - Belém (PA). CEP: 66033-770.

Telefone: (0xx91) 4008-3421.

E-mail: direc@bancoamazonia.com.br



ALCIR BRINGEL ERSE
Secretario Executivo

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010**CONSELHEIROS ATUAIS:**

Nome: LUIZ FERNANDO PIRES AUGUSTO – CPF: 688.045.557-34

Cargos ou funções exercidas: Presidente do Conselho de Administração, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito nas AGOs de 28.04.2006, 25.04.2007, 11.04.2008, 30.04.2009 e 30.04.2010.

Endereço funcional: Setor Antarquía sul, QD 3 – bloco O, 10º andar, sala 1001, Ed. Órgãos Regionais CEP 70079-900 – Brasília (DF) – Telefone: (0xx61) 3412-4014 e (0xx61) 3412-4016

Endereço residencial: QRSW 03 - Bloco A3, aptº 204, Setor Sudoeste, Brasília (DF) – CEP 70675-303 – Telefone: (0xx61) 3344-6705.

E-mail: luiz.augusto@fazenda.gov.br

Nome: ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR – CPF: 279.712.951-20

Cargos ou funções exercidas: Membro nato – Presidente do Banco da Amazônia

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Decreto Presidencial de 12.04.2007 – Publicado no DOU em 13.04.2007 - posse em 24.04.2007.

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 14º andar – Belém (PA) – CEP 66017-000

Telefone: (0xx91) 4008-3340 / 4008-3350.

Endereço residencial: Travessa Almirante Wandenkolk, nº. 898, Ed. Torre de Ávila, apartamento 2.302, em Belém (PA), CEP 66055-040.

E-mail: presi@bancoamazonia.com.br

Nome: FABRÍCIO DA SOLLER – CPF: 912.223.979-00

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: 180ª reunião ordinária do Conselho de Administração, de 30.07.2009 e AGO de 30.04.2010.

Endereço funcional: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda - SBS, QD 2, Lote 3, Ed. João Carlos Saad, sala 301 – 3º andar, Brasília/DF. CEP. 70070-120.

Telefone: (0xx61) 3412-2800

Endereço residencial: CCSW 02 lote 1 aptº 308, Brasília (DF) – CEP 70680-250.

E-mail: fabricao.soller@pgfn.gov.br

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010

Nome: MARCOS JOSÉ PEREIRA DAMASCENO – CPF: 300.747.032-34

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Período de gestão: de 30.04 a 31.12.2010

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO de 30.04.2010.

Endereço funcional: Esplanada dos Ministérios Bloco G, Edifício anexo, 3º andar sala 303-A, Ministério da Saúde. Brasília (DF) – CEP: 70058-900

Endereço residencial: SQN 304, bloco A, apto. 309, Brasília (DF) – CEP – 70736-010.

Telefone: (0xx61) 3315-2233 / 3215-2843

E-mail: marcos.damasceno@saude.gov.br

Nome: ELIOMAR WESLEY AYRES DA FONSECA RIOS – CPF: 259.288.051-87

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito nas AGOs de 30.04.2009 e 30.04.2010.

Endereço funcional: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPN 516, Lote 8, Bloco D – Brasília (DF) – CEP 70770-524

Endereço residencial: SEPN, 516, lote 8, bloco D, 1º andar, Brasília – DF - CEP: 70.770.524.

Telefone: (0xx61) 2020-2480

E-mail: elijomar.rios@planejamento.gov.br

Nome: JOSÉ HELDER SILVEIRA DE ALMEIDA – CPF: 211.636.183-49

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, representante dos acionistas minoritários.

Período de gestão: de 30.04 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO de 30.04.2010

Endereço funcional: Rua Bento Albuquerque 2463, Bairro Cocó, Fortaleza (CE) – CEP: 60192-050

Endereço residencial: Rua Professor Claudio Martins, nº 10, Jardim das Oliveiras, Fortaleza (CE).

Telefone: (0xx85) 3265-3407

E-mail: heldersilveira1@hotmail.com

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010**EX-CONSELHEIROS:**

Nome: DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ - CPF: 248.680.188-09

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Período de gestão: de 01.01 a 29.04.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: eleito na AGO de 30.04.2009.

Término do Mandato: AGO de 30.04.2010 (não foi reeleito)

Endereço funcional: Esplanada dos Ministérios - Bloco P, 5º andar - Gabinete do Ministro - CEP: 70.048-900 - Telefone: (0xx61) 3412-2535

Endereço residencial: SHIGS 704 Bloco O Casa 27 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70331-765.

Telefone: (0xx61) 3322-3515.

E-mail: demetrius.cruz@fazenda.gov.br

Nome: SERGIO BERNSTEIN - CPF: 007.296.208-91

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, representante dos acionistas minoritários.

Período de gestão: de 01.01 a 29.04.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: eleito na AGO de 30.04.2009.

Término do Mandato: AGO de 30.04.2010 (não foi reeleito)

Endereço funcional: Não fornecido

Endereço residencial: Rua Barão de Santa Eulália 231, aptº. 121, São Paulo (SP), CEP: 05685-090

Telefone: (0xx11) 3758 8494.

E-mail: sbernstein100@gmail.com



ALCIR BINGEL ERSE
Secretário Executivo

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125

CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO DE 2010**CONSELHEIROS TITULARES:**

Nome: GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO – CPF: 156.174.244-91

Cargos ou funções exercidas: Conselheira: Presidenta do Conselho, indicada pelo Ministro de Estado da Fazenda, Representante do Tesouro Nacional

Período de gestão: 01.01 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleita/reeleita nas AGOs de 11.04.2008, 30.04.2009 e 30.04.2010.

Endereço funcional: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, anexo I, Ala B, Sala 102, Brasília (DF)

Telefone: (0xx61) 3412-1406

Endereço residencial: SQN 303, Bloco "D", ap. 411 – Asa Norte – Brasília/DF) – CEP 70742-070.

E-mail: glauben.teixeira@fazenda.gov.br

Nome: RUTELLY MARQUES DA SILVA – CPF: 925.773.936-87

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Período de gestão: 01.01 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito/releito na AGE de 16.07.2009 e AGO de 30.04.2010.

Endereço funcional: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 - CEP 70048-900 - Brasília - DF.

Telefone: (0xx61) 3412-2372

Endereço residencial: SQN 316 - Bloco I – Aptº. 201– Brasília – DF – CEP: 70775-090

E-mail: rutelly.silva@fazenda.gov.br

Nome: MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA – CPF: 290.575.407-97

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Período de gestão: 30.04 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO de 30.04.2010.

Endereço funcional: SAS, Qd. 06, Bl. "O", Ed. Órgão Centrais, 9º andar CEP: 70.070-100 – Brasília/DF.

Endereço residencial: SHIS QI 28, Conj. 2, Casa 22, Lago – Brasília – DF – CEP: 71670-220

Telefone: (0xx61) 3412-5955

E-mail: rutelly.silva@fazenda.gov.br

Nome: PENHA MARIA BARROSO AGUIAR – CPF: 203.467.513-49

Cargos ou funções exercidas: Conselheira titular, representante dos acionistas minoritários.

Período de gestão: 01.01 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleita/releita nas AGOs de 29.04.2005, 28.04.2006, 25.04.2007, 11.04.2008, 30.04.2009 e 30.04.2010.

Endereço funcional: Escola de Ensino Fundamental Bárbara de Alencar – Secretaria de Educação do Estado do Ceará – Fortaleza (CE)

Endereço residencial: Rua Tereza Hinko nº 50, aptº 1.403 – Fortaleza (CE) – CEP 60176-440

Telefone: (0xx85) 3263-7085.

E-mail: pmaguiair12@yahoo.com.br

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125**CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO DE 2010****EX-CONSELHEIRO TITULAR**

Nome: ÂNGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE – CPF: 081.286.788-25

Cargos ou funções exercidas: Presidente do Conselho, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Período de gestão: 01.01 a 29.04.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito nas AGOs de 29.04.2005, 28.04.2006, 25.04.2007, 11.04.2008 e 30.04.2009.

Término do Mandato: AGO de 30.04.2010, o substituído pelo Sr. Manuel dos Anjos Marques Teixeira.

Endereço funcional: Ministério da Fazenda – Secretaria de Política Econômica – Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 3º andar, sala 323, Brasília (DF) – CEP 70048-900.

Telefone: (0xx61) 3412-2467.

Endereço residencial: SQN 209, Bloco F, aptº 303, Brasília (DF) – CEP 70854-060.

Telefone: (0xx61) 3274-4586

E-mail: angelo.duarte@fazenda.gov.br

CONSELHEIROS SUPLENTES:

Nome: DANIEL MÁRIO ALVES DE PAULA – CPF: 648.094.471-20

Cargos ou funções exercidas: Suplente de Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, Representante do Tesouro Nacional

Período de gestão: 01.01 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito nas AGOs de 11.04.2008, 30.04.2009 e 30.04.2010.

Endereço funcional: Secretaria do Tesouro Nacional–Anexo do Ministério da Fazenda, térreo, sala B.

Telefone: (0xx61) 3412-1415

Endereço residencial: Quadra 2 Conjunto D-11, Casa 5, Sobradinho - (DF) – CEP 73.015-411

E-mail: daniel.paula@fazenda.gov.br

Nome: JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY JUNIOR – CPF: 188.091.938-90

Cargos ou funções exercidas: Suplente de Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda

Período de gestão: 30.04 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO de 30.04.2010.

Endereço residencial: SQN 109, Bloco I, Aptº 403, Brasília (DF) – CEP 70752-090.

Endereço funcional: Anexo 1 do Ministério da Fazenda, ala B, 1º andar – COFIS/STN, Brasília (DF) – CEP 70048-900

Telefone: (0xx61) 3412-3580

E-mail: jose.godoy-junior@fazenda.gov.br

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125

CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO DE 2010

Nome: RICARDO MOURA DE ARAÚJO FARIA – CPF: 369.027.051-00

Cargos ou funções exercidas: Suplente de Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda

Período de gestão: 30.04 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO de 30.04.2010.

Endereço residencial: não fornecido.

Endereço funcional: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF..

Telefone: (0xx61) 3412-2355

E-mail: carlos.moreira@pgfn.gov.br

Nome: EDUARDO JORGE DE ALENCAR ARARIPE FURTADO – CPF: 213.877.103-20

Cargos ou funções exercidas: Suplente de Conselheiro, representante dos acionistas minoritários

Período de gestão: 30.04 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO 30.04.2010.

Endereço residencial: Rua Carlos Vasconcelos, 2500, Ap 402, Bairro Joaquim Távora, Fortaleza (CE), CEP 60115-171.

Endereço funcional: Bento Albuquerque, 2463, bairro Cocó, Fortaleza (CE)-CEP: 60.192-050.

Telefone: (0xx85) 3265-3407

EX-CONSELHEIRO SUPLENTE:

Nome: GILSON ALCEU BITTENCOURT – CPF: 572.284.509-49

Cargos ou funções exercidas: Suplente de Conselheiro, representante do Ministério da Fazenda.

Período de gestão: de 01.01 a 29.04.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO de 30.04.2009

Término do Mandato: AGO de 30.04.2010.

Endereço funcional: Rua Bento Albuquerque 2463, Bairro Cocó, Fortaleza (CE) – CEP: 60192-050

Endereço residencial: Rua Professor Claudio Martins, nº 10, Jardim das Oliveiras, Fortaleza (CE).

Telefone: (0xx85) 3265-3407

E-mail: heldersilveira1@hotmail.com

Nome: CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA – CPF: 026.107.496-27

Cargos ou funções exercidas: Suplente de Conselheiro, representante do Ministério da Fazenda

Período de gestão: de 01.01 a 29.04.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito nas AGOs 11.04.2008 e 30.04.2009.

Término do Mandato: AGO de 30.04.2010.

Endereço residencial: SBS, Quadra 2, Bloco Q, Ed. João Saad, 12º andar, sala 1210, Brasília (DF) – CEP 70070-120.

Endereço funcional: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda – Setor Bancário Sul, Quadra 2 Bl. "Q", Ed. João Carlos Saad

Telefone: (0xx61) 3412-0911

E-mail: carlos.moreira@pgfn.gov.br

ANEXO A CI SECRE nº 2011/125

CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO DE 2010

Nome: JOSÉ HELDER SILVEIRA DE ALMEIDA – CPF: 211.636.183-49

Cargos ou funções exercidas: Conselheiro, representante dos acionistas minoritários.

Período de gestão: de 01.01 a 29.04.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: Eleito na AGO de 30.04.2009

Término do Mandato: AGO de 30.04.2010.

Endereço funcional: Rua Bento Albuquerque 2463, Bairro Cocó, Fortaleza (CE) – CEP: 60192-050

Endereço residencial: Rua Professor Claudio Martins, nº 10, Jardim das Oliveiras, Fortaleza (CE).

Telefone: (0xx85) 3265-3407

E-mail: heldersilveira1@hotmail.com



ALCIR BRINGEL ERSE
Secretario Executivo

ANEXO A CI SECRE nº 2010/125

**RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO BALANÇO E DEMONSTRATIVOS
FINANCEIROS - EXERCÍCIO DE 2010**

Nome: MARIA DE BELÉM SILVA COTTA – CPF: 039.842.812-34

Cargos ou funções exercidas: Técnico Bancário-14; Gerência de Contadoria; Contador do Banco da Amazônia S.A.

Período de gestão: de 01.01 a 31.12.2010.

Atos de nomeação, designação ou exoneração: 29.02.1996

Endereço funcional: Avenida Presidente Vargas nº 800 – 3º andar – Belém (PA) – CEP 66017-000

Telefone: (0xx91) 4008-3445

Endereço residencial: Rua Portel nº 134 – Conjunto Médice II – Marambaia – CEP: 66.620-160
Belém – PA.

Telefone: (0xx91): 3231-8927



ALCIR BRINGEL ERSE
Secretario Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO

Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da
Integração Nacional

Ministério
da Fazenda



FNO ***FUNDO CONSTITUCIONAL DE*** ***FINANCIAMENTO DO NORTE***

(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

RELATÓRIO DE GESTÃO ***EXERCÍCIO DE 2010***

Belém - Pará
2011

DIRETORIA EXECUTIVA

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR

Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES

Diretor de Infraestrutura do Negócio

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA

Diretor de Análise e Reestruturação

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO

Diretor de Controle e Risco

GILVANDRO NEGRÃO SILVA

Diretor Comercial e de Distribuição

JORGE IVAN FALCÃO COSTA

Diretor de Gestão de Recursos

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (GPROG)

ODUVAL LOBATO NETO

Gerente Executivo

FRANCISCO OLAVO DAMASCENO JÚNIOR

Coordenador de Meio Ambiente e Sustentabilidade

JORGE WIGBERTH MOURÃO PAREDES

Coordenador de Integração de Políticas

ROSÂNGELA MARIA QUEIRÓZ DA COSTA

Coordenadora de Ações Institucionais

COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS (COINP)

JORGE WIGBERTH MOURÃO PAREDES

Coordenador

ADELSON DA SILVA CARVALHO

Analista

DANIEL CORRÊA RAIOL

Analista

JOSÉ MOURÃO NETO

Analista

LÚCIA ANDRÉA FERREIRA SAMPAIO

Analista

BANCO DA AMAZÔNIA

Direção Geral: Av. Presidente Vargas, 800

CEP 66.017-000 Belém - Pará

Telefone: (91) 4008-3826 Fax: (91) 4008-3406

Site: <http://www.bancoamazonia.com.br>

E-mail: planejamento@bancoamazonia.com.br

SUMÁRIO

- 1. IDENTIFICAÇÃO (PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS (PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
 - 2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**
 - 2.1.1 Competência Institucional**
 - 2.1.2 Objetivos estratégicos**
 - 2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**
 - 2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade**
 - 2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao Exercício de 2010**
- 2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ**
 - 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ -**
 - 2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ**
- 2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO**
 - 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa**
 - 2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa**
 - 2.4.3 Indicadores Institucionais**
- 3 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE (PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 4 INFORMAÇÕES SOBRE DISPONIBILIDADE E ATUALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010 (PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 5 INFORMAÇÕES SOBRE ENTREGA E O TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS. (PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 6 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ (PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 7 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006. (PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**

- 8 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS (PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 9 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ (PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 10 INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE FISCALIZA A UJ (PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**
- 10.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO**
- 10.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**
- 10.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO**
- 11 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO. (PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 12 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO. (PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 13 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 14 INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DO FNO (PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)**
- 14.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO FNO**
- 14.1.1 Inadimplência por tipo de risco**
- 14.1.2 Saldos dos créditos de liquidação duvidosa**
- 14.1.3 Prejuízos contabilizados**
- 14.1.4 Ressarcimento de operações de crédito**
- 14.1.5 Ações de cobranças judiciais ajuizadas**

1. IDENTIFICAÇÃO (PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| | | |
|--|--|-------------------------------|
| Poder: Executivo | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional | | Código SPORG: 042670 |
| Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte | | |
| Denominação abreviada: FNO | | |
| Código SIORG: | Código LOA: | Código SIAFI: 537002 |
| Situação: ativa | | |
| Natureza Jurídica: Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º do Decreto nº 93.872, de 23.12.1996) | | |
| Principal Atividade: ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS | | Código CNAE: 6499-9/99 |
| Telefones/Fax de contato: | (91) 4008-3888 | Fax (91) 4008-3406 |
| E-mail: | | |
| Página na Internet: http://www.bancoamazonia.com.br | | |
| Endereço Postal: Av. Presidente Vargas, nº 800, Centro - CEP 66.017-000 - Belém (PA) | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | |
| Criação: A Constituição Federal de 1988 - art. 159, inciso I, alínea "c" - destinou 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988, criando os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das referidas Regiões, destinando ao FNO 0,6% dos recursos previstos para os Fundos Constitucionais de Financiamento. | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | |
| Lei nº 9.126, de 10.11.1995 (Publicada no DOU de 13.11.95) - Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. | | |
| 9.808, de 20.7.99 (Publicada no DOU de 21.7.99) - Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Art. 5º altera teor Art. 2º da Lei nº 9.126/1995) | | |
| Lei nº 10.177, de 10.1.2001 (Publicada no DOU de 15.1.2001 e Retificada em 16.1.2001) - Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. | | |
| Lei nº 11.524, de 24.9.2007 (Publicada no DOU de 25.9.2007) - Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nos 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. | | |
| Lei nº 11.775, de 17.9.2008 (Publicada no DOU de 18.9.2008) - Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências. | | |
| Lei nº 11.945, de 4.6.2009 (Publicada no DOU de 5.6.2009) - Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. (Art. 28 altera teor Art. 15 da Lei no 7.827) | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | |
| Código SIAFI | Nome | |
| 537002 | Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) | |

| Despesas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | |
|---|------------------------|
| Código SIAFI | Nome |
| 00001 | Tesouro Nacional |
| Despesas administrativas das Unidades Gestoras e Gestoras | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
| 537002 | 00001 |

2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS (PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1 Competência Institucional

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu através do artigo 159, inciso I, alínea "c", regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do *Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)* e *Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)* para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da parcela de 3% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, que aplica os recursos alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia como: o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Programa Mais Cultura, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos Estados da Região Norte.

A área de atuação do FNO é a Região Norte, formada por sete Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 450 municípios, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km². A população atual da Região Norte é de 14,6 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 3,79 hab/km² e renda per capita de R\$ 7,28 mil. O Produto Interno Bruto (PIB) regional é da ordem de R\$ 106,5 bilhões, equivalente a 5% do PIB brasileiro (v. Tabela I).

Tabela I Área, N° de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte

| Estado | Área (km ²) | N.º de Municípios | População (Hab.) | Densidade Demográfica | PIB (R\$ Milhões) | Renda Per Capita (R\$ Mil) |
|---------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|----------------------------|
| Acre | 152.581,40 | 22 | 655.385 | 4,3 | 4.482 | 6,84 |
| Amapá | 142.814,60 | 16 | 587.311 | 4,11 | 4.367 | 7,44 |
| Amazonas | 1.570.745,70 | 62 | 3.221.939 | 2,05 | 33.359 | 10,35 |
| Pará | 1.247.689,50 | 144 | 7.065.573 | 5,66 | 39.150 | 5,54 |
| Rondônia | 237.576,20 | 52 | 1.453.756 | 6,12 | 12.902 | 8,87 |
| Roraima | 224.299,00 | 15 | 395.725 | 1,76 | 3.179 | 8,03 |
| Tocantins | 277.620,90 | 139 | 1.243.627 | 4,48 | 9.084 | 7,3 |
| Região Norte | 3.853.327,30 | 450 | 14.623.316 | 3,79 | 106.523 | 7,28 |

Fonte: (a) IBGE - população reconstruída e estimada, segundo as grandes regiões e unidades da Federação - 2007

(b) IBGE / Estatística - base 1993

2.1.2 Objetivos estratégicos

Desde o início da operacionalização dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia, foram financiados mais de 445 mil projetos, sendo injetados recursos superiores a R\$ 16 bilhões na economia regional, que estimularam prioritariamente empreendimentos de menor tamanho.

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de importantes resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, bem como ao meio ambiente, através do apoio à inserção de padrões tecnológicos que ajustam e/ou contribuem em prol da modernização dos sistemas produtivos das unidades agropecuárias, agroindustriais, industriais e outras.

Entre os benefícios socioeconômicos gerados pela ação creditícia do FNO destacam-se: a criação de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, o incremento no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, a redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento do PIB da Região e da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas, portanto, para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

São beneficiários dos recursos do FNO:

- Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10), mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes, e aquicultores;
- Pessoas físicas que se caracterizem como produtores rurais;
- Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no País;
- Pessoas jurídicas de direito privado, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no País, somente quando fizerem parte de setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional; e
- Empresas Públicas não-dependentes de transferências financeiras do Poder Público, nos empreendimentos de infraestrutura econômica considerados prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo da SUDAM.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade

A regulamentação dos Fundos Constitucionais de Financiamento se deu pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, posteriormente alterada pelas Leis n.º 9.126/1995 e n.º 10.177/2001.

Na Região Norte, os recursos financeiros do FNO são administrados pelo Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, criada em 9 de julho de 1942.

O Banco da Amazônia aplica os recursos financeiros do FNO na Região Norte em conformidade com a legislação vigente e alinhado às orientações estratégicas do Governo

Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, compreendendo: o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política de Arranjos Produtivos Locais; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades definidas pelos estados da Região Norte.

2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao Exercício de 2010

No exercício de 2010 o FNO foi operacionalizado através de três programas de financiamento, que foram concebidos em consonância com a legislação em vigor e com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para o desenvolvimento regional. Assim, o FNO foi operacionalizado através de três programas de financiamento:

- a. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - FNO-PRONAF:** tem por finalidade apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, capítulo 10 (MCR-10);
- b. **Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FNO-Amazônia Sustentável:** destinado a apoiar as atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos; e
- c. **Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica - FNO-Biodiversidade:** criado para financiar os empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais.

No exercício de 2010, a ação creditícia do FNO esteve alinhada às diretrizes definidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989; aos objetivos da PNDR; às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM. Assim, a aplicação dos recursos do Fundo em 2010 observou as seguintes diretrizes:

- a. Concessão de financiamentos aos setores produtivos privados da Região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços;
- b. Ação integrada com instituições federais sediadas na Região Norte;
- c. Tratamento preferencial às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- d. Preservação do meio ambiente;
- e. Adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- f. Conjugação do crédito com assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- g. Orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- h. Uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- i. Apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- j. Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- k. Promoção do desenvolvimento sustentável e incluyente, na área de abrangência do FNO, integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- l. Geração de emprego e renda com observância às potencialidades e vocações locais;
- m. Utilização dos recursos em sintonia com as políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Norte;
- n. Elevação da qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social locais;
- o. Disseminação da lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da Federação, com destaque para os recursos do FNO;
- p. Promoção e difusão da inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação da biodiversidade;
- q. Apoio às vocações econômicas definidas em zoneamento ecológico- econômico (ZEE);
- r. Apoio a arranjos produtivos locais previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- s. Estimulo à competitividade regional em setores e atividades prioritários;
- t. Apoio a empreendimentos que privilegiem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e outras degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- u. Estimulo à agregação de valor às cadeias produtivas regionais; e

- v. Apoio a projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas.

Em sua ação creditícia, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Conselho Deliberativo da SUDAM para o exercício de 2010 (Portaria MI n.º 269, de 16/07/2009, e Resolução CONDEL/ SUDAM n.º 016, de 18/08/2009). O atendimento a cada uma das diretrizes e prioridades que podem ser quantificadas encontra-se postmenorizado por número de operações e valores contratados no Quadro II.

**Quadro II Atendimento das Diretrizes e Prioridades
do FNO
Exercício de 2010**

| Diretrizes e Prioridades | Realizado | |
|--------------------------|---------------|-----------------|
| | N.º Operações | Valor (R\$ Mil) |
| I) Diretrizes | | |
| A | 41.244 | 2.568.685 |
| C | 42.247 | 795.702 |
| D | 71 | 80.512 |
| M* | 39.000 | 1.979.865 |
| T | 22 | 46.333 |
| V | 42.247 | 795.702 |
| II) Prioridades | | |
| B | 22 | 1.324.709 |
| C | 40.720 | 960.989 |
| D | 34 | 4.376 |
| E | 6.232 | 43.116 |
| F | 38 | 1.347.113 |
| G | 4 | 12.040 |
| H | 22 | 46.333 |
| M | 2.039 | 707.648 |
| N | 82 | 402.904 |
| O | 72 | 405.241 |
| P | 40.065 | 1.285.449 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações
Obs.: (*) Agricultura Familiar, Turismo, Cultura, Pesca e Aquicultura e PAC.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ -

- Não aplicável à natureza jurídica desta UJ

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

a) Programa: Agricultura Familiar – Pronaf (0351) / MDA

QUADRO III - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

| Identificação do Programa de Governo | |
|--|---|
| Código no PPA: 0351 | Denominação: Programa Agricultura Familiar – Pronaf |
| Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos | |
| Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores | |
| Objetivos Específicos: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, fortalecendo a atividade rural e o produtor, de forma a integrá-lo à cadeia de | |

| | | | | | | |
|---|----------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e a propriedade rural. | | | | | | |
| Gerente: 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) | | | | Responsável: | | |
| Público Alvo: Agricultores familiares | | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | | Em R\$ 1,00 |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | | | | |
| 277.593.368,88 | 499.549.724,80 | | | | | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 1 | percentual | | | | | 179,96% |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| $(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$ | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| No exercício de 2010, a meta financeira do Programa foi superada em 79,96%. Esse número repete o desempenho registrado em 2009, quanto o Banco da Amazônia também superou as metas físicas e financeiras de aplicação no PRONAF, tanto no número de contratações, quanto no investimento feito. Em geral, os números demonstram o esforço da Instituição na priorização do crédito de fomento aos segmentos produtivos de menor porte, sobretudo à pequena produção de base familiar. | | | | | | |
| Participação do FNO: O FNO contribuiu com recursos da ordem de R\$ 490.441 mil (98,17%), resultando em 38.752 operações contratadas (98,23%). | | | | | | |
| Fonte: Banco da Amazônia S/A | | | | | | |

b) Programa: Abastecimento Agroalimentar (0352) / MAPA

QUADRO IV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

| | | | | | |
|---|----------------|---|-------------------|--------------------------------|---------------|
| Identificação do Programa de Governo | | | | | |
| Código no PPA: 0352 | | Denominação: Programa Abastecimento Agroalimentar | | | |
| Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos | | | | | |
| Objetivo Geral: Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira | | | | | |
| Objetivos Específicos: Financiar o custeio e a comercialização da produção agropecuária e o investimento no setor. | | | | | |
| Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) | | | | Responsável: | |
| Público Alvo: Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | Em R\$ 1,00 |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos |
| Inicial | Final | | | | |
| 535.755.185,00 | 577.693.459,00 | | | | |

| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
|---|----------------------------|------------|----------------|--------------|------------------------------|------------------------------|
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 2 | percentual | | | | | 107,83% |
| Fórmula de Cálculo do Índice (Dotação final / dotação inicial)x100% | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| <p>O volume de contratações registrado em 2010 foi responsável pela superação da meta financeira estabelecida para o Programa em 7,83%. Os números, sob uma macroanálise, atestam a preocupação do Banco da Amazônia com o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.</p> <p>- Participação do FNO: O FNO contribuiu com recursos da ordem de R\$ 470.547.878,00 (81,45%), resultando em 1.968 operações contratadas (31,01%).</p> | | | | | | |
| Fonte: Banco da Amazônia S/A | | | | | | |

c) Programa: Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte (0419) / MDIC

QUADRO V - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

| | | | | | | |
|--|----------------------------|--|-------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
| Código no PPA: 0419 | | Denominação: Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte | | | | |
| Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos | | | | | | |
| Objetivo Geral: Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações | | | | | | |
| Objetivos Específicos: Financiar as atividades produtivas, nas modalidades investimento e capital de giro, das microempresas e empresas de pequeno e médio porte dos setores não-rurais (agroindústria, indústria, turismo, infra-estrutura, comércio e prestação de serviços). | | | | | | |
| Gerente: 28800 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) | | | | Responsável: | | |
| Público Alvo: Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com base na Lei Complementar nº123/06, de 14 de dezembro de 2006 | | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | | Em R\$ 1,00 |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | | | | |
| 469.132.778,00 | 452.766.963,00 | | | | | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice Inicial | Índice final | | |
| 3 | percentual | | | | | 96,51% |
| Fórmula de Cálculo do Índice (Dotação final / dotação inicial) x 100% | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |
| O volume financeiro do Programa representou 96,51% da meta estabelecida para o | | | | | | |

Exercício de 2010. Os resultados alcançados atestam o comprometimento do Banco da Amazônia com o incentivo aos empreendedores de micro, pequeno e médio portes, de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

- Participação do FNO: O FNO contribuiu com recursos da ordem de R\$ 423.808.000,00 (93,60%), resultando em 2.412 operações contratadas.

Fonte: Banco da Amazônia S/A

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

- Não aplicável à natureza jurídica desta UJ

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

- O Quadro A.2.7 constante da Portaria TCU n. 277/2010 não foi preenchido devido o não registro de créditos recebidos por movimentação interna e externa

2.4.3 Indicadores Institucionais

O Banco da Amazônia utiliza indicadores para mensuração dos resultados alcançados pela gestão no exercício. Esses atuais indicadores estão sendo objeto de estudo para permitir alterações e incorporações que permitam aprimorar e melhorar a qualidade da análise apresentada.

Importante destacar que o Banco da Amazônia está trabalhando no sentido de incorporar novas metodologias para o aprimoramento da qualidade da análise dos indicadores de desempenho do FNO. Para tanto, contratou consultoria especializada para a construção de mais precisos indicadores de desempenho, através de metodologias aperfeiçoadas, como o *propensity score* e pesquisas de campo.

Os indicadores para mensuração dos resultados utilizados são os seguintes:

a. ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS

a.1. Nome: Índice de consecução de metas

a.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por base a comparação direta entre os valores programados, ou estabelecidos na fase do planejamento, e os efetivamente executados, com o resultado apresentado em resultado percentual.

a.3. Fórmula de cálculo: Operação matemática envolvendo a divisão dos valores efetivados no período pelos das metas estabelecidas na fase de planejamento.

a.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados alcançados, em forma percentual

a.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento

a.6. Resultados alcançados:

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2010 procuraram observar os parâmetros constantes no Plano de Aplicação dos Recursos definido para o período. O total dos financiamentos contratados em 2010 alcançou o valor total de R\$

2.568,7 milhões, representando o atingimento de 88,1% da meta estabelecida para o exercício, que era de R\$ 2.915,3 milhões.

As atividades que mais se destacaram nas contratações do FNO foram turismo, infraestrutura, comércio e serviços e indústria, que superaram as metas previstas para 2010 em 172,2%, 17,7%, 4,8% e 4,2%, respectivamente. Além disso, considerando os Programas de Financiamento, o FNO-Biodiversidade atingiu 87,1% da meta, o FNO-Amazônia Sustentável 89,2% e o FNO-Pronaf 84,1% (v. Quadro VI).

Quadro VI Índice de Consecução de Metas das Aplicações do FNO
Exercício de 2010

| | | Em R\$ milhões | | |
|------------------------|---------------------------------------|-----------------|----------------|-----------------------|
| PROGRAMA / SETOR | SEGMENTO | Meta 2010 | Efetivado | Índice de Consec. (%) |
| TOTAL PROGRAMAS | | 2.915,31 | 2.568,7 | 88,1 |
| PROGRAMA | Total FNO-PRONAF | 583,06 | 490,4 | 84,1 |
| | Grupo A | 291,53 | 55,3 | 19,0 |
| | Grupo B | | | |
| | Grupo A/C | | | |
| | Grupo C | | | |
| | Grupo D | | | |
| | Grupo E | 291,53 | 435,1 | 149,2 |
| | Agroindústria | | | |
| | Floresta | | | |
| | Pesca e Aquicultura | | | |
| | Mulher | | | |
| | Jovem | | | |
| | Total FNO-Amazônia Sustentável | 2.244,79 | 2.002,1 | 89,2 |
| | Empreendimentos Rurais | 785,81 | 392,0 | 49,9 |
| | Agropecuária | 762,13 | 387,6 | 50,9 |
| | Pesca e Aquicultura | 23,68 | 4,4 | 18,6 |
| | Empreendimentos Não-Rurais | 1.458,98 | 1.610,1 | 110,4 |
| | Agroindústria | 29,15 | 15,9 | 54,5 |
| | Indústria | 292,85 | 305,2 | 104,2 |
| | Turismo | 58,31 | 158,7 | 272,2 |
| | Cultura | 29,16 | 4,7 | 16,1 |
| | Infraestrutura | 437,30 | 514,5 | 117,7 |
| | Exportação | 29,15 | 0,0 | 0,0 |
| | Comércio e Serviço | 583,06 | 611,1 | 104,8 |
| | FNO-Biodiversidade | 87,46 | 76,2 | 87,1 |
| TOTAL SETOR | | 2.915,31 | 2.568,7 | 88,1 |

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

b. COMPARATIVO DO RESULTADO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

b.1. Nome: Comparativo do Resultado da Programação Orçamentária

- b.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por base o comparativo dos valores contábeis, considerando os valores previstos e os efetivamente realizados, para fins de verificação do desempenho.
- b.3. Fórmula de cálculo: Comparativo entre o montante da disponibilidade para aplicações no período e os recursos disponíveis na fase de operacionalização das metas.
- b.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados apresentados
- b.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento
- b.6. Resultados alcançados:

A previsão de ingresso de recursos do FNO para operacionalização pelo Banco da Amazônia no exercício de 2010 foi da ordem de R\$ 4.467,9 milhões, sendo realizado o valor de R\$ 4.948,5 milhões (10,8% superior a previsão de ingresso de recursos).

O total dos desembolsos em 2010 atingiu R\$ 2.969,8 milhões, superando em 193,4% a meta prevista para o exercício de R\$ 1.012,1 milhões. Esse resultado inclui os desembolsos com as operações de crédito, no valor total de R\$ 2.314,2 milhões (v. Quadro VII).

Quadro VII Comparativo do Resultado da Programação Orçamentária do FNO
Exercício de 2010

Em R\$ Milhões

| DISCRIMINAÇÃO | PREVISTO | REALIZADO |
|---|-----------------|-----------------|
| A) Origem de Recursos | 4.467,86 | 4.948,47 |
| Disponibilidade prevista ao final do exercício anterior | 1.286,77 | 1.742,43 |
| Transferências da União | 1.482,48 | 1.361,31 |
| Reembolsos de créditos em 2010 | 1.484,70 | 1.540,79 |
| Remuneração das disponibilidades | 143,07 | 165,00 |
| Retorno ao Fundo dos valores relativos aos riscos | 30,85 | 123,60 |
| Outras receitas (recuperação de crédito) | 40,00 | 15,34 |
| B) Aplicação de Recursos | 1.012,11 | 2.969,76 |
| Taxa de administração | 296,94 | 267,11 |
| Despesas de Auditoria Externa | 0,18 | 0,18 |
| Bônus de adimplência | 318,35 | 111,94 |
| Despesas com <i>del credere</i> | 258,86 | 238,47 |
| Rebates | 101,41 | 0 |
| Remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF | 11,84 | 13,09 |
| Outras despesas (despesas judiciais) | 24,53 | 24,81 |
| Desembolsos com operações de crédito | 0 | 2.314,16 |
| C) Disponibilidade Total (A – B) | 3.455,75 | 1.978,71 |
| D) Saldo a Liberar de Operações de Exercícios Anteriores | (540,44) | 0 |
| E) Disponível para Aplicações (C – D) | 2.915,31 | 1.978,71 |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

3 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE (PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

- Não aplicável à natureza jurídica desta UJ

4 INFORMAÇÕES SOBRE DISPONIBILIDADE E ATUALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010 (PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

- Não aplicável à natureza jurídica desta UJ

5 INFORMAÇÕES SOBRE ENTREGA E O TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS. (PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

- Houve cumprimento das disposições emanadas à Instrução Normativa n. 47, de 27.10.2004, e Decisão Normativa n. 81, de 06.12.2006, do Tribunal de Contas da União.

Declaração específica quanto à observância sobre entrega e o tratamento das declarações de bens e rendas está anexa a item específico do Processo de Contas Ordinárias do FNO – Exercício de 2010.

6 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ (PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

QUADRO VIII – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| Ambiente de Controle | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | X | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | X | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | X |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | X | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | | | X |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | | X |

| Avaliação de Risco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | | X |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | | X |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | | X |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | | X |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | | X |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | | X |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | | X |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | | X |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | | X |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | | | X |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | X |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | X |
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | | X |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | | X |

Considerações gerais:
A avaliação acima foi realizada pela Gerência de Conformidade, Unidade vinculada à Diretoria de Controle e Risco, responsável pela emissão dos Relatórios de Avaliação de Controles Internos – RACI e pelo Relatório de Risco Operacional.

Cada item foi analisado durante reunião do Comitê de Administração – CAGE, composto pela Gerente Executiva da GCONF, coordenadores de Controles Internos, Risco Operacional e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, à luz dos aspectos relevantes de controles internos do Banco.

LEGENDA
Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

7 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006. (PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

QUADRO IX - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a Gestão Ambiental | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? - O projeto de impressão corporativa do Banco da Amazônia possui a seguinte condição: "A contratada será responsável junto ao fabricante pela destinação ambientalmente correta a ser dada a todos os recipientes e resíduos dos suprimentos, peças e materiais substituídos nos equipamentos, em conformidade com os preceitos de preservação ambiental". | | | | | X |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. - A preocupação ambiental se mostra presente em procedimentos licitatórios, com o objetivo da aquisição de materiais reciclados e ambientalmente corretos. | | | | | X |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). - Para equipamentos microcomputadores as especificações exigem: "O computador não deverá conter substâncias perigosas como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil, éteres em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)". | | | | | X |

| Aspectos ambientais e sustentabilidade | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| Licitações Sustentáveis | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>- Nas compras de microcomputadores é utilizada a especificação: "Deverá vir acompanhado da proposta cópia do atestado de conformidade, emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou documento internacional similar, comprovando que o computador está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment) e "o computador não deverá conter substâncias perigosas como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil, éteres em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)".</p> | | | | | X |
| <p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>- Com o advento do Projeto de Consolidação de Servidores, passou a haver uma redução de cerca de 89,4% no consumo de energia do ambiente do Data Center.</p> <p>- Para os microcomputadores são utilizadas as especificações:</p> <p>a) "O equipamento deverá ter a capacidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após o tempo determinado pelo usuário, e religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse, e que possua função de economia de energia para monitor, placa mãe e disco rígido;</p> <p>b) O equipamento deverá apresentar compatibilidade com Energy Star EPA e com recursos DASH 1.0 (Desktop and Mobile Architecture for System Hardware)".</p> | | | | | X |
| <p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>- A compra de insumos, como cartuchos, toner, papel, etc, é realizada através da Gerência de Suprimentos - GESUP, mediante processos licitatórios específicos, observando a prioridade a produtos reciclados.</p> | | | | | X |
| <p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <p>- Não se aplica à área de TI</p> | X | | | | |
| <p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <p>- Ver resposta indicada no item 6, retro.</p> | | | | | X |
| <p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p> <ul style="list-style-type: none"> SIM. Os aspectos de durabilidade e qualidade são observados em processos licitatórios específicos. | | | | | X |

| Licitações Sustentáveis | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|--|---|---|---|---|---|
| <p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>- Os aspectos relacionados à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental são necessariamente observados nos procedimentos licitatórios. Exemplo de tal preocupação se mostrou materializada com o advento do Projeto de Consolidação de Servidores, que gerou proporcionou uma redução de cerca de 89,4% no consumo de energia do ambiente do Data Center.</p> | | | | | X |
| <p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>- SIM. As compras de equipamentos de autoatendimento têm previsão para: "descharacterização e descarte de equipamentos substituídos por meio de trade in".</p> | | | | X | |
| <p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>- Campanhas para o consumo racional de água e energia elétrica vêm sendo uma constante no Banco da Amazônia, especialmente durante a programação da Semana do Meio Ambiente, ocasião em que também é promovida uma Gincana Solidária, com atividades envolvendo todas as gerências do Banco.</p> | | | | | X |
| <p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>- O Banco da Amazônia tem entre suas diretrizes básicas de atuação a necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais. Tais pontos norteiam a atuação do Banco e buscam direcionar o padrão comportamental de seus empregados e prestadores de serviços.</p> | | | | | X |
| <p>Considerações Gerais:</p> <p>- A área de TI do Banco da Amazônia funciona sob a égide da Secretaria de Tecnologia da Informação – SECTI. Nesta se encontra a Gerência de Infraestrutura e Produção – GPROD, que tem a condição de prestadora de serviços aos usuários internos do Banco e fornecedora de infraestrutura para execução das atividades das agências/postos (micros, impressoras, etc). Nesse âmbito, as questões respondidas são de responsabilidade da GPROD. Para a área de TI todos os processos licitatórios são na forma eletrônica (Pregão Eletrônico), onde não se aplica técnica e preço. Porém, isso não inviabiliza o estabelecimento de condições de sustentabilidade e gestão ambiental nos seus editais, o que é feito através das especificações dos bens e serviços. Em assim sendo, as informações foram retiradas de documentos de evidências do Banco, tais como editais de licitações de aquisição de equipamentos e contratos de fornecimento/prestação de serviços firmados com empresas privadas.</p> | | | | | |

| Licitações Sustentáveis | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|---|
| LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UI. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UI, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UI. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UI, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UI. | | | | | |

8 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UI CLASSIFICADO COMO "BENS DE USO ESPECIAL" DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS (PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

- Não aplicável à natureza jurídica desta UI

9 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UI (PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

- Não aplicável à natureza jurídica desta UI

10 INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE FISCALIZA A UI (PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro X Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no Exercício de 2010

| Unidade Jurisdicional | | | | | |
|---|----------------|-----------------|------|----|------------------------------|
| Descrição do objeto da decisão | | | | | |
| Banco do Amazônia S.A. | | | | | Órgão: STORG |
| Deliberação do TCU | | | | | |
| Deliberações adotadas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | DE | Comunicação Expedida |
| 01 | 019.551/2008-7 | 832/2010-1ª Cam | 1.5 | DE | Ofício 289/2010-TCU-SECEX-MS |
| Descrição da decisão de cumprimento da deliberação | | | | | Órgão: STORG |
| Banco da Amazônia S.A. | | | | | |
| Descrição do objeto da decisão | | | | | |
| 1.5. Determinar ao Banco da Amazônia S/A, instituição financeira federal de caráter regional, agente financeiro e operacional do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, a serem observadas na gestão de recursos do Fundo, nos termos do art. 18 da Lei Nº 8.443/92 que: | | | | | |
| 1.5.1. Adote ações, inclusive buscando parcerias estratégicas com outros órgãos ou entidades da Administração Pública, como, por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, ou, ainda, com entidades paraestatais | | | | | |

como é o caso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, com a finalidade de mitigar os fatores que dificultam a contratação de financiamentos com recursos do FNO na mesorregião do Alto Solimões/AM e na Faixa de Fronteira, em especial no município de Tabatinga/AM, visando à redução das disparidades intra-regionais de renda, nos termos do art. 3º, inc. IX, da Lei nº 7.827/89;

1.5.2. Implemente ações administrativas eficazes, se necessário em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com vistas a observar a aplicação de 10% (dez por cento) dos recursos do FNO para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pela autarquia em questão, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar 93/98, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Lei nº 9.126/95;

1.5.3. Intensifique as ações visando incrementar a aplicação de recursos do Fundo nos Estados menos desenvolvidos da Região Norte (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima), com vistas a apoiar a criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interiores, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda, nos termos do disposto no art. 3º, inc. IX, da Lei nº 7.827/89;

1.5.4. Proceda à pronta prestação das informações solicitadas pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, apresentando todos os documentos e informações requeridas, sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos, conforme previsão contida no art. 26, § 1º, da Lei nº 10.180/01 e diante da missão do controle interno em apoiar o controle externo, nos termos do art. 74, inc. IV, da Constituição Federal, c/c o art. 50, inc. II, da Lei nº 8.443/92;

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação

Código SIORG

Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG

Síntese da providência adotada:

Item 1.5.1/1.5.3: O Banco da Amazônia vem desenvolvendo ações para disseminação do crédito em todos os municípios da Amazônia Legal. Em 2010, são três ações: A primeira, chamada "Perspectivas de Negócios Sustentáveis para a Amazônia", está inserida no plano de trabalho para apresentação do Plano de Aplicação dos Recursos para 2010, compreendendo reuniões de caráter político-institucional em todos os estados da Região, contando com a participação do Presidente do Banco da Amazônia, do Governador do Estado, de parlamentares, dos Presidentes das Federações da Agricultura, Indústria e Comércio e empresários diretamente envolvidos com o processo de desenvolvimento do Estado. Esta etapa ocorreu entre os meses de março e abril de 2010, tendo, na oportunidade, o Presidente do Banco assinado o Protocolo de Intenção com os Governadores dos Estados do Pará, Amazonas, Tocantins e Mato Grosso, onde as partes assumiram o compromisso de bem utilizar os recursos públicos a serem disponibilizados pelo Banco para o desenvolvimento sustentável da Região.

A segunda ação, chamada "SEBRAE e Banco da Amazônia Mais Perto das Micro e Pequenas Empresas", faz parte do convênio de Cooperação Técnica firmado pelo Banco da Amazônia e pelo SEBRAE, em 23.02.2010, que pretende melhorar a qualidade e ampliação de acesso ao crédito e aos serviços financeiros de micro e pequenas empresas localizadas na região da Amazônia Legal, através de capacitações e treinamentos a projetistas e credenciados do SEBRAE e Seminários de Acesso ao Crédito direcionados às Micro e Pequenas Empresas, com palestras ministradas pelos parceiros e Rodada de Negócios. A partir dessa parceria, o Banco da Amazônia e o SEBRAE pretendem qualificar a demanda por investimentos e capital de giro e, por consequente, incrementar o volume de recursos destinados às Micro e Pequenas Empresas de diversas atividades econômicas, oportunizando a auto-sustentabilidade e a geração de emprego e renda em toda a Região. Os Seminários previstos para o primeiro semestre de 2010 abrangem 39 municípios dos estados da Região Norte: 7 no Acre, 4 no Amazonas, 16 no Pará, 1 em Roraima, 6 em Rondônia, 2 no Amapá e 3 no Tocantins. No segundo semestre estão previstos 35 municípios com expansão inclusive para estados do Maranhão e do Mato Grosso. Esta ação também está prevista para ocorrer no exercício de 2011. A previsão da demanda de micro e pequenos empresários para 2010 são em torno de 6.900 micro e pequenos empresários. No Estado do Amazonas, um dos municípios que será atendido por essa ação é o Município de Tabatinga, onde o Banco da Amazônia e o SEBRAE estarão realizando, no dia 16 de junho, o Seminário "SEBRAE e Banco da Amazônia Mais Perto das Micro e Pequenas Empresas". É a terceira ação, denominada "FNO-Itinerante", feita em parceria com os Ministérios de Desenvolvimento Regional e da Integração Nacional, além dos Governos Estaduais e Municipais, tem por objetivo a disseminação dos recursos do FNO aos 450 municípios da Região Norte, principalmente os de Baixa e Média Renda pela tipologia da PNDR, prioritariamente para atender os segmentos produtivos de menor porte (micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais). Nessa ação, ocorrerão reuniões específicas de disseminação do FNO, por segmento, de acordo com ações/estratégias e perfil de cada município dos estados da Região Norte, com previsão para início no segundo semestre de 2010. Inicialmente, o FNO-Itinerante ocorrerá em um único município de cada estado (piloto), assim distribuídos: Acre (Jordão), Amazonas (Benjamin Constant), Amapá (Pracuúba), Pará (Primavera), Rondônia (Vila Nova Mamoré), Roraima (Uiramutã) e Tocantins (São Félix do Tocantins).

Item 1.5.2: A parceria entre o INCRA e o Banco da Amazônia já existe, entretanto, o Banco depende da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, emitida pelo INCRA, para que os assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária possam ser atendidos pelo Pronaf. Atualmente, o INCRA, em nível nacional, não está tendo capacidade operacional para emitir as DAP's, motivo pelo qual o Banco fica impossibilitado de atender a legislação no tocante à aplicação de 10% dos recursos do FNO para os assentados da Reforma Agrária. Diante dessa situação, que afeta outras instituições financeiras, como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, há uma proposta de alteração da legislação vigente de forma que o texto dê abertura para que os 10% do Fundo Constitucional sejam destinados à Agricultura Familiar,

apenas enfatizando que a preferência na aplicação desse percentual será para o Pronaf A.

Item 1.5.4: O Banco da Amazônia sempre procurou atender com presteza a todas as diligências de campo do TCU, colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Síntese dos resultados obtidos

Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU. Máxime, contudo, destacar o envolvimento de outros atores institucionais, com papel relevante nas questões abordadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A plena visualização dos condicionantes deve, necessariamente, perpassar pela infraestrutura regional e a ação dos demais atores institucionais. Assim, positivamente, há de ser ressaltado o esforço do Banco da Amazônia em procurar bem atender e difundir a importância e valia das linhas de financiamento oferecidas pelo FNO aos empreendedores regionais, buscando, sempre, estimular a participação e cooperação de instituições estruturalmente desenvolvidas para o estímulo da economia regional. Nada obstante ao papel desempenhado por esta Instituição Financeira, problemas outros atuam de forma obstativa ao alcance pleno dos resultados pretendidos, levando à busca de outros caminhos para ultrapassá-los, como bem destacado anteriormente na síntese da providência adotada em relação ao item 1.5.4.

Quadro XI Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no Exercício de 2010

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|----------------|--------------------|------|------|----------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| Banco do Amazônia S.A. | | | | | |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 02 | 007.857/1999-3 | 175/2002-Plenário | 8.6 | DE | D.O.U. de 20.05.2002 |
| | | 2169/2005-Plenário | 9.6 | | |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Banco da Amazônia S.A. | | | | | |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| 8.6. Determinar ao BASA que inclua item específico em seu Relatório de Gestão, anualmente enviado como parte integrante da Prestação de Contas do FNO, tratando do acompanhamento físico-financeiro do empreendimento objeto da Cédula de Crédito Industrial nº FMI-ME-027990360-0, em especial informando do cumprimento da legislação ambiental no tocante à expedição das licenças exigidas | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG | | | | | |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| <p>O empreendimento, de responsabilidade da empresa SALTUR – Saldanha Soluções e Turismo Ltda, tal como idealizado não foi realizado. O empreendimento não obteve mais adições em suas beneficiárias, continua funcionando com baixa taxa de ocupação. Os empregados são contratados conforme a demanda do hotel;</p> <p>Em visita ao empreendimento em maio de 2011, constatou-se:</p> <p>a) A empresa reduziu a quantidade de ações judiciais trabalhistas, saiu de um período de insolvência, liquidou dívidas com vários fornecedores, negociou junto à Caixa Econômica Federal o FGTS dos empregados e vem dando manutenção às instalações do empreendimento. Até o presente, a empresa vem pagando normalmente os acordos trabalhistas, e as dívidas fiscais deverão ser regularizadas quando do término dos pagamentos junto à Justiça do Trabalho;</p> <p>b) Segundo o empresário, o público alvo do Hotel seria o mercado Europeu e Americano, entretanto, no momento, a grande parte de sua clientela é do mercado Regional (Acre e Rondônia) e sul-americano (Bolívia).</p> <p>c) A empresa em termos de resultado operacional apresentou melhoras em 2010, mas considerando o montante da dívida no Banco e no Fisco, sua capacidade de pagamento fica muito limitada.</p> <p>Em função de execução judicial da dívida, os dirigentes da empresa se negam a prestar informações básicas ao Banco para que seja apresentado um relatório com a profundidade que o caso requer.</p> <p>Quanto ao cumprimento da legislação ambiental no tocante à expedição das licenças exigidas, vale destacar que ainda não há concessão de licença de operação, que foi solicitada várias vezes pelo Banco da Amazônia, desde julho de 2000, quando do início das atividades do empreendimento. A não concessão, segundo justificativa apresentada pelo empreendimento, continua sendo a existência de óbices apresentados pelo IBAMA-SEDAM, responsável pela concessão do documento.</p> | | | | | |

| |
|--|
| Síntese dos resultados obtidos |
| Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU. |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor |
| A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, mediante uso de mecanismos de verificação e acompanhamento, sobretudo no que pertine à licença de operação do referido projeto. |

Quadro XI Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no Exercício de 2010

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-----------------|-------------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| Banco do Amazônia S.A. | | | | | |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 03 | 025.819/2006-5 | 287/2007-Plenário | 9.2.1 | DE | D.O.U. de 09.03.2007 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Banco da Amazônia S.A. | | | | | |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| 9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN que, na qualidade de órgão central de Contabilidade da União, conforme Lei nº 10.180/2001, e por força do disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, observe os dispositivos reiteradamente constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO, inclusive da Lei nº 11.439/2006 (LDO 2007), que dispõem sobre a obrigatoriedade de publicação de informações referentes à aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO; | | | | | |
| 9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por força do disposto no art. 18, inciso VI, da Lei nº 10.180/2001, e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, por conta do disposto no art. 24, inciso X, da mesma lei, que incluam na Prestação de Contas Anual do Presidente da República; | | | | | |
| 9.2.1. as informações a que se refere o art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, de forma a evidenciar, detalhadamente, para cada uma das respectivas agências de fomento, dentre outras informações, os valores concedidos e os valores aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento do orçamento fiscal e seguridade social, acompanhados dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos e inadimplência; | | | | | |
| 9.2.2. a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício pelas agências financeiras oficiais de fomento, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, conforme determina o próprio art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000; | | | | | |
| 9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamenta, ao Banco do Brasil S.A., ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Banco da Amazônia S.A., à Caixa Econômica Federal, à Financiadora de Estudos e Projetos, ao Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro de Estado da Transparência e do Controle, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para conhecimento. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Sector responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG | | | | | |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| O Banco da Amazônia atendeu com presteza a todas as determinações do TCU, aprimorando as informações nos relatórios de acompanhamento das atividades do FNO, e colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU. | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, sem a identificação de fatos obstativos para tanto. | | | | | |

10.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

- Não há deliberações pendentes de atendimento

10.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro XII Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no Exercício de 2010

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|---------------------------|--|
| Denominação completa | | | Código SIORG |
| Banco da Amazônia S.A | | | |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 01 | 247671 | 1.1.1.3 CONSTATAÇÃO (003) | Ofício 33686/2010-CGU-Regional/PA/CGU-PR |
| Órgão/entidade objeto da recomendação | | | Código SIORG |
| Banco da Amazônia S.A | | | |
| Descrição da Recomendação | | | |
| <p>RECOMENDAÇÃO 001-Incrementar os financiamentos junto aos empreendedores de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas), mediante programas específicos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002-Repassar recursos do FNO para aplicação por outras instituições financeiras, de forma a evitar a ociosidade dos recursos, aumentar a distribuição entre os municípios da Região Norte e facilitar o acesso pelos micro e pequenos tomadores.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 003-Realizar acompanhamentos periódicos da execução das futuras aplicações destinados às atividades produtivas de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas) de forma a possibilitar as correções de rumos no transcurso do exercício financeiro, bem como permitir o alcance das metas programadas.</p> | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Senhor responsável pela implementação | | | Código SIORG |
| Gerência de Programas Governamentais - GPROG | | | |
| Síntese da providência adotada | | | |
| <p>RECOMENDAÇÃO 001</p> <p>Convênio de cooperação técnica com o SEBRAE no biênio 2010-2011, com objetivo de qualificar e ampliar o acesso ao crédito pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais na Amazônia Legal. O convênio com o SEBRAE prevê, em dois anos, reunir 12.039 empresários em 134 seminários com foco na disseminação das linhas do Banco da Amazônia em toda Região e realização de palestras de orientação. Prevê também a capacitação de 6.174 empresários em quatro cursos de gestão empresarial e capacitação de 110 projetistas e 190 consultores do SEBRAE, com informações sobre as linhas de crédito oferecidas pelo Banco da Amazônia. A primeira etapa da capacitação já foi concluída. De abril a outubro de 2010 já foram realizados 64 seminários em 62 cidades com a participação de 6.839 microempresários.</p> <p>No âmbito da agricultura familiar, o Banco vem desenvolvendo várias ações que estão possibilitando incrementar a aplicação do FNO nesse segmento, com destaque para a realização de cursos de capacitação e treinamento de técnicos da ATER e pessoal interno, para nivelamento operacional na análise de projetos do PRONAF e este ano iniciamos o trabalho de articulação com a ATER, entidades de pesquisa e organizações de Agricultores Familiares visando a definição de tecnologias e índices técnicos e econômicos que permitem maior segurança técnica e celeridade operacional. Deste trabalho resulta um relatório técnico que será a base do estudo de viabilidade de cada projeto, tal relatório trás o mérito de ser o resultado de um diálogo técnico entre os parceiros, com a presença dos agricultores, este trabalho já foi realizado no Amapá, Tocantins, Roraima e Rondônia, estando agendado o estado do Acre e no Oeste do Pará. Essas ações visam à prospecção de novos negócios, a qualificação do crédito, maior controle sistêmico das operações de crédito e a diminuição da inadimplência.</p> <p>Além dessas ações o Banco da Amazônia iniciou a aplicação de recursos do FNO para beneficiários do Pronaf B através da metodologia de Microcrédito Produtivo Orientado nas duas Unidades de Microfinanças do Programa Amazônia Florescer</p> | | | |

Rural – pilotos (Castanhal e Manaus, envolvendo 15 municípios atendidos). A metodologia possibilita maior segurança na aplicação do recurso e redução da inadimplência, além de atender com qualidade uma parcela da população rural que carece de orientação creditícia. No ano de 2011 serão abertas mais 5 unidades de microfinanças rurais na Amazônia.

RECOMENDAÇÃO 002

O Banco da Amazônia aprovou o repasse de até R\$ 5 milhões para a Agência de Fomento do Tocantins (Fomento) aplicar em 2010, com a garantia do Estado. As negociações estão sendo realizadas com a Agência para efetivar a formalização do Contrato de repasse de recursos. O Banco estuda ainda pleitos de agências de fomento e bancos cooperativos nos estados de Rondônia e Pará.

Com base no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Banco da Amazônia e outras instituições, dentre elas o Ministério da Integração Nacional (MI), está sendo negociada entre essas duas instituições a contratação por parte do MI de consultores especializados que orientarão os técnicos da GEMAF e a Cooperativa de Crédito de Benjamim Constant/AM a atuarem na região com o microcrédito produtivo orientado (MPO), através de repasse de recursos do FNO para essa cooperativa, que deverá atender os clientes utilizando a metodologia de MPO, melhorando a qualidade do crédito e reduzindo os riscos de inadimplência.

RECOMENDAÇÃO 003

O Banco da Amazônia propôs adequação de metas financeiras para os segmentos de mini e pequenos produtores rurais e micro empresas e empresas de pequeno porte, compatibilizando com outros agentes financeiros, gestores de Fundos Constitucionais, porém, não merecendo aceitação por parte dos Órgãos Supervisores, mantendo, portanto, as metas programadas na proporção de 51% dos recursos para tais segmentos. Em que pese tal situação, o Banco da Amazônia desenvolve ações voltadas para atividades produtivas de menor porte, tais como, criação de áreas de segmentação; específicas para a agricultura familiar e para micros e pequenas empresas; participação no Mutirão Arco Verde e em seminários do FNO itinerante; parceria com o SEBRAE, para realização de seminários visando a expansão creditícia para novos empreendedores; e realização de encontros nos estados para alavancagem de negócios, entre outras.

Além disso, visando à correção de distorções quanto ao tratamento de enquadramento dos beneficiários de recursos do FNO e a necessidade de adequação às metodologias utilizadas pelos Bancos Públicos Federais, o Banco da Amazônia formulou proposição para adequação nas bases operacionais relativas a critério de classificação de portes de beneficiários que desenvolvam atividades em setores não rural, sobretudo as destinadas às atividades produtivas de menor porte, tendo por objetivo corrigir a metodologia que gera distorção pelo critério de enquadramento de portes pela receita futura projetada, refletindo enquadramento em porte maior que o real e causando ônus maior.

Dessa forma, o Banco da Amazônia apresentou proposta para análise e apreciação pelo CONDEL/SUDAM visando ajustar os critérios de classificação de porte dos empreendimentos financiados com recursos do FNO conforme critérios similares aos atuais praticados no mercado. A saber: (a) Projeto em Implantação: pela previsão de faturamento no primeiro ano de produção efetiva do projeto; e (b) Demais Projetos: pela Receita Operacional Bruta apurada no último exercício fiscal.

Síntese dos resultados obtidos

Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às recomendações do OCI.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A plena visualização dos condicionantes deve, necessariamente, perpassar pela infraestrutura regional e a ação dos demais atores institucionais. Assim, positivamente, há de ser ressaltado o esforço do Banco da Amazônia em procurar bem atender e difundir a importância e valia das linhas de financiamento oferecidas pelo FNO aos empreendedores regionais, buscando, sempre, estimular a participação e cooperação de instituições estruturalmente desenvolvidas para o estímulo da economia regional. Nada obstante ao papel desempenhado por esta Instituição Financeira, problemas outros atuam de forma obstativa ao alcance pleno dos resultados pretendidos, levando à busca de outros caminhos para ultrapassá-los.

10.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

- Não há recomendações pendentes de atendimento

11 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO. (PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010)

- Anexamos cópia da Nota Técnica n. 3.193/2010/CGU-Regional/PA;CGU/PR, relativa a 1ª Revisão do Plano de Providências Permanente do FNO- Gestão 2009, pormenorizando as constatações, recomendações, manifestação do Gestor, análise da justificativa e prazo para atendimento da recomendação.

As constatações, recomendações, manifestação do Gestor, análise da justificativa e prazo para atendimento da recomendação foram encaminhadas para os setores responsáveis para as devidas providências, observando os prazos definidos pelo órgão de controle. (v. Anexo I)

12 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO. (PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

- Anexamos cópia do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO – Exercício de 2010, demonstrando a conformidade e o desempenho da gestão no exercício. (v. Anexo II)

13 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

- A declaração da contadora responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial, bem como as demonstrações determinadas nas Leis n. 4.320/64 e 6.404/76 e o parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis estão anexas a item específico – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - do Processo de Contas Ordinárias do FNO – Exercício de 2010.

14 INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DO FNO (PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010)

14.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO FNO

14.1.1 Inadimplência por tipo de risco

As operações com risco integral do Fundo que se encontram em atraso representaram 0,4% do total das operações contratadas no exercício de 2010. Comparativamente aos dois últimos exercícios de 2008 e 2009, constata-se que houve uma acentuada redução no nível de inadimplência nas operações onde o risco foi exclusivamente do FNO. O mesmo acontece com as operações com risco compartilhado em situação de atraso, onde a inadimplência atingiu 1,6% do total das operações contratadas em 2010, ficando também em patamar abaixo dos índices alcançados em 2008 e 2009 (v. Quadro XIII).

Quadro XIII Operações Contratadas com Risco Compartilhado e Integral do FNO e do Banco da Amazônia – 2008 a 2010

| Número de Operações com Risco Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia | | | |
|--|--------------|--------------|-------------|
| Situação | 2008 | 2009 | 2010 |
| Sem atraso (A) | 14.744 | 16.429 | 17.586 |
| Com atraso (B) | 2.536 | 2.299 | 288 |
| B / (A + B) % | 14,7% | 12,3% | 1,6% |
| Número de Operações com Risco Integral do FNO | | | |
| Situação | 2008 | 2009 | 2010 |
| Sem atraso (A) | 3.690 | 22.403 | 21.148 |
| Com atraso (B) | 8.802 | 1.340 | 93 |
| B / (A + B) % | 70,5% | 5,6% | 0,4% |
| Número de Operações com Risco Integral do Banco da Amazônia | | | |
| Situação | 2008 | 2009 | 2010 |
| Sem atraso (A) | 0 | 0 | 0 |
| Com atraso (B) | 0 | 0 | 0 |
| B / (A + B) % | 0,0% | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

14.1.2 Saldo dos créditos de liquidação duvidosa

Até o dia 31.12.2010 o saldo dos créditos de liquidação duvidosa, considerados o valor do principal e encargos vencidos de operações contratadas, totalizou R\$ 361,7 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 154,3 milhões em operações com atraso entre 181 e 360 dias.

Considerando as operações com risco compartilhado entre o Fundo e o Banco da Amazônia, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa correspondeu a R\$ 291,0 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 93,6 milhões em operações com atraso entre 181 e 360 dias.

No que se refere às operações com risco integral do FNO, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa atingiu o valor de R\$ 70,7 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 60,7 milhões em operações com atraso entre 181 e 360 dias (v. Quadro XIV).

Quadro XIV Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas

Exercício de 2010

R\$ 1,00

| Natureza da Operação | Tamanho do Atraso | |
|---|--------------------------|--------------------------|
| | Até 180 dias | De 181 a 360 dias |
| Com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia | 290.995.346,69 | 93.585.515,04 |
| Com risco integral do FNO | 70.675.061,95 | 60.718.119,48 |
| Com risco integral do Banco da Amazônia | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 361.670.408,64 | 154.303.634,52 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

14.1.3 Prejuízos contabilizados

No encerramento do exercício de 2010, o valor total de recursos contabilizados como créditos baixados alcançou o valor de R\$ 395,6 milhões, sendo R\$ 263,0 milhões de operações realizadas com risco compartilhado entre o Fundo e o Banco da Amazônia e R\$ 132,6 milhões de operações contratadas com risco integral do Fundo (v. Quadro XV).

Quadro XV Prejuízos Contabilizados
Exercício de 2010

| R\$ 1,00 | |
|---|--------------------------|
| Natureza da Operação | Prejuízos Contabilizados |
| Assumidos em razão do risco compartilhado | 263.025.184,46 |
| Contabilizados pelo FNO | 131.512.911,19 |
| Contabilizados pelo Banco da Amazônia | 131.512.273,27 |
| Assumidos pelo FNO em razão de risco integral | 132.588.699,05 |
| Assumidos pelo Banco da Amazônia em razão de risco integral | 0,00 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

14.1.4 Ressarcimento de operações de crédito

No exercício de 2010 o Banco da Amazônia ressarciu ao Fundo, por perdas das operações de crédito que completaram 360 dias de vencidas e não foram pagas, o valor de R\$ 131,5 milhões (v. Quadro XVI).

Quadro XVI Ressarcimentos Efetuados pelo Banco da Amazônia ao FNO
Exercício de 2010

| Mês | Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas | Valor ressarcido pelo Banco da Amazônia | Correção de valor por atraso de ressarcimento |
|--------------|---|---|---|
| Janeiro | 76.880.201,10 | 3.372.669,42 | 0 |
| Fevereiro | 75.221.437,25 | 7.940.255,29 | 0 |
| Março | 75.394.593,15 | 3.490.506,18 | 0 |
| Abril | 83.467.458,28 | 2.655.507,35 | 0 |
| Maior | 99.733.982,66 | 19.688.218,41 | 0 |
| Junho | 127.315.230,41 | 14.861.061,00 | 0 |
| Julho | 160.462.108,39 | 13.637.077,82 | 0 |
| Agosto | 114.141.583,56 | 6.745.442,81 | 0 |
| Setembro | 127.378.898,91 | 7.608.263,84 | 0 |
| Outubro | 126.897.378,06 | 22.080.190,34 | 0 |
| Novembro | 143.853.166,95 | 13.550.452,12 | 0 |
| Dezembro | 166.451.537,06 | 15.882.628,69 | 0 |
| TOTAL | 1.377.197.575,78 | 131.512.273,27 | 0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

14.1.5 Ações de cobranças judiciais ajuizadas

O Banco da Amazônia busca, via esfera judicial, a regularização dos débitos existentes com vistas a reduzir o volume de inadimplência. Assim, ao final do exercício de 2010, foram registrados 208 ajuizamentos de cobranças totalizando R\$ 111,0 milhões, sendo todas as operações com risco compartilhado entre o Fundo e o Banco da Amazônia (v. Quadro XVII).

Quadro XVII Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas
Exercício de 2010

| Mês | Risco Compartilhado | | Risco Integral do FNO | | Risco Integral do Banco | |
|--------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| | N.º | Valor (R\$ 1,00) | N.º | Valor (R\$ 1,00) | N.º | Valor (R\$ 1,00) |
| janeiro | 5 | 633.481,73 | - | - | - | - |
| fevereiro | 30 | 9.680.147,12 | - | - | - | - |
| março | 32 | 21.789.093,38 | - | - | - | - |
| abril | 35 | 16.696.319,17 | - | - | - | - |
| maio | 20 | 6.218.883,47 | - | - | - | - |
| junho | 13 | 3.905.796,61 | - | - | - | - |
| julho | 36 | 26.749.142,58 | - | - | - | - |
| agosto | 5 | 1.631.390,43 | - | - | - | - |
| setembro | 5 | 3.127.523,50 | - | - | - | - |
| outubro | 14 | 7.306.077,47 | - | - | - | - |
| novembro | 9 | 11.672.004,58 | - | - | - | - |
| dezembro | 4 | 1.597.917,94 | - | - | - | - |
| TOTAL | 208 | 111.007.777,98 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Anexo I – Nota Técnica n. 3.193/2010/CGU**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
CONTROLADORIA-REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ**

Nota Técnica nº 3.193/2010/CGU-Regional/PA/CGU/PR

Belém - PA, 28 de dezembro de 2010.

*Assunto: 1ª Revisão do Plano de
Providências Permanente do FNO –
Gestão 2009.*

Senhor Chefe,

I - INTRODUÇÃO

1. A presente Nota Técnica retrata o posicionamento desta CGU-Regional/PA acerca das providências implementadas pelo Banco da Amazônia S.A. - BASA, constantes no seu Plano de Providências Permanente, encaminhado a esta Controladoria por meio do Ofício/DIREX/PRESI/Nº 2010/447, de 23/12/2010, relativas as recomendações do Relatório de Auditoria nº 247671.

2. A partir da análise das manifestações apresentadas pelo Banco, registramos, a seguir, o posicionamento quanto ao atendimento das recomendações consignadas no Relatório supracitado.

II - OCORRÊNCIAS

**PROGRAMA: 0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO
AÇÃO: 0534 - FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO NORTE**

CONSTATAÇÃO

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 004

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

O Agente Operador do FNO não alcançou as metas por Estado estabelecidas na Programação Anual para o exercício de 2009.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 004 - Nº Recomendação: 001

Incrementar os financiamentos nos Estados que vêm apresentando menor volume de empréstimos (Acre, Amapá e Roraima), buscando soluções para viabilizar o atendimento das metas estabelecidas na programação anual.

Manifestação do Gestor:

Em 2009 houve crescimento de 130% nas aplicações no Amapá, passando de R\$ 20 milhões em 2008 para R\$ 46 milhões em 2009, com previsão de R\$ 80 milhões em 2010. Com a abertura em 2011 de uma nova agência no Amapá (Laranjal do Jarí), o crescimento deverá ser ainda maior. Foram realizadas parcerias com o SEBRAE e associações comerciais para elevação do crédito nas áreas comercial e industrial, através de seminários de divulgação do FNO, como também estreitamento de parceria e convênio com a RURAP (ATER pública do estado) para ampliação de crédito do Pronaf. Iniciativas como essas também têm sido realizadas nos estados do Acre e Roraima. Foram realizados em 2010 no Acre, Roraima e Amapá seminários do FNO-Itinerante, com o propósito de disseminar a aplicação do FNO naqueles estados.

Análise da Justificativa:

O Banco informa uma previsão de aumento de recursos para o Estado do Amapá; e a ampliação nos créditos do PRONAF, também nos estados do Acre e Roraima. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 012

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Ausência de utilidade dos indicadores do desempenho do FNO.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 012 - Nº Recomendação: 001

Desenvolver indicadores de desempenho para o FNO, para que possa dispor de ferramentas capazes de munir decisões gerenciais no tocante à condução do Fundo.

Manifestação do Gestor:

1. O Banco da Amazônia está trabalhando no sentido de incorporar novas metodologias, além das utilizadas pelo Banco, que visem à melhoria da qualidade da análise de seus relatórios e aperfeiçoamento de indicadores de desempenho do FNO. Para tanto, está realizando licitação para contratação de consultoria especializada que possa contribuir para a construção desses indicadores de desempenho, através de metodologias aperfeiçoadas, como o Propensity Score e pesquisa de campo e outras metodologias adequadas.
2. Para o exercício de 2010, o Banco da Amazônia já prevê avanços na apresentação do relatório com a incorporação dessas metodologias.

Análise da Justificativa:

O Banco informa a realização de licitação para contratação de empresa especializada para construção dos indicadores de desempenho. Portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 013

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

O Banco da Amazônia, através de recurso do FNO, concedeu financiamento para projeto de reflorestamento implantado na Fazenda Bela Vista, localizada no município de Açailândia-MA, fora dos limites de atuação do FNO.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 013 - Nº Recomendação: 001

Que a liberação da segunda parcela ocorra somente após a comprovação da correta aplicação dos recursos, ou seja, o plantio dos 105ha restantes de Paricá, com recursos próprios.

Manifestação do Gestor:

Em 01.12.2010 a GEAFO enviou parecer à Diretoria, que trata de pedido de prorrogação do cliente para implantação do projeto.

A liberação da parcela subsequente obedecerá quanto ao recomendado pela CGU.

A Diretoria aprovou parecer dando novo prazo para regularização da pendência, que é 31.12.2010.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que o pagamento da segunda parcela do financiamento somente ocorrerá após a comprovação da correta aplicação dos recursos.

Tipo da comunicação: Recomendação Atendida

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 013 - Nº Recomendação: 002

Que, nos casos de empreendimentos financiados para reflorestamento, as fiscalizações sejam realizadas por Engenheiro Florestal ou Engenheiro agrônomo, a fim de que seja emitidos laudos específicos que assegurem informações técnicas de sua especialização.

Manifestação do Gestor:

O Banco passará a proceder na forma recomendada pela CGU, fazendo com que as operações de reflorestamento sejam fiscalizadas por Engenheiro Florestal ou Agrônomo.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que os empreendimentos financiados para reflorestamento serão fiscalizados por Engenheiro Florestal ou Engenheiro Agrônomo.

Tipo da comunicação: Recomendação Atendida**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 013 - Nº Recomendação: 003

Que, nos casos de financiamentos com recursos do FNO, principalmente nas áreas de fronteira com o Estado do Maranhão, sejam efetuados levantamentos para o correto posicionamento do empreendimento.

Manifestação do Gestor:

Em 01/11/2010 a Gerência de Análise de Projetos-GERAP, encaminhou a CI-2010/1042 para a Gerência de Análise de Crédito-GECE, solicitando a inclusão de uma Nota no normativo interno, relativo à exigência do mapa georreferenciado, nos termos abaixo:

"Quando o empreendimento se localizar em áreas de fronteiras com os Estados de Maranhão e Mato Grosso, os mapas georreferenciados dos imóveis envolvidos na proposta devem ser avaliados "in loco", por técnico do Banco, utilizando-se os recursos necessários para assegurar que se encontram na Região Norte."

Análise da Justificativa:

O Banco informa que avaliará os mapas georreferenciados de empreendimentos localizados em zonas fronteiriças.

Tipo da comunicação: Recomendação Atendida**RECOMENDAÇÃO**

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 013 - Nº Recomendação: 004

Exigir, nos projetos apresentados ao Banco, o mapeamento geográfico dos imóveis rurais financiado e/ou vinculado em garantia, contendo a identificação das áreas de Reserva Legal, APPs, uso atual e projetado, conforme já previsto em normativo vigente (MN-Normas Gerais Industrial e Rural) e nas salvaguardas gerais da Política Socioambiental no Crédito do Banco da Amazônia (item 3.1.1).

Manifestação do Gestor:

A exigência do documento já normatizada foi ratificada para todas as áreas de análise do Banco através do informativo do PROMAP (Programa de Melhoraria de Análise de Projetos de Fomento), veiculado por meio do Outlook, em 09/11/2010.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que exigirá o correto mapeamento geográfico dos imóveis rurais.

Tipo da comunicação: Recomendação Atendida

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 018

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Aumento do índice de inadimplência geral do FNO no exercício de 2009.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 018 - Nº Recomendação: 001

Adotar ações com o objetivo de reduzir a inadimplência das operações realizadas com recurso do FNO, em especial no âmbito dos financiamentos concedidos para o setor rural, o qual apresenta índice de inadimplência quatro vezes maior do que os demais setores.

Manifestação do Gestor:

No decorrer do ano de 2010, o Banco deu seguimento nas ações com o fim precípuo de cobrar e regularizar dívidas em situação de anormalidade, haja vista a necessidade de se minimizar perdas de capital, reduzir os índices de inadimplência para patamares aderentes ao mercado, melhorar a qualidade da carteira de crédito e elevar os resultados pela consequente redução das despesas de PCLD. Aliados a essas ações e com o mesmo fim, estão também as mudanças operacionais e estruturais que continuam a acontecer nas áreas de concessão de crédito e de acompanhamento. Treinamento para melhor qualificação de pessoal, criação de Coordenadorias de Performance e de Supervisões de Recuperação de Crédito, aquisição de equipamentos modernos e desenvolvimento de softwares e de Sistemas de última geração com fornecimento de relatórios gerenciais para melhor gestão, minimização de erros e racionalização de tarefas já são uma realidade e em breve os impactos positivos se tornarão visíveis, inclusive na melhoria dos índices de inadimplência.

No âmbito de atuação da Gerência de Reestruturação de Ativos – GERAT, envolvendo a regularização de operações da área rural com recursos do FNO, foram publicadas em 2010 as Circulares: a) GERAT/COPRE 2010/004, de 12.03.2010, Renegociação de Dívidas do PRONAF, com o objetivo de conceder aos mutuários inadimplentes, responsáveis por dívidas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, condições para renegociar seus débitos através de prorrogações ou liquidações, com concessão de novos prazos e flexibilização de amortização prévia de saldo vencido; e, b) Circular GERAT/COPRE 2010/005, de 10.02.2010, Renegociação de Dívidas, com concessão de novas condições para solvência de créditos inadimplidos, proporcionando aos devedores em situação de anormalidade novos prazos e percentuais de amortização mínima e de redução ou dispensa de multa contratual.

Vale aqui também citar que o Banco da Amazonia tem sido célere na regulamentação interna de instruções chegadas através de Resoluções do Banco Central do Brasil e/ou Leis, cujo foco seja a tomada de medidas que visem a regularização de operações rurais, seja por política de governo, seja em decorrência de abalos nas atividades por força de intempéries, mas todas com reflexos benéficos nos índices de inadimplência da Carteira Rural. Dentro dessa linha, em 2010, já foram publicadas as Circulares: a) Circular GERAT/GESOP 2010/007, de 06/04/2010, Renegociação/Liquidação de Dívidas Rurais, que dispõe sobre o Decreto 7.137, de 29/03/2010, que regulamenta o artigo 56, da Lei 11.775/2008; b) Circular GERAT/COPRE 2010/013, 05.07.2010, concessão de novos prazos para renegociação/liquidação de dívidas rurais de que trata da Resolução BACEN 3.872, a qual dispõe acerca de novos prazos para efetivação do contido no parágrafo 2º do artigo 3º (liquidação ou regularização SEC I e SEC II), da lei 11.775/2008; e, c) Circular GERAT 2010/016 - "Remissão e liquidação de dívidas do PRONAF "B", conforme artigos 71 e 72, que trata de remissão bem como concede condições para liquidação de dívidas de operações de crédito provenientes do PRONAF "B", nos moldes dos artigos 71 e 72, respectivamente, da Lei 12.249/2010, de 11.06.2010.

Ainda com o mesmo objetivo de reduzir/monitorar a inadimplência, em 2010, dentro da GERAT, foi montada uma estrutura chamada de "Célula de Gestão da Inadimplência/PCLD". O trabalho dos empregados ali lotados é, tendo como ferramenta relatórios específicos disponibilizados pela área de TI, organizar as operações que tiveram o

risco agravado por força de atraso no pagamento e contatar as superintendências e/ou agências para, juntos, traçar estratégias que venham a possibilitar a regularização das operações, reduzindo a inadimplência e melhorando os resultados.

Visando também dotar o Banco de normas atuais e em consonância com as boas práticas do mercado e de administração financeira, o antigo MN-PRAC (Manual de Normas-Prevenção de Riscos e Administração de Crédito), que continha todas as instruções de renegociação e de recuperação de crédito, foi totalmente revisado, o que gerou diversas NPs (Normas de Procedimentos). Dessas, envolvendo regularização de operações rurais com recursos do FNO, foi publicada em 30/09/2010 a NP 656, a qual apresenta diretrizes, metodologias e procedimentos para renegociar operações da Carteira de Fomento efetivadas com recursos do FNO, devendo substituir, no MN-Prevenção de Risco e Administração de Crédito (PRAC), tudo o que concerne ao assunto. Por certo que os efeitos, ainda que de leve proporção, far-se-ão sentir ainda nos números do Banco do balanço de fim de ano.

Outra investida para a redução da inadimplência deu-se com a aprovação dos Pareceres da GERAT-COPRE 2010/0297 e GERAT-COPRE 2010/0306, ambos de 09/11/2010, os quais originaram as Circulares GERAT-COPRE 2010/024 e GERAT-COPRE 2010/025. A primeira delas trata unicamente de renegociação de dívidas rurais do PRONAF, cujos mutuários tiveram a capacidade de geração de receitas abalada pelas condições climáticas adversas que assolaram a Amazônia Legal ou outras condições também danosas previstas no MCR 2.6.9. Já a renegociação das operações rurais que não PRONAF e Securitizadas que sofreram com as intempéries do clima e/ou foram envolvidas nas situações do MCR 2.6.9 foi disciplinada pela Circular 2010/025.

Como se observa, o Banco não tem ficado inerte diante dos números da inadimplência das operações, independentemente de suas causas. Sabe-se que a Amazônia tem condições geográficas especialíssimas e desafiadoras. Não é difícil fazer um paralelo entre um agricultor que desenvolve suas atividades nas brenhas da floresta amazônica e outro do interior do Nordeste ou Centro-Oeste. Levando em conta apenas o fator deslocamento, já se chega a diferenças gritantes ante as dificuldades que poderão ser encontradas lá e cá. Esse e outros fatores igualmente impactantes são vitais para que a capacidade de geração de receitas da atividade seja mantida em patamares elevados o bastante para solver as obrigações de financiamentos e/ou empréstimos assumidas.

Análise da Justificativa:

O Banco informa o desenvolvimento de diversas ações com o objetivo de diminuir os índices de inadimplência. Portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 003

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

O Agente Operador do FNO não alcançou a meta que prioriza as atividades produtivas de menor porte.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 003 - Nº Recomendação: 001

Incrementar os financiamentos junto aos empreendedores de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas), mediante programas específicos.

Manifestação do Gestor:

1. Convênio de cooperação técnica com o SEBRAE no biênio 2010-2011, com objetivo de qualificar e ampliar o acesso ao crédito pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais na Amazônia Legal. O convênio com o SEBRAE prevê, em dois anos, reunir 12.039 empresários em 134 seminários com foco na disseminação das linhas do Banco da Amazônia em toda Região e realização de palestras de orientação. Prevê também a capacitação de 6.174 empresários em quatro cursos de gestão empresarial e capacitação de 110 projetistas e 190 consultores do SEBRAE, com informações sobre as linhas de crédito oferecidas pelo Banco da Amazônia. A primeira etapa da capacitação já foi concluída. De abril a outubro de 2010 já foram realizados 64 seminários em 62 cidades com a participação de 6.839 microempresários.

2. No âmbito da agricultura familiar, o Banco vem desenvolvendo várias ações que estão possibilitando incrementar a aplicação do FNO nesse segmento, com destaque para a realização de cursos de capacitação e treinamento de técnicos da ATER e pessoal interno, para nivelamento operacional na análise de projetos do PRONAF e este ano iniciamos o trabalho de articulação com a ATER, entidades de pesquisa e organizações de Agricultores Familiares visando a definição de tecnologias e índices técnicos e econômicos que permitem maior segurança técnica e celeridade operacional. Deste trabalho resulta um relatório técnico que será a base do estudo de viabilidade de cada projeto, tal relatório trás o mérito de ser o resultado de um diálogo técnico entre os parceiros, com a presença dos agricultores, este trabalho já foi realizado no Amapá, Tocantins, Roraima e Rondônia, estando agendado o estado do Acre e no Oeste do Pará. Essas ações visam à prospecção de novos negócios, a qualificação do crédito, maior controle sistêmico das operações de crédito e a diminuição da inadimplência.

3. Além dessas ações o Banco da Amazônia iniciou a aplicação de recursos do FNO para beneficiários do Pronaf B através da metodologia de Microcrédito Produtivo Orientado nas duas Unidades de Microfinanças do Programa Amazônia Florescer Rural – pilotos (Castanhal e Manaus, envolvendo 15 municípios atendidos). A metodologia possibilita maior segurança na aplicação do recurso e redução da inadimplência, além de atender com qualidade uma parcela da população rural que carece de orientação creditícia. No ano de 2011 serão abertas mais 5 unidades de microfinanças rurais na Amazônia.

Análise da Justificativa:

O Banco informa a celebração de convênio com o SEBRAE com o objetivo de qualificar e ampliar o acesso ao crédito as atividades produtivas de menor porte; a realização de cursos de capacitação com técnicos da ATER (Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural), para análise de projetos do PRONAF; e o incremento na aplicação de recursos do Pronaf B, com a abertura de novas unidades de microfinanças rurais na Amazônia. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 003 - Nº Recomendação: 002

Repassar recursos do FNO para aplicação por outras instituições financeiras, de forma a evitar a ociosidade dos recursos, aumentar a distribuição entre os municípios da Região Norte e facilitar o acesso pelos micro e pequenos tomadores.

Manifestação do Gestor:

1. O Banco da Amazônia aprovou o repasse de até R\$ 5 milhões para a Agência de Fomento do Tocantins (FomenTO) aplicar em 2010, com a garantia do Estado. As negociações estão sendo realizadas com a Agência para efetivar a formalização do Contrato de repasse de recursos. O Banco estuda ainda pleitos de agências de fomento e bancos cooperativos nos estados de Rondônia e Pará.

2. Com base no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Banco da Amazônia e outras instituições, dentre elas o Ministério da Integração Nacional (MI), está sendo negociada entre essas duas instituições a contratação por parte do MI de consultores especializados que orientarão os técnicos da GEMAF e a Cooperativa de Crédito de Benjamim Constant/AM a atuarem na região com o microcrédito produtivo orientado (MPO), através de repasse de recursos do FNO para essa cooperativa, que deverá atender os clientes utilizando a metodologia de MPO, melhorando a qualidade do crédito e reduzindo os riscos de inadimplência.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que está efetivando a formalização de contrato de repasse de recursos com a Agência de Fomento do Tocantins; e a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com outras instituições com o objetivo de contratação de consultores especializados no microcrédito produtivo orientado. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 003 - Nº Recomendação: 003

Realizar acompanhamentos periódicos da execução das futuras aplicações destinados às atividades produtivas de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas) de forma a possibilitar as correções de rumos no transcurso do exercício financeiro, bem como permitir o alcance das metas programadas.

Manifestação do Gestor:

1. O Banco da Amazônia está analisando e realizando correções das aplicações, sobretudo as destinadas às atividades produtivas de menor porte, tendo por prioridade o alcance das metas definidas no planejamento anual, em tempo hábil e de forma fidedigna.

2. As áreas responsáveis pela geração, validação e consolidação de informações continuarão a trabalhar em conjunto para que as possíveis inconsistências em relação ao fornecimento das informações sejam sanadas.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que está adotando medidas com o intuito de corrigir as distorções nas metas planejadas durante o exercício. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 008

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Existência de Recursos do FNO não aplicados, gerando aumento de disponibilidade financeira (20,3%) apesar de existirem 1.447 projetos aprovados aguardando liberação de crédito.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 008 - Nº Recomendação: 001

Viabilizar o repasse de recursos do FNO para aplicação por outras instituições financeiras, de forma a evitar a ociosidade dos recursos e aumentar a distribuição entre os municípios da Região Norte, bem como facilitar o acesso pelo micro e pequenos tomadores.

Manifestação do Gestor:

O Banco da Amazônia aprovou o repasse de até R\$ 5 milhões para a Agência de Fomento do Tocantins (FomenTO) aplicar em 2010, com a garantia do Estado. As negociações estão sendo realizadas com a Agência para efetivar a formalização do Contrato de repasse de recursos. O Banco estuda ainda pleitos de agências de fomento e bancos cooperativos nos estados de Rondônia e Pará.

Com base no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Banco da Amazônia e outras instituições, dentre elas o Ministério da Integração Nacional (MI), está sendo negociada entre essas duas instituições a contratação por parte do MI de consultores especializados que orientarão os técnicos da GEMAF e a Cooperativa de Crédito de Benjamin Constant/AM a atuarem na região com o microcrédito produtivo orientado (MPO), através de repasse de recursos do FNO para essa cooperativa, que deverá atender os clientes utilizando a metodologia de MPO, melhorando a qualidade do crédito e reduzindo os riscos de inadimplência.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que está efetivando a formalização de contrato de repasse de recursos com a Agência de Fomento de Tocantins; e a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com outras instituições com o objetivo de contratação de consultores especializados no microcrédito produtivo orientado. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do

exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 008 - Nº Recomendação: 002

Desenvolver ações para incrementar os financiamentos com recursos do FNO, considerando o elevado volume de recursos disponíveis para novas aplicações, em 31.12.2009, e o estoque de projetos em carteira já aprovados pela instituição ao final do exercício.

Manifestação do Gestor:

O Banco da Amazônia está desenvolvendo várias ações no sentido de incrementar a aplicação de recursos do FNO na Região, as quais estão descritas a seguir:

1. Realização de seminários para lançamento do FNO-Itinerante nos estados da Região Norte, com o propósito de levar o crédito a todos os municípios da Região, alavancando as aplicações nos locais aonde o Banco não tem capilaridade. Em 2010, até novembro, foram realizados seminários nos municípios de Benjamim Constant (AM), São Félix do Tocantins (TO), Pracuúba (AP), Jordão (AC), Nova Mamoré (RO) e Porto de Moz (PA). Espera-se realizar ainda em 2010 o seminário em Roraima. Para 2011, o Banco continuará desenvolvendo a ação, realizando o segundo piloto em outros municípios nos sete estados da Região;
 2. Também com o propósito de alavancar a aplicação de recursos do FNO na Região, o Banco da Amazônia aprovou o repasse de até R\$ 5 milhões para a Agência de Fomento do Tocantins (FomenTO) aplicar em 2010, com a garantia do Estado. As negociações estão sendo realizadas com a Agência para efetivar a formalização do Contrato de repasse de recursos. O Banco estuda ainda pleitos de agências de fomento e bancos cooperativos nos estados de Rondônia e Pará;
 3. Celebração de Convênio de cooperação técnica com o SEBRAE no biênio 2010-2011, com objetivo de qualificar e ampliar o acesso ao crédito pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais na Amazônica Legal. O convênio com o SEBRAE prevê, em dois anos, reunir 12.039 empresários em 134 seminários com foco na disseminação das linhas do Banco da Amazônia em toda Região e realização de palestras de orientação. Prevê também a capacitação de 6.174 empresários em quatro cursos de gestão empresarial e capacitação de 110 projetistas e 190 consultores do SEBRAE, com informações sobre as linhas de crédito oferecidas pelo Banco da Amazônia; e
 4. No âmbito da agricultura familiar, o Banco vem desenvolvendo várias ações que estão possibilitando incrementar a aplicação do FNO nesse segmento, com destaque para a realização de cursos de capacitação e treinamento de técnicos da ATER e pessoal interno, para nivelamento operacional na análise de projetos do PRONAF. Essas ações visam à prospecção de novos negócios, a qualificação do crédito, maior controle sistêmico das operações de crédito e a diminuição da inadimplência.
- Além dessas ações, o Banco da Amazônia disponibilizou em 2010 R\$ 437,3 milhões, e está disponibilizando em sua programação financeira para 2011, recursos do FNO da ordem de R\$ 500,0 milhões para aplicação nos projetos infra-estruturantes do PAC, nas áreas de produção/geração de energia elétrica, saneamento básico, transporte e produção de biodiesel.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que está efetivando a formalização de contrato de repasse de recursos com a Agência de Fomento de Tocantins; a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com outras instituições com o objetivo de contratação de consultores especializados no microcrédito produtivo orientado; a celebração de convênio com o SEBRAE com o objetivo de divulgar as linhas de crédito; além de um aumento na programação financeira do fundo para 2011. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 020

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Alto índice de operações de crédito com impropriedades no âmbito do FNO.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 020 - Nº Recomendação: 001

Desenvolver ações estratégicas específicas, com o intuito de reduzir o número de operações de crédito com vícios no âmbito do FNO.

Manifestação do Gestor:

1. Para evitar situação que venha expor o Banco a um nível de risco operacional, foi criada uma estrutura para garantir à Alta Administração que os negócios realizados não fragilizem o Sistema de Controles Internos da Organização. Em ago/2009 foram implantadas as Supervisões de Conformidade (SUCON's) nas Superintendências PA I, MA, AM e TO e, em fev/2010, as do AC, PA II, RO e MT.
2. As atividades contemplam a verificação de todas as operações de valor igual ou superior à R\$100 mil reais em duas fases: antes de contratação e após a liberação da primeira parcela do crédito.
3. No mês de agosto iniciou-se a conformidade do processo de cadastro para assegurar a adequação e confiabilidade dos dados cadastrais inseridos no novo Sistema de Cadastro, o AMAZONCAD que atenderá também às exigências da Circular BACEN-3.461/09. A nova etapa a ser implantada será a conformidade das operações objeto de renegociações administrativas em set/2010.
4. Em ago/2010 as Supervisões de Conformidade-SUCON's foram transformadas em Coordenadorias de Conformidade.
5. O Sistema de Fomento, atualmente em desenvolvimento, terá "travas" que consistirá alguns procedimentos exigidos nos normativos que disciplinam as aplicações do FNO.
6. Treinamento de empregados das Agências, Superintendências e Matriz.
7. Desenvolvimento de curso autoinstitucional de QUALIDADE DO CRÉDITO para todos os empregados envolvidos na originação, análise e acompanhamento do crédito, com previsão de início neste semestre."

Análise da Justificativa:

O Banco informa o desenvolvimento de diversas ações com o objetivo de diminuir os índices de impropriedades nas operações de crédito. Portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 005

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

O Agente Operador do FNO não alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para o exercício de 2009, na Mesorregião do Alto Solimões.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 005 - Nº Recomendação: 001

Adotar ações com a finalidade de mitigar os problemas que dificultam a realização de financiamentos com recursos do FNO na mesorregiões do Alto Solimões, de forma a viabilizar o atendimento das metas estabelecidas na programação anual.

Manifestação do Gestor:

1. A mesorregião do Alto Solimões é de extrema carência de infraestrutura e as comunidades indígenas alcançam uma população de mais de 35 mil indivíduos. Além do mais, os municípios que compõem aquela mesorregião são de difícil acesso e separadas entre si e pelos centros mais desenvolvidos da Região, como Rio Branco e Manaus, por grandes distâncias. Em todas as iniciativas visando à dinamização econômica daquela mesorregião perpassa, necessariamente, pelo envolvimento e comprometimento da União e do Governo do Estado do Amazonas, buscando soluções que possam viabilizar o crescimento local, através do crédito de fomento, de modo a possibilitar a diminuição das desigualdades. Para melhorar a ação do Banco e do Fundo naquela mesorregião, o Banco da Amazônia está empenhado na abertura de uma agência, de modo a possibilitar a alocação de recursos do FNO, especialmente para os microempreendedores e pequenos agricultores locais e agricultores familiares. Registra-se ainda que, em parceria com Ministério da Integração Nacional, o Banco da Amazônia já realizou um seminário em agosto no Município de Benjamin Constant (AM), para lançamento da ação FNO-Itinerante. O propósito é disseminar a aplicação do FNO em todos os municípios da Região Norte, através de suas linhas e programas de financiamento. Ação conta com a participação dos Governos Estaduais e Municipais, além de diversos parceiros institucionais e sociedade civil organizada local. Espera-se, com isso, maior participação do Banco da Amazônia na mesorregião do Alto Solimões, via crédito de fomento, melhorando o seu desempenho já a partir de 2010.

2. Com base no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Banco da Amazônia e outras instituições, dentre elas o Ministério da Integração Nacional (MI), está sendo negociada entre essas duas instituições a contratação por parte do MI de consultores especializados que orientarão os técnicos da GEMAF e a Cooperativa de Crédito de Benjamin Constant/AM a atuarem na região com o microcrédito produtivo orientado (MPO), através de repasse de recursos do FNO para essa cooperativa, que deverá atender os clientes

utilizando a metodologia de MPO, melhorando a qualidade do crédito e reduzindo os riscos de inadimplência.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que está empenhado na abertura de uma agência, de modo a possibilitar a alocação de recursos do FNO; e a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com outras instituições com o objetivo de contratação de consultores especializados no microcrédito produtivo orientado. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 006

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

O Agente Operador do FNO não alcançou as metas do Programa FNO- Biodiversidade, estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para o exercício de 2009.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 006 - Nº Recomendação: 001

Desenvolver ações no sentido de incrementar a aplicação de recursos do FNO no Programa FNO-Biodiversidade, buscando soluções para viabilizar o atendimento das metas estabelecidas nas Programações.

Manifestação do Gestor:

1. Várias ações estão sendo desenvolvidas pelo Banco da Amazônia, através de suas Superintendências Regionais e Agências, com o intuito de incrementar a aplicação de recursos do FNO no Programa FNO-Biodiversidade. Dentre as ações destacam-se a realização de seminários específicos nos estados da Região; a parceria com o SEBRAE para divulgação das linhas de crédito do Banco; e abertura de novas agências no Pará, Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia e Tocantins.
2. O convênio com o SEBRAE prevê, em dois anos, reunir 12.039 empresários em 134 seminários com foco na disseminação das linhas do Banco da Amazônia em toda Região e realização de palestras de orientação. Prevê também a capacitação de 6.174 empresários em quatro cursos de gestão empresarial e capacitação de 110 projetistas e 190 consultores do SEBRAE, com informações sobre as linhas de crédito oferecidas pelo Banco da Amazônia. A primeira etapa da capacitação já foi concluída. De abril a outubro de 2010 já foram realizados 64 seminários em 62 cidades com a participação de 6.839 microempresários.

Análise da Justificativa:

O Banco informa a celebração de convênio com o SEBRAE com o objetivo de divulgar as linhas de crédito. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto

somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 006 - Nº Recomendação: 002

Aprimorar as ações desenvolvidas com o objetivo de superar os entraves que vêm dificultando a realização de operações de financiamentos de projetos relativos ao FNO-Biodiversidade.

Manifestação do Gestor:

1. Várias ações estão sendo desenvolvidas pelo Banco da Amazônia, através de suas Superintendências Regionais e Agências, com o intuito de incrementar a aplicação de recursos do FNO no Programa FNO-Biodiversidade. Dentre as ações destacam-se a realização de seminários específicos nos estados da Região; a parceria com o SEBRAE para divulgação das linhas de crédito do Banco; e abertura de novas agências no Pará, Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia e Tocantins.

2. O convênio com o SEBRAE prevê, em dois anos, reunir 12.039 empresários em 134 seminários com foco na disseminação das linhas do Banco da Amazônia em toda Região e realização de palestras de orientação. Prevê também a capacitação de 6.174 empresários em quatro cursos de gestão empresarial e capacitação de 110 projetistas e 190 consultores do SEBRAE, com informações sobre as linhas de crédito oferecidas pelo Banco da Amazônia. A primeira etapa da capacitação já foi concluída. De abril a outubro de 2010 já foram realizados 64 seminários em 62 cidades com a participação de 6.839 microempresários.

Análise da Justificativa:

O Banco informa a celebração de convênio com o SEBRAE com o objetivo de divulgar as linhas de crédito. Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 007

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

O Agente Operador do FNO não aplicou o limite legal de 10% dos recursos de financiamento do FNO aos colonos e assentados da Reforma Agrária do PRONAF-Grupo A.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 007 - Nº Recomendação: 001

Adotar ações efetivas com vistas a cumprir o limite mínimo de 10 % dos recursos do FNO sejam destinados aos agricultores incluídos no Grupo A (Reforma Agrária) do PRONAF, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 9.126, de 10/11/1995.

Manifestação do Gestor:

1. O Banco da Amazônia, conforme determina a legislação pertinente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), só pode liberar recursos aos agricultores familiares através do PRONAF mediante a apresentação, pelo solicitante ao crédito, da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
2. A competência para emissão de DAP para beneficiários do PRONAF grupo "A", destinado a financiar os assentados da reforma agrária, é do INCRA, conforme determina a Portaria Conjunta MDA/INCRA nº 13 de 22/08/2005. Todavia, no decorrer do ano de 2009, o Banco da Amazônia recebeu uma quantidade muito pequena de demanda qualificada - fornecida pelos Grupos Estaduais de Execução de Políticas Agrícolas para a Reforma Agrária (GERA), mediante a liberação de DAP tipo "A" pelo INCRA - dificultando atingirmos 10% (dez por cento) dos recursos do FNO, previstos em Lei, para aplicação na reforma agrária, via PRONAF A.
3. A Lei nº 12.249 de 11/06/2010, em seu artigo 74, parágrafo 3º, estabelece novos critérios de aplicação dos 10% dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento, permitindo que se aplique este recurso em outros grupos do PRONAF desde que respeitados os critérios ali estabelecidos.
4. O Banco da Amazônia, contudo, busca intensificar articulação junto ao MDA, em nível nacional, para que este acione o INCRA a emitir as DAP's necessárias para aplicação dos recursos na agricultura familiar, via PRONAF A, e em nível regional essa articulação vem sendo feita junto às Superintendências Regionais do INCRA, visto que o Banco só pode aplicar recursos se o INCRA emitir as DAP's e o GERA qualificar a demanda.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que vem fazendo articulação junto ao INCRA a fim de agilizar a liberação de DAP tipo "A". Contudo o gestor informa que estas ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010, e continuarão a ser realizadas ao longo do exercício de 2011, portanto somente quando da realização da auditoria de avaliação da gestão 2010 do FNO, será verificada a efetividade das medidas a serem adotadas.

Tipo da comunicação: Prorrogação (solicitação Gestor)

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/08/2011

Nº OS: 247671 Nº Constatação: 019

SUMÁRIO DA CONSTATAÇÃO:

Cobrança indevida de taxa de 1% sobre o valor dos financiamentos com recursos do FNO, a título de avaliação da viabilidade técnico- econômica.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 247671 - Nº Constatação: 019 - Nº Recomendação: 001

Abster-se da cobrança de taxa de 1% sobre o valor dos projetos financiados com recursos do FNO, a título de avaliação da viabilidade técnico-econômico de projetos.

Manifestação do Gestor:

A falha apontada pela Auditoria Interna n.º 2009/008 em relação à falta de cobrança da operação 070070042 de 28/12/2007, teve como causa, conforme descrito na própria Súmula, a dispersão do normativo e quando a tarifa passou a ser exigida, o projeto já estava internalizado e contratado pela Agência. Entretanto, embora não constasse no normativo, a referida tarifa já era prevista pela Tabela de Tarifas vigente na época. Mesmo após a operação contratada, a agência corrigiu o erro através da cobrança da tarifa no dia 28/04/2009, evitando a possibilidade de questionamento pelos órgãos reguladores e o risco legal e de imagem, tal como apontava a referida súmula de auditoria.

Essa falha, entretanto, não descaracteriza a cobrança como tarifa, uma vez que seu fato gerador é a prestação do serviço de Estudo/Análise de Projeto, ainda que não tenha sido observado o prazo previsto pelo normativo, o qual determina que seja realizada no ato da contratação. Como forma de evitar eventos dessa natureza, foi publicada a NP 360 que trata especificamente de Tarifas Bancárias que disciplina o seguinte:

2.4 Flexibilização de Tarifas

(...)

c) No caso em que a tarifa não tenha sido recebida integralmente quando da apresentação da proposta/projeto, será obrigatório o seu recebimento antes da contratação da operação. Nesse caso, deverá constar obrigatoriamente na Súmula de Análise da proposta/projeto como condição pré-contratual.

d) No caso de indeferimento, a cobrança da tarifa ficará restrita ao valor pago inicialmente, não sendo permitida a devolução da tarifa recebida.

2.5.1 Estudo/Análise de Projetos

(...)

2.5.1.4 No caso em a tarifa não tenha sido recebida integralmente quando da apresentação da proposta/projeto, será obrigatório o seu recebimento antes da contratação da operação. Nesse caso, deverá constar obrigatoriamente na Súmula de Análise da proposta/projeto como condição pré-contratual.

2.5.1.5 O comprovante de pagamento da tarifa de Estudo/Análise de Projetos deverá constar no processo de cada proposta.

É importante ressaltar, ainda, que a cobrança da tarifa de Estudo e Análise de Projetos independe da fonte de recursos e incide sobre o valor do projeto e não sobre o valor financiado com recursos do fundo, sendo vedado o débito da tarifa na conta de financiamento, conforme também disciplina a NP-360:

2.1.6 Não deverão, em hipótese alguma, ser debitadas tarifas de qualquer natureza em conta de financiamento com recursos de fomento (FNO, BNDES, FAT, FMM, OGU, dentre outros). Igualmente é vedada a cobrança de tarifa a débito de conta corrente do cliente utilizando-se recursos de fomento liberado do financiamento.

Sobre esse assunto, o Banco através do Ofício 2010/326 de 31.08.2010 comunicou a SDR do Ministério da Integração Nacional sua decisão pela manutenção da cobrança da tarifa, fundamentada nos documentos citados na Constatação 019 acima.

Análise da Justificativa:

O Banco informa que continuará realizando a cobrança da taxa de 1% sobre o valor dos projetos financiados com recursos do FNO. Portanto, fica mantido o entendimento desta controladoria, contidos nas Notas Técnicas nºs 726/GSNOR/SFC/CGU/PR e nº 345/GSNOR/SFC/CGU/PR, com a relação a recomendação para o Banco abster-se de tal cobrança.

Tipo da comunicação: Reiteração por recusa não aceita

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/03/2011

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, sugiro o encaminhamento da presente Nota Técnica para o Presidente do BASA, para conhecimento e providências.

À consideração de Vossa Senhoria.

FÁBIO SANTIAGO BRAGA
Analista de Finanças e Controle
Chefe de Divisão – CGU-R/PA

Aprovo.

Encaminhe-se na forma proposta.

Belém - PA, 28 de dezembro de 2010.

MARCELO BORGES DE SOUSA
Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado do Pará

**Anexo II – cópia do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados
Obtidos pelo FNO – Exercício de 2010**

Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da
Integração Nacional

Ministério
da Fazenda



FNO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE
(LEIS N.º 7.827/1989, N.º 9.126/1995 e N.º 10.177/2001)

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS E DOS
RESULTADOS OBTIDOS NO
EXERCÍCIO DE 2010**

**Belém - Pará
2011**

DIRETORIA EXECUTIVA

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR
Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA
Diretor de Análise e Reestruturação

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO
Diretor de Controle e Risco

GILVANDRO NEGRÃO SILVA
Diretor Comercial e de Distribuição

JORGE IVAN FALCÃO COSTA
Diretor de Gestão de Recursos

SUMÁRIO

| | |
|---|-------|
| LISTA DE GRÁFICOS | |
| LISTA DE QUADROS | |
| LISTA DE TABELAS | |
| APRESENTAÇÃO | |
| 1. SUMÁRIO EXECUTIVO | |
| 2. DESEMPENHO DA ECONOMIA REGIONAL | |
| 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO FNO | |
| 3.1 ORIGEM | |
| 3.2 REGULAMENTAÇÃO | |
| 3.3 AGENTE FINANCEIRO | |
| 3.4 POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS | |
| 3.5 BENEFICIÁRIOS | |
| 3.6 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO | |
| 3.7 ÁREA DE ATUAÇÃO | |
| 4. DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FNO | |
| 4.1 DIRETRIZES | |
| 4.2 PRIORIDADES | |
| 4.3 ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES E PRIORIDADES | |

| | |
|--|---|
| 5. INGRESSO DE RECURSOS | |
| 6. CONTRATAÇÕES DOS RECURSOS | |
| 6.1 CONTRATAÇÕES POR SETOR PRODUTIVO | |
| 6.2 CONTRATAÇÕES POR PORTE DO BENEFICIÁRIO | |
| 6.3 CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA | |
| 6.4 DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRATAÇÕES POR SETOR E ATIVIDADE | |
| 6.5 DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE E SEGMENTO | |
| 6.6 CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO | |
| 6.7 DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE E PROGRAMA | |
| 6.8 CONTRATAÇÕES POR ESTADO | |
| 6.9 CONTRATAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR | |
| 6.10 CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) | |
| 6.11 CONTRATAÇÕES EM APOIO À COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 | |
| 6.12 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO PROGRAMA ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO) | |
| 6.13 CONTRATAÇÕES EM APOIO À REGULARIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DEGRADADAS | |
| 6.14 CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE | |
| 6.15 CONTRATAÇÕES POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR | |
| 6.16 CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO | |
| 6.17 CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALORES | |
| 6.18 CONTRATAÇÕES PELA PRIMEIRA VEZ COM RECURSOS DO FNO | : |
| 6.19 CONTRATAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS | : |
| 6.20 PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS NOS EMPREENDIMENTOS | : |
| 6.21 OPERAÇÕES LIQUIDADAS | : |
| 6.22 SALDO DAS CONTRATAÇÕES | : |
| 6.23 PREVISÃO DE LIBERAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES | : |
| 6.24 PREVISÃO DE AMORTIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES | : |
| 6.25 VALORES DESEMBOLSADOS | : |
| 7. RESULTADOS ALCANÇADOS COM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FNO | |
| 7.1 MUNICÍPIOS ATENDIDOS | |
| 7.2 ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS | |
| 7.3 RESULTADO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | |
| 8. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO | |
| 8.1 INADIMPLÊNCIA MENSAL | |
| 8.2 INADIMPLÊNCIA POR SETOR PRODUTIVO | |
| 8.3 INADIMPLÊNCIA POR PORTE DO BENEFICIÁRIO | |

| | |
|-------------|---|
| 8.4 | INADIMPLÊNCIA POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO |
| 8.5 | INADIMPLÊNCIA POR ESTADO |
| 8.6 | INADIMPLÊNCIA POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE |
| 8.7 | INADIMPLÊNCIA POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR |
| 8.8 | INADIMPLÊNCIA POR TIPO DE RISCO |
| 8.9 | SALDO DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA |
| 8.10 | PREJUÍZOS CONTABILIZADOS |
| 8.11 | RESSARCIMENTO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO |
| 8.12 | AÇÕES DE COBRANÇA JUDICIAIS AJUIZADAS |
| 9. | GESTÃO DO FNO |
| 9.1 | BREVE HISTÓRICO DO BANCO ADMINISTRADOR DO FNO |
| 9.2 | FORMAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS |
| 9.3 | ATUAÇÃO INTEGRADA AO MEIO AMBIENTE |
| 9.4 | PRIORIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MENOR PORTE |
| 9.5 | INCREMENTO DOS FINANCIAMENTOS NOS ESTADOS MENORES |
| 9.6 | ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES |
| 9.7 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE |
| 9.8 | INCENTIVO À AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR |
| 9.9 | APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS |
| 9.10 | EXPANSÃO DO CRÉDITO PARA NOVOS CLIENTES |
| 9.11 | AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGÊNCIAS |
| 9.12 | acompanhamento dos financiamentos concedidos |
| 9.13 | INTENSIFICAÇÃO DO CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA |
| 9.14 | RENEGOCIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO |
| 9.15 | REPASSE DE RECURSOS PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS |
| 9.16 | RESULTADO FINANCEIRO DO FNO |
| 10. | ESTIMATIVA DOS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS GERADOS PELO FNO .. |
| 10.1 | DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E SETORIAL DOS RECURSOS |
| 10.2 | IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO EXERCÍCIO |
| 11 | RESULTADO ACUMULADO |
| | ANEXO A (TABELAS) |

LISTA DE GRÁFICOS

| N.º do Gráfico | Título do Gráfico | Página |
|-----------------------|---|---------------|
| Gráfico 1 | Ingresso Mensal de Recursos via STN - 2009 e 2010 | 22 |
| Gráfico 2 | Participação dos Setores Produtivos no Volume de Recursos Aplicados pelo FNO - Exercício de 2010 | 23 |
| Gráfico 3 | Operações Contratadas por Porte do Beneficiário - Exercício de 2010 | 23 |
| Gráfico 4 | Valores Contratados por Atividade Econômica - Exercício de 2010 | 24 |
| Gráfico 5 | Participação dos Programas de Financiamento no Volume de Recursos Aplicados pelo FNO - Exercício de 2010 | 26 |
| Gráfico 6 | Valores Contratados por Estado - Exercício de 2010 | 28 |
| Gráfico 7 | Participação da Agricultura Familiar nas Contratações do FNO - Exercício de 2010 | 28 |
| Gráfico 8 | Operações Contratadas Conforme Tipologia da PNDR - Exercício de 2010 | 31 |
| Gráfico 9 | Participação de Recursos Próprios dos Empreendedores nos Financiamentos - Exercício de 2010 | 33 |
| Gráfico 10 | Municípios Atendidos pelo FNO - Exercício de 2010 | 36 |
| Gráfico 11 | Inadimplência do FNO - Exercício de 2010 | 39 |
| Gráfico 12 | Saldos em Atraso por Porte - Exercício de 2010 | 40 |
| Gráfico 13 | Distribuição dos Recursos do FNO por Setor Produtivo - Classificação em 20 Setores Produtivos - Exercício de 2010 | 57 |
| Gráfico 14 | Distribuição Interregional dos Impactos do PIB - Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR) | 61 |
| Gráfico 15 | Distribuição Interregional dos Impactos do VBP - Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR) | 61 |
| Gráfico 16 | Distribuição Interregional dos Impactos dos Tributos - Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR) | 62 |
| Gráfico 17 | Distribuição Interregional dos Impactos dos Salários - Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR) | 62 |
| Gráfico 18 | Distribuição Interregional dos Impactos dos Empregos - Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR) | 63 |

LISTA DE QUADROS

| N.º do Quadro | Título do Quadro | Página |
|---------------|---|--------|
| Quadro 1 | PIB Médio e Taxa Média Anual de Crescimento do PIB da Região Norte e do Brasil | 14 |
| Quadro 2 | Área, N.º de Municípios, População, Densidade Demográfica, PIB e Renda Per Capita dos Estados da Região Norte | 18 |
| Quadro 3 | Atendimento das Diretrizes e Prioridades do FNO - Exercício 2010 | 21 |
| Quadro 4 | Evolução das Contratações do MPO-Programa Amazônia Florescer | 29 |
| Quadro 5 | Contratações Baseadas no Inciso IV do Artigo 1º da Lei 10.177 - Exercício de 2010 | 30 |
| Quadro 6 | Operações Liquidadas - Exercício de 2010 | 33 |
| Quadro 7 | Índice de Consecução de Metas das Aplicações do FNO - Exercício de 2010 | 37 |
| Quadro 8 | Resultado da Programação Orçamentária do FNO - Exercício 2010 | 38 |
| Quadro 9 | Operações Contratadas com Risco Compartilhado e Integral do FNO e do Banco da Amazônia - 2008 a 2010 | 41 |
| Quadro 10 | Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas - Exercício de 2010 | 42 |
| Quadro 11 | Prejuízos Contabilizados - Exercício de 2010 | 42 |
| Quadro 12 | Ressarcimentos Efetuados pelo Banco da Amazônia ao FNO - Exercício de 2010 | 43 |
| Quadro 13 | Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas - Exercício de 2010 | 43 |
| Quadro 14 | Demanda do FNO-Itinerante - Exercício de 2010 | 51 |
| Quadro 15 | Fiscalizações Realizadas pelo Banco da Amazônia nos Empreendimentos Financiados com Recursos do FNO - Número de Operações - Exercício de 2010 | 53 |
| Quadro 16 | Distribuição Setorial dos Recursos do FNO/Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício de 2010 | 56 |
| Quadro 17 | Distribuição Espacial dos Recursos do FNO/Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício de 2010 | 59 |
| Quadro 18 | Participação Relativa dos Estados na Distribuição dos Recursos do FNO/Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício 2010 | 59 |
| Quadro 19 | Estimativa dos Impactos Econômicos e Sociais das Contratações do FNO/Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício 2010 | 60 |
| Quadro 20 | Acumulado de Operações Contratadas - 1989 a 2010 | 64 |
| Quadro 21 | Efeitos Socioeconômicos Gerados pela Aplicação do FNO - 1989 a 2010 | 64 |

LISTA DE TABELAS

| N.º da Tabela | Título da Tabela | Página |
|---------------|--|--------|
| Tabela 1 | Repasses de Recursos via STN - Exercício de 2010 | 65 |
| Tabela 2 | Contratações por Setor Produtivo - Exercício de 2010 | 65 |
| Tabela 3 | Contratações por Porte do Beneficiário - Exercício de 2010 | 65 |
| Tabela 4 | Contratações por Atividade Econômica - Exercício de 2010 | 66 |
| Tabela 5 | Distribuição Setorial nas Contratações - Exercício de 2010 | 66 |
| Tabela 6 | Distribuição das Contratações por Atividade e Segmento - Exercício de 2010 | 67 |
| Tabela 7 | Contratações por Programa de Financiamento - Exercício de 2010 | 70 |
| Tabela 8 | Distribuição das Contratações por Atividade e Programa - Exercício de 2010 | 71 |
| Tabela 9 | Contratações por Estado - Exercício de 2010 | 72 |
| Tabela 10 | Contratações na Agricultura Familiar - Exercício de 2010 | 72 |
| Tabela 11 | Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Exercício 2010 | 73 |
| Tabela 12 | Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014 - Exercício de 2010 | 74 |
| Tabela 13 | Contratações em Apoio ao Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) - Exercício de 2010 | 75 |
| Tabela 14 | Quantitativo de Municípios da Região Norte por Áreas Prioritárias | 76 |
| Tabela 15 | Contratações por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte - Exercício de 2010 | 76 |
| Tabela 16 | Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR - Exercício de 2010 | 77 |
| Tabela 17 | Contratações por Finalidade do Crédito - Exercício de 2010 | 77 |
| Tabela 18 | Contratações por Programa e Faixa de Valores - Exercício de 2010 | 78 |
| Tabela 19 | Contratações com Valores Superiores a R\$ 10 Milhões - Exercício de 2010 | 79 |
| Tabela 20 | Contratações pela Primeira Vez com Recursos do FNO - Exercício de 2010 | 80 |
| Tabela 21 | Contratações para Abertura/Implantação de Novos Empreendimentos - Exercício de 2010 | 81 |
| Tabela 22 | Contratações com a Participação de Recursos Próprios - Exercício de 2010 | 82 |
| Tabela 23 | Saldo das Contratações por Setor Produtivo - Posição em 31/12/2010 | 82 |

| N.º da Tabela | Título da Tabela | Página |
|---------------|---|--------|
| Tabela 24 | Saldo das Contratações por Encargos Financeiros - Posição em 31/12/2010 | 83 |
| Tabela 25 | Previsão de Liberação das Contratações - Até 31/12/2011 | 84 |
| Tabela 26 | Previsão de Amortização das Contratações - Até 31/12/2011 | 85 |
| Tabela 27 | Valores Desembolsados por Programa - Exercício de 2010 | 86 |
| Tabela 28 | Valores Desembolsados por Porte do Beneficiário - Exercício de 2010 | 87 |
| Tabela 29 | Inadimplência por Setor Produtivo - Posição em 31/12/2010 | 88 |
| Tabela 30 | Inadimplência por Porte do Beneficiário - Posição em 31/12/2010 | 88 |
| Tabela 31 | Inadimplência por Programa de Financiamento - Posição em 31/12/2010 | 88 |
| Tabela 32 | Inadimplência por Estado - Posição em 31/12/2010 | 89 |
| Tabela 33 | Inadimplência por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte - Posição em 31/12/2010 | 90 |
| Tabela 34 | Inadimplência por Município Conforme Tipologia da PNDR - Posição em 31/12/2010 | 91 |
| Tabela 35 | Operações de Crédito Renegociadas - Exercício de 2010 | 92 |

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento à legislação vigente, o Banco da Amazônia apresenta o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010.

As contratações com recursos do FNO realizadas em 2010 atingiram o total de R\$ 2.568,7 milhões, expressando um crescimento de 5,3% em relação ao exercício de 2009. Foram contratadas 43.244 novas operações, beneficiando, em sua maioria, empreendedores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas).

O Banco da Amazônia, como Agente Financeiro do FNO, desenvolveu suas ações creditícias observando as diretrizes e prioridades constantes do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2010, visando reduzir os desequilíbrios intra e inter-regionais e promover a inclusão social, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Os financiamentos do FNO realizados no período contribuíram para diminuir o êxodo rural, criar novas oportunidades de trabalho, reduzir a pobreza, fortalecer a economia de base familiar, estimular o crescimento das micro e pequenas empresas, incrementar o Valor Bruto da Produção (VBP) regional, induzir o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da arrecadação tributária dos estados da Região Norte, entre outros benefícios.

Registra-se, também, a crescente alocação de recursos nas localidades com comprovada carência econômica e social (municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda), que absorveram 92,7% das operações de crédito realizadas no exercício de 2010.

Importante informar que os resultados expressos neste relatório refletem o trabalho desenvolvido com comprometimento pelo Banco da Amazônia e de forma compartilhada com os seus parceiros institucionais e colaboradores, tendo a convicção de que a soma dos esforços contribuirá, cada vez mais, para a transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios, a fim de que a Região atinja patamares mais elevados de desenvolvimento em bases sustentáveis.

Dessa forma, externamos aos parceiros e colaboradores do Banco da Amazônia o nosso agradecimento, ao mesmo tempo em que conclamamos a todos para que juntos possamos estar realizando o melhor possível visando a melhoria da qualidade de vida da população regional e o desenvolvimento sustentável da nossa Região.

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR
Presidente do Banco da Amazônia

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. No exercício de 2010 foram contratadas 43.244 operações de crédito com recursos do FNO, alcançando o valor total de R\$ 2.568,7 milhões. O setor rural demandou R\$ 958,6 milhões (37,3%) e os setores não rurais R\$ 1.610,1 milhões (62,7%).
2. Os segmentos produtivos de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas) demandaram 42.236 operações de crédito (97,7% das operações contratadas).
3. No setor rural, as maiores demandas foram dos empreendimentos da agricultura de base familiar, os quais foram responsáveis pela contratação de 38.752 operações de crédito (89,6% do total das contratações) no valor total de R\$ 490,4 milhões (19,1% do volume de crédito financiado). Nos setores não rurais, a atividade de comércio e prestação de serviços foi a que mais absorveu recursos do FNO, aproximadamente R\$ 611,1 milhões.
4. Do total das operações contratadas no exercício, 89,6% atenderam aos agricultores de base familiar, através do Programa FNO-PRONAF, beneficiando cerca de 39 mil famílias e gerando aproximadamente 155 mil novas oportunidades de trabalho no campo.
5. Em 2010 foram financiados por meio do FNO 12 projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 22 operações de crédito, totalizando R\$ 1.324,7 milhões, contemplando atividades estratégicas como geração de energia elétrica, transporte, saneamento básico e produção de biodiesel.

6. Do universo das operações de crédito contratadas no exercício de 2010, 23,5% ocorreram em municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda (BR), 29,2% em estagnados de média renda (EMR), 40,0% em dinâmicos de menor renda (DMR) e 7,3% em de alta renda (AR). Esse desempenho demonstra que 92,7% dos recursos contratados pelo FNO em 2010 beneficiaram localidades com comprovada carência econômica e social.
7. Das contratações realizadas no exercício, 28.024 (64,8% do total das operações contratadas) foram novas operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO, as quais demandaram recursos da ordem de R\$ 1.644,1 milhões (64,0% do valor total dos financiamentos concedidos).
8. As contratações realizadas pelo FNO em 2010 atenderam projetos localizados em 412 municípios da Região Norte, representando o alcance de 92% das localidades que integram a base político-institucional da Região. Ao longo de 20 anos foram 432 municípios atendidos (96%).
9. Ao final do exercício de 2010 a inadimplência das operações realizadas com recursos do FNO atingiu o índice de 5,2%, correspondente ao valor total de recursos em atraso de R\$ 522,2 milhões, sendo R\$ 447,4 milhões (85,7%) em operações do setor rural e R\$ 74,8 milhões (14,3%) dos setores não rurais.
10. As contratações do FNO realizadas nos estados de menor porte, especialmente Acre e Amapá, apresentaram índices bastante expressivos em 2010. O Acre atingiu 97,1% da meta prevista para o exercício e o Amapá superou a previsão de contratações em 46,4%, além do que, 15 dos 16 municípios amapaense foram atendidos com os recursos do Fundo, correspondente a 94%. No Acre foram 19 municípios atendidos de 22 (86%) e Roraima 12 de 15 (80%).
11. Estima-se que os financiamentos concedidos com os recursos do FNO em 2010 contribuirão para gerar importantes resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, como o incremento de R\$ 15,8 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, o aumento de R\$ 8,3 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte, a criação de mais de 364 mil empregos formais e informais, o pagamento de salários da ordem de R\$ 1,6 bilhão e a geração de R\$ 2,6 bilhões em tributos.

2. DESEMPENHO DA ECONOMIA REGIONAL

A Região Norte do Brasil ocupa uma área de 3,85 milhões de km², equivalente a 45,25% do território nacional. Expressiva floresta tropical cobre a Região no interior, com uma fauna e flora diversificada, biodiversidade abundante e ainda pouco conhecida, belezas cênicas presentes em todos os estados e os maiores rios em volume de água doce do mundo. Mais de 80% deste bioma ainda está preservado. Na área desmatada, desenvolve-se uma agropecuária diversificada, combinada com o manejo de recursos florestais madeireiros e extração de produtos não madeireiros e dos recursos pesqueiros. Essa atividade rural contempla os modos de produção indígena, passando pela agricultura familiar, disseminada em todos os municípios, pesca extrativa, agricultura comercial de grãos, pecuária de corte e leite extensiva e sistemas articulados à dinâmica industrial, assim como agricultura integrada verticalmente com agroindústria visando agregar valor a fruticultura, grãos, dendê, fibras, cacau e café. Também contempla o reflorestamento para a produção de celulose e cavaco e a indústria de móveis e artefatos. Este leque de atividades é que, dentro de suas peculiaridades, forma o complexo sistema produtivo que se direciona para atingir níveis de desenvolvimento ancorados na sustentabilidade. Nas atividades não rurais, a Região conta com a exploração mineralógica, indústria de transformação diversificada, comércio e serviços em franca expansão em todos os estados.

A Região abriga 14,62 milhões de habitantes, de acordo com a contagem da população do IBGE (2007), com densidade demográfica de 3,79 hab./km² e renda per capita de R\$ 7,28 mil. A contagem preliminar da população do IBGE¹ (2010) evidencia que o Norte apresentou a maior taxa de crescimento da população, evoluindo a 2,09% a.a. no período 2000-2010, enquanto a taxa brasileira foi de 1,17% a.a. no mesmo período. A Região Norte ainda caminha na direção de povoamento, com um fluxo migratório constante, oriundo das demais regiões do Brasil. Os migrantes nordestinos vêm em busca de oportunidade de trabalho nos grandes projetos de desenvolvimento, retomados com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para trabalhar na construção civil; os migrantes das demais regiões vêm em busca de terras "baratas" para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e florestais, assim como indústrias para beneficiamento das riquezas da Amazônia. Este processo está injetando, a cada ano, novas ondas culturais, tecnológicas e de empreendimentos na Amazônia. Com esse PIB per capita, potencializa-se um mercado de bens e serviços manufaturados, uma vez que a concentração populacional está nos centros urbanos.

Sob o prisma econômico e com base nos dados do IBGE, o PIB da Região Norte alcançou R\$ 157,43 bilhões em 2008 (a preço constante de agosto de 2008), representando 5,1% do PIB brasileiro (Tabela 1). A Região experimentou um expressivo desempenho econômico entre 1990 e 2008, período de vigência do

¹ IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Pesquisado em 26/03/2011.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), ocasião em que o PIB regional cresceu, em média, à taxa de 3,13% ao ano, tendo superado a taxa de crescimento do País como um todo, que foi de 2,66% a.a.

Os resultados do Quadro 1 revelam que o crescimento econômico do Norte evoluiu de forma consistente, dobrando sua força a cada cinco anos, entre 1909 e 2005. No Período recente de 2005 a 2008, a trajetória de crescimento tomou um espetacular impulso, passando a crescer à taxa média de 6,82% ao ano.

Quadro 1 PIB Médio e Taxa Média Anual de Crescimento do PIB da Região Norte e do Brasil

| Período | Média PIB _{BR} (R\$ Milhões) | Média PIB _{Reg} (R\$ Milhões) | Relação (%) |
|-----------|--|---|---------------------|
| 2008 | 3.065.307,98 | 157.431,03 | 5,10 |
| Período | TC PIB _{BR} | TC PIB _{Reg} | Dif. de Crescimento |
| 1990-1995 | 3,12% | 0,70% | -2,42% |
| 1995-2000 | 0,94% | 1,36% | 0,42% |
| 2000-2005 | -0,08% | 2,49% | 2,57% |
| 2005-2008 | 5,99% | 6,82% | 0,83% |
| 1990-2008 | 2,66% | 3,13% | 0,47% |

Fonte: IBGE/PEA/Banco Central

Obs.: 1) PIB_{BR} = PIB do Brasil; PIB_{Reg} = PIB da Região Norte; TC = Taxa de Crescimento.

2) Relação (%) = (PIB_{Reg}/PIB_{BR})*100

3) Diferença de Crescimento = PIB_{Reg} - PIB_{BR}

Todavia, na primeira metade da chamada década perdida (1990-1995) a economia da Região Norte apresentou fraco desempenho, com uma diferença de crescimento de 2,42% a.a. em relação ao Brasil. A posição foi revertida em favor da Região Norte, na segunda metade da referida década (1995-2000), com o apoio do FNO, quando a Região deu a volta por cima, passando a crescer substancialmente mais forte e sem a instabilidade que o Brasil apresentou, cuja diferença de crescimento passou a ser de 0,42% ao ano. A partir do ano 2000, o desempenho do PIB regional cresceu mais forte e definiu uma trajetória evolucionária firme. Para fechar este período de alto crescimento, os dados do IBGE relativos ao ano de 2008, revelam que o PIB per capita da Região Norte foi de R\$ 10.216,43, o que torna a economia regional com grande atratividade para novos empreendimentos.

A metodologia utilizada no cálculo das taxas de crescimento geométrica do PIB foi a descrita abaixo, conforme Santana² (2003).

Para avaliar a taxa de crescimento ao longo do período, trabalhou-se com o modelo da taxa geométrica de crescimento, especificada do seguinte modo:

$$PIB_t = PIB_0 (1 + r)^t \quad (1)$$

em que o PIB_t é a variável econômica a ser analisada no período t , PIB_0 é o valor da variável no período base (inicial) e r é a taxa de crescimento a ser estimada. A

² SANTANA, A. C. de. Métodos quantitativos em economia: elementos e aplicações. Belém: UFRA, 2003.

equação acima pode ser linearizada por anamorfose, aplicando logaritmo natural de ambos os lados da equação, como a seguir:

$$\ln PIB_t = \ln PIB_0 + t \ln(1 + r) \quad (2)$$

fazendo $a = \ln PIB_0$ e $b = \ln(1 + r)$ e adicionando o termo de erro aleatório, pode-se reescrever a equação acima da seguinte forma:

$$\ln PIB_t = a + b t + e_t \quad (3)$$

em que:

$\ln PIB_t$ é o logaritmo natural da variável econômica (quantidade, preço, salário rural e PIB) no período t , em R\$ milhões constantes de agosto de 2008;

a = constante ou intercepto da regressão;

b = coeficiente de tendência da equação;

t = valor da variável de tempo cronológico no período de 1990 a 2008;

e_t = termo de erro aleatório.

O parâmetro b da equação (3) foi estimado pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) por gerar as melhores estimativas lineares e não tendenciosas (SANTANA, 2003). Uma vez obtidas as estimativas de b , por meio das equações de cada período, o valor da taxa anual de crescimento r foi obtida da seguinte forma:

$$r = (\text{antln } b - 10) \times 100 \quad (4)$$

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO FNO

3.1 ORIGEM

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea "c" que prevê a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A parcela do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO corresponde a 20% do valor dos recursos financeiros destinados para aplicação pelos Fundos Constitucionais de Financiamento.

3.2 REGULAMENTAÇÃO

A regulamentação dos Fundos Constitucionais de Financiamento se deu pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, posteriormente alterada pelas Leis n.º 9.126/1995 e n.º 10.177/2001.

3.3 AGENTE FINANCEIRO

Na Região Norte, os recursos financeiros do FNO são administrados pelo Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, criada em 9 de julho de 1942.

3.4 POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Banco da Amazônia os recursos financeiros do FNO na Região Norte em conformidade com a legislação vigente e alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, compreendendo: o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política de Arranjos Produtivos Locais; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades definidas pelos estados da Região Norte.

3.5 BENEFICIÁRIOS

São beneficiários dos recursos financeiros do FNO:

- a. Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10), mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada, pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes e aquicultores;
- b. Pessoas físicas que se caracterizem como produtores rurais;
- c. Populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, entre outros povos da floresta) não contempladas pelo PRONAF;
- d. Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no País;
- e. Pessoas jurídicas de direito privado, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no País, somente quando fizerem parte de setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional; e
- f. Empresas Públicas não-dependentes de transferências financeiras do Poder Público, nos empreendimentos de infraestrutura econômica considerados prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

3.6 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

No exercício de 2010 o FNO foi operacionalizado através de três programas de financiamento:

- a. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - FNO-PRONAF:** tem por finalidade apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de

trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, capítulo 10 (MCR-10);

- b. **Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FNO-Amazônia Sustentável:** destinado a apoiar as atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos; e
- c. **Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica - FNO-Biodiversidade:** criado para financiar os empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais.

3.7 ÁREA DE ATUAÇÃO

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km².

A população atual da Região Norte é de 14,6 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 3,79 hab/km² e renda per capita de R\$ 7,28 mil. O PIB regional é da ordem de R\$ 106,5 bilhões, equivalente a 5% do PIB brasileiro (v. Quadro 2).

Quadro 2 Área, N° de Municípios, População, Densidade Demográfica, PIB e Renda Per Capita dos Estados da Região Norte

| Estado | Área (km ²) | N.º de Municípios | População (Hab.) | Densidade Demográfica (Hab./Km ²) | PIB (R\$ Milhões) | Renda Per Capita (R\$ Mil) |
|---------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|---|-------------------|----------------------------|
| Acre | 152.581,40 | 22 | 655.385 | 4,3 | 4.482 | 6,84 |
| Amapá | 142.814,60 | 16 | 587.311 | 4,11 | 4.367 | 7,44 |
| Amazonas | 1.570.745,70 | 62 | 3.221.939 | 2,06 | 33.359 | 10,35 |
| Pará | 1.247.689,50 | 144 | 7.065.573 | 5,66 | 39.150 | 5,54 |
| Rondônia | 237.576,20 | 52 | 1.453.756 | 6,12 | 12.902 | 8,87 |
| Roraima | 224.299,00 | 15 | 395.725 | 1,76 | 3.179 | 8,03 |
| Tocantins | 277.620,90 | 139 | 1.243.627 | 4,48 | 9.084 | 7,3 |
| Região Norte | 3.853.327,30 | 450 | 14.623.316 | 3,79 | 106.523 | 7,28 |

Fonte: (a) IBGE - população recenseada e estimada, segundo as grandes regiões e unidades da federação - 2007

(b) IBGE / Estatística - base 2005

4. DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FNO

4.1 DIRETRIZES

No exercício de 2010, a ação creditícia do FNO esteve alinhada às diretrizes definidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989; aos objetivos da PNDR; às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM. Assim, a aplicação dos recursos do Fundo em 2010 observou as seguintes diretrizes:

- a. Concessão de financiamentos aos setores produtivos privados da Região Norte, inclusive comércio e prestação de serviços;
- b. Ação integrada com instituições federais sediadas na Região Norte;
- c. Tratamento preferencial às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- d. Preservação do meio ambiente;
- e. Adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- f. Conjugação do crédito com assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- g. Orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- h. Uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- i. Apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- j. Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- k. Promoção do desenvolvimento sustentável e incluyente, na área de abrangência do FNO, integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- l. Geração de emprego e renda com observância às potencialidades e vocações locais;
- m. Utilização dos recursos em sintonia com as políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Norte;
- n. Elevação da qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social locais;
- o. Disseminação da lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da Federação, com destaque para os recursos do FNO;

- p. Promoção e difusão da inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação da biodiversidade;
- q. Apoio às vocações econômicas definidas em zoneamento ecológico-econômico (ZEE);
- r. Apoio a arranjos produtivos locais previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- s. Estimulo à competitividade regional em setores e atividades prioritários;
- t. Apoio a empreendimentos que privilegiem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e outras degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- u. Estímulo à agregação de valor às cadeias produtivas regionais; e
- v. Apoio a projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas.

4.2 PRIORIDADES

A operacionalização dos recursos do FNO no exercício de 2010 observou prioridades setoriais e espaciais consideradas de relevante interesse para o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte. Dessa forma, foram priorizados nos financiamentos do FNO o apoio aos seguintes projetos:

- a. Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
- b. Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do PAC;
- c. Projetos voltados para a produção de alimentos básicos para o consumo da população;
- d. Projetos dos setores de piscicultura e aquicultura voltados para o aperfeiçoamento e ao manejo de espécies que promovam a abertura de novos canais de comercialização;
- e. Projetos relacionados à fruticultura regional, apicultura e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas, com ênfase nas organizações produtivas familiares;
- f. Projetos de infraestrutura econômica, com ênfase aos segmentos de energia (incluindo fontes alternativas e renováveis), transporte (em especial o hidroviário e o ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário;
- g. Projetos de apoio à cadeia do turismo regional em bases sustentáveis, em especial os projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos no âmbito das ações afetas aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil;
- h. Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e outras degradadas/alteradas das propriedades rurais;

- i. Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- j. Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica;
- k. Projetos de produção agrícola em áreas degradadas contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- l. Projetos de reciclagens e resíduos;
- m. Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço;
- n. Projetos localizados nos municípios pertencentes à faixa de fronteira da Região Norte;
- o. Projetos localizados nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio e da Chapada das Mangabeiras; e
- p. Projetos localizados nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

4.3 ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES E PRIORIDADES

Em sua ação creditícia, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Conselho Deliberativo da SUDAM para o exercício de 2010 (Portaria MI n.º 269, de 16/07/2009, e Resolução CONDEL/ SUDAM n.º 016, de 18/08/2009). O atendimento a cada uma das diretrizes e prioridades que podem ser quantificadas encontra-se pormenorizado por número de operações e valores contratados no Quadro 3.

Quadro 3 Atendimento das Diretrizes e Prioridades do FNO
Exercício de 2010

| Diretrizes e Prioridades | Realizado | |
|--------------------------|---------------|-----------------|
| | N.º Operações | Valor (R\$ Mil) |
| I) Diretrizes | | |
| A | 43.244 | 2.568.685 |
| C | 42.247 | 795.702 |
| D | 71 | 80.512 |
| M* | 39.000 | 1.979.865 |
| T | 22 | 46.333 |
| V | 42.247 | 795.702 |
| II) Prioridades | | |
| B | 22 | 1.324.709 |
| C | 40.720 | 980.989 |
| D | 34 | 4.376 |
| E | 6.232 | 43.116 |
| F | 38 | 1.347.113 |
| G | 4 | 12.040 |
| H | 22 | 46.333 |
| M | 2.039 | 707.648 |
| N | 82 | 402.904 |
| O | 72 | 405.241 |
| P | 40.065 | 1.285.449 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Obs.: (*) Agricultura Familiar, Turismo, Cultura, Pesca e Aquicultura e PAC.

5. INGRESSO DE RECURSOS

No primeiro semestre de 2010 foi repassado pela Secretaria Nacional do Tesouro (STN) ao Banco da Amazônia, o montante para crédito ao FNO, da ordem de R\$ 677,9 milhões, representando um incremento de 4,6% em relação ao montante do primeiro semestre de 2009 (R\$ 648,3 milhões), um pouco superior ao exercício anterior. Com relação ao segundo semestre de 2010, o volume de recursos atingiu o patamar de R\$ 683,4 milhões, com incremento de 11,2% em relação ao segundo semestre de 2009 (R\$ 614,7 milhões). Ao longo do ano, o ingresso de recursos atingiu o patamar de R\$ 1.361,3 milhões, cerca de 7,8% superior ao ingresso de 2009, que foi de R\$ 1.263,0 milhões (v. Anexo A – Tabela 1).

A evolução mês a mês do ingresso de recursos ao FNO nos anos de 2009 e 2010 mostra que a exceção dos meses de janeiro, março e novembro, em que os ingressos foram menores em 2010 em relação a 2009, no restante do período, houve nítido incremento no aporte de recursos repassados. Nos meses de janeiro e março, as quedas nos repasses foram de 14,4% e 17,8%, respectivamente, e no mês de novembro atingiu 2,3%. Com relação aos aumentos, o destaque vai para os meses de fevereiro (44,2%), dezembro (19,6%), agosto (18,4%) e setembro com 15,3% de aumento no repasse de recursos em relação ao exercício de 2009 (v. Gráfico 1).

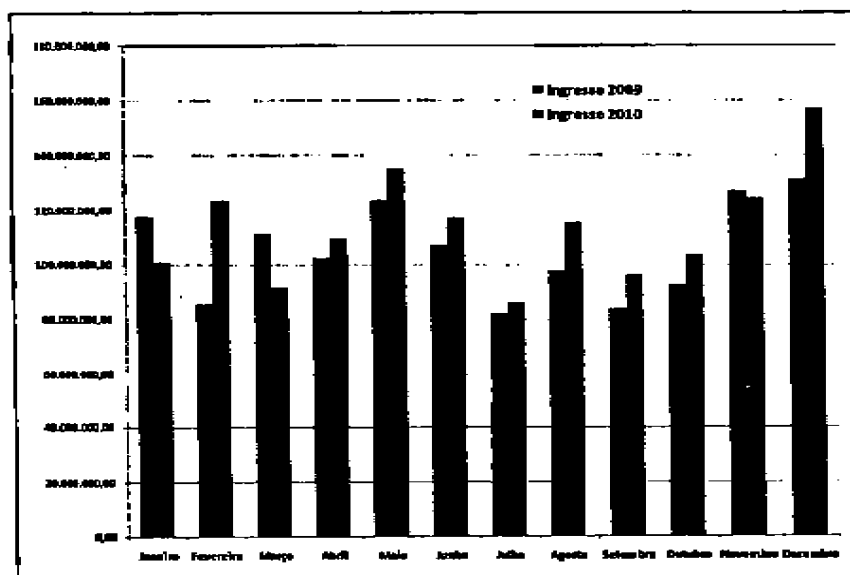


Gráfico 1 Ingresso Mensal de Recursos via STN - 2009 e 2010

Fonte: Banco da Amazônia /GECON

6. CONTRATAÇÕES DOS RECURSOS

6.1 CONTRATAÇÕES POR SETOR PRODUTIVO

No exercício de 2010 foram financiadas 43.244 operações de crédito no valor de R\$ 2.568,7 milhões. As atividades rurais demandaram R\$ 958,6 milhões (37,3%) e as atividades não rurais R\$ 1.610,1 milhões (62,7%) (v. Gráfico 2 e Anexo A – Tabela 2).

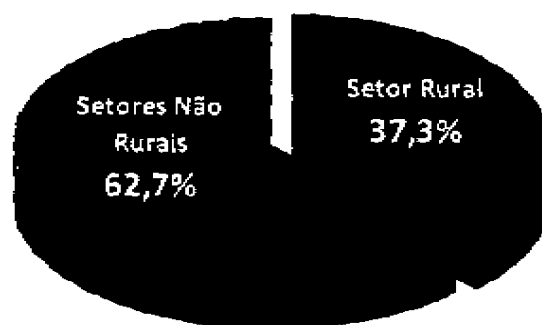


Gráfico 2 Participação dos Setores Produtivos no Volume de Recursos Aplicados pelo FNO - Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.2 CONTRATAÇÕES POR PORTE DO BENEFICIÁRIO

Do total das contratações realizadas no ano de 2010, os segmentos produtivos de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas não rurais) demandaram 42.236 operações de crédito, correspondendo a 97,7% das operações contratadas. Esses números atestam a priorização do FNO ao atendimento da demanda dos segmentos de menor tamanho, em termos de operações contratadas (v. Gráfico 3 e Anexo A – Tabela 3).

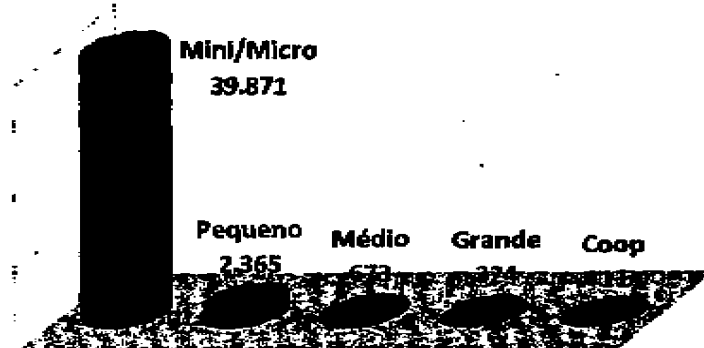


Gráfico 3 Operações Contratadas por Porte do Beneficiário - Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.3 CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA

As maiores demandas do setor rural em 2010 foram provenientes dos empreendimentos da agricultura de base familiar, os quais foram responsáveis pela contratação de 38.752 operações de crédito (89,6% do total das operações contratadas), demandando recursos na ordem de R\$ 490,4 milhões (19,1% do volume de crédito financiado), seguido da agropecuária com R\$ 387,7 milhões (15,1%), em 1.861 operações.

Quanto aos setores não rurais, as maiores demandas foram das atividades de comércio e prestação de serviços, indústria e infraestrutura, que juntas somam 2.257 operações de crédito (5,2% do total das contratações), no valor de R\$ 1.430,8 milhões (55,7% do total do valor financiado). O segmento de turismo também teve bom desempenho em 2010, com a contratações de 133 operações de crédito, no valor total de R\$ 158,7 milhões (v. Gráfico 4 e Anexo A – Tabela 4).

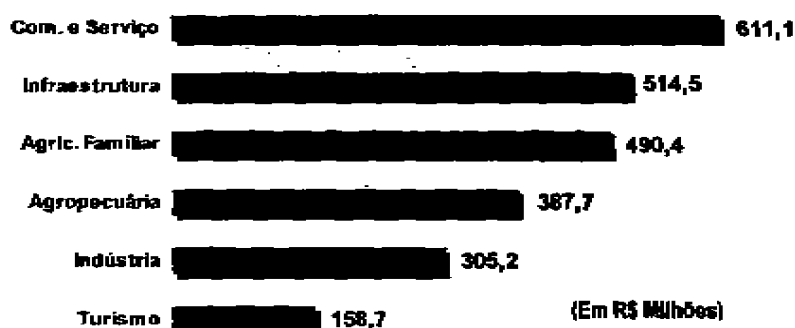


Gráfico 4 Valores Contratados por Atividade Econômica
Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.4 DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRATAÇÕES POR SETOR E ATIVIDADE

As contratações do FNO no primeiro semestre de 2010 foram distribuídas entre os setores, nas seguintes proporções: o setor rural teve participação de 40,4% dos recursos; a indústria e o turismo com 23,4%; o comércio e serviços com 35,6%; a agroindústria com 0,5%; e a cultura com o restante 0,1% (v. Anexo A – Tabela 5). No segundo semestre de 2010, os valores sofreram alterações com o setor rural reduzindo sua participação para 35,5%, o setor da indústria e do turismo para 14,9% e o comércio e serviços para 16,7%.

Concomitantemente os setores da agroindústria e da cultura obtiveram incremento para 0,7% e 0,2%, respectivamente. A mudança revelada ocorreu com o setor de infraestrutura, que saiu do zero para o patamar de 32,0% das contratações. Naturalmente, isto se deve ao fator sazonal, em que as condições climáticas dificultam as ações de obras de infraestrutura no período das chuvas.

6.5 DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE E SEGMENTO

As contratações do setor rural, no primeiro semestre de 2010, totalizaram cerca de R\$ 387,5 milhões, dos quais 35,9% foram aplicados na agropecuária, 2,7% na floresta, 0,5% na pesca e aquicultura e 60,9% na agricultura familiar. No segundo semestre, as contratações foram distribuídas em 43,5% na agropecuária, 11,5% na floresta, 0,4% na pesca e aquicultura e 44,5% na agricultura familiar (V. Anexo A – Tabela 6).

A mudança nesse comportamento distributivo assimétrico entre os semestres do ano em análise, exige cautela, pois sofre influência do fator sazonal, determinado pelas condições climáticas e as condições que favorecem o desenvolvimento de cada atividade. Portanto, na agropecuária, a maior parte das atividades de preparo de área e condução das lavouras e de pastagens se concentram no segundo semestre, por isso o incremento de contratações no segundo semestre, em termos relativos do volume de recursos alocados no setor rural. O mesmo fenômeno se reproduz na floresta, em que no primeiro semestre as chuvas inviabilizam a atividade de extração e transporte da madeira. Por outro lado, a agricultura familiar concentra suas atividades no primeiro semestre, considerado como Período das safras para a maioria das lavouras de sequeiro cultivadas na região.

Em relação aos demais setores, as contratações no primeiro semestre de 2010 totalizaram cerca de R\$ 572,5 milhões, dos quais 0,8% foram aplicados na agroindústria, 59,8% no comércio e serviços, 32,4% na indústria, 6,9% no turismo e 0,2% na cultura. No segundo semestre, as contratações foram distribuídas em 1,1% na agroindústria, 25,9% no comércio e serviços, 11,6% na indústria, 11,5% no turismo, 0,4% na cultura e 49,6% na infraestrutura (v. Anexo A – Tabela 6). Aqui, a concentração das operações ocorre no primeiro semestre no comércio e na indústria. Já a infraestrutura concentra suas operações no segundo semestre. O destaque foi para setor energético, visando suprir uma das maiores deficiências estruturais da Região Norte.

6.6 CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO

Em 2010, as contratações do Programa FNO-Pronaf atingiram R\$ 490,4 milhões em 38.752 operações de crédito, correspondentes a 19,1% dos financiamentos concedidos. Em relação a 2009, houve crescimento de 8,1% no volume de recursos contratados.

No Programa FNO-Amazônia Sustentável foram contratadas 4.432 operações de crédito, que demandaram recursos no valor de R\$ 2.002,1 milhões (77,9% do total dos financiamentos concedidos em 2010). Do total de recursos aplicados pelo Programa 80,4% contemplaram empreendimentos não rurais.

Os financiamentos concedidos pelo Programa FNO-Biodiversidade totalizaram R\$ 76,2 milhões (3,0% do valor contratado em 2010) em 60 operações de crédito. A performance do Programa foi diretamente influenciada por projetos de investimentos em atividades florestais e de fauna silvestre regional (v. Gráfico 5 e Anexo A – Tabela 7).

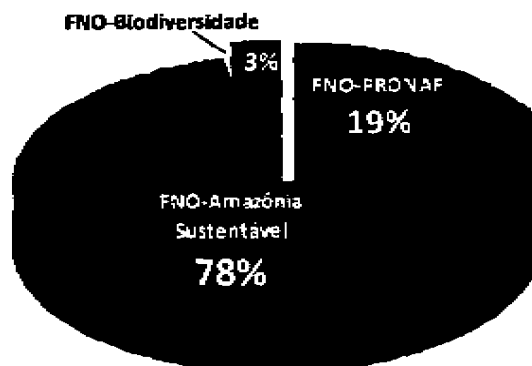


Gráfico 5 Participação dos Programas de Financiamento no Volume de Recursos Aplicados pelo FNO - Exercício de 2010
Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.7 DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE E PROGRAMA

As contratações do FNO no segundo semestre de 2010 somaram R\$ 1.608,8 milhões, registrando um incremento de 67,6% em relação ao primeiro semestre do mesmo ano, ocasião em que foram contratados R\$ 959,9 milhões. O valor total das contratações do FNO no exercício atingiu R\$ 2.568,7 milhões (v. Anexo A – Tabela 8).

Esses resultados se devem ao crescimento do número de contratações nos programas do setor rural FNO-Amazônia Sustentável (75,0%), Biodiversidade (22,2%), no Pronaf-A (36,5%) e nas atividades dos setores não rurais (39,6%), em relação ao primeiro semestre do mesmo ano (v. Anexo A – Tabela 8). O setor rural, contudo, obteve crescimento ínfimo de 0,2%, por conta da diminuição das operações das demais linhas do Pronaf. Referido desempenho reflete o contínuo esforço do Banco da Amazônia em melhorar a sua performance operacional, centrando esforço em atividades que potencializam maior retorno econômico, social e ambiental.

No setor não rural, destaque para as contratações na micro e pequenas empresas que tiveram incremento de 41,2% no número de contratações no segundo semestre de 2010 em relação ao primeiro semestre, seguido da cultura com 26,9%, da indústria com 24,0% e do turismo com 18,0%. A agroindústria tem recebido importante apoio financeiro como estratégia deliberada de agregar valor aos produtos primários da Amazônia e contribuir, adicionalmente, para criar vantagens competitivas para os produtos regionais. Estes resultados deixam transparente a estratégia do Banco em apoiar a disseminação de negócios territoriais, em busca de promover o desenvolvimento regional (v. Anexo A – Tabela 8).

No setor rural, destacam-se as aplicações realizadas no âmbito do Programa FNO-Amazônia Sustentável, tendo sido beneficiados a pecuária e a pesca e aquicultura. Cabe ressaltar que a pecuária regional ocupa cerca de 80% das áreas desmatadas. O Banco, por meio do FNO, está apoiando novas alternativas de sistemas de produção, de modo a produzir mudanças inovadoras que se transformem em aumento de produtividade do rebanho e aumentem a fertilidade natural dos solos, mediante a recuperação de áreas degradadas com pastoreio rotacionado, sistema lavoura pecuária, produção de forrageiras, controle fitossanitário do rebanho e orientação consciente quando ao respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos, por respeitar as legislações ambiental e trabalhista nos seus empreendimentos. Com isto, contribui-se para reduzir a pressão sobre as áreas de florestas e sobre as condições do clima na Terra.

O Programa FNO-Biodiversidade, mediante ao apoio ao manejo florestal e reflorestamento, o Banco avança na consolidação de suas metas de contribuir para que os tomadores de crédito do FNO atendam aos postulados do Código Florestal, reflorestando áreas degradadas com essências florestais regionais e exóticas que se destinam à indústria madeireira e à produção de energia a partir da biomassa, com destaque para a recuperação da biodiversidade e dos serviços ambientais.

Finalmente, estas informações revelam que o Banco da Amazônia, por meio dos recursos do FNO está empenhado em contribuir para difundir atividades produtivas que não precisam desmatar e, portanto, preservar o bioma amazônico com suas funções reguladoras do clima. Com isto, as ações do FNO estão intimamente ligadas com a redução dos gases de efeito estufa, por reduzir as emissões de gás carbônico e gás metano, além da diminuição da contaminação do solo com uso de pesticidas e evitar a erosão do solo por meio das técnicas agronômicas.

6.8 CONTRATAÇÕES POR ESTADO

As contratações realizadas pelo FNO em 2010, em cada um dos estados da Região Norte, foram diretamente influenciadas pelas características econômicas locais. Assim, a busca por financiamento de projetos sofreu influência da maior preponderância dos setores rural ou não rurais na base econômica de cada uma das Unidades Federativas da Região.

Os maiores volumes de contratações de recursos do FNO, no âmbito do setor rural, foram realizados pelos estados do Pará e Tocantins, com R\$ 295 milhões cada um, enquanto nos setores não rurais os estados que mais demandaram recursos foram Pará, com R\$ 707 milhões, e Amazonas, com R\$ 325 milhões (v. Gráfico 6 e Anexo A – Tabela 9).

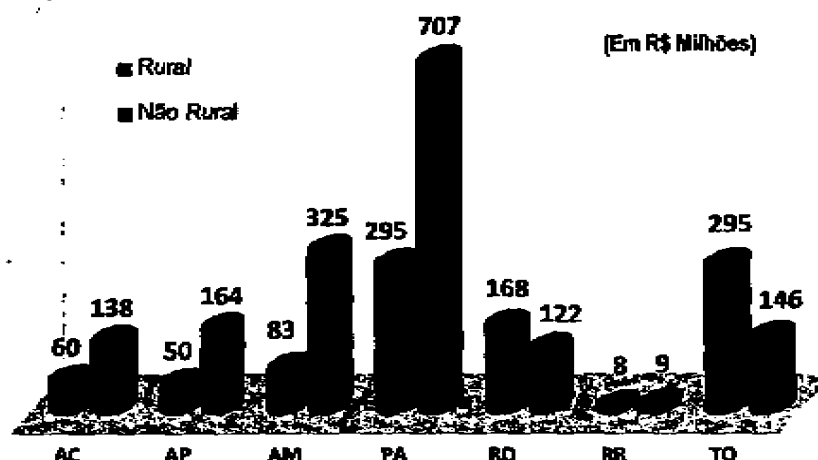


Gráfico 6 Valores Contratados por Estado
Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.9 CONTRATAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Do total das contratações realizadas no exercício de 2010, quase 90% atenderam ao segmento da agricultura de base familiar. As contratações efetuadas no âmbito do Programa FNO-PRONAF beneficiaram cerca de 38.700 famílias, propiciando a geração de aproximadamente 155 mil novas oportunidades de trabalho no campo.

Dentre as linhas de financiamento do Programa FNO-PRONAF, destaque para o Grupo "B", com 43,7% das contratações, em atendimento a mais de 16.900 famílias e R\$ 32,7 milhões de recursos alocados, com geração de quase 68 mil ocupações. Já o Pronaf-Mais Alimentos financiou R\$ 118,7 milhões (24,2% do total financiado), em 2.254 operações de crédito (v. Gráfico 7 e Anexo A – Tabela 10).

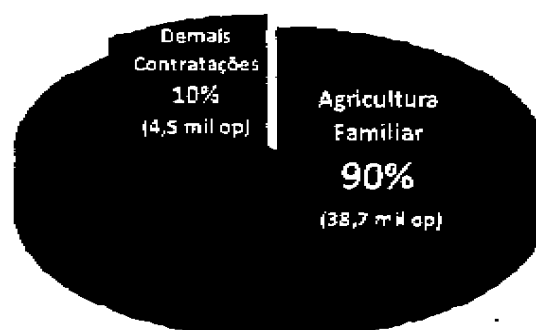


Gráfico 7 Participação da Agricultura Familiar nas
Contratações do FNO - Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO) do Governo Federal, o Banco da Amazônia criou uma linha de financiamento, chamada Amazônia Florescer, para atender o disposto na Lei n.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal. No setor rural, essa linha utiliza recursos do FNO-PRONAF.

A partir de dezembro de 2009, quando o Banco da Amazônia começou a operar os recursos do FNO-PRONAF em suas operações de microcrédito, até dezembro de 2010, foram contratadas 574 operações no valor total de R\$ 1,09 milhão. Somente em 2010, foram 563 contratos no valor total de R\$ 1,07 milhão (v. Quadro 4).

Quadro 4 Evolução das Contratações do MPO (Amazônia Florescer)

| ANO | Nº OP | R\$ MIL |
|-------|-------|---------|
| 2009 | 11 | 20 |
| 2010 | 563 | 1.067 |
| TOTAL | 574 | 1.087 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.10 CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal em promover, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o desenvolvimento dos setores estratégicos da economia regional. Desde 2007 até dezembro de 2010 foram contratadas 22 operações de crédito em 12 projetos infraestruturantes do PAC com recursos do FNO, no valor total de R\$ 1.324,7 milhões, contemplando projetos de geração e transmissão de energia elétrica, produção de biodiesel e projetos de transporte e saneamento básico (v. Anexo A – Tabela 11).

6.11 CONTRATAÇÕES EM APOIO À COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014

A partir de 2010, o Banco da Amazônia passou a financiar projetos voltados para atividade turística em apoio à preparação do Brasil como sede oficial da Copa do Mundo de Futebol de 2014, com recursos do Programa FNO-Amazônia Sustentável, através da linha FNO-Amazônia Procopa. Com esse recurso, o Banco da Amazônia contratou no exercício de 2010 quatro projetos de infraestrutura hoteleira, no valor total de R\$ 12,0 milhões. Ao final do exercício, foram liberados R\$ 5,4 milhões, correspondentes a 45,0% do total contratado (v. Anexo A – Tabela 12).

6.12 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO PROGRAMA ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO)

O Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), instituído pela Resolução n.º 3.896/2010 do Banco Central do Brasil, faz parte das ações do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 e tem por objetivo incentivar o uso de técnicas sustentáveis que tragam mais eficiência ao campo mediante o financiamento de projetos agrícolas que contribuam para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Através do FNO-Biodiversidade, o Banco da Amazônia dispensou apoio creditício ao Programa ABC, tendo financiado em 2010, no âmbito desse Programa, 20 projetos voltados em sua maioria para implantação e manutenção de florestas comerciais ou destinadas à recomposição de reserva legal ou de áreas de preservação permanente no valor total de R\$ 52,3 milhões (v. Anexo A – Tabela 13).

6.13 CONTRATAÇÕES EM APOIO À REGULARIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DEGRADADAS

Em observância à legislação vigente e ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Região Norte, no tocante ao apoio às atividades florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas (Inciso IV, art. 1º da Lei n.º 10.177), o Banco da Amazônia realizou em 2010 a contratação de 8 operações de crédito com recursos do FNO-Biodiversidade, à taxa de 4% ao ano, no valor total de R\$ 8,2 milhões (v. Quadro 5).

Quadro 5 Contratações Baseadas no Inciso IV do Artigo 1º da Lei 10.177
Exercício de 2010

| ESTADO | PORTE | | | | | | TOTAL | |
|--------------|----------|-------------|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|
| | Pequeno | | Médio | | Grande | | | |
| | N.º Op. | Valor (Mil) | N.º Op. | Valor (Mil) | N.º Op. | Valor (Mil) | N.º Op. | Valor (Mil) |
| AC | - | - | - | - | 1 | 1.000 | 1 | 1.000 |
| PA | - | - | 3 | 1.082 | 3 | 5.783 | 6 | 6.865 |
| RO | 1 | 361 | - | - | - | - | 1 | 361 |
| TOTAL | 1 | 361 | 3 | 1.082 | 4 | 6.783 | 8 | 8.225 |

Fonte: Banco da Amazônia/GSIST (SIG-CONTROPER)

Considerando todas as operações em áreas de Reserva Legal da Região, foram 22 contratos no total de R\$ 46,3 milhões. Esse valor corresponde a 57,5% do total alocado a todas as atividades florestais financiadas pelo FNO-Biodiversidade. Destaque para uma operação no valor de R\$ 32,4 milhões no Estado do Amapá, destinada ao reflorestamento de nove mil hectares de *eucalyptus híbrido urograndis* para produção de cavacos para exportação, utilizados na fabricação de papel.

6.14 CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE

A Região Norte dispõe de áreas prioritárias que exigem ações diferenciadas de treinamento, mobilização de atores sociais, infraestrutura, crédito e assistência técnica para o desenvolvimento de suas potencialidades endógenas.

As áreas prioritárias na Região Norte são: Municípios da Faixa de Fronteira, com 97 municípios; Mesorregião do Alto Solimões, com 9 municípios; Mesorregião da Chapada das Mangabeiras, com 8 municípios; Mesorregião do Vale do Rio do Acre, com 13 municípios; Mesorregião do Bico do Papagaio, com 50 municípios; e Mesorregião do Xingu, com 10 municípios.

Especificamente em relação à Mesorregião do Alto Solimões, importante destacar que o Banco da Amazônia vem direcionando maior atenção na busca de alternativas para fatores dificultadores identificados naquela área prioritária, especialmente os relativos à carência de infraestrutura econômica e social.

Nessas áreas prioritárias, o FNO firmou 16.219 operações de crédito, alocando recursos no valor de R\$ 1.035,8 milhões, contemplando as mais diversas atividades econômicas importantes para o desenvolvimento local (v. Anexo A – Tabelas 14 e 15).

6.15 CONTRATAÇÕES POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR

Do total das operações de crédito contratadas no exercício de 2010, 23,5% ocorreram em municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda (BR), 29,2% em estagnados de média renda (EMR), 40,0% em dinâmicos de menor renda (DMR) e 7,3% em de alta renda (AR). Esse desempenho demonstra que 92,7% das contratações realizadas pelo FNO em 2010 ocorreram nos municípios com comprovada carência socioeconômica, fato que atesta a preocupação social e desenvolvimentista do Fundo no sentido de contribuir para a geração de renda e de novas oportunidades de ocupação da mão-de-obra para os munícipes da Região (v. Gráfico 8 e Anexo A – Tabela 16).

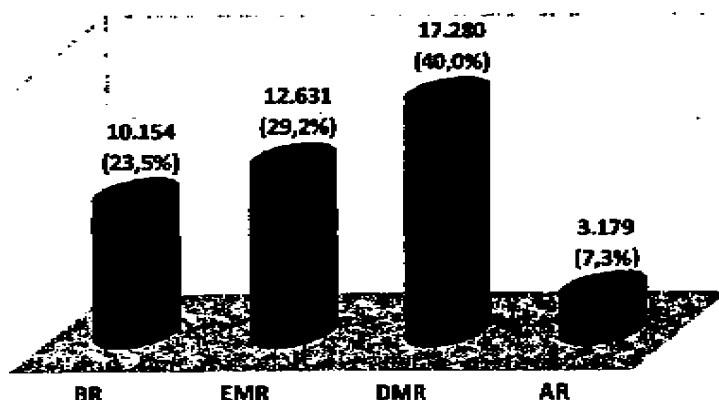


Gráfico 8 Operações Contratadas Conforme Tipologia da PNDR
Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.16 CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO

Em 2010 foram contratadas 3.659 operações de crédito voltadas para o financiamento de custeio, no valor total de R\$ 231,7 milhões; 38.151 operações para investimento, correspondente a R\$ 2.156,8 milhões; e 1.434 operações para capital de giro (associado ao investimento e para aquisição de matéria-prima/insumos e aquisição de bens para formação de estoques), no valor total de R\$ 180,2 milhões. Do total contratado para investimento, R\$ 727,0 milhões (33,7%) correspondeu à demanda do setor rural e R\$ 1.429,8 milhões (66,3%) para atendimento das atividades dos setores não rurais (v. Anexo A – Tabela 17).

6.17 CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALORES

A maior demanda por operações de crédito no setor rural, no exercício de 2010, contemplou projetos na faixa acima de R\$ 1 mil até R\$ 10 mil, com um total de 24.692 financiamentos (69,7% das contratações), dos quais 18.929 (76,7%) atenderam às linhas do PRONAF "A" e "B". Nos setores não rurais a maior demanda foi proveniente de projetos nas faixas de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil, que juntas totalizaram 1.708 operações (67,3% das contratações), das quais 1.391 (81,4%) foram voltadas para as atividades de comércio e prestação de serviços (v. Anexo A – Tabela 18).

Importante registrar também a ocorrência de 17 operações de crédito de apoio a projetos com valores superiores a R\$ 10 milhões, os quais atingiram o valor total de recursos da ordem de R\$ 926,0 milhões (36,0% da totalidade dos recursos contratados no exercício de 2010). Em termos de retorno socioeconômico, quando da maturação desses projetos, os mesmos deverão contribuir para a geração 4.560 novos postos de trabalho (v. Anexo A – Tabela 19).

6.18 CONTRATAÇÕES PELA PRIMEIRA VEZ COM RECURSOS DO FNO

Ao final do exercício de 2010 foi realizada a contratação de 28.024 novas operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO, no valor total de R\$ 1.644,1 milhões, correspondendo a 64,8% do total das operações contratadas no período e 64,0% do volume de financiamentos concedidos (v. Anexo A – Tabela 20).

6.19 CONTRATAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

Do total de recursos contratados pela primeira vez, R\$ 450,2 milhões foram para abertura/implantação de novos empreendimentos na Região Norte, sendo R\$ 417,8 milhões em atividades do setor não rural, basicamente projetos infraestruturantes nas áreas de produção e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e hotelaria. No setor rural, registra-se a implantação de um novo projeto na área florestal no Estado do Amapá, de grande porte, com recursos do FNO-Biodiversidade, no valor de R\$ 32,4 milhões (v. Anexo A – Tabela 21).

6.20 PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS NOS EMPREENDIMENTOS

As contratações do FNO realizadas em 2010 receberam a contrapartida de recursos próprios dos empreendedores no valor total de R\$ 514,5 milhões, dos quais R\$ 32,1 milhões no setor rural (6,2%) e R\$ 482,4 milhões nos demais setores (93,8%). As maiores contrapartidas de recursos próprios foram registradas nos empreendimentos de grande porte, sobretudo pelo empresariado dos setores não rurais, com R\$ 421,7 milhões (82,0% do total), dos quais R\$ 300,0 milhões (71,1%) nas contratações no Estado do Pará (v. Gráfico 9 e Anexo A – Tabela 22).

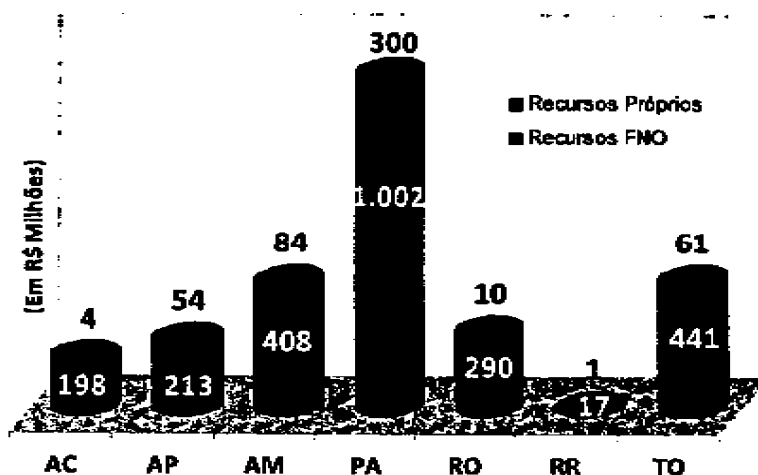


Gráfico 9 Participação de Recursos Próprios dos Empreendedores nos Financiamentos - Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

6.21 OPERAÇÕES LIQUIDADAS

Ao término do exercício de 2010 foi registrado um total de 4.129 operações de crédito liquidadas no âmbito do FNO, sendo 3.939 (95,4%) relativas ao setor rural e 190 (4,6%) operações dos setores não rurais, correspondendo ao valor total de recursos da ordem de R\$ 1.068,2 milhões (v. Quadro 6).

Quadro 6 Operações Liquidadas
Exercício de 2010

| SETOR | N.º OPERAÇÕES | VALOR (R\$ Milhões) |
|--------------|---------------|---------------------|
| Rural | 3.939 | 238,1 |
| Não Rural | 190 | 830,1 |
| TOTAL | 4.129 | 1.068,2 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Registra-se que o Banco da Amazônia não possui operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma dos artigos 15-B e 15-C da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei n.º 11.945, de 04.06.2009, uma vez que os referidos artigos da Lei ainda não foram regulamentados.

6.22 SALDO DAS CONTRATAÇÕES

Ao final do exercício de 2010 o saldo dos financiamentos concedidos com recursos do FNO totalizou R\$ 10.136,9 milhões, em 275.648 operações de crédito. Desse total, 269.121 operações (97,6%) foram empreendimentos do setor rural, correspondentes a um saldo de R\$ 5.955,3 milhões (58,8%). O saldo financeiro dos empreendimentos dos setores não rurais atingiu R\$ 4.181,6 milhões, em 6.527 operações de crédito (v. Anexo A – Tabela 23).

Quanto aos encargos financeiros utilizados nas contratações do FNO, não mais existem em estoque operações que vigoravam anteriormente ao estabelecimento da TJLP (BTNF, TRD e TR), com rebate sobre os encargos totais, bem como com encargos da TJLP mais juros de 6,0% ao ano, com rebate sobre os encargos totais ou com encargos de IGP-DI mais juros de 8,0% ao ano, com rebate sobre a taxa de juros. Portanto, atualmente, os encargos financeiros do FNO são os definidos na legislação que normatiza os financiamentos, específicos para cada porte de empreendedores dos setores rural e não rural, bem como as decorrentes de renegociações autorizadas por lei (v. Anexo A – Tabela 24).

6.23 PREVISÃO DE LIBERAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Está previsto até dezembro de 2011 a liberação de parcelas de operações contratadas com recursos do FNO que totalizam R\$ 473,8 milhões, sendo R\$ 58,5 milhões (12,3%) em operações do setor rural e R\$ 415,3 milhões (87,7%) em operações dos setores não rurais (v. Anexo A – Tabela 25).

6.24 PREVISÃO DE AMORTIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Até dezembro de 2011 a previsão de amortização de parcelas de operações contratadas pelo FNO corresponde ao valor total de R\$ 1.728,7 milhões, dos quais R\$ 1.177,6 milhões (68,1%) são de financiamentos do setor rural e R\$ 551,1 milhões (31,9%) dos setores não rurais (v. Anexo A – Tabela 26).

6.25 VALORES DESEMBOLSADOS

O volume de recursos desembolsados em 2010 atingiu a cifra de R\$ 2.314,2 milhões, sendo R\$ 881,1 milhões em operações contratadas no setor rural, 38,1% em relação ao total, e R\$ 1.433,1 milhões (61,9%) nos demais setores. No setor rural, 52,2% são operações do PRONAF, correspondentes a R\$ 459,5 milhões desembolsados. Nas atividades dos setores não rurais, os desembolsos para o comércio e prestação de serviços atingiu o valor total de R\$ 540,6 milhões, enquanto que para o setor industrial o total foi de R\$ 412,4 milhões, respectivamente 37,7% e 28,8% do total do setor não rural.

Em relação ao porte dos beneficiários, R\$ 545,6 milhões foram liberados para os mini e pequenos produtores rurais, inclusive agricultores familiares, correspondendo a 61,9% do total dos desembolsos para o setor rural. Nos demais setores, a prevalência foi para os grandes empreendimentos, com R\$ 1.036,1 milhões, o equivalente a 72,3% do total liberado para os setores não rural (v. Anexo A – Tabelas 27 e 28).

7. RESULTADOS ALCANÇADOS COM A APLICAÇÃO DO FNO

7.1 MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Em 2010 os financiamentos concedidos pelo Banco da Amazônia com recursos do FNO atenderam empreendedores localizados em 412 municípios da Região Norte, o que representa o alcance de 92% das localidades que integram a base político-institucional da Região (v. Gráfico 10). Ao longo de 20 anos, foram 432 municípios atendidos, correspondente a 96%.

Em que pese o número de municípios atendidos pelo Fundo ser bastante expressivo, o Banco da Amazônia tem como meta atender 100% das localidades da Região com os recursos do FNO.

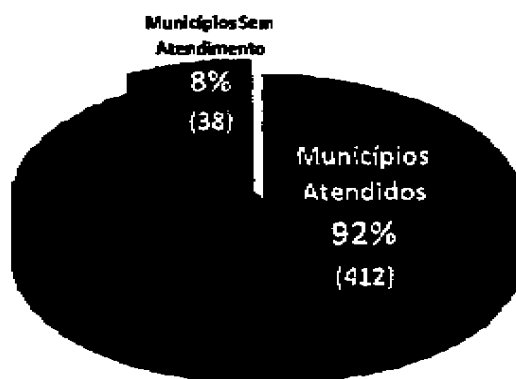


Gráfico 10 Municípios Atendidos pelo FNO
Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

7.2 ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2010 procuraram observar os parâmetros constantes no Plano de Aplicação dos Recursos definido para o período. O total dos financiamentos contratados em 2010 alcançou o valor total de R\$ 2.568,7 milhões, representando o atingimento de 88,1% da meta estabelecida para o exercício, que era de R\$ 2.915,3 milhões.

As atividades que mais se destacaram nas contratações do FNO foram turismo, infraestrutura, comércio e serviços e indústria, que superaram as metas previstas para 2010 em 172,2%, 17,7%, 4,8% e 4,2%, respectivamente. Além disso, considerando os Programas de Financiamento, o FNO-Biodiversidade atingiu 87,1% da meta, o FNO-Amazônia Sustentável 89,2% e o FNO-Pronaf 84,1% (v. Quadro 7).

Quadro 7 Índice de Consecução de Metas das Aplicações do FNO
Exercício de 2010

| Em R\$ milhões | | | | |
|------------------------|---------------------------------------|-----------------|----------------|-----------------------|
| PROGRAMA / SETOR | SEGMENTO | Meta 2010 | Efetivado | Índice de Consec. (%) |
| TOTAL PROGRAMAS | | 2.915,31 | 2.568,7 | 88,1 |
| PROGRAMA | Total FNO-PRONAF | 583,06 | 490,4 | 84,1 |
| | Grupo A | 291,53 | 55,3 | 19,0 |
| | Grupo B | | | |
| | Grupo A/C | | | |
| | Grupo C | | | |
| | Grupo D | | | |
| | Grupo E | 291,53 | 435,1 | 149,2 |
| | Agroindústria | | | |
| | Floresta | | | |
| | Pesca e Aquicultura | | | |
| | Mulher | | | |
| | Jovem | | | |
| | Total FNO-Amazônia Sustentável | 1.244,79 | 2.002,1 | 89,2 |
| | Empreendimentos Rurais | 785,81 | 392,9 | 49,9 |
| | Agropecuária | 762,13 | 387,6 | 50,8 |
| | Pesca e Aquicultura | 23,68 | 4,4 | 18,6 |
| | Empreendimentos Não-Rurais | 1.458,98 | 1.610,1 | 110,4 |
| | Agroindústria | 29,15 | 15,9 | 54,5 |
| | Indústria | 292,85 | 305,2 | 104,2 |
| | Turismo | 68,31 | 158,7 | 272,2 |
| | Cultura | 29,16 | 4,7 | 16,1 |
| | Infraestrutura | 437,30 | 514,5 | 117,7 |
| | Exportação | 29,15 | 0,0 | 0,0 |
| | Comércio e Serviço | 583,06 | 611,1 | 104,8 |
| | FNO-Biodiversidade | 87,46 | 78,2 | 87,1 |
| | Floresta e Fauna Silvestre | 87,46 | 78,2 | 87,1 |
| TOTAL SETOR | | 2.915,31 | 2.568,7 | 88,1 |

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTOPER

7.3 RESULTADO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A previsão de ingresso de recursos do FNO para operacionalização pelo Banco da Amazônia no exercício de 2010 foi da ordem de R\$ 4.467,9 milhões, sendo realizado o valor de R\$ 4.948,5 milhões (10,8% superior a previsão de ingresso de recursos).

O total dos desembolsos em 2010 atingiu R\$ 2.969,8 milhões, superando em 193,4% a meta prevista para o exercício de R\$ 1.012,1 milhões. Esse resultado inclui os desembolsos com as operações de crédito, no valor total de R\$ 2.314,2 milhões (v. Quadro 8).

Quadro 8 Resultado da Programação Orçamentária do FNO
Exercício de 2010

R\$ Milhões

| DISCRIMINAÇÃO | PREVISTO | REALIZADO |
|---|-----------------|-----------------|
| A) Origem de Recursos | 4.467,86 | 4.948,47 |
| Disponibilidade prevista ao final do exercício anterior | 1.286,77 | 1.742,43 |
| Transferências da União | 1.482,48 | 1.361,31 |
| Reembolsos de créditos em 2010 | 1.484,70 | 1.540,79 |
| Remuneração das disponibilidades | 143,07 | 165,00 |
| Retorno ao Fundo dos valores relativos aos riscos | 30,85 | 123,60 |
| Outras receitas (recuperação de crédito) | 40,00 | 15,34 |
| B) Aplicação de Recursos | 1.012,11 | 2.969,76 |
| Taxa de administração | 296,94 | 267,11 |
| Despesas de Auditoria Externa | 0,18 | 0,18 |
| Bônus de adimplência | 318,35 | 111,94 |
| Despesas com del credere | 258,86 | 238,47 |
| Rebates | 101,41 | 0 |
| Remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF | 11,84 | 13,09 |
| Outras despesas (despesas judiciais) | 24,53 | 24,81 |
| Desembolsos com operações de crédito | 0 | 2.314,16 |
| C) Disponibilidade Total (A – B) | 3.455,75 | 1.978,71 |
| D) Saldo a Liberar de Operações de Exercícios Anteriores | (540,44) | 0 |
| E) Disponível para Aplicações (C – D) | 2.915,31 | 1.978,71 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

8. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

8.1 INADIMPLÊNCIA MENSAL

No exercício de 2010 os índices de inadimplência do FNO apresentaram taxas decrescentes entre os meses de fevereiro e junho, caindo de 6,4% para 5,4%, mantendo-se com pequenas oscilações entre julho e novembro até fechar o exercício com 5,2%, o menor índice do período. (v. Gráfico 11).

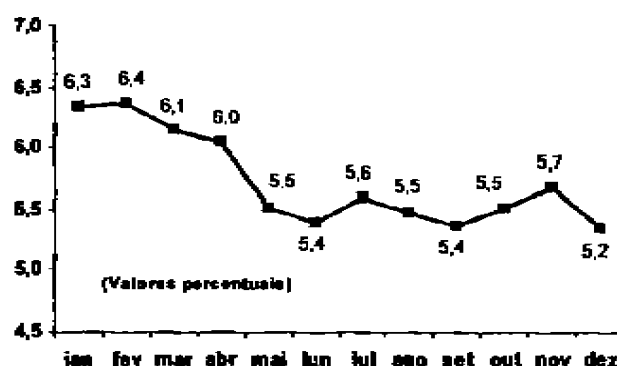


Gráfico 11 Inadimplência do FNO
Exercício de 2010

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

8.2 INADIMPLÊNCIA POR SETOR PRODUTIVO

Ao final do exercício de 2010, haviam 108.125 operações do FNO em situação de atraso, no valor total de R\$ 522,2 milhões (inadimplência de 5,2%), sendo R\$ 447,4 milhões (85,7%) em operações do setor rural e R\$ 74,8 milhões (14,3%) em operações dos setores não rurais. A inadimplência das operações do setor rural atingiram o patamar de 7,5% e das operações dos setores não rurais foram de 1,8% (v. Anexo A – Tabela 29).

8.3 INADIMPLÊNCIA POR PORTE DO BENEFICIÁRIO

A inadimplência do FNO relativa ao porte do beneficiário apresentou ao final de 2010 as seguintes taxas: 7,6% para os empreendimentos de microempresas e mini produtores rurais; 5,4% para os de pequeno porte; 6,0% para os de médio porte; 2,9% para os de grande porte; e para os empreendimentos de cooperativas a inadimplência foi de 16,8%. 52% do saldo em atraso correspondem a operações de mini/micro e pequeno porte (v. Gráfico 12 e Anexo A – Tabela 30).

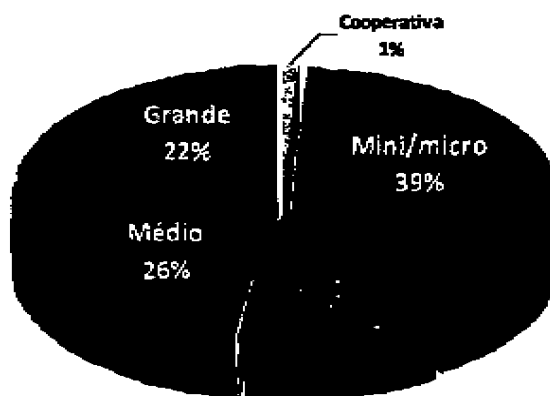


Gráfico 12 Saldos em Atraso por Porte

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

8.4 INADIMPLÊNCIA POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO

Considerando a inadimplência das operações de crédito por programa de financiamento, observa-se que ao final do exercício de 2010 o menor índice foi alcançado pelo Programa FNO-Amazônia Sustentável, relativamente às atividades dos setores não rurais, com 1,8%, enquanto que o maior índice foi identificado no Programa FNO- Biodiversidade, com 9,1% (v. Anexo A – Tabela 31).

8.5 INADIMPLÊNCIA POR ESTADO

Em 2010, a inadimplência do FNO atingiu patamares mais baixos nos estados de Rondônia (4,3%) e Amapá (6,1%) nos empreendimentos do setor rural, enquanto que nos setores não rurais, os estados que apresentaram as menores taxas foram Rondônia (0,5%) e Amazonas (1,0%). Os níveis de inadimplência mais elevados no setor rural ocorreram nos estados de Roraima (15,4%) e Amazonas (10,2%) e nos setores não rurais novamente em Roraima (6,2%) e no Estado do Amapá (3,9%). Considerando todos os setores, o estado com menor inadimplência foi Rondônia, que apresentou taxa de 2,0%, por outro lado, Roraima foi o estado com o maior índice de inadimplência, com 13,7% (v. Anexo A – Tabelas 32 e 34).

8.6 INADIMPLÊNCIA POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE

O total de parcelas em atraso das contratações do FNO nas Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte atingiu ao final do exercício de 2010 o valor de R\$ 198,1 milhões, correspondentes a 4,9% do total dos financiamentos concedidos para os municípios daquelas regiões. O menor índice de inadimplência ocorreu nos municípios da Faixa de Fronteira, com 3,5%, e o maior índice nos municípios que integram a Mesorregião Diferenciada do Xingu, com 11,6% (v. Anexo A – Tabela 33).

8.7 INADIMPLÊNCIA POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR

O conjunto dos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de alta renda (AR) apresentou a menor taxa de inadimplência das operações contratadas com recursos do FNO no exercício de 2010, com 3,9%, ficando a maior taxa para os municípios classificados como de baixa renda (BR), com 8,3% (v. Anexo A – Tabela 34).

A seguir, apresentamos as informações sobre saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação, no formato definido na Portaria TCU n.º 277, de 07.12.2010.

8.8 INADIMPLÊNCIA POR TIPO DE RISCO

As operações com risco integral do Fundo que se encontram em atraso representaram 0,4% do total das operações contratadas no exercício de 2010. Comparativamente aos dois últimos exercícios de 2008 e 2009, constata-se que houve uma acentuada redução no nível de inadimplência nas operações onde o risco foi exclusivamente do FNO. O mesmo acontece com as operações com risco compartilhado em situação de atraso, onde a inadimplência atingiu 1,6% do total das operações contratadas em 2010, ficando também em patamar abaixo dos índices alcançados em 2008 e 2009 (v. Quadro 9).

Quadro 9 Operações Contratadas com Risco Compartilhado e Integral do FNO e do Banco da Amazônia – 2008 a 2010

| Número de Operações com Risco Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia | | | |
|---|--------|--------|--------|
| Situação | 2008 | 2009 | 2010 |
| Sem atraso (A) | 14.744 | 16.429 | 17.586 |
| Com atraso (B) | 2.536 | 2.299 | 288 |
| B / (A + B) % | 14,7% | 12,3% | 1,6% |
| Número de Operações com Risco Integral do FNO | | | |
| Situação | 2008 | 2009 | 2010 |
| Sem atraso (A) | 3.690 | 22.403 | 21.148 |
| Com atraso (B) | 8.802 | 1.340 | 93 |
| B / (A + B) % | 70,5% | 5,6% | 0,4% |
| Número de Operações com Risco Integral do Banco da Amazônia | | | |
| Situação | 2008 | 2009 | 2010 |
| Sem atraso (A) | 0 | 0 | 0 |
| Com atraso (B) | 0 | 0 | 0 |
| B / (A + B) % | 0,0% | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

8.9 SALDO DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Até o dia 31.12.2010 o saldo dos créditos de liquidação duvidosa, considerados o valor do principal e encargos vencidos de operações contratadas, totalizou R\$ 361,7 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 154,3 milhões em operações com atraso entre 181 e 360 dias.

Considerando as operações com risco compartilhado entre o Fundo e o Banco da Amazônia, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa correspondeu a R\$ 291,0 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 93,6 milhões em operações com atraso entre 181 e 360 dias.

No que se refere às operações com risco integral do FNO, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa atingiu o valor de R\$ 70,7 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 60,7 milhões em operações com atraso entre 181 e 360 dias (v. Quadro 10).

Quadro 10 Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas
Exercício de 2010

R\$ 1,00

| Natureza da Operação | Tamanho do Atraso | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | Até 180 dias | De 181 a 360 dias |
| Com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia | 290.995.346,69 | 93.585.515,04 |
| Com risco integral do FNO | 70.675.061,95 | 60.718.119,48 |
| Com risco integral do Banco da Amazônia | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 361.670.408,64 | 154.303.634,52 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

8.10 PREJUÍZOS CONTABILIZADOS

No encerramento do exercício de 2010, o valor total de recursos contabilizado como créditos baixados alcançou o valor de R\$ 395,6 milhões, sendo R\$ 263,0 milhões de operações realizadas com risco compartilhado entre o Fundo e o Banco da Amazônia e R\$ 132,6 milhões de operações contratadas com risco integral do Fundo (v. Quadro 11).

Quadro 11 Prejuízos Contabilizados
Exercício de 2010

R\$ 1,00

| Natureza da Operação | Prejuízos Contabilizados |
|---|--------------------------|
| Assumidos em razão do risco compartilhado | 263.025.184,46 |
| Contabilizados pelo FNO | 131.512.911,19 |
| Contabilizados pelo Banco da Amazônia | 131.512.273,27 |
| Assumidos pelo FNO em razão de risco integral | 132.588.699,05 |
| Assumidos pelo Banco da Amazônia em razão de risco integral | 0,00 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

8.11 RESSARCIMENTO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No exercício de 2010 o Banco da Amazônia ressarciu ao Fundo, por perdas das operações de crédito que completaram 360 dias de vencidas e não foram pagas, o valor de R\$ 131,5 milhões (v. Quadro 12).

Quadro 12 Ressarcimentos Efetuados pelo Banco da Amazônia ao FNO
Exercício de 2010

| Mês | Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas | Valor ressarcido pelo Banco da Amazônia | Correção de valor por atraso de ressarcimento |
|--------------|---|---|---|
| Janeiro | 76.880.201,10 | 3.372.669,42 | 0 |
| Fevereiro | 75.221.437,25 | 7.940.255,29 | 0 |
| Março | 75.394.593,15 | 3.490.506,18 | 0 |
| Abril | 83.467.458,28 | 2.655.507,35 | 0 |
| Maior | 99.733.982,88 | 19.688.218,41 | 0 |
| Junho | 127.315.230,41 | 14.861.061,00 | 0 |
| Julho | 160.462.108,39 | 13.637.077,82 | 0 |
| Agosto | 114.141.583,56 | 6.745.442,81 | 0 |
| Setembro | 127.378.898,91 | 7.608.263,84 | 0 |
| Outubro | 126.897.378,06 | 22.080.190,34 | 0 |
| Novembro | 143.853.168,95 | 13.550.452,12 | 0 |
| Dezembro | 166.451.537,06 | 15.882.628,69 | 0 |
| TOTAL | 1.377.197.575,78 | 131.512.273,27 | 0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

8.12 AÇÕES DE COBRANÇAS JUDICIAIS AJUIZADAS

O Banco da Amazônia busca, via esfera judicial, a regularização dos débitos existentes com vistas a reduzir o volume de inadimplência. Assim, ao final do exercício de 2010, foram registrados 208 ajuizamentos de cobranças totalizando R\$ 111,0 milhões, sendo todas as operações com risco compartilhado entre o Fundo e o Banco da Amazônia (v. Quadro 13).

Quadro 13 Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas
Exercício de 2010

| Mês | Risco Compartilhado | | Risco Integral do FNO | | Risco Integral do Banco | |
|--------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| | N.º | Valor (R\$ 1,00) | N.º | Valor (R\$ 1,00) | N.º | Valor (R\$ 1,00) |
| janeiro | 5 | 633.481,73 | - | - | - | - |
| fevereiro | 30 | 9.680.147,12 | - | - | - | - |
| março | 32 | 21.789.093,38 | - | - | - | - |
| abril | 35 | 16.696.319,17 | - | - | - | - |
| maio | 20 | 6.218.883,47 | - | - | - | - |
| junho | 13 | 3.905.796,61 | - | - | - | - |
| julho | 36 | 26.749.142,58 | - | - | - | - |
| agosto | 5 | 1.631.390,43 | - | - | - | - |
| setembro | 5 | 3.127.523,50 | - | - | - | - |
| outubro | 14 | 7.306.077,47 | - | - | - | - |
| novembro | 9 | 11.872.004,58 | - | - | - | - |
| dezembro | 4 | 1.597.917,94 | - | - | - | - |
| TOTAL | 208 | 111.007.777,98 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

9. GESTÃO DO FNO

9.1 BREVE HISTÓRICO DO BANCO ADMINISTRADOR DO FNO

Em conformidade com o art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e o art. 16 da Lei 7.827/89, o Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, é o banco administrador dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Fundado em 9 de julho de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), tinha por objetivo promover o desenvolvimento a partir de incentivos à exploração da borracha natural, em apoio às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1950 foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e passou a participar de forma mais abrangente no processo de desenvolvimento regional, financiando todos os segmentos econômicos da Região. A partir de 1966 assumiu a denominação de Banco da Amazônia, sendo o agente financeiro da política de crédito do Governo Federal para a Região Amazônica.

O Banco da Amazônia tem por missão institucional *"criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente"*. Assim, o seu foco de atuação visa a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais, realizando ações estratégicas voltadas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais e melhoria da qualidade de vida da população local, entre outros objetivos perseguidos.

Até o final do exercício de 2010 o Banco da Amazônia havia financiado 73,1% da totalidade do crédito de fomento aplicado na Região Norte, tendo no FNO o principal instrumento econômico-financeiro de promoção do desenvolvimento regional sustentável.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada na observância dos seguintes princípios:

- a. Aplicação rigorosa da ética, definida como escolha para o bem comum;
- b. Busca da excelência em todas as suas ações;
- c. Fundamentação das suas ações na criatividade e imaginação;
- d. Busca e criação incessante de novos conhecimentos para criar soluções cada vez melhores;
- e. Um "fazer acontecer" caracterizado por ousadia e coragem, capaz de induzir grandes mudanças e transformações;
- f. Total transparência em todos os seus atos, como fundamento para relações de confiança;

- g. Busca de harmonia e o respeito ao ser humano, em toda sua diversidade, culturas e expressões;
- h. Fomento à participação responsável no desenvolvimento da Região Amazônica baseada no diálogo, consenso e gestão compartilhada;
- i. Assegurar uma cultura essencialmente empreendedora na Organização, garantindo agilidade e eficácia no atendimento; e
- j. Busca da excelência pelo investimento contínuo na formação profissional e humana.

Os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia são expressos através de sete desafios:

- a. **Indução:** consolidar um papel relevante na definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- b. **Fortalecimento:** fortalecer o Banco da Amazônia como instituição financeira voltada para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- c. **Foco no cliente:** orientar a ação do Banco da Amazônia para satisfazer as necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de desenvolvimento sustentável em seus negócios;
- d. **Gestão:** consolidar o novo modelo de gestão aprovado pelo Banco da Amazônia baseado em gestão estratégica, gestão de processos e gestão de projetos;
- e. **Infraestrutura:** desenhar e implementar uma estrutura que esteja em função da estratégia da Instituição;
- f. **Pessoas:** fomentar o desenvolvimento integral das pessoas como alavanca central para o cumprimento da missão do Banco da Amazônia; e
- g. **Rentabilidade:** alavancar resultados que gerem impacto positivo no desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Visando o alcance dos seus objetivos estratégicos, o Banco da Amazônia alinhou suas estratégias de atuação focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências. Através desse alinhamento estratégico, o Banco da Amazônia espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, conseqüentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes da monitoração das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de penetração dos produtos.

O Banco da Amazônia é o agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atuando com ações estratégicas alinhadas às seguintes prioridades:

- a. Apoio à Política Nacional de Reforma Agrária financiando atividades produtivas na Região, desenvolvidas em áreas de colonização, contribuindo para a democratização do crédito, inclusão social, geração de emprego e renda e criação de condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e valorização da mão-de-obra familiar;
- b. Contribuição com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região;
- c. Incentivo às microempresas e empresas de pequeno porte mediante a participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a parceria com o SEBRAE Nacional, com quem mantém convênio de cooperação geral visando desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia;
- d. Apoio ao PAC do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- e. Apoio ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, o qual tem abrangência para os nove estados da Amazônia Legal e consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT) do Governo Federal;
- f. Incentivo à cultura amazônica, por meio do Programa "Amazônia Mais Cultura", que representa uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em alinhamento com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos;
- g. Contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando na condição de membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo MDIC e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os estados da Amazônia;
- h. Participação no Mutirão Arco Verde do Governo Federal inaugurando uma nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia;

- i. Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável;
- j. Estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- k. Apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais;
- l. Estímulo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional; e
- m. Adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, através da implantação do Programa "Amazônia Florescer", possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

9.2 FORMAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS

O Banco da Amazônia tem consciência que a Região Amazônica dispõe de novas oportunidades de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de desafios que precisam ser superados através de instrumentos adequados e de ações compartilhadas entre os agentes representativos que atuam no processo de desenvolvimento regional.

Acredita, no entanto, que a transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios sustentáveis depende, fundamentalmente, da capacidade dos agentes públicos e privados que contribuem para o desenvolvimento regional construírem arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias visando à superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia.

Imbuído dessa visão, o Banco da Amazônia tem procurado consolidar um amplo e sólido sistema de alianças institucionais com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada. Essa forma de atuar do Banco da Amazônia é pautada no reconhecimento de que os mecanismos de gestão compartilhada, baseados na integração, cooperação e co-responsabilidade entre os atores partícipes do processo de desenvolvimento, adequa-se ao ambiente regional, já que no lugar da forma de atuação convencional das instituições, com a execução de ações isoladas que se sobrepõem ou deixam lacunas, coloca-se em prática a integração e focalização de ações, de maneira sinérgica e complementar, potencializando os resultados a serem alcançados.

9.3 ATUAÇÃO INTEGRADA AO MEIO AMBIENTE

O foco de atuação do Banco da Amazônia é pautado no compromisso estratégico da Instituição com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, buscando inserir a economia regional nos mercados nacional e internacional, através da incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente e do incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais.

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos que sejam internalizados em prol das populações locais e, ao mesmo tempo, consolidar um novo padrão de financiamento que esteja adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais, o Banco da Amazônia incorporou à sua política de financiamento os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação. Trata-se de um modelo de financiamento focado em negócios sustentáveis e no atendimento integral das necessidades do cliente com vistas ao aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia propõe orientar o relacionamento com os clientes seguindo três linhas de ação: indução, salvaguardas e exclusão. A indução norteia a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica recebem tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos.

As salvaguardas são instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, procurando compatibilizar essas práticas com melhoramento de rentabilidade para o cliente e, ao mesmo

tempo, expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades. Mediante a exclusão o Banco da Amazônia escolhe não apoiar atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

No contexto da nova política de financiamento do Banco da Amazônia o FNO assume uma escala de importância muito mais elevada, como instrumento de crédito diferenciado que é, para ser o principal indutor do processo de transformação do modelo econômico tradicional para um modelo baseado na sustentabilidade, possibilitando, cada vez mais, a diversificação da base produtiva regional, a geração de novas oportunidades de emprego, a internalização da renda, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população amazônica.

Exemplo da atuação do FNO alinhada a esse novo padrão de financiamento foi a contratação em 2010, no Estado do Amapá, de uma grande operação de crédito no âmbito do Programa FNO-Biodiversidade, no valor total de R\$ 32,4 milhões. Referido financiamento destina-se ao reflorestamento de nove mil hectares de eucalyptus híbrido urograndis para produção de cavacos para exportação, utilizados na fabricação de papel.

Importante registrar que o Banco da Amazônia exige, na análise dos projetos de financiamento, a apresentação da Licença Ambiental Prévia, já que a Instituição não concede empréstimos a empreendimentos que não sejam compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável e àqueles que, comprovadamente, utilizem mão-de-obra escrava e infantil e trabalho forçado ou semelhante ao escravo, pratiquem exploração predadora de espécies florestais e fauna silvestre, estejam em falta com as obrigações trabalhistas e, no caso do setor de mineração, incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo.

9.4 PRIORIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MENOR PORTE

Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no exercício de 2010 priorizaram os empreendimentos de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar. Assim, do total das operações contratadas 97,7% se destinaram às atividades produtivas de menor porte.

9.5 INCREMENTO DOS FINANCIAMENTOS NOS ESTADOS MENORES

A busca contínua da redução das desigualdades intra e inter-regionais tem sido uma das principais características da atuação do Banco da Amazônia. Sob essa perspectiva, os recursos do FNO representam uma ferramenta estratégica e indispensável para o alcance desse objetivo, considerando os impactos socioeconômicos que a ação do Fundo gera no contexto da economia regional.

No exercício de 2010 as contratações do FNO realizadas nos estados de menor porte, especialmente Acre e Amapá, apresentaram índices bastante expressivos. O Acre atingiu 97,1% da meta prevista para 2010, com a contratação de R\$ 198,1 milhões, enquanto o Amapá superou a previsão de contratação para o exercício em 46,4%, demandando recursos da ordem de R\$ 213,3 milhões, além de todos os municípios amapaense terem sido atendidos com os recursos do Fundo.

Quanto ao Estado de Roraima, as contratações ficaram abaixo da meta prevista para 2010 (foi atingido 11,7% da previsão). Incrementar os financiamentos do FNO em Roraima é uma das prioridades do Banco da Amazônia, porém esse desafio independe de ações unilaterais da Instituição, considerando a existência no Estado de alguns fatores que dificultam a expansão do crédito em seu território, entre os quais se destacam: o baixo número de propriedades rurais que dispõem de titulação ou escritura da terra; a existência de municípios com reduzido contingente populacional, fator que limita a aplicação dos recursos na agricultura familiar; o parque industrial do Estado ainda é muito incipiente; e a carência de uma melhor infraestrutura da malha viária estadual.

9.6 ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES

Visando cumprir com a missão precípua do FNO em promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Norte, oportunizando a geração de renda e de novas oportunidades de ocupação da mão-de-obra para a população local, o Banco da Amazônia canalizou 92,7% das contratações realizadas no exercício de 2010 para as localidades com comprovada carência socioeconômica, ou seja, aqueles municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda.

Uma das ações que merece destaque no atendimento aos municípios mais carentes foi a disseminação da estratégia denominada FNO-ITINERANTE, caracterizada pela realização de seminários específicos em localidades com perfil de baixa renda e que não realizaram contratações do FNO no exercício de 2009. O público alvo do FNO-ITINERANTE são empresários em geral, principalmente micro e pequenos empreendedores; cooperativas, associações e sindicatos de produtores locais; empreendedores rurais, especialmente os mini e pequenos; e produtores da agricultura familiar.

Em 2010 foram organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia sete seminários de disseminação do FNO-ITINERANTE (um em cada estado da Região Norte), tendo como experiência piloto os municípios de Jordão (AC), Benjamin Constant (AM), Pracuúba (AP), Porto de Moz (PA), Nova Marmoré (RO), Rorainópolis (RR) e São Félix do Tocantins (TO). Esses seminários possibilitaram a contratação de 162 operações de crédito, contemplando o valor total de recursos superior a R\$ 1 milhão, além da internalização no Banco da Amazônia de 115

propostas de crédito que se encontram em processo de análise, correspondendo ao valor aproximado de R\$ 1,8 milhão. (v. Quadro 14).

Quadro 14 Demanda do FNO-Itinerante
Exercício de 2010

| UF | Município | N.º Part. | Operações Contratadas | | Propostas em Análise | |
|--------------|-----------------------|------------|-----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| | | | N.º | Valor (R\$) | N.º | Valor (R\$) |
| AC | Jordão | 40 | 200 | 289.500,00 | - | - |
| AM | Benjamin Constant | 120 | - | - | - | - |
| AP | Pracuúba | 170 | 5 | 119.920,38 | - | - |
| PA | Porto de Moz | 300 | - | - | 1 | 50.000,00 |
| RO | Nova Mamoré | 30 | 38 | 304.115,85 | 43 | 1.501.152,46 |
| RR | Rorainópolis | 70 | 23 | 407.420,35 | 1 | 70.000,00 |
| TO | S. Félix do Tocantins | 120 | 96 | 192.000,00 | 70 | 140.000,00 |
| TOTAL | | 850 | 362 | 1.312.956,58 | 115 | 1.761.152,46 |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

Não houve operações em Benjamin Constant, face o período de estiagem que dificultou a navegação do rio, e em Porto de Moz, uma vez que o vento ocorreu no mês de dezembro, não sendo possível articular tempestivamente visitas no Município para a realização de negócios em 2010.

9.7 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE

As áreas da Região Norte onde a Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional atua prioritariamente (Mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e municípios da Faixa de Fronteira) receberam o apoio financeiro do FNO para o seu desenvolvimento em bases sustentáveis. Referidas áreas foram contempladas em 2010 com o financiamento de 16.219 operações de crédito, sendo contratado o valor total de recursos da ordem de R\$ 1.035,8 milhões.

9.8 INCENTIVO À AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR

Através do PRONAF o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento da agricultura de base familiar no contexto regional, bem como para a geração de expressivos resultados sociais e econômicos para os agricultores familiares, tais como: fixação do produtor no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural da Região.

Entre as ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia visando incrementar os financiamentos do FNO no âmbito da agricultura familiar destacam-se:

- a. Permanente diálogo com as instituições parceiras no sentido de expandir o crédito para os agricultores familiares;
- b. Realização de seminários com a participação de técnicos das prestadoras de assistência técnica e elaboração de projetos, com ampla discussão das questões inerentes aos trabalhos realizados, inclusive treinamento nas planilhas das análises;
- c. Agilização das análises para concessão de crédito, com as propostas internalizadas no Banco da Amazônia não ultrapassando o prazo de 60 dias para apreciação;
- d. Descentralização das análises de projetos para as Superintendências Regionais e Agências do Banco da Amazônia, com a criação nas Superintendências de coordenadorias específicas do PRONAF;
- e. Construção de cronogramas institucionais para a aplicação dos créditos dos PRONAF's A e A/C;
- f. Criação da rede da agricultura familiar, com a participação de técnicos do Banco da Amazônia, cujo objetivo é criar um fluxo de relacionamento e informações sobre a agricultura familiar, com vistas a aprimorar a atuação junto a esse segmento rural;
- g. Organização de fóruns, com a participação de mini e pequenos produtores, onde são apresentadas as condições operacionais do programa FNO-PRONAF; e
- h. Realização de visitas aos assentamentos, para reunião com produtores, associações e cooperativas, levando esclarecimentos e dirimindo dúvidas sobre as linhas de crédito do FNO-PRONAF.

9.9 APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Uma das prioridades na atuação do Banco da Amazônia é ampliar o crédito, especialmente do FNO, para as micro e pequenas empresas. Ações importantes nesse sentido vêm sendo desenvolvidas, a exemplo da participação do Banco da Amazônia no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o qual é coordenado pelo MDIC, e da parceria com o SEBRAE Nacional a fim de desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores regionais.

Como resultado da parceria entre o Banco da Amazônia e o SEBRAE Nacional foram realizados, somente no ano de 2010, mais de 70 seminários de disseminação das linhas de crédito do Banco da Amazônia, os quais reuniram cerca de 7.200 micro e pequenos empresários, além de várias rodadas de negócios.

9.10 EXPANSÃO DO CRÉDITO PARA NOVOS CLIENTES

Visando atingir a meta de atender 100% das localidades da Região Norte com as contratações do FNO, bem como expandir o crédito para novos clientes, o Banco da Amazônia realizou em 2010 a contratação de 28.024 operações de crédito com empreendedores que demandaram pela primeira vez os recursos do FNO, sendo financiado o valor total de R\$ 1.644,2 milhões.

9.11 AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGÊNCIAS

No exercício de 2010 o Banco da Amazônia realizou a abertura de 6 novas agências, das quais 5 estão localizadas na área de atuação do FNO, sendo 1 no Amazonas, 2 no Pará, 1 em Rondônia e 1 no Tocantins. Com a abertura dessas novas unidades, a rede de agências do Banco da Amazônia cresceu 5% em relação à composição existente ao final de 2009, fato que contribuirá para o aumento da oferta de crédito, principalmente do FNO, aos empreendedores da Região Norte.

9.12 ACOMPANHAMENTO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

No exercício de 2010 o Banco da Amazônia realizou a fiscalização em 13.194 operações financiadas com recursos do FNO, sendo que 10.075 (76,4%) se mostraram dentro da normalidade e 3.119 (23,6%) apresentaram anormalidades. Houve ainda a liquidação de 646 operações dentre as programadas/realizadas (v. Quadro 15).

**Quadro 15 Fiscalizações Realizadas pelo Banco da Amazônia nos Empreendimentos
Financiados com Recursos do FNO - Número de Operações
Exercício de 2010**

| SETOR | SITUAÇÃO | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|------------------|-------------|---------------|-------------|----------------|-------------|------------------|
| | Programado (A) | Realizado (B) | % (B/A) | Normal (C) | % (C/B) | Anormal (D) | % (D/B) | Liquidado (E) |
| RURAL (Pronaf) | 943 | 363 | 38,5 | 301 | 82,9 | 62 | 17,1 | 9 |
| RURAL (exceto Pronaf) | 21.367 | 11.375 | 53,2 | 8.658 | 76,1 | 2.749 | 24,2 | 563 |
| NÃO RURAL | 4.932 | 1.456 | 29,5 | 1.116 | 76,6 | 308 | 21,2 | 74 |
| TOTAL | 27.242 | 13.194 | 48,4 | 10.075 | 76,4 | 3.119 | 23,6 | 646 |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

Os financiamentos detectados em situação irregular sofreram a imediata intervenção do Banco da Amazônia por meio de medidas corretivas como: regularização dos contratos através de negociação amigável; exigência de implantação dos projetos na forma aprovada pelo Banco da Amazônia ou, caso a mudança não comprometa a viabilidade do projeto, alteração formal do mesmo; reposição ou substituição das garantias defraudadas e, em caso de não atendimento pelo cliente, início do processo de cobrança judicial e denúncia por crime de ação pública incondicionada.

9.13 INTENSIFICAÇÃO DO CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

Atento ao comportamento da inadimplência nas contratações realizadas no âmbito do FNO, o Banco da Amazônia vem adotando uma série de medidas visando intensificar o controle da inadimplência mantendo-a em patamares aceitáveis pelo mercado.

Entre as ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia para o controle da inadimplência do FNO destacam-se:

- a. Realização de intenso acompanhamento preventivo, incluindo visitas e fiscalizações a empreendimentos financiados;
- b. Renegociação de operações contratadas com recursos do PRONAF baseada em normativos estabelecidos em legislação federal;
- c. Estabelecimento de metas visando a redução em 50% do número de municípios inadimplentes com o PRONAF "A" e 30% com o PRONAF "B";
- d. Contratação de escritórios de cobrança terceirizada;
- e. Utilização de parceiros de sindicatos, federações, INCRA e prefeituras municipais para auxiliar na recuperação de ressarcimento de créditos inadimplidos;
- f. Criação nas Superintendências Regionais do Banco da Amazônia da Coordenadoria de Administração e Renegociação/Recuperação de Crédito;
- g. Ajuizamento de cobranças cuja tentativa de negociação amigável se mostrou frustrada;
- h. Regularização de valores de operações securitizadas com base em normas internas vigentes; e
- i. Elaboração do Plano de Ação "Adimplência das Operações de Crédito" envolvendo áreas da Matriz, Agências e Superintendências Regionais do Banco da Amazônia.

9.14 RENEGOCIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Banco da Amazônia dispensa atenção especial ao gerenciamento dos créditos com problemas de recuperação. Os resultados positivos dessa ação se evidenciam pela renegociação de 8.218 operações de crédito no exercício de 2010 e a recuperação dos recursos até então inadimplidos, no valor total de R\$ 717,7 milhões (v. Anexo A – Tabela 31).

9.15 REPASSE DE RECURSOS PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 2º da Portaria n.º 684, de 10.10.2002, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento poderão repassar recursos dos Fundos a outras

instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, desde que tenham capacidade técnica comprovada, bem como estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, com segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade.

Com base nesses normativos legais, o Banco da Amazônia aprovou em 2010 o repasse de recursos do FNO para a Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomenTO), até o valor de R\$ 5 milhões, para aplicação no decorrer do exercício, com a garantia do governo daquele Estado. Contudo esse recurso não foi repassado ao final de 2010, em virtude de o processo de negociação não ter sido concluído em tempo hábil. Além disso, o Banco continua analisando pleitos de agências de fomento e bancos cooperativos em outros estados da Região.

9.16 RESULTADO FINANCEIRO DO FNO

Ao encerramento do exercício de 2010, o Patrimônio Líquido do FNO totalizou R\$ 11.505,9 milhões (13,4% superior ao registrado no exercício de 2009, que alcançou R\$ 10.146,3 milhões) e o ativo circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, correspondeu a R\$ 4.341,4 milhões.

Foi registrado também, ao final desse período contábil, no ativo do Balanço Patrimonial, disponibilidades no valor total de R\$ 1.972,1 milhões (13,2% acima das contabilizadas no término do exercício de 2009, que era da ordem de R\$ 1.742,4 milhões).

As demonstrações contábeis do FNO se encontram pormenorizadas no Anexo B deste Relatório.

10. ESTIMATIVA DOS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS GERADOS PELO FNO

Neste capítulo são apresentadas as estimativas dos impactos macroeconômicos espaciais e setoriais do FNO relativos aos valores contratados no exercício de 2010. Os resultados foram obtidos por meio do *software* AMAZONSIS, cuja base científica está respaldada nos modelos econômicos de insumo-produto.

10.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E SETORIAL DOS RECURSOS

No exercício de 2010 as contratações com recursos do FNO atingiu o valor total de R\$ 2.568,7 milhões. Considerando a distribuição dos recursos conforme o recorte de oito setores, com base no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), constata-se que o setor da agropecuária absorveu o maior volume de recursos (R\$ 748,8 milhões), representando 29,2% do total contratado, seguido pelos setores de infraestrutura (22,4%), comércio e transportes (19,0%) e serviços (12,5%) (v. Quadro 16).

Quadro 16 Distribuição Setorial dos Recursos do FNO
Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício de 2010

| SETORES | VALOR CONTRATADO (Em R\$ Milhões) | (%) |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------|
| Agropecuária | 748,8 | 29,2 |
| Extrafativa Mineral e Fóssil | 3,0 | 0,1 |
| Agroindústria | 138,3 | 5,4 |
| Outras indústrias | 152,1 | 5,9 |
| Infraestrutura | 574,6 | 22,4 |
| Construção Civil | 141,5 | 5,5 |
| Comércio e Transportes | 489,1 | 19,0 |
| Serviços | 321,3 | 12,5 |
| TOTAL | 2.568,7 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Efetuando a desagregação dos dados para vinte setores produtivos, observa-se que a maior parcela de recursos foi alocada no setor de infraestrutura (R\$ 574,6 milhões), seguido do comércio (R\$ 449,2 milhões), da pecuária (R\$ 334,0 milhões) e da agricultura (R\$ 298,2 milhões). Em conjunto esses setores absorveram 64,5% dos recursos do Fundo contratados no exercício de 2010 (v. Gráfico 13).

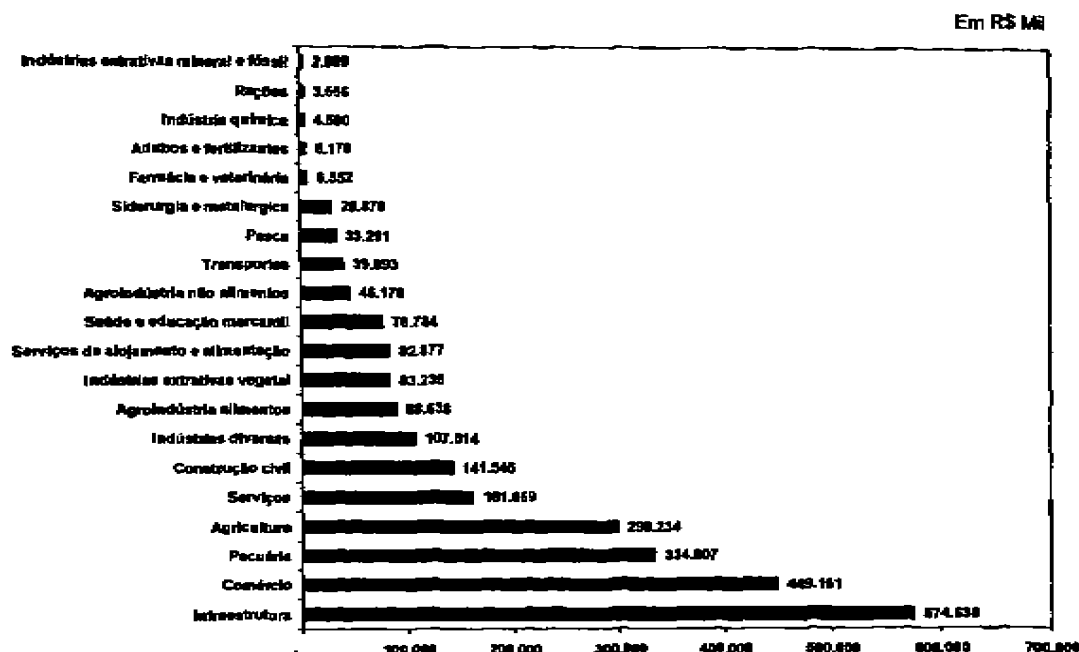


Gráfico 13 Distribuição dos Recursos do FNO por Setor Produtivo
Classificação em Vinte Setores Produtivos - Exercício de 2010

No Gráfico 13 tem-se que os setores de infraestrutura e comércio receberam os maiores aportes de recursos no exercício de 2010. Cabe ressaltar que no setor de infraestrutura, a energia elétrica é que foi beneficiada para dar suporte e dinâmica aos empreendimentos rurais e urbanos e qualidade de vida as populações rurais, principalmente. A disponibilidade de energia é um dos principais gargalos ao desenvolvimento territorial da Amazônia.

Com relação ao comércio, sobretudo no apoio aos pequenos empreendimentos nos municípios, o FNO está diretamente contribuindo para o abastecimento regular dos centros urbanos e apoiando a estabilidade de preços de produtos no atacado e varejo da região. Esta atividade é fortemente inclusiva da força de trabalho da mulher, o que revela um esforço também no empoderamento da mulher no que tange as decisões familiares.

Ainda no Gráfico 13, os setores pecuária e agricultura vêm na sequência dos maiores beneficiados no exercício de 2010. Na pecuária, o destaque está em que os novos projetos envolvem manejo diferenciado para o rebanho e para a formação ou recuperação de pastagens. No caso do rebanho, exige-se padrão de qualidade dos animais para corte e para leite, atendimento aos regulamentos da legislação sanitária e metas de aumentos de produtividade do rebanho. Com relação aos pastos, não se admite a derrubada de novas áreas de floresta para a implantação de pastagens, mais se busca a recuperação e melhoria das áreas já alteradas pela pecuária, adotando-se sistemas agrônômicos para assegurar a destruição dos solos.

Na agricultura de grãos, exige-se as tecnologias de plantio direto e rotação de culturas, para manter a fertilidade dos solos, aumentar a produtividade da Terra e diminuir o uso de pesticidas nas lavouras. Também estimula-se os sistemas agroflorestais e silvipastoris como inovações tecnológicas sustentáveis, por permitir racionalidade no uso da mão de obra da família e maior retorno ao capital investido.

Outros setores que merecem destaque se referem à indústria de alimentos e a agroindústria extrativa vegetal. Ambos os empreendimentos apresentam importância estratégica no que se refere ao fortalecimento dos encadeamentos produtivos para trás, que são a fonte da criação de rendimentos crescentes, base da formação de arranjos produtivos e embrião do processo de desenvolvimento local e sustentável, conforme Santana³ (2008). Essas agroindústrias agregam valor aos produtos da agropecuária e da extração florestal e integram verticalmente as organizações de pequenos e médios produtores nos territórios onde se instalam, contribuindo para alavancar o efeito multiplicador de emprego, renda e produto nas economias locais.

A pesca também é uma atividade com grande capilaridade na Amazônia e que o Banco está apoiando os projetos de manejo coletivos desses recursos nos rios, lagos e reservas, beneficiando diretamente os pescadores ribeirinho. Este tipo de empreendimento, em função da sua pequena escala e de se destinar ao autoconsumo das famílias e apenas o excedente ser entregue ao mercado local, demora a criar fundamento para produzir efeito multiplicador. Porém o impacto social é direto ao contribuir para diminuir a subnutrição e melhorar a qualidade de vidas dessas populações ribeirinhas.

O transporte constitui o maior entrava para a comercialização das safras agrícolas de grãos, hortaliças, leite, peixe e para locomoção das populações rurais. Assim, no período das chuvas (primeiro semestre) as condições das comunidades rurais torna-se extremamente difíceis. Portanto, o investimento em transporte tende a melhorar as condições da vida no campo e nas cidades no interior dos municípios da Amazônia, principalmente.

Em termos de distribuição espacial dos recursos, verifica-se que o maior volume de recursos do FNO em 2010 foi alocado no Estado do Pará (R\$ 1.001,7 milhões), seguido por Tocantins (R\$ 440,6 milhões), Amazonas (R\$ 407,8 milhões) e Rondônia (R\$ 290,1 milhões). O estado que menos demandou recursos do Fundo foi Roraima, contratando R\$ 17,1 milhões (v. Quadro 17).

³ SANTANA, A. C. de. Cadeias produtivas setoriais e o curso do desenvolvimento local na Amazônia. In: *Agricultura Tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas*. Brasília: Embrapa, 2008. v. 2, p. 275-291.

Quadro 17 Distribuição Espacial dos Recursos do FNO
Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício de 2010

| SETORES | R\$ Milhões | | | | | | |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|-------------|--------------|
| | AC | AP | AM | PA | RO | RR | TO |
| Agropecuária | 40,6 | 44,5 | 61,7 | 244,2 | 97,1 | 5,4 | 255,3 |
| Extrativa mineral e fóssil | - | 3,0 | - | - | - | - | - |
| Agroindústria | 12,6 | 2,4 | 15,5 | 45,8 | 29,4 | 0,7 | 31,8 |
| Outras indústrias | 14,9 | 3,8 | 43,7 | 32,4 | 26,7 | 2,8 | 27,8 |
| Infraestrutura | 2,0 | 143,7 | 1,1 | 373,6 | 1,4 | 0,1 | 52,7 |
| Construção civil | 14,2 | 1,7 | 36,0 | 36,0 | 42,0 | 0,7 | 11,0 |
| Comércio e transportes | 44,1 | 7,9 | 155,6 | 196,0 | 48,6 | 2,6 | 34,2 |
| Serviços | 69,7 | 6,3 | 94,2 | 73,7 | 44,9 | 4,8 | 27,8 |
| TOTAL | 198,1 | 213,3 | 407,8 | 1.001,7 | 290,1 | 17,1 | 440,6 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Os financiamentos ao setor agropecuário foram mais expressivos nos estados do Tocantins, Rondônia e Roraima, correspondendo, respectivamente, a 57,9%; 33,4% e 31,9% do total financiado pelo FNO em cada um desses estados no exercício de 2010.

Nos estados do Amapá e Pará predominaram os financiamentos ao setor de infraestrutura, com 67,4% e 37,3%, respectivamente, do valor total das contratações realizadas por essas Unidades da Federação.

O Acre foi quem mais demandou recursos no setor de serviços, representando 35,2% das contratações totais do Estado, enquanto o Amazonas se destacou na demanda no setor de comércio e transportes, respondendo por 38,2% dos financiamentos efetuados pelo Estado em 2010 (v. Quadro 18).

Quadro 18 Participação Relativa dos Estados na Distribuição dos Recursos do FNO
Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício de 2010

| SETORES | Participação % | | | | | | |
|----------------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | AC | AP | AM | PA | RO | RR | TO |
| Agropecuária | 20,5 | 20,9 | 15,1 | 24,4 | 33,4 | 31,9 | 57,9 |
| Extrativa mineral e fóssil | - | 1,4 | - | - | - | - | - |
| Agroindústria | 6,4 | 1,1 | 3,8 | 4,5 | 10,3 | 4,1 | 7,2 |
| Outras indústrias | 7,5 | 1,8 | 10,7 | 3,2 | 9,2 | 16,4 | 6,3 |
| Infraestrutura | 1,0 | 67,4 | 0,3 | 37,3 | 0,5 | 0,1 | 12,0 |
| Construção civil | 7,2 | 0,8 | 8,8 | 3,6 | 14,4 | 3,9 | 2,5 |
| Comércio e transportes | 22,2 | 3,7 | 38,2 | 19,6 | 16,7 | 15,3 | 7,8 |
| Serviços | 35,2 | 2,9 | 23,1 | 7,4 | 15,5 | 28,3 | 6,3 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

10.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO EXERCÍCIO

Estima-se que as contratações do FNO realizadas no exercício de 2010 proporcionarão um incremento de R\$ 8.298,5 milhões no PIB da Região Norte. Os setores que mais contribuirão para esse resultado deverão ser o setor de

serviços, com o valor de R\$ 1.864,3 milhões (22,5%), agropecuária, com o valor total de R\$ 1.405,4 milhões (16,9%), e infraestrutura, contribuindo com R\$ 1.340,1 milhões (16,1%).

Quanto ao VBP regional, a estimativa é de que o mesmo apresente um crescimento da ordem de R\$ 15.838,3 milhões, sendo que as maiores contribuições para esse incremento deverão ser geradas pelos seguintes setores: outras indústrias R\$ 3.063,5 milhões (19,3%), agropecuária R\$ 2.616,9 milhões (16,6%) e serviços R\$ 2.590,1 milhões (16,5%).

Estima-se, ainda, que os investimentos realizados no exercício proporcionem a geração de 364.034 postos de trabalho (empregos formais e informais), uma massa salarial de R\$ 1.620,4 milhões e um valor total de tributos da ordem de R\$ 2.580,1 milhões (v. Quadro 19).

Quadro 19 Estimativa dos Impactos Econômicos e Sociais das Contratações do FNO
Classificação em Oito Setores Produtivos - Exercício de 2010

| Em R\$ Milhões (exceto Emprego) | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|---------|-------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|
| SETORES | PIB | % | VBP | % | Tributos | % | Salários | % | Empregos | % |
| Agropecuária | 1.405,4 | 16,9 | 2.616,9 | 16,6 | 161,2 | 6,2 | 124,9 | 7,7 | 120.791 | 33,2 |
| Extrativa mineral e fóssil | 214,3 | 2,6 | 289,5 | 1,8 | 22,4 | 0,9 | 8,7 | 0,5 | 382 | 0,1 |
| Agroindústria | 832,0 | 10,0 | 2.266,5 | 14,2 | 480,4 | 18,6 | 150,6 | 9,3 | 20.204 | 5,6 |
| Outras indústrias | 1.278,2 | 15,4 | 3.063,5 | 19,3 | 636,5 | 24,7 | 160,5 | 9,9 | 8.094 | 2,2 |
| Infraestrutura | 1.340,1 | 16,1 | 2.326,7 | 14,7 | 632,0 | 24,5 | 186,5 | 11,5 | 3.901 | 1,1 |
| Construção civil | 181,4 | 2,2 | 324,3 | 2,0 | 28,7 | 1,1 | 16,1 | 1,0 | 3.759 | 1,0 |
| Comércio e transportes | 1.182,8 | 14,3 | 2.360,8 | 14,9 | 305,3 | 11,8 | 435,0 | 26,8 | 109.088 | 30,0 |
| Serviços | 1.864,3 | 22,5 | 2.590,1 | 16,5 | 313,6 | 12,2 | 538,1 | 33,3 | 97.815 | 26,8 |
| TOTAL | 8.298,5 | 100,0 | 15.838,3 | 100,0 | 2.580,1 | 100,0 | 1.620,4 | 100,0 | 364.034 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

A concessão de créditos produtivos implica na elevação das variáveis produto, renda, salários e arrecadação de tributos nas regiões onde se efetivam os investimentos e também em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos. Os Gráficos 14 a 18 demonstram, em termos percentuais, a distribuição dos impactos macroeconômicos interregionais, bem como o efeito transbordamento dos financiamentos do FNO.

No que se refere às variáveis PIB e VBP, estima-se que 60% e 55%, respectivamente, do incremento deverão ser apropriados pela Região Norte, sendo os setores da construção civil, infraestrutura, comércio e transporte e agropecuária os que mais contribuirão para esse resultado (v. Gráficos 14 e 15).

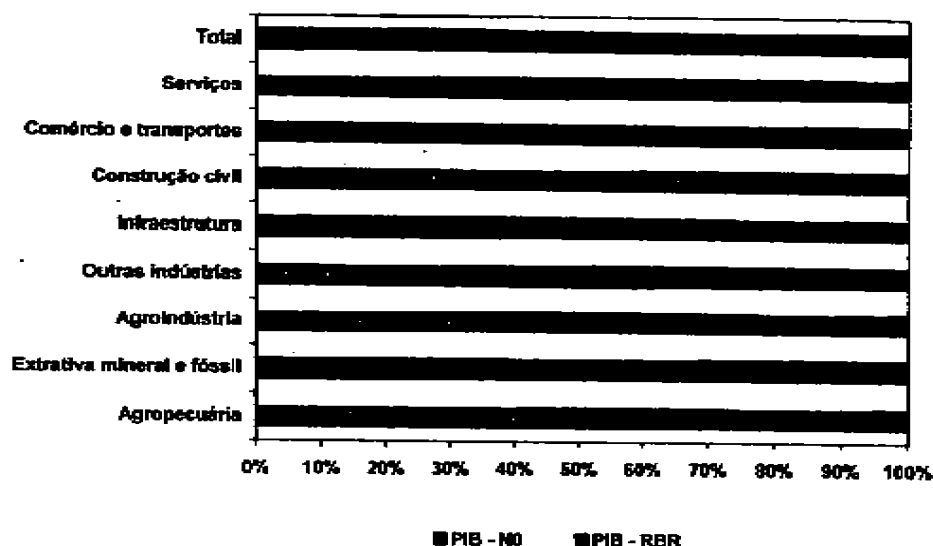


Gráfico 14 Distribuição Interregional dos Impactos do PIB
Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR)

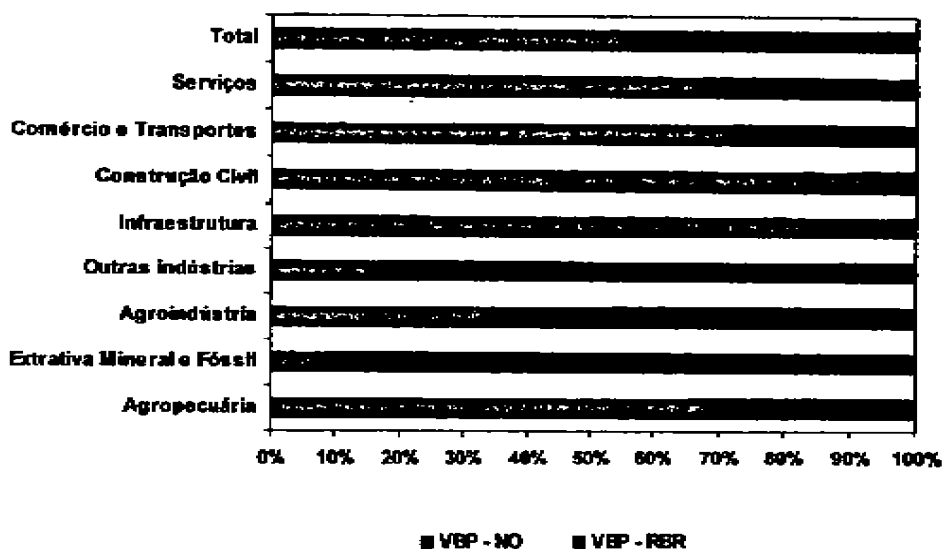


Gráfico 15 Distribuição Interregional dos Impactos do VBP
Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR)

Quanto à variável tributo, os maiores impactos internos deverão acontecer nos setores da construção civil (91%) e infraestrutura (82%). Em termos de evasão, ou seja, tributo pago ao resto do Brasil, os setores que se apresentam com maior magnitude, em ordem decrescente, são os seguintes: extrativa mineral e fóssil (89%), outras indústrias (78%) e agroindústria (64%). Isto se deve, principalmente, à dependência com relação a máquinas e equipamentos de outras regiões do País (v. Gráfico 16).

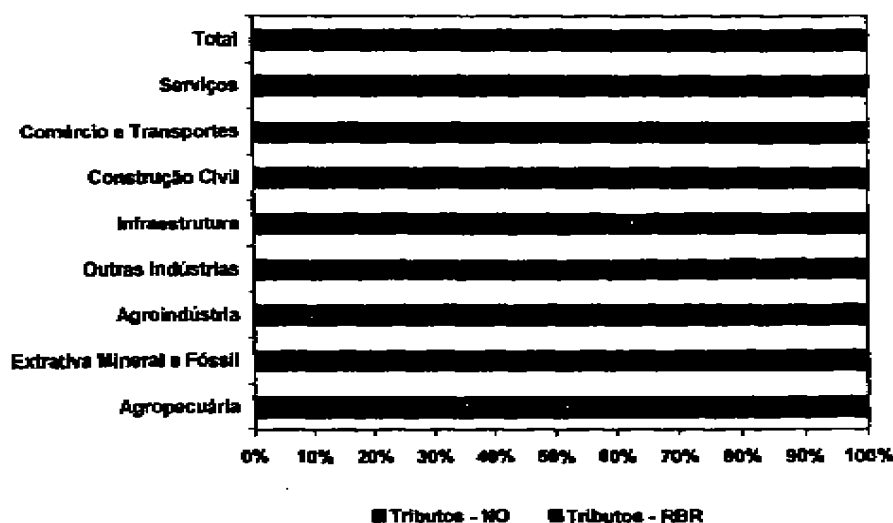


Gráfico 16 Distribuição Interregional dos Impactos dos Tributos
Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR)

A massa salarial a ser gerada pela ação creditícia do FNO, no valor de R\$ 1.620,4 milhões, deverá sofrer forte influência dos setores de serviços e comércio e transportes. Estima-se que esses dois setores contribuirão com mais de 60% dos salários que serão gerados em decorrência dos financiamentos do Fundo em 2010.

Além disso, prospecta-se que 72% do total dos salários gerados pelas contratações do FNO deverão ficar internalizados na economia da Região Norte, sendo as maiores contribuições serão originárias dos setores da construção civil (94%), infraestrutura (92%), agropecuária (75%) e comércio e transportes (71%) (v. Gráfico 17).

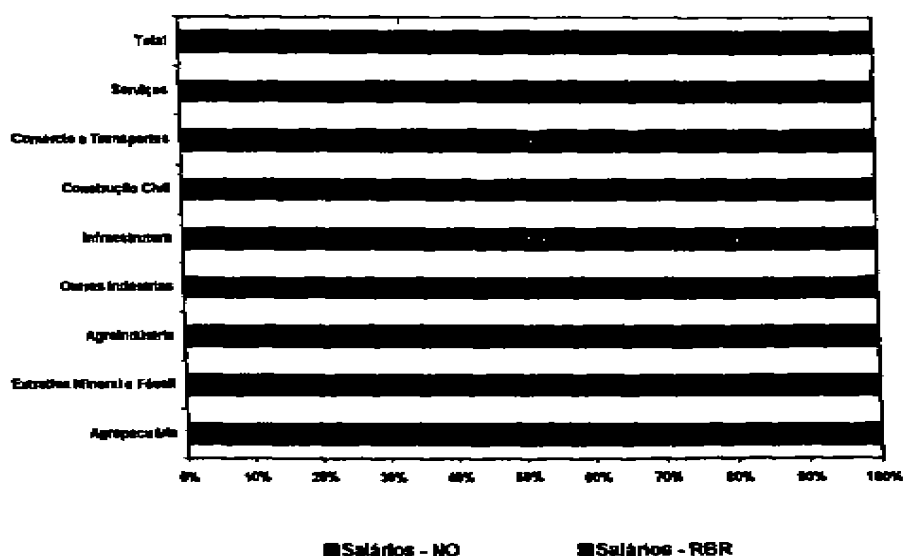


Gráfico 17 Distribuição Interregional dos Impactos dos Salários
Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR)

Em relação à variável emprego, estima-se que os financiamentos do FNO no exercício de 2010 proporcionarão a criação de 364.034 ocupações, das quais 76% deverão ser geradas dentro da Região Norte. Relativamente aos empregos que serão internalizados na Região Norte, os setores mais beneficiados serão construção civil (91% dos empregos gerados), comércio e transportes (85%), infraestrutura (84%), serviços (79%) e agropecuária (74%) (v. Gráfico 18).

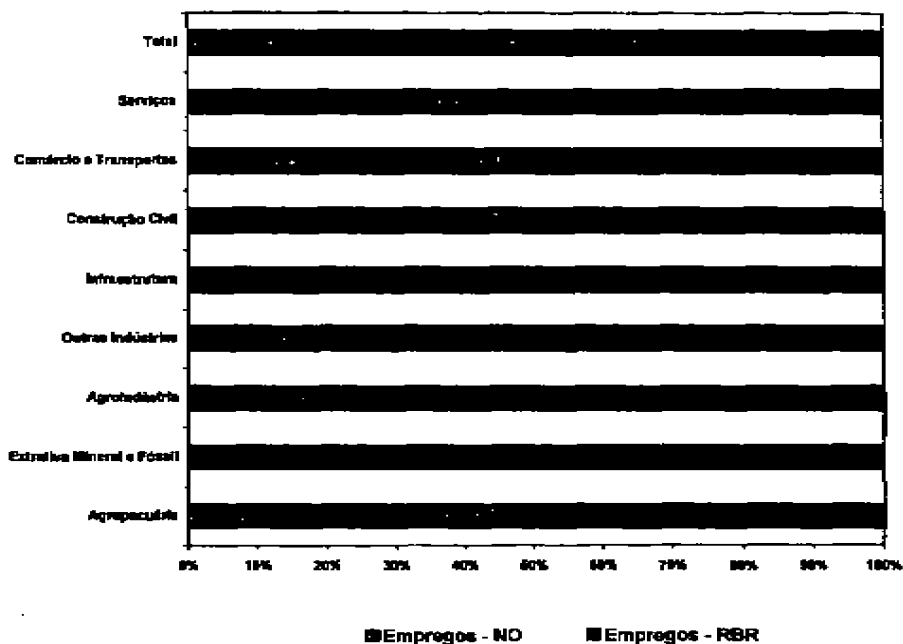


Gráfico 18 Distribuição Interregional dos Impactos dos Empregos
Região Norte (NO) e Resto do Brasil (RBR)

11. RESULTADO ACUMULADO

Ao longo de duas décadas de operacionalização dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia contratou mais de 445 mil operações de crédito, injetando na economia regional cerca de R\$ 16,1 bilhões, com prevalência para o financiamento de atividades do setor rural, com 434 mil operações (97,6%), no valor total de R\$ 8,8 bilhões (54,7%). Os financiamentos realizados priorizaram empreendimentos de menor tamanho, notadamente os voltados para o atendimento da agricultura de base familiar, com 71,6% do total das contratações, correspondentes a 319 mil operações (v. Quadro 20).

**Quadro 20 Acumulado de Operações Contratadas
1989 a 2010**

| Setor | Nº Op. | % | R\$ Mil | % |
|----------------------|----------------|--------------|-------------------|--------------|
| Rural | 434.646 | 97,6 | 8.791.141 | 54,7 |
| Não Rural | 10.770 | 2,4 | 7.294.860 | 45,3 |
| Total | 445.416 | 100,0 | 16.086.000 | 100,0 |
| Agricultura Familiar | 318.799 | 71,6% | 2.914.822 | 18,1% |
| Demais Contratações | 126.617 | 28,4% | 13.171.178 | 81,9% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de importantes resultados socioeconômicos em benefício da população da Região Norte, bem como ao meio ambiente, através do apoio à inserção de padrões tecnológicos que ajustam e/ou contribuem em prol da modernização dos sistemas produtivos das unidades agropecuárias, agroindustriais, industriais e outras.

Os vinte anos de atuação do FNO contribuíram para a criação de mais de 2,7 milhões de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra; o incremento de R\$ 65,5 bilhões no VBP regional; a contínua redução do êxodo rural e da pobreza; a inclusão social; a minimização das desigualdades intra e inter-regionais; o aumento do PIB dos estados da Região Norte e da massa salarial; e a ampliação da arrecadação tributária (v. Quadro 21).

Quadro 21 Efeitos Socioeconômicos Gerados pela Aplicação do FNO – 1989 a 2010

| EFEITOS SOCIOECONÔMICOS | BASE | TOTAL | |
|-------------------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | | Exercício de 2010 | Acumulado |
| Valor Bruto da Produção | R\$ bilhões | 15,84 | 65,45 * |
| Geração de postos de trabalho | ocupações | 364.033 | 2.717.161 * |
| Produto Interno Bruto | R\$ bilhões | 8,30 | 26,05 ** |
| Recolhimento de tributos | R\$ bilhões | 2,58 | 8,10 ** |
| Pagamento de salários | R\$ bilhões | 1,62 | 5,19 ** |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

* Acumulado do período 1989 a 2010

** A partir de dezembro/2005 passou a ser utilizado programa AMAZONSIS, mais completo, em substituição à Matriz de Inserção Produtiva – MIP, empregada nos procedimentos de cálculo até o 1º semestre/2005. Somente com a utilização do AMAZONSIS, o cálculo de impacto no PIB, nos tributos e sobre o pagamento dos salários passou a ser calculado.

ANEXO A (TABELAS)

Tabela 1 Repasses de Recursos via STN
Exercício de 2010

| Período | R\$ Mil | |
|--------------|-----------------------|--------------------|
| | Ingresso no Exercício | Ingresso Acumulado |
| jan/10 | 100.585 | 100.585 |
| fev/10 | 123.669 | 224.254 |
| mar/10 | 91.580 | 315.834 |
| abr/10 | 109.726 | 425.560 |
| mai/10 | 135.056 | 560.656 |
| jun/10 | 117.246 | 677.902 |
| jul/10 | 86.215 | 764.117 |
| ago/10 | 115.546 | 879.663 |
| set/10 | 96.454 | 976.117 |
| out/10 | 103.831 | 1.079.948 |
| nov/10 | 124.469 | 1.204.417 |
| dez/10 | 156.868 | 1.361.305 |
| Total | 1.361.305 | - |

Fonte: Banco da Amazônia/GECON

Observações:

1. O valor do repasse em jan/2010 comprou a transferência de R\$ 44.831 mil, correspondente ao 3º decêndio de dez/2009;
2. O valor do repasse do 3º decêndio/2010, no montante de R\$ 74.964 mil só será verificado em jan/2011.

Tabela 2 Contratações por Setor Produtivo
Exercício de 2010

| SETOR | Nº OPERAÇÕES | % | VALOR (R\$ Mil) | % |
|--------------|---------------|--------------|------------------|--------------|
| Rural | 40.707 | 94,13 | 958.636 | 37,3 |
| Não Rural | 2.537 | 5,9 | 1.610.049 | 62,7 |
| TOTAL | 43.244 | 100,0 | 2.568.685 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

Tabela 3 Contratações por Porte do Beneficiário
Exercício de 2010

| PORTE | RURAL | | | | NÃO RURAL | | | | TOTAL | | | |
|--------------|---------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|------------------|--------------|---------------|--------------|------------------|--------------|
| | Nº Op. | % | R\$ Mil | % | Nº Op. | % | R\$ Mil | % | Nº Op. | % | R\$ Mil | % |
| Cooperativa | 11 | 0,03 | 8.590 | 0,9 | - | - | - | - | 11 | 0,03 | 8.590 | 0,3 |
| Mini/micro | 39.630 | 97,4 | 528.992 | 55,2 | 241 | 9,5 | 12.300 | 0,8 | 39.871 | 92,2 | 541.292 | 21,1 |
| Pequeno | 401 | 1,0 | 45.244 | 4,7 | 1.964 | 77,4 | 200.576 | 12,5 | 2.365 | 5,5 | 245.820 | 9,6 |
| Médio | 466 | 1,1 | 133.513 | 13,9 | 207 | 8,2 | 210.932 | 13,1 | 673 | 1,6 | 344.445 | 13,4 |
| Grande | 199 | 0,5 | 242.297 | 25,3 | 125 | 4,9 | 1.186.241 | 73,7 | 324 | 0,7 | 1.428.538 | 55,6 |
| TOTAL | 40.707 | 100,0 | 958.636 | 100,0 | 2.537 | 100,0 | 1.610.049 | 100,0 | 43.244 | 100,0 | 2.568.685 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

Tabela 4 Contratações por Atividade Econômica
Exercício de 2010

| SETOR / ATIVIDADE | Nº OP | % | R\$ MIL | % |
|-----------------------------|---------------|--------------|------------------|--------------|
| Setor Rural | 40.707 | 84,1 | 958.636 | 37,3 |
| Agricultura Familiar/PRONAF | 38.752 | 89,6 | 490.441 | 19,1 |
| Agropecuária | 1.850 | 4,3 | 383.307 | 14,9 |
| Pesca e Aquicultura | 34 | 0,1 | 4.376 | 0,2 |
| Floresta | 71 | 0,2 | 80.512 | 3,1 |
| Setor Não Rural | 2.537 | 5,9 | 1.610.049 | 62,7 |
| Agroindústria | 88 | 0,2 | 15.883 | 0,6 |
| Indústria | 215 | 0,5 | 305.226 | 11,9 |
| Cultura | 59 | 0,1 | 4.668 | 0,2 |
| Turismo | 133 | 0,1 | 158.671 | 6,2 |
| Infraestrutura | 3 | 0,01 | 514.488 | 20,0 |
| Comércio e Serviço | 2.039 | 4,9 | 611.113 | 23,8 |
| TOTAL | 43.244 | 100,0 | 2.568.685 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 5 Distribuição Setorial nas Contratações
Exercício de 2010

| Setor | Em R\$ Mil | | |
|--------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 1º sem/2010 | 2º sem/2010 | Total |
| Setor Rural | 387.480 | 571.156 | 958.636 |
| Demais Setores | 572.453 | 1.037.596 | 1.610.049 |
| Agroindústria | 4.715 | 11.168 | 15.883 |
| Indústria/Turismo | 224.673 | 239.224 | 463.897 |
| Infraestrutura | - | 514.488 | 514.488 |
| Cultura | 868 | 3.800 | 4.668 |
| Comércio/Serviço | 342.197 | 268.916 | 611.113 |
| Total | 959.933 | 1.608.752 | 2.568.685 |
| Participação Percentual | | | |
| Setor Rural | 49,4% | 35,5% | 37,3% |
| Demais Setores | 59,8% | 64,5% | 62,7% |
| Agroindústria | 0,5% | 0,7% | 0,6% |
| Indústria/Turismo | 23,4% | 14,9% | 18,1% |
| Infraestrutura | 0,0% | 32,0% | 20,0% |
| Cultura | 0,1% | 0,2% | 0,2% |
| Comércio/Serviço | 35,6% | 16,7% | 23,8% |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 6 Distribuição das Contratações por Atividade e Segmento
Exercício de 2010

| Atividades/Segmentos | Em R\$ Mil | | | |
|---------------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 1º sem/2010 | % Setor | 2º sem/2010 | % Setor |
| Setor Rural | 387.488 | 100,0% | 571.155 | 100,0% |
| Agropecuária | 138.257 | 35,9% | 248.401 | 43,5% |
| Adubação | 779 | 0,6% | 642 | 0,3% |
| Algodão | - | 0,0% | 2.767 | 1,1% |
| Apicultura | 20 | 0,0% | 436 | 0,2% |
| Armazém-construção/reforma | 233 | 0,2% | 496 | 0,2% |
| Avicultura | 3.821 | 2,7% | 3.115 | 1,3% |
| Bonacha | 746 | 0,5% | 451 | 0,2% |
| Bovinos | 69.295 | 49,8% | 71.369 | 28,7% |
| Cana-de-açúcar | 5.325 | 4,5% | 122 | 0,1% |
| Capital de giro | - | 0,0% | 12 | 0,0% |
| Caprinos | - | 0,0% | 48 | 0,0% |
| Cardicultura | 169 | 0,1% | - | 0,0% |
| Correção e proteção do solo | 645 | 0,5% | 783 | 0,3% |
| Cultivo de grãos | 16.212 | 11,6% | 87.175 | 35,1% |
| Custo Assessoria Empresa Técnica | 845 | 0,6% | 1.697 | 0,7% |
| Eletificação Rural | 99 | 0,1% | 35 | 0,0% |
| Equinos | - | 0,0% | 34 | 0,0% |
| Florestamento e Reflorestamento | 4.647 | 3,3% | 1.655 | 0,7% |
| Fruticultura | 2.442 | 1,8% | 7.115 | 2,9% |
| Instalação (Construção ou Reforma) | 4.054 | 2,9% | 8.584 | 3,5% |
| Irrigação | 134 | 0,1% | 4.826 | 1,9% |
| Jardinagem e Locação e Mão-de-Obra | - | 0,0% | 39 | 0,0% |
| Manutenção do Produtor e sua Família | 150 | 0,1% | 730 | 0,3% |
| Máquinas e Implementos | 11.786 | 8,5% | 24.451 | 9,8% |
| Outra atividades financiadas | 5.544 | 4,0% | 5.839 | 2,4% |
| Ovinocultura | 73 | 0,1% | - | 0,0% |
| Pastagens | 1.023 | 0,7% | 2.046 | 0,8% |
| Pesca e Aquicultura | 909 | 0,7% | 3.798 | 1,5% |
| Produção de Raízes e Hortalças | 916 | 0,7% | 837 | 0,3% |
| Residências Rurais | 165 | 0,1% | 469 | 0,2% |
| Sementes e Mudas | 244 | 0,2% | - | 0,0% |
| Silo e secadores | 11 | 0,0% | 341 | 0,1% |
| Suínos | - | 0,0% | 28 | 0,0% |
| Unicum | 5 | 0,0% | - | 0,0% |
| Vacinas, Sais Minerais e Medicamentos | 1.296 | 0,9% | 4.390 | 1,6% |
| Veículos e utilitários | 6.655 | 4,8% | 14.261 | 5,7% |
| Floresta | 10.347 | 2,7% | 65.614 | 11,5% |
| Armazém (Construção ou Reforma) | 17 | 0,2% | - | 0,0% |
| Bonacha | - | 0,0% | 112 | 0,2% |
| Veículos | 63 | 0,6% | 216 | 0,3% |
| Correção intensiva do Solo | 712 | 5,9% | - | 0,0% |
| Custo Assessoria Empresa Técnica | 77 | 0,7% | 154 | 0,2% |
| Eletificação Rural | - | 0,0% | 25 | 0,0% |
| Florestamento e Reflorestamento | 2.623 | 25,4% | 59.688 | 91,0% |
| Fruticultura | 919 | 8,9% | 1.502 | 2,3% |
| Instalação (Construção ou Reforma) | 125 | 1,2% | - | 0,0% |
| Irrigação | - | 0,0% | 118 | 0,2% |
| Madeira | 5.310 | 51,3% | 3.797 | 5,8% |
| Máquinas e Implementos | 95 | 0,9% | - | 0,0% |
| Outros Melhoramentos | 30 | 0,3% | 3 | 0,0% |

| | | | | |
|---------------------------------------|---------|-------|---------|-------|
| Tratores Nacionais | 53 | 0,5% | - | 0,0% |
| Urucum | 323 | 3,1% | - | 0,0% |
| Pesca e Aquicultura | 1.845 | 0,5% | 2.531 | 0,4% |
| Adubação | 55 | 3,0% | - | 0,0% |
| Canicultura | - | 0,0% | 376 | 14,8% |
| Instal Constr/Reforma e Aparilhagem | 18 | 1,0% | 319 | 12,6% |
| Outras atividades financiadas | - | 0,0% | 63 | 2,5% |
| Outros Sistemas de Captação de Água | 1.057 | 57,3% | 308 | 12,2% |
| Pesca e Aquicultura | 715 | 38,8% | 1.465 | 57,9% |
| Agricultura Familiar | 236.031 | 60,9% | 254.418 | 44,5% |
| Adubação | 610 | 0,3% | 129 | 0,1% |
| Agroindústria Vinculados a Atv Agr | 164 | 0,1% | 263 | 0,1% |
| Agroindústrias Caseira Vinc Atv Pac | 50 | 0,0% | - | 0,0% |
| Apicultura | 892 | 0,4% | 231 | 0,1% |
| Armazen (Construção ou Reforma) | 6.689 | 2,8% | 5.458 | 2,2% |
| Avicultura | 3.727 | 1,6% | 4.335 | 1,7% |
| Borracha | 1.033 | 0,4% | 598 | 0,2% |
| Bovinos | 83.312 | 35,3% | 86.694 | 34,1% |
| Veículos e utilitários | 2.870 | 1,2% | 4.126 | 1,6% |
| Cana-de-Açúcar | 81 | 0,0% | 102 | 0,0% |
| Caprinos | 44 | 0,0% | 23 | 0,0% |
| Canicultura | 1 | 0,0% | - | 0,0% |
| Correção Intensiva do Solo | 481 | 0,2% | 469 | 0,2% |
| Máquinas e implementos | 17.234 | 7,3% | 15.759 | 6,2% |
| Cultivos de Grãos | 2.728 | 1,2% | 3.248 | 1,3% |
| Custo Assessoria Empresas e Técnica | 68 | 0,0% | 111 | 0,0% |
| Dendê | 957 | 0,4% | 1.984 | 0,8% |
| Desbravamento de Glebas Rurais | 127 | 0,1% | 379 | 0,2% |
| Eletificação Rural | 92 | 0,0% | 46 | 0,0% |
| Equinos | 7 | 0,0% | 53 | 0,0% |
| Flores Diversas | 39 | 0,0% | 12 | 0,0% |
| Florestamento e Reflorestamento | 677 | 0,3% | 1.273 | 0,5% |
| Fruticulturas | 25.852 | 11,0% | 43.882 | 17,3% |
| Instal (Construção ou Reforma) | 20.184 | 8,6% | 23.533 | 9,3% |
| Irrigação | 1.330 | 0,6% | 1.025 | 0,4% |
| Júta e Madeira | - | 0,0% | 18 | 0,0% |
| Laticínios | 500 | 0,2% | - | 0,0% |
| Mamona | 12 | 0,0% | - | 0,0% |
| Manutenção do Produtor e sua Família | 20 | 0,0% | 41 | 0,0% |
| Muara/Azinhais | 25 | 0,0% | 34 | 0,0% |
| Outra atividades financiadas | 37.635 | 15,9% | 34.800 | 13,7% |
| Ornitor | 307 | 0,1% | 319 | 0,1% |
| Pastagens | 451 | 0,2% | 193 | 0,1% |
| Pesca e Aquicultura | 15.259 | 8,5% | 10.571 | 4,2% |
| Produção de Raízes e Hortalças | 9.460 | 4,0% | 11.991 | 4,7% |
| Proteção do Solo | 173 | 0,1% | 76 | 0,0% |
| Residências Rurais | 1.297 | 0,6% | 963 | 0,4% |
| Sementes e Mudas | 19 | 0,0% | 0 | 0,0% |
| Sericultura | 48 | 0,0% | 8 | 0,0% |
| Silo | 55 | 0,0% | 2 | 0,0% |
| Sirgarias | 34 | 0,0% | 26 | 0,0% |
| Suínos | 637 | 0,3% | 424 | 0,2% |
| Teneiros | 193 | 0,1% | 307 | 0,1% |
| Tulha | 103 | 0,0% | 287 | 0,1% |
| Urucum | 164 | 0,1% | 88 | 0,0% |
| Vacinas, Sais Minerais e Medicamentos | 360 | 0,2% | 516 | 0,2% |

| | | | | |
|--|----------------|---------------|------------------|---------------|
| Demais Setores | 572.453 | 100,0% | 1.037.596 | 100,0% |
| Agricultura | 4.715 | 0,8% | 11.108 | 1,1% |
| Adm Imóveis Por Conta De Terceiros | 45 | 1,0% | - | 0,0% |
| Ativ Acessoria Gestão Empresarial | 25 | 0,5% | - | 0,0% |
| Benel Moagem E Prep Out Alim Orig Vegeta | 53 | 1,3% | 90 | 0,0% |
| Comércio atacadista em geral | 302 | 6,4% | 3.977 | 35,6% |
| Comércio varejista em geral | 508 | 10,8% | 494 | 4,4% |
| Desdobramento Da Madeira | 1.406 | 29,9% | 1.255 | 11,2% |
| Edificação Residencial/Ind/Com/Serviço | 750 | 15,9% | 989 | 9,0% |
| Fabricação de produtos cerâmicos e farmacêuticos | 392 | 8,3% | - | 0,0% |
| Industrialização de produtos | - | 0,0% | 3.512 | 31,5% |
| Intermediários do Comércio | 471 | 10,0% | 243 | 2,2% |
| Outras atividades financeiras | - | 0,0% | 598 | 5,4% |
| Produtos da Pesca e Aquicultura | 156 | 3,3% | - | 0,0% |
| Sector Hoteleiro | 23 | 0,5% | - | 0,0% |
| Transp Rod Cargas Em Geral | 573 | 12,2% | - | 0,0% |
| Comércio e Serviços | 342.187 | 59,8% | 268.916 | 25,9% |
| Abate Resaca Prep.Prod Carne | 258 | 0,1% | 1.261 | 0,5% |
| Adm Imóveis e Aluguel de Máquinas e Equipamentos | 569 | 0,2% | 10.514 | 4,0% |
| Aparel Pedras, Fab Cal e Out Prod Minerais | 44 | 0,0% | - | 0,0% |
| Art De Couro e Viagem | 959 | 0,3% | 869 | 0,3% |
| Ativ Serv Profissionais | 23.938 | 7,0% | 22.126 | 8,2% |
| Captação, Tratamento e Distribuição de Água | 77 | 0,0% | - | 0,0% |
| Comércio atacadista em geral | 38.408 | 11,2% | 36.247 | 13,5% |
| Comércio varejista em geral | 186.510 | 54,5% | 139.745 | 52,0% |
| Confeção De Outras Peças do Vestuário | 84 | 0,0% | 204 | 0,1% |
| Construção Edifícios, Obras de Eng. Civil | 6.840 | 2,0% | 3.530 | 1,3% |
| Cultivo De Flores e Plantas | 189 | 0,1% | - | 0,0% |
| Exploração Florestal | 440 | 0,1% | 836 | 0,3% |
| Educ Formação Geral | 27.043 | 7,9% | 302 | 0,1% |
| Exec Serv Gráficos | 434 | 0,1% | 189 | 0,1% |
| Fab Artigos em geral | 15.584 | 4,6% | 10.441 | 3,9% |
| Intermediários do Comércio | 1.147 | 0,3% | 0 | 0,0% |
| Manutenção Reparação Veic Automotores | 7.726 | 2,3% | 4.929 | 1,8% |
| Outras atividades | 7.733 | 2,3% | 5.031 | 1,9% |
| Prod Suco de Fruta e Legumes | 23 | 0,0% | - | 0,0% |
| Publicidade | 30 | 0,0% | - | 0,0% |
| Serviços de reparações e acondicionamentos | 267 | 0,1% | 758 | 0,3% |
| Hotéis e restaurantes | 22.129 | 6,5% | 11.597 | 4,3% |
| Serviços Profissionais | 1.006 | 0,3% | 13.688 | 5,2% |
| Sector energético | - | 0,0% | 249 | 0,1% |
| Telecomunicações | 41 | 0,0% | 30 | 0,0% |
| Transp Rod Cargas Em Geral | 718 | 0,2% | 6.049 | 2,3% |
| Indústria | 185.281 | 32,4% | 119.945 | 11,6% |
| Abate Resaca Prep.Prod Carne | 1.336 | 0,7% | - | 0,0% |
| Aparel Pedras, Fab Cal e Out Prod Miner. | 27 | 0,0% | 8.172 | 6,8% |
| Ativ ambulatorial e imobiliária | 1.254 | 0,7% | 45 | 0,0% |
| Benel Moagem e Prep Out Alim Orig Vegeta | 14.689 | 7,9% | 12.888 | 10,7% |
| Comércio atacadista em geral | - | 0,0% | 8.922 | 5,8% |
| Comércio varejista em geral | 5.179 | 2,8% | 21.176 | 17,7% |
| Const/Repar. Embarcação PEspor Lazer | 14 | 0,0% | - | 0,0% |
| Desdobramento da Madeira | 129 | 0,1% | 571 | 0,5% |
| Edição e Impressão de Prod Graf | 265 | 0,1% | 197 | 0,2% |
| Edificação Residencial/Ind/Com/Serviço | 24.959 | 13,5% | 216 | 0,2% |
| Fab Produtos em geral | 75.124 | 40,6% | 69.759 | 58,2% |
| Refino de Petróleo | 2.989 | 1,6% | - | 0,0% |

| | | | | |
|--|---------|-------|-----------|--------|
| Serviços de Restaurantes | 258 | 0,1% | - | 0,0% |
| Sector energético | 58.978 | 31,8% | - | 0,0% |
| Transp Rod Cargas em Geral | 71 | 0,0% | - | 0,0% |
| Turismo | 39.391 | 6,9% | 119.288 | 11,3% |
| Ativ Agenc De Viagens e Org Viagens | 50 | 0,1% | 272 | 0,2% |
| Cont. Atac. Out Prod Intered Não Especif | 81 | 0,2% | - | 0,0% |
| Com Var Out Prod N Especificados | 102 | 0,3% | 49 | 0,0% |
| Outras atividades financiadas | - | 0,0% | 60.921 | 51,1% |
| Impressão De Jornais, Revistas e Livros | 70 | 0,2% | 3.105 | 2,5% |
| Hotéis e restaurantes | 39.068 | 99,2% | 54.932 | 46,1% |
| Cultura | 888 | 0,2% | 3.888 | 0,4% |
| Com Var Livros E Jornais Revistas | 641 | 73,9% | 388 | 10,2% |
| Impressão De Jornais, Revistas e Livros | 212 | 24,5% | 1.273 | 33,5% |
| Outras atividades financiadas | - | 0,0% | 587 | 15,5% |
| Ativ. Artísticas e De Espetáculos | 14 | 1,7% | 1.552 | 40,9% |
| Infraestrutura | - | 0,0% | 514.488 | 49,8% |
| Sector energético | - | 0,0% | 514.488 | 100,0% |
| Total | 959.933 | 8,0% | 1.698.752 | 49,8% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

**Tabela 7 Contratações por Programa de Financiamento
Exercício de 2010**

| SETOR / ATIVIDADE | Nº OP | % | R\$ MIL | % |
|--------------------------|--------|-------|-----------|-------|
| FNO-PRONAF | 38.752 | 89,6 | 490.441 | 19,1 |
| Agricultura Familiar | 38.752 | 89,6 | 490.441 | 19,1 |
| FNO-Amazônia Sustentável | 4.421 | 10,2 | 1.997.732 | 77,8 |
| Agropecuária | 1.850 | 4,3 | 383.307 | 14,9 |
| Pesca e Aquicultura | 34 | 0,1 | 4.378 | 0,2 |
| Agroindústria | 88 | 0,2 | 15.883 | 0,6 |
| Indústria | 215 | 0,5 | 305.226 | 11,9 |
| Cultura | 59 | 0,1 | 4.668 | 0,2 |
| Turismo | 133 | 0,1 | 158.671 | 6,2 |
| Infraestrutura | 3 | 0,01 | 514.488 | 20,0 |
| Comércio e Serviço | 2.039 | 4,9 | 611.113 | 23,8 |
| FNO-Biodiversidade | 71 | 0,2 | 80.512 | 3,1 |
| Floresta | 71 | 0,2 | 80.512 | 3,1 |
| TOTAL | 43.244 | 100,0 | 2.568.685 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

**Tabela 8 Distribuição das Contratações por Atividade e Programa
Exercício de 2010**

| 1º Semestre de 2010 | | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------------------|------------------------|--------------|
| Sector/Programa | N.º Op. | N.º Beneficiados | Valor (R\$ Mil) | % |
| Rural | 20.331 | 79.176 | 387.480 | 40,4 |
| 1. Pronaf | 19.615 | 78.460 | 236.031 | 24,6 |
| Pronaf - A | 1.754 | 7.016 | 25.517 | 2,7 |
| Pronaf Outros | 17.861 | 71.444 | 210.514 | 21,9 |
| 2. Amazônia Sustentável | 689 | 689 | 141.102 | 14,7 |
| Agropecuária | 676 | 676 | 139.257 | 14,5 |
| Pesca e Aquicultura | 13 | 13 | 1.845 | 0,2 |
| 3. Biodiversidade | 27 | 27 | 10.347 | 1,1 |
| Floresta | 27 | 27 | 10.347 | 1,1 |
| Não Rural | 1.059 | 1.059 | 572.453 | 59,6 |
| 1. Amazônia Sustentável | 1.059 | 1.059 | 572.453 | 59,6 |
| Indústria | 96 | 96 | 185.281 | 19,3 |
| Agroindústria | 46 | 46 | 4.715 | 0,5 |
| Turismo | 61 | 61 | 39.391 | 4,1 |
| Cultura | 26 | 26 | 868 | 0,1 |
| Infraestrutura | 0 | 0 | 0 | 0,0 |
| Comércio e Serviços | 830 | 830 | 342.197 | 35,6 |
| Total | 21.390 | 80.235 | 959.933 | 100,0 |
| <i>Micro e Pequenas Empresas</i> | <i>914</i> | <i>914</i> | <i>100.732</i> | <i>-</i> |
| 2º Semestre de 2010 | | | | |
| Sector/Programa | N.º Op. | N.º Beneficiados | Valor (R\$ Mil) | % |
| Rural | 20.376 | 79.232 | 571.156 | 35,5 |
| 1. Pronaf | 19.137 | 76.548 | 254.410 | 15,8 |
| Pronaf - A | 2.395 | 9.580 | 29.775 | 1,9 |
| Pronaf Outros | 16.742 | 66.968 | 224.635 | 14,0 |
| 2. Amazônia Sustentável | 1.206 | 1.206 | 250.932 | 15,6 |
| Agropecuária | 1.185 | 1.185 | 248.401 | 15,4 |
| Pesca e Aquicultura | 21 | 21 | 2.531 | 0,2 |
| 3. Biodiversidade | 33 | 33 | 65.814 | 4,1 |
| Floresta | 33 | 33 | 65.814 | 4,1 |
| Não Rural | 1.478 | 1.478 | 1.037.596 | 64,5 |
| 1. Amazônia Sustentável | 1.478 | 1.478 | 1.037.596 | 64,5 |
| Indústria | 119 | 119 | 119.945 | 7,5 |
| Agroindústria | 42 | 42 | 11.168 | 0,7 |
| Turismo | 72 | 72 | 119.280 | 7,4 |
| Cultura | 33 | 33 | 3.600 | 0,2 |
| Infraestrutura | 3 | 3 | 514.488 | 32,0 |
| Comércio e Serviços | 1.209 | 1.209 | 288.916 | 16,7 |
| Total | 21.854 | 80.710 | 1.808.752 | 100,0 |
| <i>Micro e Pequenas Empresas</i> | <i>1.291</i> | <i>1.291</i> | <i>112.144</i> | <i>-</i> |

Fonte: Banco da Amazônia - Sisl. Controle de Operações

Tabela 9 Contratações por Estado
Exercício de 2010

| ESTADO | RURAL | | NÃO RURAL | | TOTAL | | | |
|--------------|---------------|----------------|--------------|------------------|---------------|--------------|------------------|--------------|
| | Nº Op. | R\$ Mil | Nº Op. | R\$ Mil | Nº Op. | % | R\$ Mil | % |
| Acre | 3.077 | 59.970 | 336 | 138.105 | 3.413 | 7,9 | 198.075 | 7,7 |
| Amapá | 892 | 49.658 | 84 | 163.681 | 976 | 2,3 | 213.339 | 8,3 |
| Amazonas | 5.414 | 83.155 | 354 | 324.683 | 5.768 | 13,3 | 407.838 | 15,9 |
| Pará | 20.315 | 294.789 | 946 | 706.875 | 21.261 | 49,2 | 1.001.664 | 39,0 |
| Rondônia | 5.658 | 168.424 | 385 | 121.706 | 6.043 | 14,0 | 290.130 | 11,3 |
| Roraima | 154 | 7.597 | 45 | 9.451 | 199 | 0,5 | 17.048 | 0,7 |
| Tocantins | 5.197 | 295.043 | 387 | 145.548 | 5.584 | 12,9 | 440.591 | 17,2 |
| TOTAL | 40.707 | 958.636 | 2.537 | 1.610.949 | 43.244 | 100,0 | 2.568.685 | 100,0 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 10 Contratações na Agricultura Familiar
Exercício de 2010

| PROGRAMA | Nº OP | % | R\$ MIL | % | OPORTUNIDADES DE TRABALHO GERADAS |
|----------------------------|---------------|--------------|----------------|--------------|-----------------------------------|
| PRONAF A | 4.149 | 10,7 | 55.292 | 11,3 | 16.596 |
| PRONAF A/C | 367 | 1,0 | 1.760 | 0,4 | 1.548 |
| PRONAF AGRICULTOR FAMILIAR | 12.768 | 32,9 | 255.575 | 52,1 | 51.072 |
| PRONAF AGROIND FAMILIAR | 4 | 0,0 | 8.561 | 1,7 | 16 |
| PRONAF AGROINDUSTRIA | 3 | 0,0 | 96 | 0,0 | 12 |
| PRONAF B | 16.939 | 43,7 | 32.653 | 6,7 | 67.756 |
| PRONAF COTAS-PARTES | 7 | 0,0 | 30 | 0,0 | 28 |
| PRONAF ECO | 47 | 0,1 | 2.799 | 0,6 | 188 |
| PRONAF EMERGENCIAL | 586 | 1,5 | 1.173 | 0,2 | 2.352 |
| PRONAF FLORESTA | 718 | 1,9 | 6.755 | 1,4 | 2.872 |
| PRONAF JOVEM | 3 | 0,0 | 26 | 0,0 | 12 |
| PRONAF MAIS ALIMENTOS | 2.254 | 5,8 | 118.653 | 24,2 | 9.016 |
| PRONAF MPO-AMAZON | 563 | 1,5 | 1.087 | 0,2 | 2.252 |
| PRONAF MULHER | 322 | 0,8 | 6.001 | 1,2 | 1.288 |
| TOTAL | 38.752 | 100,0 | 490.441 | 100,0 | 155.008 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 11 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

| UF | Código do Município | Município | Beneficiário | Descrição | Data da Contratação | Prazo de Implantação do Projeto | Prazo do Faturamento | Porte | Valor do Projeto (R\$ 1.000) | Valor do Faturamento (R\$ 1.000) | Valor da Contratação (R\$ 1.000) | Valor Desembolsado (R\$ 1.000) |
|----|---------------------|------------------------|---|--|---------------------|---------------------------------|----------------------|--------|------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| TO | 1709008 | Uruaçu | Povo Energia Energética S/A | Contratação de PCH - Povo Energia em Uruaçu, com potência instalada de 30.000 kW. | 08/12/2008 | 26 | 144 | Grande | 130.335.804,81 | 26.000.000,00 | 26.000.000,00 | 26.000.000,00 |
| TO | 1709009 | Uruaçu | Povo Energia Energética S/A | Contratação de PCH - Povo Energia em Uruaçu, com potência instalada de 30.000 kW. | 28/03/2008 | 12 | 144 | Grande | 130.335.804,81 | 18.448.772,74 | 31.084.814,32 | 18.448.772,74 |
| RO | 1100108 | Pimenta Bueno | Energética S/A | Contratação da Usina Hidrelétrica Roraima II, em Pimenta Bueno, com potência instalada de 87,5 MW. | 28/12/2008 | 48 | 144 | Grande | 268.072.893,15 | 51.185.150,86 | 61.300.222,36 | 51.185.150,86 |
| AM | 1302602 | Mauá | Companhia Energética de Manaus S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 28/02/2007 | 24 | 144 | Grande | 258.055.855,13 | 39.886.804,79 | 8.886.804,79 | 39.886.804,79 |
| AM | 1302603 | Mauá | Cia. Energética de Manaus S/A | Contratação de Usina Termelétrica Marauá de alto combustível para gás natural. | 28/11/2008 | 24 | 144 | Grande | 237.887.181,58 | 44.213.830,84 | 21.428.831,72 | 38.797.870,59 |
| RO | 1100108 | Pimenta Bueno | Energética S/A | Contratação da Usina Hidrelétrica Roraima II, em Pimenta Bueno, com potência instalada de 87,5 MW. | 18/09/2008 | 48 | 240 | Grande | 88.887.888,07 | 77.334.186,74 | 19.333.838,93 | 77.334.186,74 |
| RO | 1102604 | Reim de Moura | Hidroelétrica Chiquitópolis | Contratação da PCH Chiquitópolis, localizada em Reim de Moura (TO), com capacidade para 80 MW. | 17/12/2007 | 48 | 240 | Grande | 256.875.993,15 | 5.019.708,53 | 1.392.334,94 | 9.819.708,52 |
| RO | 1102608 | Reim de Moura | Hidroelétrica Chiquitópolis | Contratação da PCH Chiquitópolis, localizada em Reim de Moura (TO), com capacidade para 80 MW. | 15/03/2008 | 24 | 144 | Grande | 31.228.888,74 | 17.886.808,88 | 6.886.432,72 | 17.886.808,88 |
| TO | 1709009 | Uruaçu | Povo Energia Energética S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 30/05/2008 | 26 | 144 | Grande | 18.964.018,18 | 5.431.432,18 | 2.492.281,88 | 5.431.432,18 |
| AM | 1302603 | Mauá | Companhia Energética de Manaus S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 04/07/2008 | 12 | 150 | Média | 9.708.808,53 | 3.407.187,39 | 0,00 | 3.407.187,39 |
| AM | 1302602 | Mauá | Companhia Energética de Manaus S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 25/11/2009 | 12 | 222 | Grande | 237.887.181,58 | 44.213.830,84 | 21.428.831,01 | 38.188.816,28 |
| AM | 1302602 | Mauá | Companhia Energética de Manaus S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 30/05/2008 | 12 | 200 | Grande | 87.028.130,00 | 48.434.004,36 | 26.847.130,00 | 42.213.830,77 |
| RO | 1100208 | Pimenta Bueno | Energética S/A | Contratação da Usina Hidrelétrica Roraima II, em Pimenta Bueno, com potência instalada de 87,5 MW. | 30/05/2008 | 26 | 152 | Grande | 12.188.808.792,00 | 803.432.473,38 | 17.808.025,00 | 503.432.473,38 |
| TO | 1709009 | Uruaçu | Povo Energia Energética S/A | Contratação da PCH - Povo Energia em Uruaçu, com potência instalada de 30.000 kW. | 30/05/2010 | 12 | 233 | Grande | 101.851.141,23 | 29.438.822,38 | 14.388.401,88 | 29.438.822,38 |
| TO | 1709009 | Uruaçu | Povo Energia Energética S/A | Contratação da PCH - Povo Energia em Uruaçu, com potência instalada de 30.000 kW. | 30/05/2010 | 12 | 233 | Grande | 75.141.308,27 | 19.502.838,11 | 10.883.488,34 | 18.374.815,48 |
| PA | 1600100 | Tucuruí | Usina de Alagoas Transmissão de Energia S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 30/12/2010 | 36 | 204 | Grande | 1.004.079.640,00 | 181.016.828,60 | 80.230.758,02 | 0,00 |
| AP | 1600303 | Macapá | Usina de Macapá Transmissão de Energia S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 30/12/2010 | 36 | 204 | Grande | 840.280.040,00 | 148.721.814,41 | 47.485.812,58 | 0,00 |
| TO | 1717800 | Povo Alto do Bon Jesus | Central Elétrica Borealis S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 27/02/2010 | 12 | 228 | Média | 4.891.000,00 | 6.074.884,73 | 448.158,42 | 4.074.884,73 |
| TO | 1712008 | Tucuruí | Usina de Tucuruí Transmissão de Energia S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 17/02/2008 | 24 | 182 | Grande | 130.837.388,71 | 16.713.016,85 | 38.817.878,78 | 378.883,47 |
| TO | 1712008 | Tucuruí | Usina de Tucuruí Transmissão de Energia S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 18/09/2008 | 24 | 182 | Grande | 130.837.388,71 | 87.217.507,20 | 38.817.878,78 | 10.385.301,88 |
| TO | 1712008 | Tucuruí | Usina de Tucuruí Transmissão de Energia S/A | Implantação de uma sala de produção de energia elétrica, com potência instalada de 87,5 MW. | 28/08/2008 | 24 | 182 | Grande | 130.837.388,71 | 1.688.766,60 | 393.348,91 | 0,00 |

Fonte: Banco de Análise de LAFOP (SIG-CON/PRO/PER)

Tabela 12 Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014
Exercício de 2010

| UF | Código do Município | Município | Nº da Operação | Beneficiário | CNPJ do Beneficiário | Descrição | Data de Contratação | Prazo de Implantação do Projeto | Prazo do Financiamento | Porte | Valor do Projeto (R\$ 1,00) |
|----|---------------------|-------------|----------------|------------------------------|-----------------------------------|--|-----------------------|--------------------------------------|--|---|--|
| AM | 1302803 | MANAUS | 33100021 | I B Sabba S.A. | 04.585.230/0001-59 | Estabelecimentos Hoteleros/Apart Hotel | 29/01/2010 | 3 | 12 | Grande | 3.121.818,51 |
| AM | 1302803 | MANAUS | 84100048 | Hotel Junta Opera Ltda. | 08.708.591/0001-88 | Est Hotelero Com Restaurante | 10/09/2010 | 10 | 12 | Médio | 4.828.796,80 |
| PA | 1501402 | BELEM | 128100029 | Executivo Hengar Hotel Ltda. | 08.783.787/0001-46 | Est Hotelero Com Restaurante | 27/05/2010 | 12 | 12 | Médio | 4.194.102,39 |
| RO | 1100205 | PORTO VELHO | 99100039 | Golden Plaza Hotel Ltda. | 08.425.842/0001-56 | Est Hotelero Com Restaurante | 31/05/2010 | 18 | 12 | Médio | 4.043.799,04 |
| UF | Código do Município | Município | Nº da Operação | Valor Financiado (R\$ 1,00) | Valor da Contrapartida (R\$ 1,00) | Valor Desembolso (R\$ 1,00) | Garantias | Termos Aditivos ao Contrato - Número | Termos Aditivos ao Contrato - Valor (R\$ 1,00) | Termos Aditivos ao Contrato - Descrição | Termos Aditivos ao Contrato - Vigência |
| AM | 1302803 | MANAUS | 33100021 | 2.185.272,96 | 938.546,65 | 2.185.272,96 | Hipoteca. | - | - | - | - |
| AM | 1302803 | MANAUS | 84100048 | 4.203.478,80 | 726.320,10 | 909.503,22 | Hipoteca. | - | - | - | - |
| PA | 1501402 | BELEM | 128100029 | 3.513.930,92 | 580.171,47 | 1.117.700,81 | Fiduciária; Hipoteca. | - | - | - | - |
| RO | 1100205 | PORTO VELHO | 99100039 | 2.137.316,76 | 1.908.480,28 | 1.225.748,72 | Hipoteca. | - | - | - | - |

Fonte: Banco de Análises/SGSOP-GSIST (SIG-CONTROPER)

**Tabela 13 Contratações em Apoio ao Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono)
Exercício de 2010**

| UF | Código do Município | Município | Programa | Finalidade | Porte | Nº de Operação Contratadas | Valor Contratado (R\$ 1,00) |
|--------------|---------------------|--------------------------|--------------------|------------|---------|----------------------------|-----------------------------|
| AC | 1200138 | Bujari | FNO-Biodiversidade | 3 | Grande | 1 | 998.999,95 |
| AP | 1600303 | Macapá | FNO-Biodiversidade | 3 | Grande | 1 | 32.412.771,18 |
| PA | 1502202 | Capitania | FNO-Biodiversidade | 3 | Grande | 1 | 4.293.844,94 |
| PA | 1502839 | Dom Eliseu | FNO-Biodiversidade | 3 | Grande | 1 | 2.806.397,51 |
| PA | 1502839 | Dom Eliseu | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 825.391,50 |
| PA | 1503309 | Igarapé-Miri | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 540.960,00 |
| PA | 1503309 | Igarapé-Miri | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 215.887,51 |
| PA | 1504455 | Medicândia | FNO-Biodiversidade | 2 | Pequeno | 1 | 164.443,26 |
| PA | 1506187 | Rondon do Pará | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 702.612,04 |
| PA | 1506185 | Rurópolis | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 211.649,78 |
| PA | 1506186 | Rurópolis | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 167.652,01 |
| PA | 1506186 | Rurópolis | FNO-Biodiversidade | 3 | Grande | 1 | 238.738,92 |
| PA | 1607151 | São Domingos do Araguaia | FNO-Biodiversidade | 3 | Grande | 1 | 1.252.003,20 |
| PA | 1608001 | Tomé-Açu | FNO-Biodiversidade | 3 | Grande | 1 | 4.561.523,46 |
| RO | 1100023 | Ariquemes | FNO-Biodiversidade | 3 | Pequeno | 1 | 360.538,26 |
| RO | 1100304 | Vilhena | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 287.284,97 |
| TO | 1700251 | Abreulândia | FNO-Biodiversidade | 1 | Médio | 1 | 217.038,61 |
| TO | 1702208 | Araguatins | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 942.876,64 |
| TO | 1709302 | Guarai | FNO-Biodiversidade | 3 | Médio | 1 | 190.869,21 |
| TO | 1714880 | Nova Olinda | FNO-Biodiversidade | 1 | Médio | 1 | 911.947,58 |
| TOTAL | | | | | | | 52.302.250,41 |

Fonte: Banco de Amazônia/BSIST (SIG-CONTROPER)

Finalidades:

- 1 - recuperação de áreas de pastagens degradadas;
- 2 - implantação de sistemas de integração lavoura-floresta, lavoura-pecuária, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta;
- 3 - implantação e manutenção de florestas comerciais ou destinadas à recomposição de reserva legal ou de áreas de preservação permanente.

Tabela 14 Quantitativo de Municípios da Região Norte por Áreas Prioritárias

| Estado | N.º de Municípios | Municípios na Faixa de Fronteira | % dos municípios do Estado | Municípios no Alto Solimões | % dos municípios do Estado | Municípios na Chapada das Mangabeiras | % dos municípios do Estado | Municípios no Vale do Rio Acre | % dos municípios do Estado | Municípios no Bico do Papagaio | % dos municípios do Estado | Municípios no Xingu | % dos municípios do Estado |
|---------------------|-------------------|----------------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------|---------------------|----------------------------|
| Acre | 22 | 22 | 100% | - | - | - | - | 11 | 50% | - | - | - | - |
| Amapá | 16 | 8 | 50% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Amazonas | 62 | 21 | 34% | 9 | 15% | - | - | 2 | 3% | - | - | - | - |
| Pará | 144 | 6 | 3% | - | - | - | - | - | - | 25 | 17% | 10 | 7% |
| Roraima | 62 | 26 | 50% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tocantins | 15 | 15 | 100% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Região Norte | 400 | 97 | 22% | 9 | 2% | 8 | 2% | 13 | 3% | 25 | 18% | 10 | 2% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

Tabela 15 Contratações por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte
Exercício de 2010

| Estado | Faixa de Fronteira | | | Alto Solimões | | | Chapada das Mangabeiras | | | Vale do Rio Acre | | | Bico do Papagaio | | | Xingu | | | Total | |
|-------------|--------------------------|---------|---------|--------------------------|---------|---------|--------------------------|---------|---------|--------------------------|---------|---------|--------------------------|---------|---------|--------------------------|---------|---------|---------|-----------|
| | N.º Municípios Atendidos | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Municípios Atendidos | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Municípios Atendidos | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Municípios Atendidos | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Municípios Atendidos | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Municípios Atendidos | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Op. | |
| Acre | 19 | 3.413 | 198.075 | - | - | - | - | - | - | 11 | 1.410 | 173.133 | - | - | - | - | - | - | 4.828 | 371.208 |
| Amapá | 7 | 218 | 187.320 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 216 | 187.320 |
| Amazonas | 13 | 921 | 9.752 | 3 | 143 | 1.054 | - | - | - | 2 | 83 | 1.818 | - | - | - | - | - | - | 1.147 | 12.424 |
| Pará | 5 | 1.338 | 19.509 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 24 | 1.703 | 128.881 | 9 | 1.988 | 32.381 | 5.029 | 178.761 |
| Roraima | 26 | 3.622 | 156.433 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.822 | 156.433 |
| Roraima | 12 | 189 | 17.047 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 199 | 17.047 |
| Tocantins | - | - | - | - | - | - | 7 | 407 | 19.595 | - | - | - | 25 | 771 | 83.029 | - | - | - | 1.178 | 102.824 |
| TOTAL | 82 | 9.709 | 598.138 | 3 | 143 | 1.054 | 7 | 407 | 19.595 | 13 | 1.498 | 174.751 | 49 | 2.474 | 209.910 | 9 | 1.988 | 32.381 | 16.219 | 1.035.807 |
| % Conclusão | 85% | | | 33% | | | 88% | | | 100% | | | 98% | | | 90% | | | | |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

**Tabela 16 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR
Exercício de 2010**

| Tipologia | Nº Municípios | Nº Op | % | R\$ Mil | % |
|--------------|---------------|---------------|---------------|------------------|---------------|
| BR | 119 | 10.154 | 23,5% | 197.502 | 7,7% |
| EMR | 157 | 12.631 | 29,2% | 699.687 | 27,2% |
| OMR | 149 | 17.280 | 40,0% | 388.260 | 15,1% |
| AR | 25 | 3.179 | 7,3% | 1.283.236 | 50,0% |
| TOTAL | 450 | 43.244 | 100,0% | 2.568.685 | 100,0% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist Cont Operações

**Tabela 17 Contratações por Finalidade do Crédito
Exercício de 2010**

Setor Rural

| ESTADO | INVESTIMENTO | | CUSTEIO | | TOTAL | |
|--------------|---------------|----------------|--------------|----------------|---------------|----------------|
| | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Op. | R\$ Mil |
| Acre | 2.860 | 39.045 | 217 | 20.924 | 3.077 | 59.969 |
| Amapá | 871 | 48.749 | 21 | 909 | 892 | 49.658 |
| Amazonas | 4.739 | 63.415 | 875 | 19.740 | 5.614 | 83.155 |
| Pará | 18.583 | 259.758 | 1.722 | 35.031 | 20.315 | 294.789 |
| Rondônia | 5.306 | 141.605 | 352 | 26.819 | 5.658 | 168.424 |
| Roraima | 101 | 4.899 | 53 | 2.698 | 154 | 7.597 |
| Tocantins | 4.578 | 169.507 | 619 | 125.537 | 5.197 | 295.044 |
| TOTAL | 37.048 | 726.978 | 3.659 | 231.658 | 40.707 | 958.636 |

Setor Não Rural

| ESTADO | INVESTIMENTO | | CAPITAL DE GIRO | | TOTAL | |
|--------------|--------------|------------------|-----------------|----------------|--------------|------------------|
| | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Op. | R\$ Mil | N.º Op. | R\$ Mil |
| Acre | 227 | 115.939 | 109 | 22.166 | 336 | 138.105 |
| Amapá | 43 | 158.160 | 41 | 5.522 | 84 | 163.682 |
| Amazonas | 75 | 288.457 | 279 | 36.226 | 354 | 324.683 |
| Pará | 234 | 626.005 | 712 | 80.870 | 946 | 706.875 |
| Rondônia | 266 | 104.590 | 99 | 17.116 | 365 | 121.706 |
| Roraima | 22 | 8.658 | 23 | 793 | 45 | 9.451 |
| Tocantins | 216 | 128.049 | 171 | 17.498 | 387 | 145.547 |
| TOTAL | 1.103 | 1.429.858 | 1.434 | 180.191 | 2.537 | 1.610.049 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 18 Contratações por Programa e Faixa de Valores
Exercício de 2010

| Faixa de Valores | Setor Rural | | | | | | | | | | Demais Setores | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------|---------|----------|---------|---------------|---------|----------------|---------|-------------------|---------|----------------|---------|---------------|---------|-----------|---------|-----------------|---------|------------|---------|----------------|---------|--------------|---------|-----------|---------|---|
| | Pronaf A | | Pronaf B | | Pronaf Demais | | Biodiversidade | | Amaz. Sustentável | | TOTAL | | Agroindústria | | Indústria | | Turismo/Cultura | | Exportação | | Infraestrutura | | Com/Serviços | | TOTAL | | |
| | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | % |
| | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | |
| Até R\$ 500,00 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0,0% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 500,00 Até R\$ 1.000,00 | 0 | 0 | 78 | 78 | 11 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 87 | 0,2% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00 | 2.067 | 13,90% | 16.862 | 32,67% | 5.723 | 29,08% | 0 | 0 | 40 | 308 | 24.692 | 60,7% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 82 | 671 | 98 | 3,9% | 804 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00 | 2.082 | 41,38% | 0 | 0 | 8.960 | 202,60% | 1 | 26 | 491 | 11.732 | 11,63% | 26,3% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 770 | 18.036 | 868 | 34,1% | 20.332 | 1 | 3% | 1,3% | |
| Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.931 | 168,33% | 7 | 537 | 843 | 44.612 | 3,68% | 203,48% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 631 | 44.784 | 843 | 33,2% | 52.308 | 3 | 2% | 3,2% | |
| Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 1.000.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 56 | 23.496 | 972 | 239.152 | 764 | 1,9% | 267,21% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 8.000 | 6 | 24.034 | 38 | 91.878 | 48 | 0,1% | 123,91% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 10.000.000,00 Até R\$ 20.000.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 20.000.000,00 Até R\$ 100.000.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 32.413 | 0 | 0 | 1 | 0,0% | 32,41% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 100.000.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| TOTAL | 4.149 | 53,25% | 16.939 | 32,65% | 17.654 | 402,49% | 71 | 80,51% | 1.864 | 387,88% | 40.707 | 100,0% | 2.637 | 100,0% | 2.637 | 100,0% | 1.610,04% | 100,0% | 1.610,04% | 100,0% | 1.610,04% | 100,0% | 1.610,04% | 100,0% | 1.610,04% | 100,0% | |

| Faixa de Valores | Setor Rural | | | | | | | | | | Demais Setores | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------|---------|----------|---------|---------------|---------|----------------|---------|-------------------|---------|----------------|---------|---------------|---------|-----------|---------|-----------------|---------|------------|---------|----------------|---------|--------------|---------|-------|---------|---|
| | Pronaf A | | Pronaf B | | Pronaf Demais | | Biodiversidade | | Amaz. Sustentável | | TOTAL | | Agroindústria | | Indústria | | Turismo/Cultura | | Exportação | | Infraestrutura | | Com/Serviços | | TOTAL | | |
| | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | % |
| | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | | % | |
| Até R\$ 500,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 500,00 Até R\$ 1.000,00 | 4 | 31 | 9 | 76 | 3 | 27 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 1.000,00 Até R\$ 10.000,00 | 28 | 84% | 48 | 1,21% | 18 | 431 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 10.000,00 Até R\$ 35.000,00 | 31 | 1,83% | 52 | 3,36% | 139 | 2,30% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 35.000,00 Até R\$ 100.000,00 | 23 | 8,80% | 61 | 16,32% | 23 | 6,23% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 100.000,00 Até R\$ 1.000.000,00 | 2 | 4,55% | 49 | 181,421 | 8 | 14,48% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 1.000.000,00 Até R\$ 10.000.000,00 | 0 | 0 | 3 | 48,382 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 10.000.000,00 Até R\$ 20.000.000,00 | 0 | 0 | 2 | 54,429 | 3 | 137,951 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 20.000.000,00 Até R\$ 100.000.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| Acima de R\$ 100.000.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |
| TOTAL | 88 | 15,88% | 215 | 305,22% | 192 | 163,35% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 19 Contratações com Valores Superiores a R\$ 10 Milhões
Exercício de 2010

| PROJETO FINANCIADO | LOCALIZAÇÃO | FINALIDADE 1 | FINALIDADE 2 | PROGRAMA | VALOR TOTAL DO PROJETO | VALOR FINANCIADO | BENS/SERVIÇOS A SEREM PRODUZIDOS | BENEFÍCIOS/ POSTOS TRABALHO |
|--|----------------|--------------|--------------|---------------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------------|
| Estabelecimento hoteleiro com restaurante | Rio Branco/AC | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Turismo | 60.921.129,81 | 60.921.129,81 | Turismo | 177 |
| Comércio varejista de produção alimentos | Manaus/AM | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Com Serv | 31.331.483,25 | 31.631.483,25 | Alimento | 277 |
| Comércio varejista de mercadoria em geral | Manaus/AM | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Com Serv | 88.628.942,78 | 48.040.859,95 | Comércio varejista | 11 |
| Tratamento térmico de epp | Manaus/AM | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Indústria | 15.877.159,80 | 11.901.440,48 | Apo beneficiado | 38 |
| Educação média | Manaus/AM | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Com Serv | 18.254.104,82 | 12.805.873,38 | Educação | 45 |
| Edificação residencial | Manaus/AM | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Indústria | 24.989.343,83 | 24.988.343,83 | Moradia | 83 |
| Estabelecimento hoteleiro com restaurante | Manaus/AM | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Indústria | 87.042.372,82 | 46.928.680,83 | Hotelaria | 50 |
| Florestamento e reflorestamento | Macapá/AP | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Floresta | 36.014.180,20 | 32.412.771,18 | Floresta | 640 |
| Produção e distribuição energia elétrica | Macapá/AP | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Indústria | 190.207.432,00 | 142.721.818,41 | Energia Elétrica | 37 |
| Comércio varejista de produção alimentos | Belém/PA | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Com Serv | 149.420.883,53 | 96.683.288,81 | Alimento | 599 |
| Comércio varejista de produtos alimentícios | Belém/PA | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Indústria | 22.798.317,20 | 15.957.422,04 | Alimento | 401 |
| Expansão da rede de telefonia e comunicações | Belém/PA | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Infrastru | 268.018.484,70 | 220.749.739,00 | Comunicação | 880 |
| Produção e distribuição energia elétrica | Belém/PA | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Infrastru | 201.247.897,82 | 151.016.938,80 | Energia Elétrica | 37 |
| Comércio atacadista de mercadorias em geral | Marituba/PA | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Com Serv | 14.202.972,11 | 11.382.377,69 | Comércio atacadista | 233 |
| Atividades relacionadas ao lazer | Parauapebas/PA | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Turismo | 34.507.751,45 | 30.000.000,00 | Turismo | 988 |
| Produção e distribuição energia elétrica | Dianópolis/TO | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Indústria | 43.858.304,12 | 28.458.902,28 | Energia Elétrica | 17 |
| Produção e distribuição energia elétrica | Dianópolis/TO | - | Investimento | FNO-Amz Sustentável / Indústria | 28.496.424,85 | 18.602.938,51 | Energia Elétrica | 16 |
| TOTAL | | | | | 1.276.833.784,00 | 925.966.848,43 | | 4.540 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 20 Contratações pela Primeira Vez com Recursos do FNO
Exercício de 2010

1) Setor Rural

| ESTADO | MINI | | PEQUENO | | MÉDIO | | GRANDE | | COOPERATIVAS | | TOTAL | |
|--------------|---------------|----------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|--------------|-----------|---------------|----------------|
| | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil |
| Acre | 2.140 | 15.122 | 5 | 843 | 5 | 1.482 | 1 | 1.000 | 6 | 26 | 2.157 | 18.473 |
| Amapá | 806 | 14.133 | 1 | 93 | 1 | 1.347 | 1 | 32.413 | - | - | 809 | 47.986 |
| Amazonas | 3.521 | 53.885 | 8 | 441 | 1 | 252 | 1 | 1.000 | - | - | 3.531 | 55.578 |
| Pará | 12.906 | 170.125 | 18 | 2.494 | 17 | 4.762 | 4 | 12.455 | - | - | 12.945 | 189.836 |
| Rondônia | 3.756 | 64.989 | 17 | 2.488 | 10 | 4.540 | 3 | 3.499 | 1 | 60 | 3.767 | 75.576 |
| Roraima | 72 | 2.112 | - | - | 2 | 279 | - | - | - | - | 74 | 2.391 |
| Tocantins | 2.941 | 44.915 | 38 | 8.111 | 30 | 13.905 | 12 | 21.059 | - | - | 3.021 | 87.990 |
| TOTAL | 26.142 | 365.281 | 87 | 14.470 | 66 | 26.567 | 22 | 71.426 | 7 | 86 | 26.324 | 477.830 |

2) Setor Não Rural

| ESTADO | MICRO | | PEQUENO | | MÉDIO | | GRANDE | | TOTAL | |
|--------------|------------|---------------|--------------|----------------|------------|----------------|-----------|----------------|--------------|------------------|
| | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil |
| Acre | 42 | 1.518 | 151 | 18.878 | 9 | 11.232 | 2 | 62.421 | 204 | 94.049 |
| Amapá | 2 | 36 | 46 | 5.784 | 7 | 5.235 | 1 | 142.722 | 56 | 153.777 |
| Amazonas | 29 | 403 | 201 | 15.750 | 11 | 22.436 | 15 | 168.379 | 256 | 206.968 |
| Pará | 50 | 3.491 | 504 | 37.416 | 45 | 70.275 | 11 | 404.625 | 610 | 515.807 |
| Rondônia | 35 | 3.113 | 221 | 29.623 | 16 | 18.210 | 10 | 25.369 | 281 | 76.315 |
| Roraima | 1 | 18 | 29 | 6.046 | 4 | 3.740 | - | - | 34 | 8.804 |
| Tocantins | 46 | 2.916 | 189 | 23.232 | 15 | 12.447 | 9 | 71.977 | 259 | 110.572 |
| TOTAL | 295 | 11.485 | 1.341 | 135.729 | 108 | 143.575 | 48 | 875.493 | 1.700 | 1.166.292 |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

Tabela 21 Contratações para Abertura/Implantação de Novos Empreendimentos
Exercício de 2010

1) Setor Não Rural

| ESTADO | MINI/MICRO | | PEQUENO | | MÉDIO | | GRANDE | | TOTAL | |
|--------------|------------|------------|-----------|--------------|-----------|---------------|----------|----------------|-----------|----------------|
| | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil | Nº Op | R\$ Mil |
| Acre | - | - | 13 | 4.481 | - | - | - | - | 13 | 4.481 |
| Amapá | - | - | 1 | 400 | - | - | 1 | 142.722 | 2 | 143.122 |
| Amazonas | - | - | 3 | 562 | 1 | 4.203 | 1 | 46.930 | 5 | 51.695 |
| Pará | 4 | 435 | 9 | 1.053 | 1 | 3.514 | 1 | 151.017 | 15 | 156.019 |
| Rondônia | 1 | 219 | 2 | 339 | 6 | 12.817 | - | - | 9 | 13.375 |
| Roraima | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tocantins | 2 | 194 | 5 | 613 | 3 | 297 | 2 | 47.963 | 12 | 49.067 |
| TOTAL | 7 | 848 | 33 | 7.448 | 11 | 20.831 | 5 | 388.632 | 56 | 417.760 |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

Obs.: Há registro de uma contratação no setor rural, no valor de R\$ 32.413 milhões, no Estado do Amapá (grande porte).

**Tabela 22 Contratações com a Participação de Recursos Próprios
Exercício de 2010**

Sector Rural

| PORTE DO BENEFICIÁRIO | Recursos do FNO | | Recursos Próprios | | TOTAL | |
|-----------------------|-----------------|---------------|-------------------|---------------|----------------|---------------|
| | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % |
| Cooperativas | 8.590 | 0,9% | 0 | 0,0% | 8.590 | 0,9% |
| Mini | 528.982 | 55,2% | 356 | 1,1% | 529.348 | 53,4% |
| Pequeno | 45.244 | 4,7% | 449 | 1,4% | 45.693 | 4,6% |
| Médio | 133.513 | 13,9% | 8.175 | 25,5% | 141.688 | 14,3% |
| Grande | 242.297 | 25,3% | 23.100 | 72,0% | 265.397 | 26,8% |
| TOTAL | 958.636 | 100,0% | 32.080 | 100,0% | 990.716 | 100,0% |

Demais Sektres

| PORTE DO BENEFICIÁRIO | Recursos do FNO | | Recursos Próprios | | TOTAL | |
|-----------------------|------------------|---------------|-------------------|---------------|------------------|---------------|
| | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % | R\$ Mil | % |
| Micro | 12.300 | 0,8% | 417 | 0,1% | 12.717 | 0,6% |
| Pequeno | 200.576 | 12,5% | 30.184 | 6,3% | 230.760 | 11,0% |
| Médio | 210.932 | 13,1% | 30.058 | 6,2% | 240.990 | 11,5% |
| Grande | 1.186.241 | 73,7% | 421.716 | 87,4% | 1.607.957 | 76,8% |
| TOTAL | 1.610.049 | 100,0% | 482.375 | 100,0% | 2.092.424 | 100,0% |

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**Tabela 23 Saldo das Contratações por Sector Produtivo
Posição em 31/12/2010**

| SETOR | Nº OP | % | R\$ Mil | % |
|--------------|----------------|---------------|-------------------|---------------|
| Rural | 289.121 | 87,63 | 5.955.296 | 58,75 |
| Não Rural | 6.527 | 2,37 | 4.181.617 | 41,25 |
| TOTAL | 275.648 | 100,00 | 10.136.913 | 100,00 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 24 Saldo das Contratações por Encargos Financeiros
Posição em 31/12/2010

| Setor | Taxa de Juros (%) | N.º de Contratos | Saldo Total (R\$ 1,00) | Setor | Taxa de Juros (%) | N.º de Contratos | Saldo Total (R\$ 1,00) |
|-----------|-------------------|------------------|------------------------|---------------------|-------------------|------------------|------------------------|
| Não Rural | 3,00 | 5 | 2.863.949,94 | Rural (continuação) | 8,03 | 2 | 1.658.365,74 |
| | 6,00 | 28 | 9.616.575,94 | | 8,06 | 1 | 1.170.448,20 |
| | 6,75 | 870 | 44.100.699,26 | | 8,10 | 1 | 1.742.010,45 |
| | 7,25 | 17 | 1.335.596,75 | | 8,17 | 1 | 1.614.412,09 |
| | 8,00 | 39 | 5.565.414,08 | | 8,21 | 1 | 1.996.694,71 |
| | 8,25 | 4.275 | 549.240.938,81 | | 8,32 | 1 | 1.037.588,50 |
| | 9,50 | 920 | 805.570.783,61 | | 8,36 | 1 | 1.673.305,01 |
| | 10,00 | 366 | 2.758.872.910,12 | | 8,40 | 7 | 13.018.146,33 |
| | 11,50 | 7 | 4.449.826,68 | | 8,41 | 2 | 1.549.219,66 |
| Sub-Total | | 6.527 | 4.181.616.695,39 | | 8,43 | 2 | 3.261.608,16 |
| Rural | 0,00 | 1.636 | 6.298.992,96 | | 8,45 | 1 | 2.617.801,66 |
| | 0,50 | 58.973 | 249.943.563,95 | | 8,50 | 1.669 | 1.175.527.736,06 |
| | 1,00 | 4.396 | 20.716.157,15 | | 8,66 | 1 | 3.019.273,76 |
| | 1,15 | 38.345 | 264.001.294,73 | | 8,67 | 2 | 4.266.964,84 |
| | 1,50 | 3.655 | 12.572.751,95 | | 8,68 | 1 | 3.064.416,08 |
| | 2,00 | 22.830 | 439.319.078,22 | | 8,69 | 1 | 2.631.559,75 |
| | 3,00 | 63.255 | 985.151.716,87 | | 8,74 | 1 | 3.273.644,54 |
| | 4,00 | 46.397 | 507.339.766,46 | | 8,75 | 35 | 3.982.891,86 |
| | 4,50 | 1.008 | 17.326.787,73 | | 8,78 | 1 | 2.115.931,30 |
| | 5,00 | 14.560 | 458.669.882,86 | | 8,85 | 1 | 3.513.634,97 |
| | 5,50 | 134 | 4.109.422,40 | | 8,88 | 1 | 3.723.294,71 |
| | 6,00 | 1.297 | 48.091.571,56 | | 8,99 | 2 | 6.017.410,86 |
| | 6,50 | 91 | 586.862,41 | | 9,00 | 11 | 7.373.254,77 |
| | 6,70 | 1 | 3.045,42 | | 9,09 | 1 | 3.784.994,21 |
| | 6,75 | 4.409 | 394.313.094,08 | | 9,31 | 1 | 5.415.289,42 |
| | 7,25 | 6.056 | 1.211.804.202,37 | | 10,75 | 2 | 1.776.770,56 |
| | 8,00 | 335 | 59.220.308,82 | Sub-Total | | 289.121 | 5.955.296.474,98 |
| | 8,01 | 4 | 5.011.495,82 | Total | | 275.648 | 18.136.913.179,37 |

Fonte: Banco da Amazônia/GSIST (Sist. Controle de Operações)

Tabela 25 Previsão de Liberação das Contratações - Até 31/12/2011

| Setor Rural | | | | | | | | R\$ Mil |
|-------------|-------|----------|-------|--------|----------|---------|-----------|---------|
| Mes/Ano | Acre | Amazonas | Amapá | Pará | Rondônia | Roraima | Tocantins | Total |
| jan/11 | 709 | 2.267 | 4.984 | 7.066 | 1.676 | 18 | 2.221 | 18.941 |
| fev/11 | 435 | 796 | 127 | 3.837 | 127 | 2 | 3.745 | 9.069 |
| mar/11 | 49 | 83 | 60 | 746 | 43 | 0 | 2.038 | 3.019 |
| abr/11 | 521 | 210 | 72 | 627 | 20 | 0 | 233 | 1.683 |
| mai/11 | 119 | 1.589 | 295 | 2.128 | 9 | 1 | 558 | 4.699 |
| jun/11 | 57 | 385 | 153 | 3.043 | 77 | 18 | 701 | 4.434 |
| jul/11 | 816 | 164 | 135 | 426 | 42 | 0 | 130 | 1.713 |
| ago/11 | 26 | 1.429 | 31 | 2.361 | 200 | 1 | 455 | 4.503 |
| set/11 | 144 | 291 | 272 | 2.123 | 166 | 2 | 49 | 3.047 |
| out/11 | 893 | 44 | 232 | 1.364 | 146 | 0 | 780 | 3.519 |
| nov/11 | 5 | 38 | 192 | 1.079 | 85 | 1 | 592 | 1.992 |
| dez/11 | 144 | 66 | 379 | 843 | 46 | 17 | 372 | 1.867 |
| Total | 3.918 | 7.362 | 6.992 | 25.843 | 2.637 | 60 | 11.874 | 58.486 |
| % | 6,7% | 12,6% | 12,0% | 43,8% | 4,5% | 0,1% | 20,3% | 100,0% |

| Demais Setores | | | | | | | | R\$ Mil |
|----------------|-------|----------|---------|---------|----------|---------|-----------|---------|
| Mes/Ano | Acre | Amazonas | Amapá | Pará | Rondônia | Roraima | Tocantins | Total |
| jan/11 | 5.469 | 5.430 | 99.905 | 110.871 | 1.560 | 510 | 6.797 | 230.542 |
| fev/11 | 1.265 | 2.327 | 256 | 10.489 | 707 | 110 | 1.897 | 17.051 |
| mar/11 | 1.616 | 13.731 | 0 | 4.087 | 4.085 | 0 | 348 | 23.867 |
| abr/11 | 108 | 0 | 0 | 1.230 | 939 | 0 | 60 | 2.337 |
| mai/11 | 0 | 12.819 | 42.816 | 69 | 374 | 675 | 5.303 | 62.056 |
| jun/11 | 0 | 4.923 | 0 | 0 | 319 | 0 | 0 | 5.242 |
| jul/11 | 0 | 5.641 | 0 | 45.305 | 4.448 | 0 | 598 | 55.992 |
| ago/11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| set/11 | 0 | 0 | 0 | 6.966 | 0 | 0 | 5.432 | 12.398 |
| out/11 | 0 | 5.857 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.857 |
| nov/11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| dez/11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 8.458 | 50.728 | 142.977 | 179.017 | 12.432 | 1.295 | 20.435 | 415.342 |
| % | 2,0% | 12,2% | 34,4% | 43,1% | 3,0% | 0,3% | 4,9% | 100,0% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

Tabela 26 Previsão de Amortização das Contratações - Até 31/12/2011

| Setor Rural | | | | | | | | R\$ Mil |
|--------------|---------------|---------------|--------------|----------------|----------------|---------------|----------------|------------------|
| Mes/Ano | Acre | Amazonas | Amapá | Pará | Rondônia | Roraima | Tocantins | Total |
| jan/11 | 1.049 | 5.225 | 294 | 20.330 | 4.283 | 2.143 | 7.005 | 40.329 |
| fev/11 | 4.507 | 9.108 | 1.338 | 60.889 | 8.842 | 4.589 | 6.600 | 95.873 |
| mar/11 | 2.418 | 3.693 | 216 | 22.094 | 5.724 | 2.731 | 8.540 | 45.416 |
| abr/11 | 5.008 | 4.990 | 147 | 18.697 | 4.192 | 2.661 | 13.603 | 49.298 |
| mai/11 | 3.600 | 4.605 | 771 | 25.563 | 5.619 | 3.268 | 18.524 | 59.950 |
| jun/11 | 3.502 | 4.968 | 686 | 43.726 | 8.229 | 4.151 | 29.420 | 94.682 |
| jul/11 | 3.129 | 5.400 | 445 | 32.165 | 9.030 | 1.207 | 119.456 | 170.832 |
| ago/11 | 6.920 | 8.188 | 697 | 33.548 | 17.097 | 1.189 | 25.471 | 91.120 |
| set/11 | 3.109 | 4.845 | 1.172 | 25.510 | 25.413 | 4.393 | 27.226 | 91.668 |
| out/11 | 3.665 | 4.114 | 1.203 | 56.910 | 20.936 | 1.067 | 61.646 | 149.541 |
| nov/11 | 4.786 | 6.010 | 530 | 66.184 | 23.247 | 3.340 | 28.836 | 132.933 |
| dez/11 | 12.580 | 12.466 | 1.159 | 81.800 | 13.868 | 3.973 | 30.106 | 155.952 |
| Total | 54.273 | 71.612 | 8.658 | 487.416 | 146.480 | 34.722 | 374.433 | 1.177.594 |
| % | 4,6% | 6,1% | 0,7% | 41,6% | 12,4% | 2,9% | 31,8% | 100,0% |

| Demais Setores | | | | | | | | R\$ Mil |
|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|--------------|---------------|----------------|
| Mes/Ano | Acre | Amazonas | Amapá | Pará | Rondônia | Roraima | Tocantins | Total |
| jan/11 | 4.935 | 14.645 | 1.152 | 18.530 | 7.308 | 359 | 5.990 | 52.919 |
| fev/11 | 4.617 | 12.588 | 1.034 | 14.848 | 6.063 | 424 | 4.700 | 44.274 |
| mar/11 | 4.576 | 12.494 | 1.015 | 14.440 | 5.887 | 424 | 4.515 | 43.351 |
| abr/11 | 4.599 | 12.414 | 1.045 | 14.410 | 6.555 | 423 | 4.715 | 44.161 |
| mai/11 | 4.604 | 12.619 | 1.109 | 14.292 | 6.726 | 427 | 4.769 | 44.546 |
| jun/11 | 4.600 | 13.046 | 1.149 | 14.094 | 6.975 | 428 | 5.261 | 45.551 |
| jul/11 | 4.571 | 13.291 | 944 | 14.536 | 6.675 | 428 | 5.382 | 45.827 |
| ago/11 | 4.612 | 13.092 | 936 | 15.034 | 6.747 | 426 | 5.200 | 46.047 |
| set/11 | 4.581 | 13.618 | 937 | 14.850 | 6.661 | 427 | 5.143 | 46.217 |
| out/11 | 4.487 | 13.482 | 936 | 14.582 | 6.733 | 431 | 5.202 | 45.863 |
| nov/11 | 4.475 | 13.318 | 869 | 14.816 | 6.758 | 439 | 5.260 | 45.935 |
| dez/11 | 4.441 | 13.397 | 807 | 14.058 | 7.927 | 433 | 5.305 | 46.368 |
| Total | 55.098 | 158.004 | 11.933 | 178.500 | 81.015 | 5.067 | 61.442 | 551.059 |
| % | 10,0% | 28,7% | 2,2% | 32,4% | 14,7% | 0,9% | 11,1% | 100,0% |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

Tabela 27 Valores Desembolsados por Programa
Exercício de 2010

| ESTADO | SETOR RURAL | | | | | | TOTAL |
|-----------|---------------|---------------|----------------|------------------------|-----------------------------|----------------|-------|
| | Pronaf A | Pronaf B | Pronaf Demais | FNO- Biodiversidade | FNO-Amazônia Sustentável | | |
| | | | | | | | |
| Acre | 2.345.020,14 | 3.973.000,00 | 21.577.255,87 | 1.851.849,95 | 12.673.250,42 | 42.530.376,38 | |
| Amazonas | 908.898,38 | 2.853.354,80 | 57.192.845,96 | 1.337.892,54 | 11.770.855,09 | 74.061.454,58 | |
| Amapá | 2.488.002,33 | 630.000,00 | 12.230.835,24 | 20.721.881,14 | 1.616.551,35 | 37.867.370,08 | |
| Pará | 29.313.337,73 | 20.032.710,63 | 153.320.025,96 | 18.004.299,99 | 45.361.971,01 | 266.032.345,32 | |
| Rorônia | 2.497.488,68 | 3.943.097,86 | 93.065.204,49 | 4.822.429,51 | 57.339.183,29 | 161.437.414,81 | |
| Roraima | 917.327,40 | 16.000,00 | 2.255.208,42 | 1.500,00 | 4.064.491,48 | 7.254.827,28 | |
| Tocantins | 13.972.012,81 | 638.176,54 | 35.327.838,33 | 4.094.088,57 | 238.059.779,08 | 292.061.885,33 | |
| TOTALS | 62.390.096,46 | 32.085.339,93 | 376.059.114,27 | 50.544.041,70 | 370.885.891,70 | 981.075.483,76 | |

R\$

| ESTADOS | DEMAIS SETORES | | | | | | TOTAL |
|-----------|----------------|----------------|---------------|----------------|--------------|---------------------|------------------|
| | Agroindustrial | Industrial | Turismo | Infraestrutura | Cultura | Comércio / Serviços | |
| | | | | | | | |
| Acre | 1.398.247,00 | 12.444.828,38 | 326.471,78 | - | - | 54.138.804,29 | 68.218.149,43 |
| Amazonas | 4.572.708,00 | 151.158.011,22 | 4.299.035,30 | - | 10.088,00 | 159.922.717,50 | 319.992.859,02 |
| Amapá | 499.780,00 | 8.141.554,31 | 37.988,11 | - | 16.470,00 | 12.744.633,49 | 19.350.405,91 |
| Pará | 8.619.885,15 | 115.192.379,38 | 30.071.097,32 | 94.824.837,33 | 705.182,70 | 199.527.837,53 | 418.941.019,41 |
| Rorônia | 4.413.837,46 | 28.750.120,02 | 4.925.024,39 | 300.000.000,00 | 752.132,62 | 93.129.620,51 | 428.970.534,90 |
| Roraima | 70.000,00 | 397.612,48 | - | - | - | 5.788.232,01 | 6.253.844,49 |
| Tocantins | 890.165,97 | 100.315.954,11 | 22.336.154,14 | 390.063,39 | 1.109.257,94 | 45.352.058,64 | 170.391.754,19 |
| TOTALS | 20.294.223,58 | 412.399.357,88 | 61.994.751,04 | 395.214.900,72 | 2.593.129,16 | 540.601.903,97 | 1.433.088.266,35 |

R\$

R\$

| ESTADOS | DEMAIS SETORES | | | | | | TOTAL |
|-----------|----------------|----------------|---------------|----------------|--------------|---------------------|------------------|
| | Agroindustrial | Industrial | Turismo | Infraestrutura | Cultura | Comércio / Serviços | |
| | | | | | | | |
| Acre | 1.398.247,00 | 12.444.828,38 | 328.471,78 | - | - | 54.138.804,29 | 68.218.149,43 |
| Amazonas | 4.572.708,00 | 151.158.011,22 | 4.289.035,30 | - | 10.088,00 | 159.922.717,50 | 319.962.559,02 |
| Amapá | 408.780,00 | 8.141.554,31 | 37.988,11 | - | 16.470,00 | 12.744.633,49 | 19.360.405,91 |
| Pará | 8.618.685,16 | 115.192.379,38 | 30.071.097,32 | 94.824.837,33 | 705.182,70 | 168.527.837,53 | 418.941.019,41 |
| Rorônia | 4.413.837,46 | 28.750.120,02 | 4.925.024,39 | 300.000.000,00 | 762.132,62 | 93.129.520,51 | 428.970.534,90 |
| Roraima | 70.000,00 | 397.612,48 | - | - | - | 5.788.232,01 | 6.253.844,49 |
| Tocantins | 890.165,97 | 100.315.054,11 | 22.335.164,14 | 390.063,39 | 1.109.257,94 | 45.352.058,64 | 170.391.754,19 |
| TOTALS | 20.284.223,58 | 412.399.357,88 | 61.994.751,04 | 395.214.800,72 | 2.593.129,16 | 640.601.903,97 | 1.433.088.266,35 |

R\$

Fonte: Banco da Amazônia - Set Cont Operações

Tabela 28 Valores Desembolsados por Parte do Beneficiário
Exercício de 2010

| ESTADOS | SETOR RURAL | | | | | TOTAL |
|---------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Agricultura Familiar | Mini | Pequeno | Médio | Grande | |
| Acre | 27.986.276,01 | 1.150.232,64 | 1.585.831,60 | 5.440.015,78 | 5.379.020,37 | 42.530.376,38 |
| Amazonas | 60.962.898,96 | 4.688.516,11 | 2.123.442,99 | 1.748.429,11 | 4.668.169,42 | 74.081.454,58 |
| Amapá | 15.326.937,57 | 62.088,48 | 235.509,40 | 1.318.943,47 | 20.721.891,14 | 37.967.370,06 |
| Pará | 202.669.074,32 | 4.818.510,50 | 8.057.336,77 | 17.533.273,48 | 33.157.150,25 | 266.032.345,32 |
| Rondônia | 99.475.802,01 | 9.489.660,17 | 8.804.102,63 | 14.929.662,55 | 28.738.187,45 | 161.437.414,81 |
| Roraima | 3.188.535,82 | 345.019,40 | 284.395,00 | 1.117.828,41 | 2.318.848,95 | 7.254.627,28 |
| Tocantins | 49.938.027,68 | 22.900.991,48 | 21.742.929,74 | 87.250.212,29 | 110.259.734,14 | 282.091.895,33 |
| TOTALS | 469.646.850,36 | 43.236.026,78 | 42.913.549,13 | 129.338.385,07 | 208.142.891,42 | 881.075.483,76 |

| ESTADOS | DEMAIS SETORES | | | | | TOTAL |
|---------------|------------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Microempreendedor Individual (MEI) | Micro | Pequena | Média | Grande | |
| Acre | - | 2.313.735,02 | 28.038.254,82 | 12.046.849,77 | 27.819.309,82 | 68.218.149,43 |
| Amazonas | - | 785.447,20 | 17.074.733,88 | 37.241.845,85 | 284.880.831,11 | 318.962.558,02 |
| Amapá | - | 130.510,20 | 10.907.816,05 | 8.188.979,89 | 125.100,00 | 19.350.405,91 |
| Pará | - | 3.878.362,18 | 69.408.490,57 | 86.135.672,46 | 288.720.494,20 | 418.941.019,41 |
| Rondônia | - | 3.444.205,91 | 33.715.318,24 | 42.864.838,31 | 349.946.172,44 | 428.970.534,90 |
| Roraima | - | 18.000,00 | 2.784.690,45 | 3.451.154,04 | - | 8.253.844,49 |
| Tocantins | - | 2.293.592,47 | 29.492.352,37 | 14.958.530,13 | 123.637.178,22 | 170.391.754,19 |
| TOTALS | - | 12.841.862,98 | 179.421.856,36 | 204.895.970,22 | 1.036.128.766,79 | 1.433.088.266,35 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist Cont Operações

Tabela 29 Inadimplência por Setor Produtivo
Posição em 31/12/2010

| SETOR | Nº OP | % | R\$ Mil | % |
|--------------|----------------|--------------|----------------|-------------|
| Rural | 106.699 | 39,64 | 447.416 | 7,51 |
| Não Rural | 1.426 | 21,85 | 74.739 | 1,79 |
| TOTAL | 108.125 | 39,22 | 522.155 | 5,15 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 30 Inadimplência por Porte do Beneficiário
Posição em 31/12/2010

| PORTE | R\$ Mil | | |
|--------------|-------------------|---------------------|-------------|
| | SALDO TOTAL (A) | SALDO EM ATRASO (B) | % (B/A) |
| Cooperativa | 30.904 | 5.189 | 16,79 |
| Minimicro | 2.713.858 | 206.009 | 7,59 |
| Pequeno | 1.170.803 | 62.993 | 5,38 |
| Médio | 2.189.890 | 132.381 | 6,05 |
| Grande | 4.031.458 | 115.583 | 2,87 |
| TOTAL | 10.136.913 | 522.155 | 5,15 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 31 Inadimplência por Programa de Financiamento
Posição em 31/12/2010

| PROGRAMA | R\$ Mil | | |
|----------------------------------|-------------------|---------------------|-------------|
| | SALDO TOTAL (A) | SALDO EM ATRASO (B) | % (B/A) |
| FNO-PRONAF | 2.375.917 | 189.452 | 7,97 |
| FNO-Biodiversidade | 665.786 | 60.438 | 9,08 |
| FNO-Amaz Sustentável - Rural | 2.913.594 | 197.525 | 6,78 |
| FNO-Amaz Sustentável - Não Rural | 4.181.617 | 74.739 | 1,79 |
| TOTAL | 10.136.913 | 522.155 | 5,15 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 32 Inadimplência por Estado
Posição em 31/12/2010

| SETOR RURAL | | | R\$ Mil |
|--------------------|----------------------------|---------------------------------|--------------------|
| ESTADO | SALDO TOTAL (A) | SALDO EM ATRASSO (B) | % (B/A) |
| Acre | 232.018 | 15.561 | 6,71 |
| Amapá | 88.312 | 5.367 | 6,08 |
| Amazonas | 331.921 | 34.011 | 10,25 |
| Pará | 2.681.430 | 227.848 | 8,50 |
| Rondônia | 735.912 | 31.827 | 4,32 |
| Roraima | 147.201 | 22.662 | 15,40 |
| Tocantins | 1.738.503 | 110.140 | 6,34 |
| TOTAL | 5.955.296 | 447.416 | 7,51 |

| SETOR NÃO RURAL | | | R\$ Mil |
|------------------------|----------------------------|---------------------------------|--------------------|
| ESTADO | SALDO TOTAL (A) | SALDO EM ATRASSO (B) | % (B/A) |
| Acre | 204.853 | 4.000 | 1,95 |
| Amapá | 54.944 | 2.167 | 3,94 |
| Amazonas | 1.105.011 | 11.582 | 1,05 |
| Pará | 1.152.471 | 42.235 | 3,66 |
| Rondônia | 1.143.747 | 6.205 | 0,54 |
| Roraima | 32.831 | 2.036 | 6,20 |
| Tocantins | 487.760 | 6.514 | 1,34 |
| TOTAL | 4.181.617 | 74.739 | 1,79 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

Tabela 33 Inadimplência por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte
Posição em 31/12/2010

| Área Prioritária | Tipologia da PNDR | Saldo Total (R\$ mil) | Saldo Normal (R\$ mil) | Saldo Atraso (R\$ mil) | Inadimplência (%) |
|--|-------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-------------------|
| Mesorregião do Alto Solimões | BR | 2.181 | 2.060 | 121 | 5,57% |
| | EMR | - | - | - | - |
| | DMR | 184 | 177 | 7 | 3,77% |
| | AR | - | - | - | - |
| | Total | 2.365 | 2.237 | 128 | 5,43% |
| Mesorregião da Chapada das Mangabeiras | BR | 59.115 | 54.802 | 4.313 | 7,30% |
| | EMR | - | - | - | - |
| | DMR | - | - | - | - |
| | AR | - | - | - | - |
| | Total | 59.115 | 54.802 | 4.313 | 7,30% |
| Mesorregião do Vale do Rio Acre | BR | 484 | 440 | 54 | 10,86% |
| | EMR | 113.177 | 108.682 | 4.495 | 3,97% |
| | DMR | 58.450 | 55.586 | 2.864 | 4,90% |
| | AR | 172.053 | 163.742 | 8.311 | 4,83% |
| | Total | 344.174 | 328.450 | 15.724 | 4,57% |
| Mesorregião do Bico do Papagaio | BR | 219.843 | 210.880 | 8.963 | 4,08% |
| | EMR | 534.084 | 504.085 | 29.999 | 5,62% |
| | DMR | 358.307 | 333.912 | 24.395 | 6,81% |
| | AR | - | - | - | - |
| | Total | 1.112.234 | 1.048.877 | 63.357 | 5,70% |
| Mesorregião do Xingu | BR | - | - | - | - |
| | EMR | 58.700 | 51.496 | 7.204 | 10,49% |
| | DMR | 234.248 | 206.370 | 27.878 | 11,90% |
| | AR | - | - | - | - |
| | Total | 302.948 | 267.866 | 35.082 | 11,58% |
| Faixa de Fronteira | BR | 78.315 | 70.917 | 7.398 | 9,45% |
| | EMR | 712.911 | 697.494 | 15.417 | 2,16% |
| | DMR | 394.710 | 366.149 | 28.561 | 7,24% |
| | AR | 1.059.990 | 1.031.845 | 28.145 | 2,66% |
| | Total | 2.245.926 | 2.166.405 | 79.521 | 3,54% |
| Total Geral | | 4.066.762 | 3.868.837 | 198.125 | 4,87% |

Fonte: Banco da Amazônia-Sist Cont. Operações

Tabela 34 Inadimplência por Município Conforme Tipologia da PNDR
Posição em 31/12/2010

| Estado | Tipologia da PNDR | Saldo Total R\$ mil | Saldo Normal R\$ mil | Saldo Atraso R\$ mil | Inadimplência (%) |
|--------------|-------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Acre | BR | - | - | - | 0,00% |
| | EMR | 95.479 | 91.868 | 3.614 | 3,78% |
| | DMR | 169.339 | 159.880 | 9.459 | 5,59% |
| | AR | 172.053 | 165.565 | 6.488 | 3,77% |
| | Total | 436.871 | 417.318 | 19.551 | 4,48% |
| Amazonas | BR | 156.825 | 141.069 | 15.756 | 10,05% |
| | EMR | 116.354 | 106.999 | 9.355 | 8,04% |
| | DMR | 108.629 | 98.054 | 10.575 | 9,73% |
| | AR | 1.055.123 | 1.045.217 | 9.906 | 0,94% |
| | Total | 1.436.932 | 1.391.339 | 45.593 | 3,17% |
| Amapá | BR | 12.001 | 11.484 | 517 | 4,31% |
| | EMR | 10.938 | 10.145 | 793 | 7,25% |
| | DMR | 42.696 | 37.981 | 2.762 | 6,47% |
| | AR | 77.620 | 74.158 | 3.462 | 4,46% |
| | Total | 143.256 | 135.722 | 7.534 | 5,26% |
| Pará | BR | 467.554 | 422.846 | 44.708 | 9,56% |
| | EMR | 1.520.986 | 1.416.125 | 104.861 | 6,89% |
| | DMR | 1.351.864 | 1.262.105 | 108.075 | 7,99% |
| | AR | 493.496 | 481.057 | 12.439 | 2,52% |
| | Total | 3.833.900 | 3.563.817 | 270.083 | 7,04% |
| Rondônia | BR | - | - | - | 0,00% |
| | EMR | 989.122 | 968.334 | 20.788 | 2,10% |
| | DMR | 120.049 | 115.127 | 4.922 | 4,10% |
| | AR | 770.488 | 758.186 | 12.322 | 1,60% |
| | Total | 1.879.659 | 1.841.627 | 38.032 | 2,02% |
| Roraima | BR | 16.547 | 13.654 | 2.893 | 17,48% |
| | EMR | - | - | - | 0,00% |
| | DMR | 92.498 | 78.906 | 13.892 | 15,02% |
| | AR | 70.987 | 62.678 | 7.913 | 11,15% |
| | Total | 180.032 | 154.938 | 24.698 | 13,72% |
| Tocantins | BR | 368.610 | 347.868 | 20.742 | 5,63% |
| | EMR | 1.183.610 | 1.118.850 | 64.760 | 5,47% |
| | DMR | 290.239 | 275.325 | 14.915 | 5,14% |
| | AR | 383.804 | 367.567 | 16.237 | 4,23% |
| | Total | 2.226.263 | 2.109.609 | 116.654 | 5,24% |
| Região Norte | BR | 1.021.537 | 936.920 | 84.617 | 8,28% |
| | EMR | 3.918.490 | 3.712.319 | 204.171 | 5,21% |
| | DMR | 2.175.315 | 2.010.715 | 164.600 | 7,57% |
| | AR | 3.023.571 | 2.954.804 | 68.767 | 2,27% |
| | Total | 10.136.913 | 9.614.758 | 522.155 | 5,15% |

Fonte: Banco da Amazônia-Sist.Cont.Operações

Tabela 35 Operações de Crédito Renegociadas
Exercício de 2010

| Estado | N.º Op. | Valor (R\$ Mil) |
|---------------|----------------|------------------------|
| Acre | 294 | 15.838 |
| Amapá | 30 | 2.174 |
| Amazonas | 569 | 15.574 |
| Pará | 4.809 | 253.580 |
| Rondônia | 501 | 190.288 |
| Roraima | 162 | 8.210 |
| Tocantins | 1.853 | 232.043 |
| Total | 8.218 | 717.706 |

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO) **(UG 537002)**

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2010, constantes do sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belém (PA), 29 de abril de 2011


MARIA DE BELEM SILVA COTTA
Contador
CRC-PA n. 007217/0

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)**UG 537002****Exercício findo em 31 de dezembro de 2010**

1. A movimentação do FNO, referente ao mês de dezembro de 2010, foi inserida no SIAFI com valores provisórios, considerando que o Banco da Amazônia S.A. não dispunha de todas as informações definitivas dentro do prazo exíguo de encerramento daquele sistema (07 de janeiro de 2011). Ao serem concluídas as peças contábeis do FNO com base na Lei n. 6.404/76, inclusive com o Parecer dos Auditores Independentes, foram identificadas divergências em relação aos demonstrativos constantes no SIAFI.

2. Assim, no SIAFI2011 foram registrados os seguintes ajustes:

| <u>Ajustes modificativos</u> | (Em milhares de Reais) |
|---|--|
| (+) Rendas operações de crédito | R\$1.362 (2011NL0000005/45) |
| (-) Rendas recuperações de créditos | R\$ 319 (2011NL000015/16/17/48/49/104) |
| (-) Despesas <i>Del credere</i> | R\$ 19 (2011NL0000010/11) |
| (+) Despesas provisão devedores duvidosos | <u>R\$ 107 (2011NL000012/46)</u> |
| Total (+) | <u>RS1.131</u> |

3. Conciliação do patrimônio líquido do FNO:

| | |
|---|----------------------------|
| Patrimônio líquido no SIAFI | RS11.504.721 |
| (+) Ajustes modificativos | <u>R\$ 1.131</u> |
| Patrimônio líquido - Lei n. 6.404/76 | <u>RS11.505.852</u> |

Belém (PA), 03 de maio de 2011


MARIA DE BELEM SILVA COTTA
Contador
ERC-PA n. 007217/0

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | |
|----------------|--|------------|--------------|
| TÍTULO | BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCÍCIO | MES |
| SUBTÍTULO | 537002AR0001 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANÇAS DO NORTE | 2010 | DEZ/RENOVADO |
| ORÇÃO SUPERIOR | SUDOP - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL | EMISSÃO | PÁGINA |
| | | 02/08/2011 | 1 |

| ATIVO | | 2009 | 2010 | 2009 | 2010 |
|---|--|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| TÍTULOS | TÍTULOS | | | | |
| ATIVO FINANCEIRO | PASSIVO FINANCEIRO | | | | |
| DISPONÍVEL | DEBENTURES EM CIRCULAÇÃO | 2.081.072.028,21 | 1.971.284.230,21 | 106.377.518,61 | 106.377.518,61 |
| DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 1.971.284.230,21 | 1.971.284.230,21 | 106.377.518,61 | 106.377.518,61 |
| CREDITOS EM CIRCULAÇÃO | DEBITOS DIVERSOS A PAGAR | 109.785.790,00 | 93.264.837,30 | 31.377.518,61 | 31.377.518,61 |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 93.264.837,30 | 16.520.960,70 | 73.000.000,00 | 73.000.000,00 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS | A LIQUIDAR | 16.520.960,70 | 6.092.988,51 | 274.647.417,37 | 274.647.417,37 |
| ATIVO NÃO FINANCEIRO | PASSIVO NÃO FINANCEIRO | | | | |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO | DEBENTURES EM CIRCULAÇÃO | 8.107.168.174,38 | 2.258.658.295,75 | -73.000.000,00 | -73.000.000,00 |
| CREDITOS EM CIRCULAÇÃO | RESTITUICAO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID | 2.028.997.456,31 | 2.258.658.295,75 | -73.000.000,00 | -73.000.000,00 |
| RECURSOS A RECEBER VENCIMENTO DE 90-DISETIC | PASSIVO REAL | 2.028.997.456,31 | -93.264.837,30 | 31.377.518,61 | 31.377.518,61 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | PATRIMONIO LIQUIDO | -93.264.837,30 | 2.526.090.842,53 | 10.146.066.035,66 | 10.146.066.035,66 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAIS CURTO PRA | PATRIMONIO/CAPITAL | 2.526.090.842,53 | -86.544.882,19 | 6.941.074.996,03 | 6.941.074.996,03 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSES | PATRIMONIO | -86.544.882,19 | -107.830.786,39 | 10.146.066.035,66 | 10.146.066.035,66 |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO | RESULTADO DO PERIODO | -107.830.786,39 | 7.196.368.203,95 | 1.358.654.983,64 | 1.358.654.983,64 |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA | 7.196.368.203,95 | 7.622.617.634,67 | 10.173.290.187,62 | 10.173.290.187,62 |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA | 6.941.074.996,03 | -320.423.135,74 | -10.173.290.187,62 | -10.173.290.187,62 |
| PROVISAO PARA PERDAS PROVAIS | PASSIVO COMPENSADO | 6.941.074.996,03 | 11.896.098.837,91 | 2.431.060.989,05 | 2.431.060.989,05 |
| PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSES - LP | COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS | -320.423.135,74 | 2.431.060.989,05 | 2.431.060.989,05 | 2.431.060.989,05 |
| ATIVO REAL | COMPENSAÇÕES DIVERSAS | -320.423.135,74 | 2.431.060.989,05 | 13.987.159.516,96 | 13.987.159.516,96 |
| ATIVO COMPENSADO | PASSIVO | | | | |
| COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS | | | | | |
| OUTRAS COMPENSAÇÕES | | | | | |
| ATIVO | | 12.330.505.102,38 | 13.987.159.516,96 | 13.987.159.516,96 | 13.987.159.516,96 |

Bolella
Mário de Belém S. C. C.
02151-2 Gerente GFR.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| TÍTULO | | BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS | | EXERCÍCIO | | MES | |
|---------------------------------|--|---|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| SUBTÍTULO | | 537002/0001 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANÇAS DO NORTE | | 2010 | | 02/09/2011 | |
| ORÇAMO SUPLENTE | | 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL | | 2010 | | 02/09/2011 | |
| | | | | 2010 | | 2009 | |
| TÍTULOS | | TÍTULOS | | 2010 | | 2009 | |
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS | | DESPESAS DE CAPITAL | | 1.391.475.178,70 | 1.391.475.178,70 | 1.485.583.035,00 | 1.485.583.035,00 |
| TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS | | INVESTIMENTOS FINANCEIRAS | | 1.391.475.178,70 | 1.391.475.178,70 | 1.485.583.035,00 | 1.485.583.035,00 |
| REPASSO RECEBIDO | | DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | 2.310.340.336,87 | 2.310.340.336,87 | 1.320.850.387,37 | 1.320.850.387,37 |
| INTELIÇOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | | VALORES EM CIRCULAÇÃO | | 109.783.798,00 | 109.783.798,00 | 312.607.747,01 | 312.607.747,01 |
| VALORES EM CIRCULAÇÃO | | RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | | 93.264.837,30 | 93.264.837,30 | 314.514.761,50 | 314.514.761,50 |
| RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER | | VALORES EM TRANSITO REALIZAVES | | 18.820.960,70 | 18.820.960,70 | 8.092.985,51 | 8.092.985,51 |
| VALORES EM TRANSITO REALIZAVES | | OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO | | 350.871.579,33 | 350.871.579,33 | 91.889.245,59 | 91.889.245,59 |
| OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO | | RPPS NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO | | 324.647.417,37 | 324.647.417,37 | 71.678.458,65 | 71.678.458,65 |
| RPPS A PAGAR | | OUTRAS OBRIGAÇÕES | | 324.647.417,37 | 324.647.417,37 | 21.210.785,04 | 21.210.785,04 |
| NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR | | DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | 28.224.181,96 | 28.224.181,96 | 448.135.368,62 | 448.135.368,62 |
| CANCELADO | | AJUSTES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | | 324.054.385,49 | 324.054.385,49 | 634.218.026,15 | 634.218.026,15 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | AJUSTES DE DIÁRIOS E OBRIGAÇÕES | | 1.225.528.274,15 | 1.225.528.274,15 | 634.218.026,15 | 634.218.026,15 |
| AJUSTES DE DIÁRIOS E OBRIGAÇÕES | | BACIA DE DIRETOS | | 1.225.528.274,15 | 1.225.528.274,15 | 634.218.026,15 | 634.218.026,15 |
| INFORMAÇÃO DE DIRETOS | | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | | 1.225.528.274,15 | 1.225.528.274,15 | 634.218.026,15 | 634.218.026,15 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | | DISPONIBILIDADE NO PERÍODO DE | | 1.971.286.320,21 | 1.971.286.320,21 | 1.742.517.266,23 | 1.742.517.266,23 |
| OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIRETOS | | OUTRAS DISPONIBILIDADES | | 1.971.286.320,21 | 1.971.286.320,21 | 1.742.517.266,23 | 1.742.517.266,23 |
| DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT | | DISPENSIOES | | 5.973.001.645,88 | 5.973.001.645,88 | 4.748.951.512,60 | 4.748.951.512,60 |
| OUTRAS DISPONIBILIDADES | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |

Maria de Belém S. Corrêa
02/151-2 Gerente GECON

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TEBUONO NACIONAL

| TÍTULO | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS | EXERCÍCIO 2010 | MES DEZ(EMB)2010 |
|---|---|----------------------|---------------------|
| SUBTÍTULO | 527002/00001 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO NORTE | MISSÃO 02/05/2011 | PÁGINA 1 |
| ORÇAO SUPERIOR | 13000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL | | |
| | TÍTULOS | 2010 | 2009 |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | |
| ENCARGOS ESPECIAIS | | | |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | 1.316.475.178,70 | 1.485.583.659,00 |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | | 1.391.475.178,70 | 1.485.583.659,00 |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS | | -1.391.475.178,70 | -1.485.583.659,00 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS NECESSÁRIAS | | 1.316.475.178,70 | 1.307.684.897,72 |
| MUTUAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS | | 1.316.475.178,70 | 1.307.684.897,72 |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | | 1.391.475.178,70 | 1.485.583.659,00 |
| DEINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | | 1.316.475.178,70 | 1.179.287.464,55 |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS MUTUOS/MUTUAÇÕES | | 75.000.000,00 | 306.296.254,45 |
| DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | 1.316.475.178,70 | 1.307.684.897,72 |
| DESPESAS DE INVEST. FINANC., IMOB., COMER. E IND. | | 124.054.885,49 | 448.135.368,62 |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | 124.054.885,49 | 448.135.368,62 |
| RESULTADO APÓS RECEBIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | 792.420.293,21 | 739.549.579,10 |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | | 4.156.232.876,09 | 3.060.199.390,21 |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | | 3.263.129.283,52 | 2.478.157.804,53 |
| DEINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | | 251.419.418,19 | 0,00 |
| OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS | | 641.686.174,38 | 582.041.615,68 |
| (-) D ESCRITOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | | 3.589.999.488,88 | 2.594.757.379,68 |
| DEINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | | 2.951.137.561,05 | 2.149.508.033,15 |
| INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | | 324.447.417,37 | 55.327.296,73 |
| OUTROS D ESCRITOS PATRIMONIAIS | | 314.194.507,24 | 369.922.049,60 |
| RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT | | 1.388.884.983,64 | 1.204.991.439,63 |

Roberto Colla
Mestre das Contas S. Colla
02151-2 Gerente GECOR

1. ANEXO LAZARINHA -
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS EXERCÍCIOS | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| TÍTULO | 2010 | 2009 | |
| SUBTÍTULO | | | |
| ORÇAO SUPERIOR | | | |
| TÍTULOS | | | |
| DESPESAS ORÇAMENTARIAS | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.391.475.178,70 | 1.485.583.659,00 | |
| INVESTIMENTOS | 1.391.475.178,70 | 1.485.583.659,00 | |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS | 1.391.475.178,70 | 1.485.583.659,00 | |
| RESULTADO ORÇAMENTARIO | -1.391.475.178,70 | -1.485.583.659,00 | |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS | 1.316.475.178,70 | 1.207.684.897,72 | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 1.316.475.178,70 | 1.207.684.897,72 | |
| MUTUAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTARIAS | 1.316.475.178,70 | 1.485.583.659,00 | |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 1.391.475.178,70 | 1.179.287.404,53 | |
| DESLICITAMENTO DE PASSIVOS | 75.000.000,00 | 306.296.254,45 | |
| RESULTADO ORÇAMENTARIO APÓS INTERFERÊNCIAS | 1.316.475.178,70 | 1.207.684.897,72 | |
| DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS | 524.054.585,49 | 488.135.349,62 | |
| DESPESAS DE INST. FINANC., INT. COMER. E IND. | 524.054.585,49 | 488.135.349,62 | |
| (-) TOTAL DAS DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS | 524.054.585,49 | 488.135.349,62 | |
| RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS | 792.420.593,21 | 719.549.539,10 | |
| ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS | 4.156.233.876,09 | 3.060.199.290,21 | |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 3.243.129.283,52 | 2.478.137.604,53 | |
| DESLICITAMENTO DE PASSIVOS | 251.419.418,19 | 0,00 | |
| OUTROS ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS | 661.685.174,38 | 582.041.685,68 | |
| (-) DECRÉSCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS | 3.589.998.485,86 | 2.594.737.375,69 | |
| DESLICITAMENTO DE ATIVOS | 2.851.187.561,05 | 2.149.508.033,15 | |
| INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 324.647.417,37 | 55.327.294,73 | |
| OUTROS DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS | 314.194.587,24 | 389.922.249,80 | |
| RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DÉFICIT | 1.278.884.993,44 | 1.204.951.489,63 | |

Marcelo de Barros S. Costa
02151-2 Gerente GECON

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
 Lei nº 7.837, de 31/08/1998
 BALANÇO PATRIMONIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
 (Em milhões de Reais)

| | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|---|-------------------|-------------------|
| ATIVO | | |
| CIRCULANTE | 6.961.416 | 4.682.264 |
| DISPONIBILIDADES | 1.972.899 | 1.742.434 |
| Reservas a Alocar | 1.302.813 | 1.288.773 |
| Reservas Alçadas | 669.186 | 453.661 |
| TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER | 94.891 | 8.178 |
| DEVEDORES POR REPASSES | 1.449 | 1.438 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO | 394.711 | 398.478 |
| Financiamentos Rurais | 421.423 | 411.806 |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 14.008 | 18.574 |
| Provisão Operações de Crédito | (30.710) | (31.912) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO | 3.043.343 | 2.948.589 |
| Financiamentos Rurais | 1.487.852 | 1.888.994 |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 330.885 | 382.785 |
| Financiamentos - Comércio e Serviços | 271.388 | 225.817 |
| Provisão Operações de Crédito | (46.763) | (55.804) |
| PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA | (34.477) | (38.838) |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 7.188.814 | 6.698.327 |
| DEVEDORES POR REPASSES | 16.818 | 11.371 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO | 1.889.287 | 1.173.472 |
| Financiamentos Rurais | 1.113.624 | 1.227.632 |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 17.898 | 24.265 |
| Provisão Operações de Crédito | (72.134) | (28.414) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO | 6.485.373 | 5.233.588 |
| Financiamentos Rurais | 2.892.397 | 2.742.787 |
| Financiamentos Industriais/Agroindustriais | 1.887.084 | 1.485.783 |
| Financiamentos - Comércio e Serviços | 1.888.557 | 1.144.834 |
| Provisão Operações de Crédito | (33.679) | (58.158) |
| PROVISÃO BÔNUS DE ADIPLÊNCIA | (338.428) | (237.078) |
| TOTAL DO ATIVO | 11.637.328 | 10.172.482 |
| PASSIVO | | |
| CIRCULANTE | 31.377 | 28.324 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 31.377 | 28.324 |
| Taxas de Administração | 31.377 | 28.324 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 11.605.952 | 10.144.158 |
| RECURSOS DO TERCEIRO NO EXERCÍCIO | 1.391.308 | 1.253.083 |
| Primeiro Bimestre | 677.502 | 848.343 |
| Segundo Bimestre | 693.408 | 814.699 |
| REPASSES DO TERCEIRO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES | 9.498.388 | 8.368.387 |
| LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 638.858 | 637.672 |
| PRELÍZIO DO EXERCÍCIO | (1.712) | (9.882) |
| Primeiro Bimestre | (91.464) | (35.287) |
| Segundo Bimestre | 38.772 | 45.284 |
| TOTAL | 11.637.328 | 10.172.482 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dados (R\$) 21 de fevereiro de 2011

Conselho de Administração

Presidente: Adilson José de Sousa Junior

Conselheiros: Carlos Formigoni, Francisco De Góes, Marcos José Pereira Damasceno, Elsonar Mendes Silva de Fossaca Reis, José Carlos de Almeida Figueira

Diretoria Executiva

Presidente: Adilson José de Sousa Junior

Diretores: Antônio Carlos de Almeida Borges, Evandro Bezerra de Lima Filho, Ricardo José Lima Castro, Oliveira Negrão, José Carlos de Almeida Costa

Controlador: Roberto de Almeida Costa

CRC-PA 007217A

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei N° 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

| DISCRIMINAÇÃO | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|---|------------------|------------------|
| RECEITAS: | 679.406 | 816.483 |
| Operações de crédito | 424.460 | 378.581 |
| Remuneração das disponibilidades | 166.005 | 146.727 |
| Reversão da provisão bônus de adimplência | 8.080 | 15.504 |
| Recuperação de créditos baixados | 81.861 | 74.691 |
| DESPESAS: | (681.118) | (826.446) |
| De administração | (272.281) | (262.803) |
| De remuneração agente - Pronaf | (13.068) | (11.973) |
| De auditoria externa | (185) | (181) |
| De renegociações e descontos | (73.251) | (4.209) |
| De bônus de adimplência | (103.871) | (53.361) |
| De provisão operações de crédito | (218.352) | (263.089) |
| PREJUIZO DO EXERCÍCIO | (1.712) | (9.963) |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 24 de fevereiro de 2011.

Conselho de Administração

 Luiz Fernando Pires Augusto
 Presidente


 Abdias José de Sousa Junior
 Conselheiro


 Fabrício Da Soler
 Conselheiro


 Marcos José Pereira Damasceno
 Conselheiro


 Elomar Wesley Arras da Fonseca Rios
 Conselheiro


 José Rauler Silva de Almeida
 Conselheiro
Diretoria Executiva

 Abdias José de Sousa Junior
 Presidente



 Antônio Carlos de Lima Borges
 Diretor


 Evandro Bessa de Lima Filho
 Diretor


 Eduardo José Lima Cunha
 Diretor


 Gavandro Negrão Silva
 Diretor


 Jorge Natal Alcázar Costa
 Diretor


 Maria de Belém Silva Costa
 Contador
 CRC-PA 007217/O

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

| | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|--|-------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| (Prejuízo) do exercício | (1.712) | (9.803) |
| Despesa de provisão para operações de crédito | 218.352 | 303.099 |
| Despesa de provisão para bônus de adimplência | 103.971 | 63.381 |
| Reversão de provisão para bônus de adimplência | (8.080) | (16.504) |
| Lucro líquido ajustado | 312.531 | 331.013 |
| (Aumento) em títulos e créditos a receber | (8.385) | (3.489) |
| (Redução) de devedores por repasses | 742 | 81 |
| (Aumento) em operações de crédito | (1.441.882) | (1.301.248) |
| Aumento em outras obrigações | 5.153 | 4.133 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | (1.444.172) | (1.300.543) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Recursos recebidos do Tesouro Nacional | 1.381.308 | 1.283.012 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | 1.381.308 | 1.283.012 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 229.555 | 293.482 |
| Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do período | 1.742.434 | 1.448.952 |
| No fim do período | 1.972.089 | 1.742.434 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 229.555 | 293.482 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 24 de fevereiro de 2011.

Conselho de Administração

Diretoria Executiva


 Luiz Fernando Faria Augusto
 Presidente


 Abdias José de Sousa Junior
 Presidente


 Abdias José de Sousa Junior
 Conselheiro


 Antônio Carlos de Lima Borges
 Diretor


 Fabrício De Soller
 Conselheiro


 Evandro Bessa de Lima Filho
 Diretor


 Marcos José Pereira Damasceno
 Conselheiro


 Eduardo José Lima Cunha
 Diretor


 Elomar Wesley Alves da Fonseca Reis
 Conselheiro


 Glivandro Negrão Silva
 Diretor


 José Raulier Silveira de Almeida
 Conselheiro


 João Carlos Falcão Costa
 Diretor


 Maurício de Belém Silva Costa
 Contador
 CRC-PA 00721710

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

| E V E N T O S | |
|---|-------------------|
| SALDO EM 31/12/2008 | 8.893.208 |
| Recursos repassados durante o exercício | 1.263.012 |
| Resultado do exercício | (9.963) |
| SALDO FINAL EM 31/12/2009 | 10.146.258 |
| Recursos repassados durante o exercício | 1.381.306 |
| Resultado do exercício | (1.712) |
| SALDO FINAL EM 31/12/2010 | 11.505.852 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 24 de fevereiro de 2011.

Conselho de AdministraçãoLuiz Fernando Elias Augusto
PresidenteAbdias José de Sousa Junior
ConselheiroFabrício Da Soller
ConselheiroMarcos José Pereira Damasceno
ConselheiroElionor Wesley Nunes da Fonseca Rios
ConselheiroJosé Heider Silveira de Almeida
Conselheiro**Diretoria Executiva**Abdias José de Sousa Junior
PresidenteAntônio Carlos de Lima Borges
DiretorEvandro Bessa de Lima Filho
DiretorEduardo José Lima Cunha
DiretorGilverando Negrão Silva
DiretorJorge Mac Falcão Costa
DiretorMaurício Belém Silva Costa
Contador
CRC-PA 007217/O

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, com alterações através das Leis Ordinárias nº 9.126, de 10/11/1995, 10.177, de 12/01/2001, 11.775, de 17/09/2008, e Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/08/2001.

O FNO representa o maior e principal instrumento econômico-financeiro para promover o desenvolvimento econômico e social da região Norte em bases sustentáveis, tendo como administrador o Banco da Amazônia S.A.. Seus recursos são oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, se destinam ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas na Região.

As aplicações do FNO estão pautadas no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2008 a 2011, nas orientações estratégicas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no Plano Amazônia Sustentável (PAS), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Política Nacional de Agricultura Familiar, na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, no Plano Nacional de Turismo (PNT), no Programa Mais Cultura, na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, nas políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, da pesca e aquicultura e nos Planos Estaduais de Aplicação de Recursos.

a) Área de atuação

Os recursos do FNO se destinam, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas desenvolvidas na Região Norte, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 Km².

b) Política de crédito

A política creditícia está assentada no Plano de Aplicação dos Recursos para 2010, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Programas de financiamento

Os recursos do FNO para o ano de 2010 foram disponibilizados através de três programas de financiamento: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); e Programa de Financiamento Para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade). Referidos programas contemplam as atividades produtivas da economia regional, por meio de concessões de financiamentos prioritários aos segmentos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), direcionado à agricultura de base familiar, empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

d) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

e) Fiscalização

Para efeito de fiscalização e acompanhamento, os demonstrativos contendo a movimentação dos recursos, aplicações e os resultados do FNO são enviados mensalmente aos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda. Semestralmente, é encaminhado ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDELSUDAM) e ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos e, anualmente, a Prestação de Contas dos recursos do Fundo é remetida à Secretaria Federal de Controle Interno e ao Congresso Nacional.

2. Principais diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

De acordo com o Decreto nº 6.367/2008, os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito contratadas a partir de janeiro de 2008 e das operações ativas em 31 de dezembro de 2007 e que foram formalizadas com as taxas prefixadas pela Lei nº 10.177/2001, variam de 5% a 10% a.a. conforme a área de atuação e porte dos tomadores.

Quanto ao estoque das operações anteriores a 15 de janeiro de 2001, incidem encargos variáveis em função do prazo da contratação e das renegociações efetivadas de acordo com os dispositivos legais, específicos para os Fundos Constitucionais.

Nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos financeiros variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta,

ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do Decreto nº 5.641/2005.

b) Ativo

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, que são remunerados pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

Os financiamentos são demonstrados pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de Rendas a Apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

c) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

d) Demonstrativos financeiros

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), conforme determina a Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

3. Operações de crédito

a) Risco

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

a.1. Risco integral do Fundo:

- (i) operações vigentes contratadas desde a publicação da Lei nº 7.827/1989 até 30 de novembro de 1998, conforme dispõe o artigo 13 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Tais operações correspondem ao montante de R\$920.495 (R\$1.020.720 em 2009), já deduzido da provisão para operações de crédito, no valor de R\$117.408 (R\$129.845 em 2009);
- (ii) financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C e Floresta, cujo montante corresponde a R\$513.563 (R\$513.223 em 2009), já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$15.464 (R\$15.181 em 2009); e
- (iii) operações de repasses a outras instituições financeiras, que importam em R\$11.967 (R\$12.710 em 2009).

a.2. Risco compartilhado:

Operações vigentes contratadas a partir de 01 de dezembro de 1998, cujo risco pela concessão dos créditos são compartilhados entre o Banco da Amazônia S.A. e o Fundo, correspondem ao montante de R\$8.489.514 (R\$7.278.236 em 2009), já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$80.469 (R\$114.084 em 2009).

b) Provisão

b.1. A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005. Referida provisão corresponde ao montante de R\$107.511 (R\$122.518 em 2009), registrada totalmente no circulante.

b.2. Conforme previsto na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

a) montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou

b) valor da provisão existente antes da referida renegociação.

O montante dessa provisão corresponde a R\$105.830 (R\$136.572 em 2009), registrada totalmente no realizável a longo prazo.

b.3. As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador reverterem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

Na movimentação da provisão dos exercícios de 2010 e 2009 foram registradas baixas das parcelas de principal e encargos, vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstrada:

| Discriminação | 31.12.2010 | 31.12.2009 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo Inicial | (268.090) | (202.601) |
| Risco Integral FNO | (146.026) | (133.268) |
| Risco Compartilhado | (114.064) | (69.336) |
| Provisões constituídas | (218.382) | (303.099) |
| Risco Integral FNO | (120.434) | (177.892) |
| Risco Compartilhado | (97.948) | (125.207) |
| Valores baixados | 284.101 | 346.818 |
| Risco Integral FNO | 132.568 | 188.132 |
| Risco Compartilhado | 151.533 | 158.686 |
| Saldos no fim do exercício | (213.341) | (289.890) |
| Risco Integral FNO | (132.872) | (145.026) |
| Risco Compartilhado | (80.469) | (114.084) |

Composição da carteira:

| Financiamentos | Risco do Fundo | | | | | |
|----------------|----------------|----------|-------|------------|----------|-------|
| | 31.12.2010 | | | 31.12.2009 | | |
| | Normal | Vencidos | Total | Normal | Vencidos | Total |

| | | | | | | |
|--------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| Indústria | 24.134 | 7.748 | 31.882 | 31.888 | 7.841 | 39.829 |
| Rurais | 1.405.876 | 128.172 | 1.535.048 | 1.505.811 | 133.229 | 1.639.140 |
| Subtotal | 1.430.010 | 136.920 | 1.566.930 | 1.537.699 | 141.070 | 1.678.669 |
| Dev. p/ Repasses | 11.967 | - | 11.967 | 12.710 | - | 12.710 |
| Total da Carteira | 1.441.977 | 136.920 | 1.578.897 | 1.550.409 | 141.070 | 1.691.679 |
| Provisão | (72.154) | (80.718) | (152.872) | (78.414) | (86.812) | (165.026) |
| Total Líquido | 1.369.823 | 56.202 | 1.448.826 | 1.472.195 | 54.258 | 1.546.653 |

| Financiamentos | Risco Compartilhado | | | | | |
|--------------------------|---------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 31.12.2010 | | | 31.12.2009 | | |
| | Normal | Vencidos | Total | Normal | Vencidos | Total |
| Indústria/Com/Serv | 4.082.744 | 86.990 | 4.149.734 | 3.004.847 | 55.372 | 3.060.219 |
| Rurais | 4.102.008 | 318.241 | 4.420.249 | 3.970.123 | 382.156 | 4.332.281 |
| Total da Carteira | 8.184.752 | 385.231 | 8.569.983 | 6.974.970 | 417.530 | 7.392.300 |
| Provisão | (33.676) | (48.793) | (82.469) | (58.158) | (55.905) | (114.064) |
| Total Líquido | 8.151.076 | 336.438 | 8.487.514 | 6.916.812 | 361.624 | 7.278.236 |

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, com base nas regras da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, cujo montante no exercício foi de R\$395.614 (R\$327.088 em 2009).

Demonstrativo das baixas:

| Risco | | 31.12.2010 | | | 31.12.2009 | | |
|--------------|---------------|------------------------------|--|----------------|------------------------------|--|----------------|
| | | Valores assumidos pelo Fundo | Valores assumidos pelo Banco da Amazônia | Total | Valores assumidos pelo Fundo | Valores assumidos pelo Banco da Amazônia | Total |
| Indústria | Integral | 8.156 | - | 8.156 | 9.605 | - | 9.605 |
| Rural | Integral | 124.432 | - | 124.432 | 156.527 | - | 156.527 |
| Ind/Com/Serv | Compartilhado | 21.050 | 21.050 | 42.100 | 12.887 | 12.887 | 25.774 |
| Rural | Compartilhado | 110.463 | 110.463 | 220.926 | 67.591 | 67.591 | 135.182 |
| Total | | 264.101 | 131.513 | 395.614 | 246.610 | 80.478 | 327.088 |

d) Bônus de adimplência

- d.1. A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterou os encargos financeiros, concedeu bônus de adimplência, permitiu renegociações e estabeleceu prazos para repactuação das operações de crédito dos fundos constitucionais;
- d.2. A Lei nº 10.464, de 24 de maio de 2002, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para os créditos relativos ao Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mini e pequenos produtores e;
- d.3. A Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para as operações oriundas do crédito rural, em todos os programas.

Somente fará jus ao bônus de adimplência, cujas principais taxas estão especificadas na tabela a seguir, a parcela paga até a data do respectivo vencimento.

| Descrição | Lei nº 10.177 | Lei nº 10.486 | Lei nº 10.686 |
|---------------------|-----------------------------|---|---|
| Industrial | 15% s/ encargos financeiros | Não aplicado | Não aplicado |
| Rural | 15% s/ encargos financeiros | Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14% | Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14% |
| Comércio e Serviços | 15% s/ encargos financeiros | Não aplicado | Não aplicado |
| Proexa | | 70% sobre a parcela | a) 70% sobre a parcela b) 90% na liquidação da dívida. |
| Proraf | | 30% sobre a parcela | 30% sobre a parcela |

Para as operações contratadas após 13 de janeiro de 2000 é concedido o percentual de 15% de bônus, conforme artigo 1º, incisos I, II e III, parágrafo 5º, da Lei nº 10.177.

Os mutuários que honraram suas parcelas dentro do cronograma de vencimento foram elegíveis ao bônus de inadimplência que representou no exercício o montante de R\$111.936 (R\$87.225 em 2009). Adicionalmente, houve reversão de provisão no valor de R\$8.080 (R\$15.504 em 2009), por falta de pagamento das parcelas nas datas pactuadas. O ajuste de provisão contabilizado como despesa, foi de R\$103.971 (R\$53.381 em 2009).

e) Renegociações

Ocorreram 12.809 renegociações de operações de crédito, totalizando o montante de R\$826.818 sendo que 5.293 operações, no valor de R\$702.487, foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 7.516 operações, correspondente a R\$124.331, tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, com destaque para os seguintes normativos:

- e.1. Art. 58 da Lei nº 11.775/2008, regulamentado pelo Decreto nº 7.137, de 29 de março de 2010, que autorizou prorrogação e concessão de descontos na liquidação de operações de crédito rural contratadas ao amparo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal – PRODEX, do Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada – PRORURAL ou do FNO-Especial. Foram regularizadas 8.510 operações de crédito no montante de R\$58.530 e nas liquidações de operações ativas foram concedidos descontos no total de R\$82.296.
- e.2. Resoluções CMN nº 3.732 e 3.736, que concederam prazo adicional para pagamento de prestações de custeio e investimento contratadas em regiões atingidas por enchentes ou por seca. Foram regularizadas 912 operações de crédito no montante de R\$60.473.

f) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$81.861 (R\$74.691 em 2009) e o Banco da Amazônia com R\$28.365 (R\$24.576 em 2009) referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo pela Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

g) PRONAF

Nas aplicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), realizadas com recursos do FNO, foram identificadas ilicitudes perpetradas por iniciativa de terceiros em algumas operações, fato que originou a instauração de auditoria interna e a revisão e aperfeiçoamento de processos de controles internos existentes no Banco da Amazônia S.A. A extensão dos danos ainda está em fase de mensuração, porém, em análise preliminar, os impactos não serão relevantes.


Maria de Belém Silva Cotta
Controlador
CRC-PA-007217/O

ERNST & YOUNG TERCO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)**

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação de adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 3g), o Banco da Amazônia S.A., na figura de Administrador do Fundo, identificou ilicitudes perpetradas por terceiros em algumas operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. A extensão das prováveis perdas ainda está em fase de mensuração pela administração do Banco. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de complemento da provisão para operações de crédito em 31 de dezembro de 2010, referente a parcela do risco compartilhado do Fundo nessas operações.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais.

Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 3 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditoras Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-8-"S"-PA



Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-"S"-PA

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE BENS E RENDAS

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO

Para cumprimento das disposições emanadas à Instrução Normativa Nº 47, de 27.10.2004 e Decisão Normativa Nº 81, de 06.12.2006, do Tribunal de Contas da União, DECLARAMOS que os Senhores Membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal deste Banco, apresentaram a Declaração de Bens e Rendas referente ao exercício 2010, ano calendário 2009.

Belém-PA, 03 de maio de 2011.



Valquíria Lehl Wagner
Gerente Executiva Int*



Haroldo R. Wanderley
Coordenador da COBEN

RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS

GERÊNCIA DE AUDITORIA INTERNA

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Gerência de Auditoria Interna do BANCO DA AMAZÔNIA S/A, cumprindo o que estabelece o Parágrafo 6º, do artigo 15, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, e na forma prevista no item 1 do Anexo II, da Decisão Normativa do TCU 110/2010, de 01.12.2010, apresenta seu parecer sobre a Prestação de Contas Anual do FUNDO NACIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO, correspondente ao exercício encerrado em 31.12.2010.

a) A CAPACIDADE DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE.

A gestão dos controles internos da Instituição está centrada na Gerência de Conformidade - GCONF e se encontra em constante desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria dos controles internos, visando assegurar níveis adequados de monitoramento.

A Gerência de Conformidade - GCONF está estruturada em três Coordenadorias: Coordenadoria de Controles Internos, Risco Operacional e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Sigilo Bancário.

Dentre as ações desenvolvidas pela Área de Controles Internos do Banco, no exercício de 2010, para o reforço dos mecanismos de controles, destacam-se:

- Instalação das Supervisões de Conformidade – SUCON's, nas Superintendências Regionais Pará II, Acre, Rondônia e Mato Grosso, dando sequência à implantação do processo de Conformidade proativa de crédito, que contempla a verificação das operações de valor igual ou superior a R\$-100.000,00, antes e após a contratação do crédito.
- Homologação de nova versão do Sistema de Monitoramento e Conformidade de Agência - SIMCAGE, para inclusão de funcionalidades e integração com o AMAZONCAD, voltados para a realização de teste de verificação da consistência dos dados cadastrais, atendendo assim, ao disposto na Circular BACEN-3.461/09.
- Implantação da conformidade do cadastro nas Superintendências Regionais do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará I, Pará II, Rondônia e Tocantins, cujo objetivo é eliminar erros no processo, aperfeiçoar a realização de negócios e atender os preceitos da Circular 3461 do BACEN, que trata do Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro.
- Realização de treinamento sobre Renegociação e Cadastro aos Coordenadores de Conformidade das Superintendências Regionais do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará I, Pará II, Rondônia e Tocantins.
- Entrada em Produção assistida do Software para Gestão das requisições judiciais recebidos via SISBACEN e/ou protocoladas nas Filiais, automatizando o gerenciamento dos ofícios judiciais recebidos eletronicamente do BACEN e em papel nas diversas unidades do Banco, mitigando o risco legal, operacional e de imagem, decorrentes de erro e atraso nas respostas às solicitações judiciais, cuja ocorrência pode caracterizar crime de desobediência na forma da Lei Complementar nº 105/01.
- Transformação das Supervisões de Conformidade em Coordenadorias de Conformidade, visando ajustar o nível de responsabilidade/reconhecimento profissional dos empregados envolvidos, além da aprovação e inclusão no processo de conformidade proativa das

operações objeto de renegociação administrativa de valor igual ou superior a R\$-100.000,00.

Assim, esta Gerência de Auditoria reconhece que os procedimentos e técnicas utilizadas na área estão adequados, podendo identificar, evitar, corrigir falhas e irregularidades além de mitigar riscos. Reconhece, igualmente, que o controle interno para ser eficaz exige um constante processo de aprimoramento e readequação.

b) REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

Os processos de licitação, no exercício de 2010, transcorreram regularmente.

c) O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

O gerenciamento dos contratos e convênios sob responsabilidade da Gerência de Programas Governamentais - GPROG destinados ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e ao apoio à Assistência Técnica é feito por meio da análise dos relatórios técnicos e plano de trabalho apresentados pelas instituições parceiras do Banco, que dão conta do andamento do projeto e dos resultados auferidos, seguindo um determinado cronograma físico-financeiro, peça integrante do instrumento contratual.

d) O CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE.

No PAINT/2010, foram previstas 58 missões. Exclui-se missões especiais, dado o caráter destas.

Ao longo do exercício/2010, foram realizadas 56 missões, sendo 02 não específicas de auditoria (inventário de bens móveis para leilão e encerramento de agência) e 29 especiais.

Em nível de Rede de Distribuição, houve missão em 12 Agências. A estas, foi recomendado, sobretudo: a) corrigir as não conformidades, inclusive mediante pesquisa de casos semelhantes àqueles constatados pela auditoria interna; b) justificar os procedimentos realizados em desconformidade com os normativos internos; c) exercer melhor gerenciamento/supervisão das atividades que lhes cabem realizar; d) cumprir os normativos, de modo a evitar inconformidades futuras.

A Auditoria Interna acompanha a efetiva ação corretiva/preventiva realizada pela filial auditada, mediante correspondências internas (CIs) tanto em relação ao prazo concedido quanto à qualidade das medidas tomadas, com vistas à eficácia do trabalho de auditoria. A aferição das efetivas mudanças é possível somente no exercício seguinte.

e) CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O cumprimento das recomendações emanadas nos Relatórios do Órgão de Controle Interno é acompanhado pela unidade de Auditoria Interna e as recomendações são objetos de ações com vistas a sanear as pendências existentes.

f) DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

As determinações e recomendações exaradas do Tribunal de Contas da União, são acompanhadas pela Secretaria Executiva da Presidência do Banco e o cumprimento às recomendações, no exercício em comento, foram atendidas. Referidas recomendações estão registradas em quadro próprio em conformidade com os itens 15 e 16 do Anexo II da Decisão Normativa -TCU 107/2010.


g) O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE OUTROS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE.

Através de acompanhamento realizado durante o exercício em referência, verificamos que o Banco se pronunciou sobre todas as recomendações/determinações expedidas pelos Conselhos de Administração e Fiscal, determinando ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Algumas recomendações não foram ainda sanadas, em virtude da complexidade dos assuntos, da dependência da gestão de Órgãos Externos, bem como, de tempo para sua completa elucidação, estando em contínuo acompanhamento.

Belém (PA), 21 de junho de 2011.


Gilson Ferreira
Gerente Executivo de Auditoria Interna


Maria da Conceição Pinho Salgado
Coordenadora de Auditoria Interna
CRC-013891/0-5/PA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2011/002

De acordo com o disposto no art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 30 de outubro de 2001, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião extraordinária realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do FNO, referentes ao segundo semestre e exercício de 2010, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se favorável à sua aprovação.

Belém (PA), 28 de fevereiro de 2011


LUIZ FERNANDO PIRES AUGUSTO
Presidente


FABRÍCIO DA SOLLER
Conselheiro

MARCOS JOSÉ PEREIRA DAMASCENO
Conselheiro


ABIDIAS JOSE DE SOUSA JUNIOR
Conselheiro


ELIOMAR WESLEY AYRES DA FONSECA
RIOS
Conselheiro


JOSÉ HELDER SILVEIRA DE ALMEIDA
Conselheiro

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2011

Dispõe sobre a retirada de assinaturas dos requerimentos para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 244, da Resolução nº 93, de 1973, o Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 244. Ao signatário de proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da publicação, sendo expressamente vedada a retirada de assinaturas em requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Comissões Parlamentares de Inquérito são importantes instrumentos do Poder Legislativo no efetivo exercício da competência fiscalizadora. Ao longo dos anos, as CPIs têm contribuído para investigar inúmeras ilegalidades na administração pública federal e as suas ações tem o comprovado reconhecimento de toda a sociedade.

Recentemente, entretanto, a prática de diversos parlamentares em apoiar a criação de CPI, mas em seguida retirar as suas assinaturas do requerimento de sua criação tem comprometido a credibilidade desse eficiente mecanismo de fiscalização, bem como prejudicado a imagem do Congresso Nacional.

Neste sentido, apresento este projeto de resolução para impedir a retirada da assinatura de Senador que tenha apoiado o requerimento de criação de CPI, preservando assim a eficiência desse instrumento constitucional e a atuação do parlamento brasileiro.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2011. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

“CAPÍTULO IV Da Autoria

Art. 244. Ao signatário de proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da publicação.”

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 37, de 2011**, que acaba de ser lido, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Convido o Senador...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª está inscrito.

Convido o Senador Paulo Paim como primeiro orador inscrito. Em seguida, o Senador Rodrigo Rollemberg, para uma comunicação inadiável.

A não ser que façam uma permuta. Está feita, Senador Paulo Paim? (*Pausa.*)

Então, para uma comunicação inadiável, o Senador Rodrigo Rollemberg.

V. Exª dispõe do tempo regimental de cinco minutos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar, com muita alegria, o novo Arcebispo de Brasília, Dom Sérgio da Rocha, que tomou posse dia 6 de agosto, último sábado, em substituição a Dom João Braz de Aviz, que deixou o cargo em 15 de fevereiro para se tornar Prefeito da Congregação dos Religiosos no Vaticano.

E já quero, de pronto, compartilhar da opinião de Dom Sérgio, quando, no seu primeiro pronunciamento, afirmou que a Igreja deve dialogar com todos os segmentos da sociedade, ficar atenta a todas as situações, a todos os ambientes, valorizando a realidade existente. Para ele, “a Igreja missionária não se acomoda. É a Igreja que sai, que vai ao encontro”.

O religioso lembrou que Brasília não se resume ao centro do poder político, mas tem situações relacionadas à pobreza, à violência, à dependência química; e “a Igreja, a exemplo do bom samaritano, não olha

apenas, mas se debruça solidária, procura servir”, segundo o nosso Arcebispo.

Ele enfatizou ainda a necessidade de atenção aos que mais sofrem e diz que é uma exigência que a Igreja deve cumprir.

Dom Sérgio fez também uma importante declaração sobre a situação política do País, afirmando que a Igreja não pode desistir de motivar a ética na política e a formação da consciência dos valores do Evangelho. Segundo ele, “a honestidade, a verdade, a transparência, a justiça social não são discursos, não são palavras vazias. Na verdade, são posturas com consequências não só na vida pessoal de um político, de um gestor público, mas com consequências na própria vida da sociedade, com repercussão na própria vida da Igreja”.

Dom Sérgio nasceu em Dobrada, Estado de São Paulo, em 21 de outubro de 1959 – portanto, tem a minha idade, Sr. Presidente: 52 anos. Foi ordenado presbítero na Matriz do Senhor Bom Jesus de Matão, em dezembro de 1984, e bispo, em 11 de agosto de 2001, na Catedral de São Carlos.

Estudou Filosofia no Seminário de São Carlos e Teologia na PUC de Campinas. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Lorena. Fez mestrado em Teologia Moral na Faculdade Nossa Senhora Assunção, também em São Paulo, e obteve o doutorado na Academia Alfonsiana da Pontifícia Universidade Lateranense, em Roma.

Trabalhou no Seminário Diocesano de Filosofia, em São Carlos, como Diretor Espiritual, Professor de Filosofia e Reitor. No Seminário de Teologia, foi Diretor Espiritual e Reitor. Também foi Professor e membro da equipe de formação dos diáconos permanentes, onde exerceu diversas funções.

Foi Bispo auxiliar de Fortaleza; membro da Comissão Episcopal de Doutrina da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); membro da Comissão Episcopal do Mutirão de Superação da Miséria e da Fome da CNBB; Secretário do Regional Nordeste I; Presidente do Departamento de Vocações e Ministérios do Celam; membro da Comissão Episcopal para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada da CNBB; e Presidente do Regional Nordeste IV. Em 15 de junho deste ano, foi escolhido como Arcebispo de Brasília pela Papa Bento XVI.

A comunidade católica do Distrito Federal está em festa, Sr. Presidente, com a chegada, ao Distrito Federal, de Dom Sérgio, que, pelas suas primeiras declarações, demonstra estar plenamente sintonizado com os sentimentos da população de Brasília, com o papel espiritual e social desempenhado pela Igreja.

Para encerrar, gostaria de dar as boas-vindas a S. Ex^a Rev.^{ma} Dom Sérgio da Rocha, desejando sucesso no desempenho de suas atividades.

Que Deus o ilumine nessa honrosa missão junto ao povo de Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Convido o Senador Ataídes Oliveira, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, na forma regimental.

Aproveito para solicitar à Secretaria da Mesa que me inscreva como segundo orador inscrito para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu Presidente.

Meu Senador Geovani, meus caros Senadores e Senadoras, venho novamente a esta tribuna para esclarecer, explicar e informar sobre o Sistema S aos nossos empresários, aos trabalhadores, à imprensa em geral, por quem tenho uma admiração especial pelo trabalho brilhante que tem feito em nosso País, e também a todo povo brasileiro. Trata-se de assunto de tamanha relevância, hoje, no nosso País todo esse sistema composto por diversas entidades paraestatais.

Pois bem, o Sistema S é composto, volto a repetir, por diversas entidades paraestatais de serviços sociais de formação profissional e de fomento às empresas.

Interessante: o desemprego no Brasil tem como sua maior causa a desqualificação, e a capacitação de mão de obra é atribuição principal do Sistema S. Na verdade, Presidente, é sabido por todos nós que o Sistema S tem tido sua participação, sim. Mas, quando se fala numa monta, numa arrecadação de R\$15 bilhões/ano, dá para se perceber que pouco se fez até então.

A gente percebe, pelos jornais de todo o nosso País, quando se fala da qualificação e da capacitação da mão de obra, que há um desemprego imenso. Por outro lado, nos nossos jornais, a cada dia, os empresários estão ali contratando, buscando funcionários à contratação.

Isso deixa muito claro que a capacitação, a formação e a desqualificação da nossa mão de obra são o grande problema, hoje, do desemprego no nosso País.

Essas entidades que hoje compõem o Sistema S são: Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar, SESCOOP e Sebrae. O Sebrae tem como subsidiárias a ABDI e a Apex do Brasil.

As empresas brasileiras pagam, coercitivamente, todo mês, sobre a folha bruta de pagamento dos funcionários, através de alíquotas – que abaixo vou colocar –, para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, que

repassa 96,5 desses recursos, dos valores recebidos, ao Sistema S, ficando para os cofres da Receita Federal do Brasil apenas 3,5 da arrecadação para cobrir seus custos com essa atividade de cobrança.

Pois bem, Presidente. Há poucos dias, coloquei desta tribuna que a Receita Federal repassava, na íntegra, esses valores, mas quero agora retificar, dizendo que ela repassa 96,5, ou seja, praticamente o total, e 3,5 ficam em seu poder para cobrir essas despesas.

As alíquotas cobradas. Todo o comércio, em geral, inclusive serviço, paga, mensalmente, sobre sua folha bruta, ao Sesc, 1,5; ao Senac, 1,0; ao Sebrae, 0,60, perfazendo 3,1 sobre a folha de pagamento bruta dos empregados.

As indústrias, nossas indústrias de modo geral: ao Sesi, pagam 1,5 sobre a folha de pagamento; para o Senai, pagam 1,0; para o Sebrae, 0,60.

As empresas de transporte, de modo geral, pagam ao Sest 1,5; ao Senat, 1,0; ao Sebrae, 0,60, perfazendo também 3,1.

A agricultura: ao Senar, as empresas pagam 2,5, e ao SESCOOP, 2,5.

Vejam só, o Sebrae recebe mensalmente 0,6% sobre todos os segmentos da nossa economia, com exceção das empresas de comunicação e publicidade; consultórios de profissionais liberais; condomínios; creches e estabelecimentos de ensino específicos; clubes de futebol profissional e entidades desportivas equiparadas na Lei nº 5.939, de 1973, que pagam apenas 0,30% e não 0,6%, isentas tão somente as empresas enquadradas no Simples.

Pois bem, quanto à arrecadação do Sistema S nesses últimos três anos, quero aqui colocar aos nossos empresários que não têm conhecimento, ao nosso povo e à imprensa que são valores exorbitantes. Vejam só: em 2008 – são números do próprio Sistema –, arrecadaram-se R\$8,1 bilhões; em 2009, arrecadaram-se R\$9,9 bilhões; em 2010, R\$12,4 bilhões; e, em 2011, pegando-se por base o quadrimestre das entidades e fazendo-se uma projeção, chegamos a um montante de R\$15 bilhões, que deverão ser arrecadados tão somente neste exercício de 2011 – valor estimado, como eu acabei de colocar, mas acredito que vai superar a casa dos R\$15 bilhões. O Sistema teve um crescimento de 74% de aumento em sua arrecadação somente nos três últimos anos. Vale ressaltar que os R\$15 bilhões que deverão ser arrecadados neste ano são duas vezes o montante dos recursos alocados no orçamento para o Ministério da Ciência e Tecnologia e aproximadamente um valor dez vezes maior do que o orçamento do TCU. É muito dinheiro, Presidente!

Em 2008, o Sistema representou 0,28% do PIB nacional. Em 2011, deverá representar 0,34% do PIB.

Vejam só, estamos falando de um segmento que participa com 0,34% do PIB nacional. É muito dinheiro! Esse montante tem que ser bem administrado, e tem que se dar transparência a esse volume imenso de dinheiro que é recolhido dos cofres das empresas brasileiras.

É interessante, minha Senadora Ana Amélia, que, mesmo diante dessa avalanche, desse rio de dinheiro, o Sistema S ainda cobra pelos serviços prestados. É isso que me deixa ainda mais indignado. Primeiro, porque essa capacitação dos nossos jovens, essa reciclagem para colocá-los no mercado de trabalho não é feita como se deveria, e o Sistema ainda arrecada por serviços prestados. E esses serviços prestados hoje representam 23% de toda a arrecadação das contribuições oriundas das folhas de pagamento. Isso é uma barbaridade!

Só para esclarecer melhor, Senadora, eu gostaria de mostrar dados do próprio Sistema, em especial do Sesc. Só para se ter uma noção, um aluno que se inscreve para fazer um curso de montagem e manutenção de computadores, com carga horária de 180 horas, paga três parcelas de R\$187,00; outro aluno que quer fazer técnicas em *megahair*, com 20 horas de duração – olhem só, são vinte horas de duração –, tem que pagar R\$287,00 em duas parcelas; um recepcionista em serviço de saúde, com carga horária de 260 horas, paga três parcelas de R\$115,00.

Não quero mais aqui dizer, mas, em sua maioria quase absoluta, os cursos são pagos. Imaginem, então, que barbaridade! Com esse montante de dinheiro, repito e ratifico as minhas palavras, ainda se cobra essa fortuna. Imaginem quem quer começar um pequeno negócio e precisa fazer um curso dessa natureza. Como ele vai conseguir chegar lá? É impossível! São R\$287,00. Isso tinha que ser oferecido gratuitamente.

Vou um pouco além. O Sistema tem hoje, aproximadamente, R\$8 bilhões aplicados no mercado financeiro. Falo isso porque, no balancete do Sesi, só no balancete do Sesi, meu Presidente, – são números da própria entidade –, houve uma disponibilidade financeira, em 31/12/2010, de R\$2.831.748.875, 34. Ou seja, por que cobrar desses trabalhadores, por que cobrar da nossa sociedade que está querendo começar uma nova vida?

Isso é uma injustiça, isso é uma barbaridade! E ninguém vê isso porque nada disso tem transparência, meu Presidente, mas agora o povo brasileiro passou a ter conhecimento, e esses dados são do próprio Sistema. Só para se ter uma melhor ideia, o Sesi, em 2010, arrecadou R\$4.965.238.508,93, e o mais engraçado, Presidente, é que ainda recebe donativos. Há pessoas bondosas neste País, muito bondosas! Talvez seja o nosso Senador Requião. Desculpe-me a brincadeira,

meu Senador, mas o Sesi recebeu R\$81 milhões no exercício de 2010 e ainda recebeu donativos. Olha que coisa linda, que coisa linda! Esses números são do próprio Sistema e estão aqui à disposição. Pois bem, Presidente, volto a ratificar que os serviços prestados hoje pelo Sistema S representam 23% da arrecadação dessas entidades.

Falei também da disponibilidade tão somente do Sesi, mas, pegando o Sesi e fazendo uma projeção, constatei que, hoje, a entidade deve ter aproximadamente R\$8 bilhões aplicados no sistema financeiro.

Outro dado muito importante é o seguinte: um aluno do Sistema S, em 2008, custou R\$10.600,00/ano. No ITBA, que obteve a nota “A” na avaliação do MEC, o custo de um Tecnólogo I, o mais caro da instituição, não passava de R\$7.200,00. Olha que tamanha discrepância! Assim concluo, meu Presidente, que há fortes indícios de desperdícios do dinheiro do povo.

Em 31 de maio passado, foi aprovado, neste plenário, o Requerimento 597, de minha autoria, solicitando ao TCU as cinco últimas auditorias do Sistema S. Passados 45 dias, nenhuma resposta me foi dada. Eu estive no TCU e fui recebido pelo Ministro Augusto Nardes, Vice-Presidente e naquele momento Presidente, que me atendeu muitíssimo bem, mas me disse que o Sistema S não era fiscalizado, que o Sistema não tinha fiscalização e que só se fiscaliza quando há denúncias. Isso me deixou ainda mais admirado. Eu solicitei a ele que me apresentasse pelo menos os balancetes para simples verificação. Ele me prometeu, mas até então essas informações não chegaram às minhas mãos. Mas não estou preocupado, porque eu hoje tenho as informações que estão aqui.

Pois bem, a LDO de 2008, a de 2009, a de 2010 e até a de 2011 determinam que o Sistema S deverá publicar, via Internet, os seus números, as suas receitas e despesas e todos os seus fatos contábeis. Entretanto, não o faz. Somente o Sesi conseguiu fazer, e foi com base no Sesi que eu consegui obter todas essas informações. Verifiquei que não há transparência, Presidente, quando se fala do Sistema S. Agora passou a ter transparência, porque eu estou comunicando ao nosso povo e aos nossos empresários como funciona o Sistema S e quanto ele arrecada.

Os empresários não suportam mais. Além dessas abusivas taxas repassadas coercitivamente ao Sistema S, as empresas ainda pagam, mensalmente, sobre a folha mais 32%, e os trabalhadores, mais 11%. É um absurdo!

Providências: protocolei, protocolizei – melhor dizendo – um projeto de lei reduzindo as alíquotas do Sistema S em 50%, tendo em vista esses números que

tenho em mãos e também quero tornar permanente o que estabelece o §3º do art. 6º das nossas LDOs.

Na mesma linha de redução do custo Brasil, Sr. Presidente, vou protocolar outro projeto reduzindo a contribuição patronal de 20% para 14% sobre a folha de pagamento, paulatinamente, durante três anos.

A nossa Previdência Social disse que não tem dinheiro. Mas quem arrecadou, no ano passado, R\$243 bilhões – e o nosso Presidente sabe muito bem disso porque acompanha os nossos queridos aposentados e pensionistas – como não tem dinheiro? Agora, a nossa Presidente acaba de lançar um programa em que “reduz os custos com a folha de pagamento”, mas, na verdade, há simplesmente ali uma compensação. O povo vai ver que não passa de um engodo. Não tenha dúvida disso. A nossa Previdência Social vai continuar arrecadando os seus bilhões e bilhões. E nossos aposentados não vão ter perdas, nem poderão ter perdas.

As pequenas e médias cidades nem sabem, Sr. Presidente, o que é Sesi, Senai e SESC.

É dever de todos nós encontrar fórmulas de acabar com a farra com o dinheiro público. Estão cometendo um crime contra os empresários e os trabalhadores de nosso País.

Meu Presidente, um colega nosso do Estado do Tocantins, um moço a quem tenho um grande respeito, um Deputado Federal com uma folha de serviços de grande relevância prestados ao nosso Estado, Deputado César Raul, disse em um jornal regional que eu me encontro na contramão do sucesso para a capacitação e para a prestação de serviço do Sistema S. Tenho absoluta certeza de que o nobre companheiro não tinha informação desses números, mas vou procurá-lo e informá-lo para que doravante ele tenha essas informações e para que, quando ele for falar alguma coisa sobre o Sistema S, ele tenha consciência do que está dizendo.

Pois bem, Sr. Presidente, só para encerrar, fiz aqui um demonstrativo de receita e despesa do Sistema S: o Sesi, em 2010, arrecadou R\$4,96 bilhões; o Senai, R\$3,33 bilhões; o Senat, R\$230 milhões; o SESC R\$ 2,88 bilhões; o Senac, R\$ 2,23 bilhões; Sebrae, R\$ 2,45 bilhões, Senar, R\$ 36 milhões.

Resumindo, meu Presidente, cheguei à conclusão não daqueles R\$ 15 bilhões, valor a que eu fui muito equânime ao colocar os 15 bilhões, mas o sistema deve arrecadar, em 2011, R\$ 16.139.269.505,81.

Meu Presidente, era tão só isso que eu queria colocar aqui aos nossos empresários, à imprensa e ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Ataídes Oliveira, mais uma vez lhe cumprimento pela sua ousadia ao tratar de um tema que é tabu. Sabe V. Ex^a, como empresário, que falar do Sesi, do Sistema S, virou tabu, mas V. Ex^a está falando sobre o tema com desenvoltura e com tranquilidade. Digo e V. Ex^a perceba isso como um elogio. V. Ex^a é um empresário bem sucedido, é um grande empresário nacional e está mostrando a sua versão da importância de nós diminuirmos as contribuições de forma a permitir que o sistema, inclusive, colha a mais, sem o pagamento da mensalidade, como existe hoje. V. Ex^a levanta, mais uma vez, o debate sobre as questões relacionadas à Previdência que, enfim, estão na ordem do dia.

Parabéns a V. Ex^a

Senadora Ana Amélia, temos aqui, para comunicação inadiável, Geovani Borges e V. Ex^a, como oradora inscrita. Se ele quiser tocar...

Para comunicação inadiável, Senador Geovani Borges, em seguida, a Senadora Ana Amélia e, posteriormente, Senador Roberto Requião.

Senador Geovani Borges está com a palavra, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a perdeu cinco minutos.

Ele não aceitou a provocação porque não me respondeu. *(Pausa.)*

Eu estava dizendo que V. Ex^a ganhou cinco minutos.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

A gente desconta do tempo da Senadora Ana Amélia. *Mui* amigo!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Paulo Paim, na semana passada, registrei aqui a situação de penúria em que se encontra a saúde no Amapá. E o fiz tendo a consciência de que não se pode assumir simplesmente uma postura de crítica e denúncia sem apresentar sugestões e, sobretudo, sem nos colocarmos como agentes do tão sonhado processo de melhora. Afinal de contas, a crítica, pelo simples prazer de criticar, só evidencia a pequenez do ser humano, e não foi para isso que recebemos o legado da representação política. Mas só uma coisa não nos é dada fazer: silenciar.

Vejam os senhores que, na extensão de tudo o que aqui ressaltamos, nos chega agora o clamor específico do Município mais distante da capital do Amapá, objeto de citação nacional como referência setentrional de nosso País.

Refiro-me ao Oiapoque, cidade que guarda limites, ao norte, com a Guiana Francesa; ao sul, com os Municípios de Calçoene, Serra do Navios e Pedra Branca do Amapari; a leste é banhado pelo oceano Atlântico; e, a oeste, faz fronteira com o Município de Laranjal do Jarí. Oiapoque, a principal referência nacional quando se quer determinar os pontos extremos do Brasil.

Pois bem, senhores, o nosso Oiapoque engrossa hoje o apelo que há poucos dias registramos nesta tribuna. A cidade, com algo em torno de vinte mil habitantes, só se vale hoje de dois únicos médicos quando precisa de atendimento.

Se por outra razão nada se falasse sobre o nosso Oiapoque, ainda assim o tema não perderia em importância, pois traz no seu bojo o clamor de uma gente que vê neste apelo uma grande esperança de melhoria e transformação.

A orientação da Organização Mundial de Saúde é clara. De acordo com a entidade, seriam necessários dezessete médicos para suprir a demanda de atendimentos no Município.

A precariedade atual resulta num afogamento das outras unidades de saúde, sobretudo na capital do Estado, para onde a população, com imensa dificuldade, se desloca.

A Secretaria de Estado da Saúde afirma que pretende iniciar a reestruturação das unidades do interior para não concentrar a demanda de atendimentos na capital. Pretende... ainda não o fez.

A unidade de saúde do Município dispõe de uma sala de observação com três leitos e outra para caso de emergência com apenas um leito.

Esse clamor recente do Oiapoque vem ilustrado pelo sofrimento pessoal de uma família que, movida pelo desespero de salvar o jovem filho, moveu céus e terra. Trata-se da família de Arleson Pinheiro de Abreu, 19 anos, que sofria de dores no apêndice. A família tentou transportar o doente, mas os custos com fretamento de veículo eram muito altos e a estrada não oferecia condições para que o rapaz pudesse ser levado com segurança. Por conta do estágio avançado da doença, a família pediu a remoção imediata do jovem para a capital. Após três dias sem resposta, a namorada do jovem resolveu denunciar a omissão do Estado em uma emissora de rádio local. Com a repercussão do caso, providenciaram a remoção. No dia da internação de Arleson, outro paciente padecia da mesma enfermidade e dois dias depois foi transportado para Macapá, em uma UTI aérea fretada a R\$ 146 mil para o Governo do Estado.

Agora, vejam os senhores como custa caro a medida quando ela é paliativa, quando é de última hora.

E assim vão se perdendo os recursos da saúde... É a uma iniquidade!

Oiapoque tinha há pouco tempo três médicos que recebiam pouco mais de R\$ 10 mil. Um desistiu do emprego pela dificuldade de estrutura para trabalhar. Sim, porque médico não trabalha com milagres, com improvisos, com faz de conta.

A dor de um ser humano é real, exige estrutura real para ser resolvida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o caos na saúde estadual tem se instalado desde o primeiro semestre do ano, e as autoridades têm feito vista grossa para tratar o assunto.

Contratos com fornecedores e prestadores de serviço não estão sendo renovados. Os processos licitatórios emperram. A aquisição de medicamentos e materiais cirúrgicos empaca.

Para sobreviver, Sr. Presidente, os pacientes estão pagando a conta do Governo. Como num hospital particular, quem recorre ao atendimento da rede pública de saúde do Estado precisa ter dinheiro no bolso.

Parece absurdo, mas, para sobreviver, pacientes dos hospitais de emergências e do Alberto Lima estão bancando o que, obrigatoriamente, deveria ser fornecido pelo Governo estadual.

Os gastos são com medicamentos, itens de acomodação, alimentação e até materiais de órtese e prótese.

Mas a população está agindo. Inclusive fazendo um apanhado dos custos que está tendo, pagando a conta do Governo.

E aí caímos de novo no tema que tratamos semana passada – a judicialização da saúde. O grito é um só: recorrer ao Ministério Público estadual.

E se a população grita de lá, a gente grita daqui. Cadê esses gestores da saúde? Cadê a garantia ao paciente do SUS? Até quando nossa população continuará sendo tratada como se fosse mercadoria de segunda mão? Como se a dor do cidadão do Amapá fosse menor? Fosse menos importante?

E o pior é que, se os pacientes estivessem insatisfeitos e os agentes de saúde felizes, podia-se dizer que um dos lados está sendo compensado em detrimento de outro. Mas que nada! O ai Jesus é geral!

Parece um arremedo medonho da Grande Família: catuca pai, catuca mãe, catuca filha... Por lá reclamam pacientes, reclamam médicos, reclamam os enfermeiros, reclamam os técnicos, reclama o povo!

O sindicato dos profissionais de saúde está se arregimentando e fazendo uma verdadeira cruzada em todos os hospitais de Macapá. Querem saber quanto cada paciente está gastando com itens que deveriam ser pagos pelo Governo.

Os cozinheiros do Hospital de Emergências estão cruzando os braços. Há cinco meses sem receber salários, os trabalhadores que prestam serviço ao hospital decidiram paralisar suas atividades como forma de protesto.

Essa ilegalidade tem preço, minha gente. E tem o custo maior que é a vida humana. O que estamos denunciando é o martírio de um povo. Dá até para fazer *slogan*: do Oiapoque à Boca do Jari. O sofrimento é aqui!

É esse, portanto, o nosso desabafo, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Do Oiapoque ao Chuí. A frase de contexto geográfico tornou o nome do Município do Amapá mais popular no País do que o nome do próprio Estado. E ao fazer essas denúncias aqui hoje, especificamente na área de saúde, o que queremos é evitar que o local acabe ficando mais famoso ainda por um outro motivo: o abandono.

É este o nosso apelo, Sr. Presidente Paulo Paim. Agradeço a generosidade de V. Ex^a pelo tempo que me proporcionou para concluir o pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Geovani Borges, que fala sobre a saúde e suas preocupações. De fato, a preocupação é a mesma de todos nós. Qualquer pesquisa realizada no País mostra que nossas preocupações são saúde, segurança e educação.

Passo a palavra à nobre Senadora Ana Amélia para o seu pronunciamento. Tempo mínimo, repito, de vinte minutos, se assim a senhora entender, é claro.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Está reservado o meu direito, Senador Paim. Sabia que o amigo faria isso por mim.

Caro Senador Paim, Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, é sempre bom voltar à tribuna, especialmente hoje, Senador Paim, porque um tema que tem recebido a atenção de V. Ex^a, de mim e de muitos Senadores nesta Casa e diz respeito à Previdência Social.

Participei de um almoço no Ministério das Relações Exteriores, no Itamaraty, que a Presidenta Dilma ofereceu ao Primeiro-Ministro do Canadá. Ali foi firmado um acordo bilateral na área da Previdência Social com reciprocidade e que virá à Comissão de Relações Exteriores e que dá um tratamento equilibrado e harmonioso nos direitos de Previdência. O tempo aqui e o tempo lá é contado, para fins de Previdência, onde ele exercer a atividade, se no Canadá, o brasileiro; se canadense, no Brasil e vice-versa.

Esses são avanços muito importantes. Já existe um acordo bilateral semelhante com relação ao Japão, que agora estou com o compromisso de ver se apressamos a votação. Está ainda na Câmara e precisa vir para esta Casa. Já está aqui há algum tempo. Isso interessa a milhares de brasileiros, especialmente no Japão, onde um número de brasileiros, descendentes de japoneses, inclusive, está lá aguardando essa decisão. Isso nos deixa, o senhor, a mim e a tantos Senadores aqui que têm preocupação com as questões da previdência social, animados com a possibilidade de que são avanços benéficos para nossos trabalhadores.

Sr. Senador Paulo Paim, eu gostaria de fazer uma referência neste momento, porque sexta-feira, à tarde, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debateu, durante três horas que passaram muito rapidamente, as questões relacionadas ao impacto econômico decorrentes da aplicação do Código Florestal, que está aqui no Senado aguardando apreciação dos Srs. Senadores.

Esse trabalho, feito por especialistas que logo a seguir vou referir e nomear, teve uma contribuição valiosa porque, através da audiência pública transmitida ao vivo pela TV Senado, obteve a participação de representantes de todo o Brasil interessados no tema relacionado ao Código Florestal.

As discussões sobre a Reformulação desse Código têm sido produtivas, Senador Paulo Paim. Muitas audiências públicas foram realizadas no âmbito das comissões temáticas – no caso, Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, Comissão de Meio Ambiente e agora, também, Comissão de Ciência e Tecnologia –, por iniciativa dos Senadores Ricardo Ferraço e Eduardo Braga. Isso é para elucidar os pontos ainda polêmicos do projeto que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados com 410 votos favoráveis. As audiências têm contado com a presença de ambientalistas, como sói acontecer, produtores rurais, cientistas e representantes do Poder Público.

Na última sexta-feira, como já declinei, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, houve mais um debate sobre o Projeto de Lei nº 30/2011, o Código Florestal, que contou com a presença do Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro *Código Florestal Comentado*, Luiz Carlos Silva de Moraes; Antônio da Luz, Assessor Econômico da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; Edson Martins, representante da Confederação Nacional de Municípios – CNM; Devanir Garcia dos Santos, gerente de uso sustentável da água e do solo da Agência Nacional de Águas – ANA; e o Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia, Anselmo de Jesus.

O debate nos fez refletir muito profundamente sobre alguns dogmas, Senador Paim, que em um primeiro momento nos parecem ambientalmente corretos, mas que não levam em conta aspectos reais da sociedade como a segurança alimentar e os custos da recomposição das áreas degradadas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, o Brasil vem-se destacando como um dos principais produtores mundiais de alimentos.

E agora mesmo, Senador Paim, diante desta crise mundial que abala os mercados financeiros e que vai desaguar, sem dúvida, sobre a nossa economia, em menor escala, desejamos, mas vai chegar um determinado momento que sofreremos esse impacto devastador desta crise, que agora não é só nos Estados Unidos, mas é também na Europa, e a situação tende a se alastrar.

Nos últimos anos o Brasil, portanto, vem-se destacando como este fornecedor, este celeiro de alimentos para o mundo. Nosso grande parceiro hoje já não é mais os Estados Unidos, mas é a China, compradora que é da soja e do seu complexo.

Nossas lavouras garantiram o superávit da balança comercial através de um sistema que tem servido de modelo para a agricultura em outros países. Com a utilização de tecnologia de ponta, a produção agrícola brasileira adquiriu altos índices de produtividade, tornado possível o aumento da produção de alimentos em áreas menores, proporcionando, assim, a preservação ambiental de milhares de hectares.

Ou seja, crescemos a produção, mas praticamente na mesma área. E um detalhe: fiquei sabendo pelo nosso conterrâneo, o Embaixador Tarragô, que hoje representa o Brasil no Canadá, que na África, em Gana, agricultores produtores de arroz, experimentados nessa tecnologia de produção de arroz irrigado, saíram do Rio Grande do Sul e foram produzir arroz em Gana, na África, Senador Paim, levando essa tecnologia para o bem do povo daquela região, que tem sérios problemas de produção, de tecnologia e, sobretudo, de fome, pelas desigualdades sociais ali reinantes.

O avanço tecnológico nas lavouras é apenas parte de uma cadeia produtiva que envolve a pesquisa, o desenvolvimento, o plantio, a colheita e a logística. No caso da pesquisa, temos a saudar a nossa grande Embrapa. O setor da produção de alimentos no Brasil movimenta a agricultura, a indústria, o comércio e área dos serviços.

Este ciclo virtuoso do agronegócio brasileiro me parece adequado para que nos preparemos para o futuro, dado que estudos da FAO, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, indicam que, para que a população mundial possa perma-

necer consumindo alimentos na mesma proporção da primeira metade do séc. XXI, será preciso incrementar a produção de alimentos em 40% da produção atual, 40% até 2030, e em 70% até 2050.

E, quando a gente olha, imagina que 2030 é muito tempo à frente. Não! Quando a gente vê, 2030 está perto: é mais ou menos como a Copa do Mundo que, daqui a pouco, estará aqui ou a Olimpíada do Rio de Janeiro.

Mas isso significa, em relação à produção de alimentos, que o nosso País tem um importante papel a cumprir no abastecimento da população mundial e precisa utilizar essa condição diferenciada para gerar desenvolvimento, emprego e renda para a sua própria população.

Portanto, os debates desta Casa em torno da reforma do Código Florestal me fizeram chegar a uma única certeza, Senador: as modificações do Código não podem prejudicar a produção de alimentos, que, hoje, está consolidada em nosso País.

E não é o agricultor o maior atingido por esse Código. Não é, Senador Paulo Paim. Algumas questões colocadas com muita propriedade pelos painelistas nesse último debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária são úteis para justificar esta minha convicção e esta minha posição. A primeira delas, Senador, é a ocupação territorial brasileira. Atualmente, 4% do território brasileiro são ocupados pela zona urbana, e apenas 38% ocupados por alguma propriedade rural.

De tal maneira que o Código Florestal precisa garantir a preservação dos 58% restantes da área territorial brasileira. E nesses 58% precisamos concentrar o esforço de preservação, e não na recomposição de áreas que, hoje, são produtivas, Senador. Nos 38% de áreas produtivas existem, sim, muitas áreas que estariam ilegais, de acordo com o Código atual. Posso citar as plantações de café em topo de morros em Minas, os parreirais em encostas de morro na Serra Gaúcha, as lavouras de arroz em área de várzea existentes em todo o Brasil, entre muitas outras culturas ameaçadas pelo fantasma da insegurança jurídica para os produtores.

No entanto, reverter a utilização desse espaço, além de oferecer risco ao abastecimento, levar pobreza ao campo e promover o êxodo rural, ainda é muito oneroso aos cofres públicos. Por isso a legislação brasileira atribui ao Poder Público a responsabilidade de conceder incentivos à recuperação dessas áreas devastadas. Um desses incentivos é o fornecimento, Senador Paim, de mudas de árvores nativas para que seja realizada a recomposição da mata.

De acordo com dados de estudos apresentados por um dos painelistas na última sexta-feira, o Procurador da Fazenda Nacional Luiz Carlos Silva de Moraes,

se fosse feita a recuperação de todo o déficit florestal, a chamada reserva legal, pelo restabelecimento da vegetação natural através desse plantio, haveria um custo estimado e provável de R\$1,2 trilhão aos cofres públicos. É o que o Estado deveria pagar para fornecer as mudas a esses produtores para a recuperação dessas áreas degradadas. Vou repetir o dado: R\$1,2 trilhão.

Quem pagaria essa conta? Poucos cidadãos se lembram de questionar um dado tão relevante quanto esse. Esse valor, para se ter uma ideia do tamanho, do gigantismo, é maior do que o PIB de dois anos consecutivos de todo o setor agropecuário brasileiro, sem levar em conta a perda de produção das áreas convertidas. Inevitavelmente, esses recursos só podiam vir da cobrança de novos impostos, provocando um aumento substancial na carga tributária, que já é salgadíssima, ou, então, de um investimento em infraestrutura que deixaria de ser realizado, como a construção de hospitais, escolas ou estradas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisava aliar as suas questões ambientais com cientificidade, equilíbrio e responsabilidade, sem se deixar levar por modismos ou conveniências. É claro que o Planeta precisa ser preservado, mas os alimentos precisam ser produzidos e, para isso, precisamos deixar de lado, como disse no início, alguns dogmas do ambientalismo mais radical. O principal deles é que os produtores de alimentos são irresponsáveis com o meio ambiente.

O MST acusa o agronegócio de ser o grande responsável pelas questões ambientais brasileiras, mas a taxa de desmatamento dos assentamentos na Amazônia tem sido quatro vezes superior à média local, de acordo com estudo ecológico publicado recentemente pelo jornal *O Estado de S. Paulo* – não muito recentemente, pois esse dado é de 2007.

Isso é uma inverdade, pois não há ninguém mais preocupado em preservar o ambiente em que vive do que o produtor rural. São famílias que extraem da natureza ou da terra o seu sustento há várias gerações e têm todo o interesse em mantê-la preservada, com o manejo correto do solo e das suas florestas.

No entanto, nos últimos anos tem diminuído o número de trabalhadores na agricultura.

Em 92, estavam no campo 28,4% da força de trabalho brasileira. Hoje, esse percentual baixou para 17,5%. Isso significa que houve um grande êxodo rural nos últimos 20 anos. De acordo com o representante da Confederação Nacional dos Municípios, Edson Martins, se a atual legislação ambiental for mantida, seguramente 5 milhões de pessoas ainda podem migrar da zona rural para a zona urbana do País.

O êxodo rural é um duplo problema, um problema duplo para o Brasil: ao mesmo tempo em que temos

menos alimentos sendo produzidos e industrializados, temos mais pessoas para consumi-los nas cidades.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a insegurança jurídica gera também insegurança alimentar.

Todo o mundo precisa do Brasil para garantir o abastecimento no presente e, especialmente, no futuro.

Nós temos 18% da água potável do Planeta e a maior capacidade ociosa para a produção de alimentos.

A grande discussão não é, Senador Blairo Maggi, “produzir ou não produzir”, mas sim “como produzir” para melhorar a tal produção de alimentos com sustentabilidade, matéria que V. Ex^a conhece profundamente.

Esses aspectos não podem ser preteridos no decorrer das discussões sobre o Código Florestal, uma das principais pautas de discussão desta Casa neste semestre legislativo. Aliás, temos prazo para definir essa questão, sob pena de deixarmos milhões de agricultores brasileiros abaixo ou à margem da lei.

É por isso que este tema vai merecer de todos nós, seja na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, seja na Comissão de Ciência e Tecnologia, seja na Comissão de Meio Ambiente, da qual V. Ex^a participa...

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Senadora, permite-me um aparte?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com todo o prazer.

Seja na Comissão agora também de Ciência e Tecnologia, por iniciativa dos Senadores Ricardo Ferraço e Eduardo Braga.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Gostaria de dizer, Senadora, que hoje pela manhã participei em São Paulo da abertura do 10º Congresso Nacional do Agronegócio, da Abag. A senhora conhece a entidade, uma entidade que representa outras entidades e que procura fazer uma política para todos os segmentos ligados à agricultura e à pecuária no Brasil. Tivemos lá a presença de várias pessoas importantes, inclusive o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, estava lá. A Abag hoje, liderada pelo seu presidente, fez um pronunciamento na direção que V. Ex^a está colocando, pedindo que nós, aqui no Senado, possamos olhar a questão do Código Florestal, fazer as correções, os ajustes necessários. O Sr. Carlos Lovatelli, presidente, foi o porta-voz dos demais. Pedem que não “enrolemos”, para que sejamos bem claros, e que possamos agir o mais rápido possível, dentro dos tempos necessários – agora passando pela outra comissão também, a Comissão de Ciência e Tecnologia, onde o Senador Eduardo Braga...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Luiz Henrique.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – ...vai coordenar um trabalho na questão de pensar como podemos fazer com que os serviços ambientais prestados pela floresta, principalmente na Amazônia, possam também ter uma renda, um rendimento financeiro...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma remuneração financeira, claro.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) –...para que o povo que lá vive, que os Estados que lá estão estabelecidos também possam ter uma renda a partir da floresta. Então, eu gostaria de, no aparte que faço ao seu discurso, cumprimentá-la e, ao mesmo tempo, fazer menção aqui no Senado Federal, ao 10º encontro da Abag, a Associação Brasileira do Agronegócio, porque lá todos eles estão preocupados com o tempo que temos aqui para levar adiante a questão do Código Florestal. Todos estão esperando que façamos um bom trabalho e que possamos entregar à sociedade brasileira um Código Florestal que dê tranquilidade aos produtores e que possamos tirar da mão da Justiça as definições da questão sobre poder-se ou não fazer tal coisa. Isso depende daqui de nós, porque no momento em que não deixamos brecha para dupla interpretação em um artigo ou em um capítulo da lei, vamos poder ajudar, e muito, o agronegócio brasileiro. Parabéns e muito obrigado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço imensamente a sua valiosa contribuição, com essa informação importante da reunião de hoje em São Paulo a respeito da reunião da Abag, do fórum do setor. De fato, esse é o nosso grande compromisso. E também para evitar, como disse V. Ex^a no final do aparte, a judicialização pela omissão desta Casa em relação a esta matéria tão relevante.

Mas, Senador Blairo Maggi, o senhor que conhece muito bem; o próprio Senador Roberto Requião, que governou o Paraná; o nosso ex-Ministro da Agricultura, ex-Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, a questão é que o que me chamou a atenção na audiência de sexta-feira, da qual participaram pessoas da melhor qualidade técnica, é que o maior impacto que advirá da aplicação desse Código não recairá sobre o agricultor, mas sobre o que está além da porteira da fazenda, sobre todo o setor industrial, sobre todo o setor de serviços, sobre todo o comércio. Pouca gente está fazendo cálculos a respeito desse custo, Senador Blairo Maggi.

E eu me surpreendo com o fato de a discussão do Código hoje estar limitada aos ambientalistas e produtores rurais. Essa é uma questão nacional, Senador Blairo Maggi, uma questão de sustentabilidade,

de produção para preservar este País para o futuro, mas não de maneira radical ou de maneira equivocada do ponto de vista ideológico. Tem que ser com racionalidade, com inteligência e com responsabilidade, sobretudo no que diz respeito às questões dessa sustentabilidade que é fundamental para o futuro de nosso País. Eu agradeço imensamente a valiosa colaboração de V. Ex^a e esse aparte.

E encerro este pronunciamento exatamente ressaltando o que disse o Senador Blairo Maggi, o que foi verbalizado nesse encontro em São Paulo: a necessidade urgente de agirmos aqui, com a celeridade necessária, para evitar que a Presidenta da República tenha que, ao final do ano, editar uma nova prorrogação daquilo que nós temos a responsabilidade de fazer. A Câmara dos Deputados já o fez, já houve a votação, já houve a decisão, e agora cabe a nós, Senadores e Senadoras, fazer esse trabalho. Não tenho dúvida de que todos estão imbuídos dessa responsabilidade.

Muito obrigada, Presidente Paulo Paim, e obrigada aos telespectadores da TV Senado e ao Srs. Senadores pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia por seu pronunciamento, no qual mostra suas preocupações com esse tema e seu desejo de que ele seja votado o mais brevemente possível, de forma a atender os interesses de todo o povo brasileiro.

O Senador Cristovam tem um compromisso no Ministério. S. Ex^a vai falar como Líder, e o Senador Roberto Requião vai assumir o lugar do Senador Cristovam, saindo do oitavo lugar para o terceiro lugar – se dependesse de mim, eu colocaria V. Ex^a em primeiro!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, as notícias que a gente tem visto nestes últimos dias, Senador Requião, são extremamente inquietantes em relação ao mundo e em relação ao Brasil. Mas há uma inquietação que me incomoda ainda mais, Senador Ataídes: é que nós estamos ficando inquietos por detalhes, sem perceber que há uma razão mais profunda para a inquietação.

Estamos constatando a exaustão de diversos aspectos da economia. Hoje no Brasil, por exemplo, é clara a exaustão na Bolsa de Valores – até pouco tempo atrás o índice Bovespa tinha caído dez pontos. Há uma exaustão. Algo – não é apenas especulação – fez com que se exaurisse a rentabilidade que as empresas obtinham na Bolsa de Valores.

Há um cansaço, há uma exaustão no endividamento. Não dá para aumentar o endividamento além do que já temos, nem o endividamento público. Aliás, nós percebemos como foi difícil para os Estados Unidos

aumentar um pouquinho o seu endividamento. Houve uma exaustão, e o mesmo vale para o endividamento privado – no Brasil, as manchetes nos jornais chamam a atenção para o crescimento da inadimplência neste País.

Há uma exaustão fiscal – essa é a expressão que vi hoje numa entrevista com Gustavo Franco, ex-Presidente do Banco Central – no mundo inteiro. Os Estados não têm como arrecadar mais dinheiro. Essa exaustão fiscal significa que não há como arrecadar mais dinheiro, a carga fiscal está muito alta, e o endividamento entrou em tal risco que você não pode aumentar a sua receita pedindo empréstimos em vez de aumentar impostos.

Há duas maneiras de você aumentar o gasto público. Uma é aumentando os impostos, a outra, aumentando os empréstimos. Neste momento, os empréstimos aos Estados Unidos estão difíceis. Os países começam a exigir que os Estados Unidos mudem, sob pena de eles venderem os títulos que já têm ao invés de comprarem mais títulos. Exauriu-se. Há uma exaustão na carga fiscal, há uma exaustão na capacidade de endividamento do setor público e, aí, não há como conseguir mais dinheiro.

Isso leva, Senador Paim, a algo que lhe toca muito, que é uma exaustão nos serviços públicos. Essa exaustão força o aumento da idade de aposentadoria, força os fatores que tentam corrigir reduzindo, que faz com que a Inglaterra comece a cobrar mensalidade nas universidades, que retrai os gastos.

Há uma exaustão dos gastos públicos, há uma exaustão do endividamento. Há uma exaustão do endividamento privado. A economia começou a ficar, no sistema atual, exausta.

Essa exaustão, entretanto – não vejo referências nesse sentido –, tem a ver com o cansaço do conceito de riqueza.

O conceito de riqueza, do propósito da economia, entrou em uma profunda exaustão e pode se acabar, ou seja, pode deixar de fazer funcionar as coisas antes que a gente tenha outro.

Hoje de manhã na televisão, num dos jornais, eu vi uma manifestação que me levou imediatamente a refletir: uma manifestação de jovens israelenses, preocupados porque eles não conseguem mais ter apartamentos do tamanho do dos seus pais. É muito parecido com o que já se tem visto – eu vi na Espanha – com o movimento dos chamados “jovens indignados”, que não conseguem mais ter os benefícios que seus pais tiveram e se sentem pobres.

Mas quando você analisa a pobreza deles, Senador Ataídes, você vê que é uma pobreza que, para muitos de nós, significa riqueza. É que eles redefiniram

pobreza: pobreza é não poder trocar o carro, pobreza é não poder morar num apartamento maior, pobreza é não poder viajar ao exterior. E os nossos jovens de classe média no Brasil estão também com esse mesmo sentimento, com essa mesma sensação de que poderão empobrecer. Mas trata-se de um empobrecimento a partir de uma redefinição do conceito de pobreza, não é mais a pobreza da falta de consumo, é a pobreza da falta de mais consumo. Não é a pobreza de quem não tem o que comer, de quem não tem o que vestir, de quem não tem onde morar, definição de pobreza com a qual nos acostumamos. Trata-se da pobreza de quem não consegue aumentar o tamanho da casa, aumentar o consumo, aumentar e renovar o carro. Isso se exauriu, não tem como continuar com esse aumento.

Logo, em vez de ficar redefinindo pobreza, a gente tem de redefinir riqueza. Exauriu-se o conceito de riqueza da civilização industrial. Nós sempre achamos que riqueza era ter muita renda e muito consumo, mas esse conceito é recente, não tem duzentos anos. Na Grécia, o homem rico era o homem culto. Na Idade Média, a pessoa rica era a pessoa que ia para o Céu – era até mais rico quem era pobre, porque era difícil um rico entrar no Céu. Esse conceito de riqueza é recente, foi depois da Revolução Industrial que nós passamos a ter essa sensação, essa ideia de que rico é o que consome muito. Funcionou, funcionou durante duzentos anos: aumentamos a produção, aumentamos o consumo, chegamos a um nível de riqueza como esse de US\$50 trilhões por ano no mundo inteiro, um consumo que chega a ser desperdício.

Esse conceito de riqueza está em crise, e não vamos encontrar saída para essa crise geral se não encontrarmos uma alternativa para esse conceito.

Por exemplo, as quarenta horas, que o senhor defende e eu também: reduzir de 44 horas para 40 horas de trabalho por semana equivale a um aumento da riqueza. São quatro horas livres! Quer riqueza maior do que o tempo livre? Não existe – desde que você tenha atendidas as necessidades. Só que as necessidades, para serem atendidas em 40 horas, diferentemente do que acontece com as 44, têm de ser redefinidas. Pode não ser a redução do consumo de cada trabalhador, mas tem de ser a redução do PIB geral.

A definição de riqueza enquanto sinônimo de Produto Interno Bruto exauriu-se, entrou em exaustão. E as outras exaustões de que falei – a exaustão da carga fiscal, a exaustão do endividamento público, a exaustão do endividamento privado – são sinônimas umas das outras, são consequências umas das outras. E nós não estamos procurando alternativas, nós como sociedade, ainda que alguns o façam individualmente, filósofos por aí. Nós, políticos, não estamos. Nós es-

tamos querendo encontrar solução para comparar à exaustão fiscal, para comparar à exaustão do endividamento, para comparar a outra exaustão de que eu não falei: a exaustão do meio ambiente.

A natureza está exaurida, a natureza está cansada, tão cansada que a gente vê na televisão as geleiras derretendo. O derretimento das geleiras é uma forma de exaustão, as geleiras não resistem ao aquecimento global. A gente vê a desertificação em alguns lugares. A desertificação é um caso de exaustão da terra que antes era produtiva. A gente ouve falar que o petróleo acabará: é a exaustão dos recursos minerais.

Estamos num processo de exaustão da natureza, de exaustão fiscal, de exaustão do endividamento. Nós estamos diante da exaustão de benefícios sociais. Nós estamos, sobretudo, diante da exaustão do modelo de crescimento econômico, de propósito da civilização industrial, e precisando de uma nova alternativa. Essa nova alternativa é a redefinição do propósito, ou seja, da riqueza.

Lamentavelmente, a gente não vê esse discurso ao nível político – no máximo, ao nível teórico, abstrato, dos filósofos. Roosevelt, em 1930, 1933, em seu discurso de posse, disse: “Nós só devemos ter medo de ter medo, o resto a gente vai tentar”.

Temo que, hoje, a gente tenha que ser o contrário. A gente tem que ter medo é de muitas coisas, para se precaver.

O medo diante de uma tranquilidade é um medo doentio. Mas o medo diante de um risco é um medo inteligente. E a gente precisa deste medo inteligente: o medo inteligente diante do endividamento, o medo inteligente diante da carga fiscal, o medo inteligente diante do custo da corrupção, não apenas do ponto de vista ético, que nos desmoraliza, mas do ponto de vista econômico, de desviar recursos.

Nós precisamos ter medo até mesmo das coisas boas. Quando eu vejo a comemoração do saldo de dólares que entram aqui por razões financeiras, eu me assusto, porque ele pode ir embora de repente, deixando aqui uma tragédia de proporções maiores que a dos outros países.

E quando a gente diz que tem uma reserva imensa, eu me assusto porque ela está baseada em coisas falsas, como são os títulos da dívida americana, como são os próprios bilhetes de dólares ou de euro até. Tudo isso, hoje, é uma grande ficção. E, de repente, se alguém acorda e descobre que não é verdade, deixa de ser verdade para todo mundo.

Precisamos ter alguns medos no Brasil, na economia de hoje: o medo da inadimplência, o medo da destruição ecológica, o medo do excesso de gastos, o medo do vício de consumo além do que é possível.

Eu agradeço o Líder Acir Gurgacz por estar falando aqui pela liderança, mas eu não poderia deixar de dar este recado, nesta segunda-feira.

Entretanto, o Senador Ataídes pede um aparte. E, para mim, é uma satisfação ter o seu aparte.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Senador Cristovam Buarque, sempre é um privilégio imenso ouvir V. Ex^a dessa tribuna, com toda a sua sabedoria. Isso, a mim, agrega muitos valores. Interessante, V. Ex^a tem ido sempre a essa tribuna e dito coisas, repetindo sempre para ver se o povo, se o Governo fica alerta para o assunto. Por exemplo, o endividamento interno do povo brasileiro, o endividamento interno do nosso País. Senador, eu não tenho os números aqui em mãos, mas a União, hoje, tem uma dívida interna de aproximadamente um trilhão e trezentos e poucos bilhões de reais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É isso mesmo.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Muito bom. Municípios, Estados e União, juntos, já somam mais de R\$2,5 trilhões. E isso é muito perigoso sim, como V. Ex^a disse. Como empresário, eu cansei de ouvir outros empresários dizendo o seguinte: “Para crescer precisa dever”. Não necessariamente. Acima de tudo, precisa ter responsabilidade Dever... Ok! É necessário, às vezes. Mas com responsabilidade. Ah, mas um país como o Brasil, com essas riquezas imensas, dever três trilhões de reais, isso não é nada. É muito, é muito e o risco é muito alto, sim. Coaduno-me com V. Ex^a. E aí está a minha admiração pelas palavras sempre bonitas de V. Ex^a. Mas quero dizer, Senador, que eu vejo solução para isto. E, na verdade, quando V. Ex^a critica, já coloca soluções de uma forma insofismável, sempre. Mas eu percebo o seguinte: se coibíssemos ou acabássemos com a corrupção no nosso País, que V. Ex^a chama sempre de danosa – permita-me usar o seu termo –, eu tenho absoluta certeza que esse quadro mudaria. Porque a corrupção é causa, imagino eu, do déficit de bilhões ou talvez até de trilhões em nosso País. Então, temos que acabar com essa danosa corrupção em nosso País. Muito obrigado, meu Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero concluir, Senador Paulo Paim, dizendo que estou totalmente de acordo. Se a gente não acabar com a corrupção, este País não só se acaba do ponto de vista da falta de recursos, que são queimados pelos corruptos, mas se acaba moralmente, se degrada. Até porque a corrupção lá em cima termina virando a corrupção embaixo, e a soma dos pequenos poderes é mais corruptora até do que as unidades do grande poder. A gente está caminhando para isso. Porque se alguns corrompem lá em cima, aqui embaixo as pes-

soas trabalham sem se corromper? Termina acabando esse sentimento e a corrupção se generalizando, como já acontece em alguns países. Isso a gente tem que acabar.

Agora, só tem uma coisa, Senador Ataídes Oliveira, não cairmos na corrupção da estratégia de acabar com a corrupção. Porque ouço alguns dizerem: quer melhorar a educação? Primeiro acabemos com a corrupção. Aí a gente vai ter dinheiro para a educação. Mas a gente não acaba com a corrupção. Tem um círculo. Porque um dos meios de acabar a corrupção é investir na educação. E estou vendo isso para tudo. Quando a gente fala em educação, fala em pré-sal. O pré-sal é uma hipótese, e, se der certo, demorada. Não podemos esperar pelo pré-sal.

Estávamos falando há pouco, o Senador Pedro Taques e também o Senador Ataídes Oliveira, que o Brasil já teve um pré-sal, chamado ouro de Minas Gerais. E daquele pré-sal não ficou quase nada, a não ser algumas belas igrejas de Ouro Preto e arredores e algumas igrejas lá em Portugal. O resto do ouro foi todo para fazer compras na Inglaterra, que se desenvolveu a partir daí. Nosso ouro desenvolveu a indústria inglesa; nosso pré-sal pode servir para desenvolver cérebros lá fora se nós não tomarmos cuidado.

Até lá, temos que criar nossa base. Temos que fazer, com os recursos que temos – que não são poucos, porque estamos com quase quatro trilhões por ano de produto, de renda nacional –, a nossa revolução, lutando contra a corrupção e lutando pela educação. Essas duas lutas se unem. É aquilo que se chama de sinergia: você faz em um e o outro se beneficia também.

Eu agradeço, Senador Paulo Paim, pelo tempo. Mas fica aqui a minha preocupação: este é um tempo de ter medo, de ter imaginação e de não ficar preso aos velhos, cansados e exaustos padrões de riqueza do passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque, que mais uma vez faz um alerta ao País sobre a crise internacional e a repercussão aqui no Brasil.

De imediato, passamos a palavra ao Senador Roberto Requião, como orador inscrito, mediante a troca feita com o Senador Cristovam Buarque, que falou como Líder e cedeu o seu lugar como orador.

O Senador Roberto Requião dispõe de, no mínimo, 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Durante o recesso, Senador Paulo Paim, estive no Paraguai para conversar com o Presidente Lugo Méndez sobre os problemas de brasileiros naturalizados paraguaios, seus filhos paraguaios e a questão da terra.

Foi muito bem-sucedida a visita, e as medidas tomadas pelo governo paraguaio me satisfizeram amplamente. É uma questão paraguaia, de soberania do Paraguai, e o Presidente da República criou uma comissão mista, com o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, para tratar de uma forma mais efetiva o problema. Andou muito bem o Presidente Lugo Méndez nessa questão.

O vereador Hermógenes – o Mogênio – e o vereador Sérgio Beltrame me acompanharam, representando os filhos de brasileiros e brasileiros naturalizados. Foi muito bem-sucedida a visita.

Nesses dias de recesso, mais uma vez, fui atacado de forma raivosa, colérica, com fúria hidrófoba pelo Sr. Ricardo Boechat. Ataques a mim e à minha família, porque ele não se contentou em mirar-me. Ataques seguidos, repetidos, e um crescendo desvairado, apoplético. Por quê? Por causa do arquivamento da representação contra mim, a propósito do famoso caso do gravador, sobre o que já me pronunciei nesta tribuna.

Quando pensava que, nesses anos de vida pública, tendo sido Deputado, Prefeito, três vezes Governador, Senador pelo segundo mandato, já tivesse a pele curtida por tantos ataques, críticas, calúnias e acusações infamantes, que já passara por tudo e mais um pouco, surpreendo-me com a voracidade, com o apetite vampiresco de alguns agressores.

Certamente abastecido pelos meus adversários no Paraná, o Sr. Boechat disse coisas gravíssimas, sem se preocupar com a verdade dos fatos. Sou jornalista e aprendi que a preocupação suprema do jornalista ou do jornalismo é a verdade e que a verdade está nos fatos. Mas que se lhe dá se a verdade contrarie o que diz? Se o propósito do Sr. Boechat é injuriar, difamar, destruir? Azar da verdade. Intrometeu-se onde não devia.

O Sr. Boechat conhece o Paraná? O que ele sabe de mim e de meu governo? O que sabe o Sr. Boechat do Porto de Paranaguá, um de seus temas favoritos ao atacar-me? Nada. Não sabe nada. Não faz mais que repetir tediosamente os argumentos de meus adversários, daqueles que processo por assalto ao dinheiro público.

De nada sabe da luta difícilima, insidiosa que o meu governo enfrentou para recuperar o Porto de Paranaguá, para limpá-lo das quadrilhas que o assaltaram e para afastá-lo do apetite salivante dos que pretendiam privatizá-lo.

O que sabe o Sr. Boechat da fraude das balanças, do roubo de cargas, da areia adicionada às sacas de soja e milho para aumentar o peso? Da urina bovina também adicionada aos grãos para aumentar o teor protéico? Da divisão das operações no porto entre bandos? Do tráfico de drogas? Da indústria de ações trabalhistas que consumiam quase todo o resultado

financeiro do porto? O que sabe da desmoralização internacional do porto por causa da adulteração dos grãos que exportava?

O que sabe das mais de duas mil reclamações de importadores europeus e chineses, irritados com a falsificação do que recebiam por Paranaguá, o que nós reduzimos, com medidas duras, a zero?

Nada! O Sr. Boechat não sabe de nada. Ele apenas recolhe informações dos defensores dos interesses que contrariei ou de notórios quadrilheiros que escorracei do terminal.

O sindicato de ladrões não se conforma em ter sido expulso do cais.

O Sr. Boechat conhece o Paraná? O que ele sabe de meu governo?

Nada! Não sabe nada.

Não sabe que, no meu governo, o Paraná foi o Estado que mais avançou no combate à pobreza, que mais diminuiu a mortalidade infantil e a desnutrição da primeira infância, que mais combateu o analfabetismo, que criou o maior salário mínimo regional, Senador Paim, do País...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estive lá, na época.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – ... que zerou o imposto das microempresas e reduziu o imposto das pequenas à média de apenas 2%, que, na crise financeira global de 2008, cortou o imposto de cem mil itens de produtos de consumo popular, para estimular as compras e manter a economia girando.

Não sabe que, em meu governo, o Paraná foi o Estado que mais criou empregos com carteira assinada no País. Não sabe que meu governo instituiu a Tarifa Social do Saneamento Básico, cobrando uma tarifa simbólica pela água e pelo esgoto tratados, porque saneamento é saúde.

Não sabe que o meu governo aboliu a cobrança da conta de luz dos mais pobres, porque energia elétrica é uma conquista da civilização que não pode faltar na casa do povo.

No Paraná, Sr. Boechat, nos dias frios de inverno, os mais pobres não tinham acesso a um banho quente e nem a um ponto de luz à noite para os filhos estudarem.

O Sr. Boechat conhece o Paraná? O que ele sabe de meu governo?

Nada. Não sabe rigorosamente nada.

Não sabe que o Paraná é o único Estado que, por decisão minha e da nossa assembleia legislativa, destina 30% de seu orçamento à educação. Que a educação pública no Paraná, durante o nosso governo, alcançou as melhores avaliações do MEC, primeiro lugar do Brasil. Que nas Olimpíadas de Matemática

sempre fomos os melhores. Que no ensino de Português alcançamos a ponta. Que todas as nossas escolas têm computadores em cada sala de aula, plugados à Internet por banda larga. Que restauramos o ensino técnico profissionalizante. Que produzimos e distribuímos livros didáticos gratuitamente.

Não sabe que construímos, reformamos ou ampliamos 40 hospitais, para dar ao segurado do SUS o mesmo atendimento que há em hospitais da rede privada. Que construí mais de 300 clínicas para o atendimento às mulheres e crianças de famílias mais pobres, para reduzir a mortalidade materno-infantil.

Sr. Boechat, não há paralelos no Brasil com essas clínicas e o senhor não imagina o que isso representa de proteção e carinho às famílias de menor renda.

O senhor também não sabe que construímos 320 bibliotecas em todo o Estado. Hoje, Sr. Boechat, praticamente todos os Municípios do meu Paraná têm bibliotecas. Todas com computadores ligados à Internet, por banda larga. Livros, Sr. Boechat, livros a mãos cheias para a formação de mulheres e homens livres, bem informados.

O Sr. Boechat não sabe nada disso. Ele não conhece nem a mim nem ao Paraná.

Ele não sabe que abri, irrestritamente, todas as contas do Estado, que coloquei na Internet cada tostão gasto.

O Paraná, Sr. Boechat, fez isso antes de todos os governos. Nada a esconder, Senador Paim, tudo a revelar. Sem medo.

Mas, o Sr. Boechat não sabe nada disso.

Ele não sabe que, pela primeira vez em décadas, sob o nosso governo, estancamos o processo de desaparecimento da pequena propriedade rural, segurando, em consequência, o êxodo até então incontrolável para as cidades.

Ele não sabe, Senador Blairo Maggi, que, das 371 mil propriedades rurais no Paraná, 320 mil são pequenas propriedades, até então abandonadas pelo poder público. E o nosso governo apoiou-as com crédito, assistência técnica, tratores, irrigação, sementes, moradias, saneamento, estradas, escolas agrícolas.

O Sr. Boechat não sabe nada disso.

Não sabe que o nosso governo fez uma clara opção preferencial pelos mais pobres, certamente para escândalo de alguns pretensos intelectuais, com aquele característico corte blasé, hoje capturados pela mediocridade do pensamento neoliberal, de que o Sr. Boechat parece ser um exemplo bem talhado.

Mas o Sr. Boechat não é de todo ignorante. De uma coisa ele sabe. Ele sabe que cortei as verbas públicas em propaganda. Fiz o desmame de uma sangria quase centenária. Dei um choque de capitalismo na

mídia, cortei-lhe a principal fonte de sustento, o dinheiro do Tesouro Público.

Por que ele sabe disso? Porque é na mídia paranaense e em seus interesses contrariados que ele se abastece de notícias, arruína o seu fígado, exercita o seu ódio, empanturra-se de mentiras. Já que parte da mídia do Paraná fez do ataque a mim o seu meio de vida, seu sustento, porque há sempre quem pague.

O Sr. Boechat abastece-se também com meus adversários políticos, alguns conhecidos ladrões do dinheiro público, gente que já foi presa e que só está solta porque a Justiça, ora a Justiça... Um deles é um caso notável.

Este fulano, quando era secretário de Estado, liberou o bingo no Paraná, embora não tivesse competência para isso. Liberado o bingo, tornou-se dono de casas de bingo e foi pilhado em interceptações telefônicas recebendo prestação de conta do movimento das casas.

Esse mesmo personagem é acusado de desvio de milhões de reais em uma operação de levantamento de crédito tributário. Vejam vocês, levantamento de crédito tributário.

Ele e comparsas pagaram, com dinheiro público, a uma determinada associação, mais de R\$10 milhões para que a tal associação levantasse créditos tributários do Detran, o Departamento Estadual de Trânsito.

Só que, senhoras e senhores, o Detran não paga ICMS, logo não tinha créditos a receber e, mesmo assim, pagou R\$10 milhões pela consultoria.

Meu Deus, que desfaçatez! Que certeza de impunidade!

Pois bem, essa gente está solta, e eu fui condenado várias vezes porque os chamei pelo nome, chamei-os como devem ser chamados, Senador Vitalzinho, ladrões! Enquanto os processos contra eles patinam nos tribunais, condenam-me por denunciá-los publicamente. Ora, eles ainda não foram julgados em instância final.

É de informantes assim que parece se valer o Sr. Boechat. E com informações assim, calunia-me, ofende-me.

Mas quem é o Sr. Ricardo Boechat, esse paladino da moralidade, da retidão, esse Catão, esse varão da República, esse homem sério que nunca cometeu os deslizos, por exemplo, do Poema em Linha Reta, de Fernando Pessoa?

Quem é essa espada, esse chicote vingador dos deuses?

Seria o mesmo Ricardo Boechat demitido de O Globo, em 2001, por revelar o conteúdo de matérias que seriam publicadas pelo jornal a uma das partes que disputava o controle de um bom naco da telefonia

nacional, então em processo de privatização? Seria o mesmo personagem?

A história é a seguinte: o empresário Nelson Tanure, principal acionista do Jornal do Brasil, era aliado da TIM na disputa desta com o banqueiro Daniel Dantas, pelo controle da Telemig Celular e da Tele Norte Celular. E o Sr. Boechat foi pego, apanhado, flagrado em grampos telefônicos revelando para um empregado de Tanure matérias que *O Globo* publicaria sobre o assunto.

Ouçam o que disse o Observatório da Imprensa sobre o escândalo:

Em um dos diálogos, ocorrido em 15 de abril [de 2001], Ricardo Boechat conta a Paulo Marinho os termos de reportagem que está escrevendo para revelar manobras do Opportunity e que seria publicada no dia seguinte em **O Globo**.

Pela conversa, fica evidente que a direção do jornal não foi informada sobre o grau de ligação do jornalista com Nelson Tanure e sobre o fato de que a reportagem foi minuciosamente discutida com Paulo Marinho.

A nota do Observatório conclui:

Curiosamente, a reportagem [de Boechat] acabou sendo usada, dez dias depois, como peça de processo na ação judicial dos fundos de pensão [...] contra o Opportunity.

Oportuno, não é, Sr. Boechat?

Chamado às falas pela direção de *O Globo*, o senhor Ricardo Boechat teve suas explicações rejeitadas e acabou sendo – como se diz hoje, Senador Simon, nesses casos do Governo Federal – defenestrado pelo jornal.

Na verdade, os fatos explicavam tudo. E é nos fatos que todo jornalista deve buscar a verdade.

Que mais dizer ao Sr. Boechat? Que mais dizer do Sr. Boechat?

O que ele disse a meu respeito está sendo levado pelos meus advogados aos tribunais.

Ocorre-me, neste momento, um dito popular: “Se você for mordido pelo cachorro, bata no dono, não no cachorro.” Mas se o cachorro for um reles vira-lata, que transita pelos becos e pelas vielas, um cachorro sem dono, de muitos donos, o que podemos fazer? Bater, sem dúvida, no cachorro. É o conselho que dou às pessoas que sofrerem essas agressões, essas pequenas mordidas de cachorros vadios. E, no limite, façam como estou fazendo: recorram aos tribunais e utilizem, se puderem, tribunas como esta do Senado, de liberdade de expressão e não censurada pelos interesses dos donos de rede de televisão.

Obrigado pela tolerância do tempo, que, aliás, parece que ainda não se esgotou.

Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– De fato, Senador Requião, não havia se esgotado. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Fica aqui, definitivamente, o meu conselho: mordido pelo cachorro, se possível bata no dono do cachorro. Mas, se for um vira-lata de vielas e ruas estreitas, batam no cachorro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Senador Requião fala do seu governo e responde às críticas que recebeu, aqui da tribuna do Senado, nesse espaço dos Senadores.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Vital do Rêgo, como orador inscrito, dispondo também de, no mínimo, vinte minutos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Agradeço a permuta do tempo que tive com V. Ex^a, Senador Paim, dizendo que, na sessão inicial, pres-távamos uma homenagem ao Estado da Paraíba, e, por força da globalização e da rapidez da informação, a declaração de amor que V. Ex^a prestou ao nosso Estado, ao meu e ao seu, V. Ex^a, como filho adotivo, já repercutiu em toda a rede social que atende, efetivamente, ao Estado. Por isso, faço essa ressalva para dizer como V. Ex^a é querido na terra que aprendeu a amar também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ao longo do recesso vamos acumulando uma série de assuntos que, pela sua importância, em nível nacional, regional ou municipal, precisam ser repercutidos da mais alta tribuna desta Casa. Queria, hoje, poder falar um pouco sobre os agricultores endividados da região Nordeste, do País inteiro, assunto tão bem cuidado pela Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que assumiu a responsabilidade de levar adiante um entendimento global do Governo Federal, da área de Fazenda com os órgãos, principalmente os órgãos bancários envolvidos nesse pesadelo que toma conta dos agricultores da região Nordeste, notadamente da Paraíba.

Eu queria muito trazer notícias novas e estou esperando essas notícias do Banco do Nordeste, do Tribunal de Contas da União, já que esses agricultores estão, permanentemente, sendo aviltados no seu direito de contestar execuções que são feitas pelo sistema bancário nacional.

Eu também tinha que trazer uma notícia alvissareira do Ministério da Integração, que é um estudo que estamos fazendo dos perímetros irrigados da região Nordeste. Há mais de trinta perímetros irrigados de interesse social, e o Ministério da Integração, por meio da Secretaria Nacional de Irrigação, está promovendo um amplo levantamento para buscar autonomia financeira e competitividade desses segmentos, que produzem muito. Na Paraíba, nós temos três perímetros de interesse social – o Perímetro do Engenheiro Arcoverde, o Perímetro de São Gonçalo e o Perímetro de Sumé – que estão alocados como prioritários dentro desse projeto que o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração, está construindo por sua Secretaria Nacional de Irrigação.

Mas quero falar do Programa Brasil sem Miséria. Na última semana de junho, a Presidente Dilma Rousseff esteve em Alagoas para lançá-lo. Na solenidade, vários governadores presentes, principalmente os da região Nordeste, assinaram um termo de compromisso para a implantação desse programa. Naquele momento, o Senado estava em recesso, como disse anteriormente, e, portanto, não pude repercutir em plenário esse fato tão importante para nós nordestinos, mas gostaria de fazê-lo nesta oportunidade.

Quero destacar que o Programa Brasil sem Miséria tem como público alvo, Senador Paim, aqueles que vivem na pobreza extrema, com menos de R\$70,00 por mês. Ainda há no País pelo menos 16 milhões de pessoas que se encontram nessa vergonhosa situação, sendo que 59% delas estão no Nordeste – 59% dos 16 milhões – e 40% têm até 14 anos de idade.

Então, Sr. Presidente, trata-se de uma iniciativa voltada, sobretudo, para a região Nordeste e, principalmente, para os jovens. Uma iniciativa que não se limita apenas ao caráter assistencialista; muito pelo contrário, o programa, além de garantir o acesso dessas pessoas a serviços básicos como água, luz, educação, saúde, segurança, vai desenvolver também ações voltadas ao empreendedorismo, visando criar novas oportunidades de desenvolvimento local, ampliar o mercado das micro e pequenas empresas, apoiar o microempreendedor individual, as políticas de microcrédito e a economia popular e solidária.

Podemos dizer, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, no Brasil sem Miséria, não estamos apenas dando o peixe, mas ensinando o povo a pescar, para que ele possa ter um padrão mínimo de renda, produzir e viver com mais dignidade.

Ao ouvir a Presidente Dilma, na semana passada, em seu programa Café com a Presidenta, fiquei ainda mais convencido, Senador Paulo Paim, da relevância do Brasil sem Miséria para a nossa região. De acordo

com Sua Excelência, nesta primeira fase serão realizadas ações estratégicas nas áreas de saneamento, educação, saúde e agricultura familiar. O Água para Todos, por exemplo, pretende beneficiar 750 mil famílias que vivem em áreas rurais do semiárido, construindo milhares de cisternas, barragens e sistemas simplificados de irrigação. É um programa que será desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração. Isso é fundamental para que essas famílias extremamente pobres possam produzir mais e sair da miséria.

A agricultura familiar também será estimulada. O programa pretende melhorar e apoiar a produção de 250 mil famílias de agricultores extremamente pobres até 2014. Nesse período, a Presidenta Dilma já autorizou a contratação de centenas de técnicos rurais para auxiliar os agricultores familiares no plantio. As duas primeiras chamadas de assistência técnica e extensão rural vão atender 25 mil famílias de agricultores extremamente carentes na região Nordeste, em 225 Municípios, com um investimento de R\$30 milhões.

Esses profissionais vão dar condições sobre as melhores técnicas de plantação e quais os equipamentos mais adequados para cada caso. Além de orientação técnica, essas famílias vão receber sementes de qualidade produzidas pela Embrapa e R\$2,4 mil para investir na terra e melhorar a sua produção. É um pacote de investimentos no programa da agricultura familiar. Até o fim de 2012, serão atendidas 115 mil famílias, com a distribuição de sementes de milho, feijão e hortaliças.

A saúde também será beneficiada pelo Brasil sem Miséria. Será priorizada a construção de 638 UBSs em 446 Municípios do Nordeste. Serão oferecidas também mais de 7 milhões de consultas e mais de 3 milhões de óculos, que serão entregues a estudantes do ensino fundamental e do Programa Brasil Alfabetizado.

Na Paraíba, Sr. Presidente, as principais metas do programa Brasil sem Miséria são ou serão a inclusão produtiva, a assistência técnica e o fomento para gerar renda no meio rural.

O programa iniciará suas atividades com a abertura de edital para contratar jovens que irão ao campo dar assistência técnica às famílias rurais que necessitam e incluí-las nos programas de bolsas sociais, até que sua renda seja elevada. A meta do Governo é promover a inclusão social e produtiva de mais de 613 mil paraibanos em situação de extrema pobreza, identificados em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Um dos eixos do programa no Estado continuará sendo a compra direta de alimentos, sucesso durante todo o governo do Presidente Lula. No ano passado,

2,3 mil famílias de agricultores familiares de 172 Municípios da Paraíba forneceram mais de 4 mil toneladas de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, e tiveram uma melhoria nos seus rendimentos.

Aliás, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui, para finalizar, um pequeno parêntese: a Paraíba é um dos Estados que mais precisa do incentivo do Brasil sem Miséria, Senador Ataídes. No nosso Estado, 16,3 da população, Senador Simon, está abaixo da linha de pobreza. Lamentavelmente, a Paraíba é o décimo Estado da Federação em piores condições, ou seja, de extrema miséria. Lembro que a média nacional é de 8,5 da população. Ou seja, nós, na Paraíba, temos o dobro da média nacional da população que está vivendo sob extrema miséria.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que para nós, nordestinos, que sempre fomos vítimas da seca, da pobreza, da miséria, nada mais fundamental e imprescindível do que o programa Brasil sem Miséria, ao qual empresto meu total e irrestrito apoio.

A Presidente Dilma, ao tomar posse, no dia 1º de janeiro deste ano, disse em seu discurso que não descansará enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver fome no desalento das ruas e enquanto houver crianças pobres abandonadas pela própria sorte.

Faço minhas as palavras de Sua Excelência e renovo o meu compromisso inafastável com o povo do Paraíba, sobretudo com aqueles que vivem na pobreza extrema.

Parabéns à Presidenta Dilma, à Ministra Cancellato, que realmente possamos avançar rumo a um Brasil sem miséria!

Esse é o nosso sonho, Senador Paim, esse é o sonho daqueles que chegam a esta Casa munidos de esperança, acalentando ideias e ideais e que encontram, no meio de tantas decepções que a própria atividade política nos impõe, situações que parecem uma fresta, uma luz, uma pequena janela ao final do túnel.

Debrucei-me, no final de semana, a ler um pouco sobre o Brasil Sem Miséria. É um retrato muito parecido com os programas sociais e que, diga-se de passagem, foi uma preocupação já do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que o Presidente Lula aperfeiçoou notadamente, incluindo outras vertentes, outros vieses, na educação, na saúde, criando responsabilidade da sociedade na Pactuação que foi um dos programas sociais de combate à miséria, tão bem implantados no Brasil e que hoje é referência para o mundo inteiro, principalmente, para os países menos desenvolvidos.

A Presidenta Dilma segue esse caminho com a sua sensibilidade, com a sensibilidade de uma mulher que entende a fome, que entende o abandono como

vítima ou razão das vítimas que estão no Brasil. Há ainda 16 milhões de pessoas, destas a maioria, quase 60%, no Nordeste, e nós precisamos apoiar. É deste apoio que a Presidenta precisa no Senado, o apoio para implantar esse programa que é um programa multifacetário; um programa que envolve a assistência social direta, mas envolve também a saúde, envolve a moradia, envolve o abastecimento de água, envolve a proteção a vida, enfim, é um programa que merece ser apoiado.

Eu ecoo aqui as milhares e milhares de vozes do povo paraibano, do povo sofrido da minha Paraíba, que espera muito a continuidade do resgate, do renascimento que essa sociedade teve, ao longo dos últimos anos, nesse processo de rearranjo social do Brasil e que deu sobrevida àqueles que menos têm.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Vital do Rêgo.

Convido o Senador Pedro Simon para subir à tribuna, apenas comento com V.Ex^a – Senador Simon se quiser pode assumir – que tenho muito orgulho de ter recebido o título de cidadão da Paraíba.

Refleti aqui, hoje à tarde, que recebi diversas homenagens, mas uma das primeiras foi a da Paraíba.

Reafirmo minha posição e agradeço a V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com muita honra para todos nós paraibanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

Senador Simon, para o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, nos meus 81 anos, passei por tudo nesta vida – 60 anos na política, desde a política estudantil – e sou um otimista com a vida. Acho que, hoje, o Brasil vive um momento muito importante.

Estou acompanhando o Governo da Presidenta. Não sou do seu partido; votei em Sua Excelência no segundo turno, no primeiro votei na Marina, mas nas minhas reflexões, nas minhas orações diárias, tenho torcido e rezado para que a Presidenta vá bem. E confesso que tenho tido satisfação em ver o seu trabalho, o esforço que Sua Excelência vem desenvolvendo à frente da Presidência da República.

Sua Excelência substitui o Presidente Lula, que foi um grande Presidente. Divergi do Presidente, num determinado momento, quanto à linha do seu governo. Achei que Lula, pela sua origem, por quem ele era, pela sua história, por toda a sua vida não ter não ter dependido nunca nem de multinacional, nem de empresário, nem de empreiteira, nem de ninguém, podia

ter feito um governo mais independente, principalmente na ética e na moral.

Foi um grande governo. Não há como deixar de reconhecer grandes obras, grandes realizações, colocou o Brasil em manchetes positivas internacionalmente, estão aí trinta milhões que saíram da miséria e da classe pobre e entraram na linha das pessoas que vivem com dignidade. Não há dúvida nenhuma! Mas o Lula podia ter feito tudo isso e mais. Como pregara o seu Partido, o PT, antes do seu governo, podia ter feito um governo na austeridade, demitindo o Zé Dirceu na hora e não dois anos, três anos depois.

Assume a Presidente Dilma, e dá para se notar que seu Governo é diferente. Sua Excelência assumiu um Governo em situação pessoal delicada. Todo o Brasil e o mundo sabem que o grande eleitor se chama Presidente Lula. Ele escolhe – e foi um lance de rara inteligência. Ele escolheu a Ministra Dilma à revelia de, praticamente, todo o PT e à revelia de todos. De onde é que o Lula tirou o nome dessa mulher que nunca foi candidata à vereadora, nunca teve um voto? Nem era do PT, entrou agora! Nasceu em Minas Gerais, criou-se politicamente no Rio Grande do Sul, nunca foi a um comício político, nunca participou de coisa nenhuma. E o Lula teve a visão, e o Brasil se curvou à visão do Lula.

Não é que a Dilma seja cria do Lula. A Dilma teve a “iniciatura” do Lula, mas ela ganhou pela capacidade dela, pela competência dela, porque ela tinha sido excepcional na Secretaria da Fazenda do Prefeito Collares; no governo do Estado, Secretária de Minas e Energia do Governador Collares; Secretária de Minas e Energia do Governador Olívio Dutra, e Ministra de Minas e Energia do Lula, e Chefe da Casa Civil do Lula. Competência ela já tinha mostrado, e mostrou essa competência na campanha, e ganhou tranquilamente.

Quanto ao seu Ministério, lamentavelmente, nem o Lula, nem o MDB, nem o PT ou alguém se preocupou em selecionar um grande Ministério.

Agora, vê-se que o coordenador principal da campanha do Lula e o coordenador principal que fez o entrosamento do próprio Lula com a Dilma, para fazer, organizar o Ministério, estava preocupado em ganhar R\$20 milhões lá, com suas assessorias técnicas de não sei o que, em comprar um apartamento de oito milhões e não sei mais o quê.

A Bíblia já disse que ninguém serve a dois senhores. Se ele está cuidando de fazer a sua fortuna porque queria botar tudo em dia, correndo, ridiculamente, botando um apartamento de R\$7 ou 8 milhões no seu nome antes de assumir a chefia da Casa Civil, ele não podia estar cuidando disso e cuidando da coordenação do Governo. E o Governo foi constituído da maneira que podia. E estamos aí.

O fato novo é que a Ministra Dilma tem tido coragem, ao contrário do Fernando Henrique, Presidente da República, que não mexeu, que não teve coragem de tomar posição na hora que as coisas aconteceram no seu Governo, e ao contrário do Presidente Lula, que também não fez nada quando houve o mensalão e caíram José Dirceu e companhia. Caíram porque a CPI mostrou, porque o Supremo aceitou e ele teve de aceitar, mas defenderam até o fim que as pessoas ficassem.

Com a Drª Dilma, não. Ela assumiu e tomou as providências. A primeira foi com o todo-poderoso chefe da Casa Civil, o homem mais forte, que era, inclusive, o primeiro candidato do Lula à Presidência da República, mas que caiu fora quando aconteceu a questão do caseiro, na casa onde faziam as festas e não sei mais o quê. Ele saiu porque tinha mandado abrir as contas do caseiro, para mostrar que ele tinha recebido dinheiro para fazer uma denúncia contra ele, pensando que esse dinheiro tinha vindo de empreiteira ou seja lá de quem. E o dinheiro era do pai natural dele, que tinha mandado para ele. Aí, ele caiu fora e surgiu a Dilma.

Surgiu da denúncia? O Lula veio aqui, em Brasília, reuniu todo mundo – líderes políticos, o Presidente do Senado e companhia – para fazer um apelo para que não se mexesse nele, porque ele não podia sair. A Presidente tirou, e tirou muito bem. E tirou muito bem. Depois, o Ministério dos Transportes, e tirou todos os que tinham de ser tirados, e tirou bem.

Agora, no Ministério da Agricultura. A denúncia foi feita por um irmão do Líder do Governo, denúncia essa muito grave, muito séria, que precisa ser investigada.

Eu não acredito que não se investigará porque é do MDB. A imprensa diz que com o PMDB e com o PT a Presidenta não vai ter coragem de fazer nada, porque o preço é mais caro. Não acredito. Aliás, o Líder do PMDB na Câmara foi muito claro nesse sentido: “Investigo o que tiver de investigar”. Eu penso a mesma coisa: investigue o que tiver de investigar.

Na quarta-feira, ele vem ao Senado, na Comissão, e eu mesmo pretendo lhe fazer algumas perguntas, até porque passei por aquele Ministério e, no meu tempo, também se falava muito daquela Conab. Eu gostaria de ouvir as respostas que S. Exª dará.

A imprensa tem deixado muito claro, Presidente, muito claro que o caso do Ministro Jobim é diferente. É bom esclarecer que, nesse tumulto de corrupção, de coisas erradas, quando se chega a nome do Dr. Jobim, a imprensa diz que foi uma incompatibilidade.

A imprensa conta, e acho muito interessante, com uma charge, e até o Lula se saiu muito bem, em minha opinião, quando disse: “São coisas de gaúcho. Quando eles discutem, a gente tem de ficar assistindo. Ou

se acertam, ou não se acertam”. Mas ninguém disse uma vírgula com relação à dignidade, à seriedade, à capacidade e à competência do Ministro Nelson Jobim.

Eu tenho muito respeito pelo Ministro Jobim. Sou um dos responsáveis pela insistência do Rio Grande do Sul para que S. Ex^a, um brilhante advogado, que não pensava em política – embora o seu avô tenha sido governador do Rio Grande do Sul e seu tio tenha sido deputado –, se candidatasse.

Deputado constituinte excepcional, da equipe do Dr. Ulysses e das lideranças do MDB, grande líder, grande relator, grande responsável, naquela hora dramática da Constituinte. Conseguimos que ela chegasse ao seu final. Ministro da Justiça de Fernando Henrique excepcional, Ministro do Supremo, Presidente do Supremo, marcou sua passagem com dignidade, com respeito e com altivez.

Numa hora difícil, numa determinada conjuntura, ele já afastado do Supremo, Lula o convidou para ser seu Ministro da Defesa. E a atuação do Jobim foi excepcional. Primeiro, a integração dele com as Forças Armadas, o entrosamento, a reciprocidade de respeito e de entendimento; segundo, a preocupação dele com as questões da defesa.

Pela primeira vez, que eu saiba, um Ministro da Defesa preocupou-se, realmente, com esta questão na política brasileira: a questão do mar territorial, discutindo inclusive na ONU essa questão importantíssima das nossas milhas, até porque, em águas profundas, há poços que, hoje, estão além de determinado limite. Ele foi o primeiro no mundo que se preocupou com a ONU, no sentido de nos garantir em termos de futuro, fazendo a integração da América Latina em termos de defesa, e o Brasil fugindo daquela posição de que seria um País com áreas de conquista, coisa que o Brasil nunca teve.

Mas o Brasil, imenso, ficava na interrogação: “O que esse país quer?” A começar pela Argentina, com todos os países o entendimento e o entrosamento foram feitos, cuidando, com seriedade, da questão da Amazônia, cuidando do aparelhamento que devem ter as Forças Armadas.

Neste momento que estamos vivendo, em que há uma interrogação com relação às questões referentes ao que foi, à época da ditadura, e ao que será, amanhã, a convivência que devemos ter, ele teve a competência de fazer o entendimento, tendo o respeito do Congresso, o respeito dos políticos e o respeito dos militares, mostrando que não é a busca de uma vindita, de compensações ou de se refazerem erros que foram feitos. A questão é de termos, realmente, respeito pela nossa consciência e a nossa responsabilidade perante a História, imitando aqui o que o grande líder fez na

África do Sul, quando não fez o que todos queriam, que seria dar o troco e condenar todos os que mereciam, mas buscou a verdade, a responsabilidade, a culpabilidade e o perdão.

Grande atuação a de Jobim. Os temperamentos, eu não vou discutir. E foi aí que a questão aconteceu. Não é para se discutir. Acho até que, da maneira como está, o Jobim fez o melhor que poderia fazer: saiu. E a Presidente escolheu um grande nome no seu lugar.

Conheço Celso Amorim. Eu era líder do governo Itamar e ele foi o chanceler que substituiu Fernando Henrique. Grande atuação. Homem sério, responsável, competente, e de grande atuação no governo do Presidente Lula, no Itamaraty. Uma boa escolha. Uma pena: o Celso poderia vir de qualquer maneira, mas o Jobim poderia ficar. Não é o que querem, não é o que importa. O que importa é que o Jobim ficou de cabeça erguida.

Jobim desempenhou algo que não é fácil: Ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique, indicado para o Supremo Tribunal pelo Presidente Fernando Henrique; Presidente do Supremo; Ministro da Defesa de Lula e ter o respeito de todos por desempenhar todos os cargos com dignidade. Em nenhum momento, no Governo, viu-se envolvido em quaisquer das questões que teve o Governo Fernando Henrique ou nos erros que o PMDB cometeu. No Supremo, agiu com alta dignidade. Agora, na Defesa, sem abrir mão de suas ideias e da sua amizade com Fernando Henrique, com Lula, com Serra e companhia, fez um Governo de grande seriedade e prestou grandes serviços. Quem o disse foi o próprio Presidente Lula, que lamenta a sua saída. E estava fazendo um bom Governo com a Presidenta Dilma.

Acho que a imprensa está consignando com muita fidelidade essa questão. Não vamos misturar Agricultura, chefia da Casa Civil com o que aconteceu no Ministério da Defesa: incompatibilidade. Jobim tem mil qualidades? Tem. Mas também tem as suas questões e interrogações. Quem o conhece como eu o conheço sabe que ele é assim: alto, grande, de cabeça erguida, mas é simples. É um bom amigo. Ele é singelo. Mas a sua altura e a sua maneira de falar demonstram certa arrogância para quem não o conhece, o que, em minha opinião, ele não é.

Quanto à Presidenta Dilma, está aí toda a imprensa debatendo e analisando que ela tem mil qualidades, mas que ela seria difícil no trato. Há incompatibilidade. No Rio Grande, tem muito isso.

O Dr. Getúlio Vargas e o seu irmão, Protásio Vargas. Getúlio Vargas criou o PTB, e seu irmão, Protásio Vargas, era chefe do PSD, no Rio Grande do Sul. Getúlio, candidato a Presidente da República, em 1950;

o seu irmão, Protásio Vargas, coordenou a campanha contra ele, a favor do brigadeiro, no Rio Grande do Sul. Irmãos que se respeitavam, mas que não se toleravam politicamente. No Rio Grande tem muito isso.

Brizola e João Goulart. Com a queda de João Goulart, ficaram lá, em Montevideu, 14 anos. Quatorze anos sem conversarem. Quatorze anos rompidos. A esposa de Brizola, irmã de Jango, dona Neuza, tinha de fazer um esforço para ver o irmão, porque o irmão e o marido não se davam. Houve aquele final de governo, como todos nós sabemos, com uma divergência profunda entre Brizola e Jango, e eles só foram se acertar – e Deus foi bom com eles – quando Jango, com problema sério de coração, saiu de Montevideu para a Europa, para fazer uma cirurgia, e quis se despedir da irmã. E foi lá, na casa de Brizola. Estavam lá dona Neuza e Jango, na sala, e o Brizola fechado no quarto. Quis o destino que, naquela noite, chegassem ali dois amigos: o Guimarães e o... – não recorro o nome agora. Chegaram, ficaram emocionados, vendo o Jango na casa de Brizola. “Cadê o Brizola?” “Está lá no quarto”. Foram lá, trouxeram o Brizola, e os dois se abraçaram, se reconciliaram, e foi a última vez que se viram. Jango viajou. Morreu. Até agora não se sabe direito como foi na Argentina. Mas, assim é realmente o Rio Grande do Sul.

Como diz o Lula: “Que pena que não se acertaram”. Mas tenho a certeza de que os dois se respeitaram reciprocamente.

Mas acho que a Presidente Dilma tem que continuar.

A imprensa está colocando, em manchete, a questão de que agora está complicado. A imprensa e os jornalistas das colunas estão dando a entender que agora há um sentido de resistência à Presidenta Dilma; que agora é mais caro; que agora vai mexer com o MDB, e tem gente que duvida que ela vá mexer com o PT, e tem gente do PT que está com medo de que ela vá mexer com o PT.

Claro que sou daqueles que acho que o importante da Presidenta Dilma é governar, é realizar obras e apresentar números, mas não há preço de conviver com a corrupção. Não gosto do termo “faxina” nem nada parecido com isso. Mas acho que quando as coisas aparecerem, ela tem de tomar uma posição.

Reparem que não foi a Presidente Dilma que foi atrás. Reparem que não foi a oposição quem apresentou. O caso do chefe da Casa Civil, a imprensa noticiou algo que é ridículo. Ele ganhou R\$40 milhões na sua assessoria, sendo R\$20 milhões no último mês, quando estava montando o Governo. Não foi a Presidenta que foi atrás do fato. O fato aconteceu e ele reconheceu. Agora, na Agricultura, é o irmão do Líder do Governo

que vem e conta e dá a manchete de que existiriam horrores de fatos no Ministério da Agricultura.

Que a Presidente tenha coragem de fazer as coisas. Acho que ela merece e precisa fazer.

Tanto aqui no Senado quanto na Câmara sinto que há um movimento de dar cobertura para a Presidente, para que ela aja como deve agir, que ela faça o que tem de fazer. Há um movimento muito importante de Parlamentares

de vários partidos, inclusive de oposição, e também de Governo, que dizem exatamente isso: que ela faça o que tem de fazer. Que o medo é a resposta. A imprensa está noticiando que se não derem as emendas e se não fizerem isso ou aquilo vai ter o troco do Congresso Nacional, as bancadas vão dar respostas, inclusive os partidos do Governo. Eu não acredito. Mas, se acontecer, a Presidenta não pode ficar sem a cobertura desta Casa. E a cobertura desta Casa deve ser exatamente isso: que ela faça. Não usem o termo “faxina”, pelo amor de Deus, mas que ela aja como deva agir e faça o que deve fazer no seu Governo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Simon,...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não, querido Senador. Agradeço a sua presença e à do querido Presidente. Hoje é segunda-feira, é verdade, alguns que estavam saíram, porque o assunto não agrada.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, o Brasil todo está assistindo a V. Ex^a, e fico muito feliz. V. Ex^a sabe o carinho que tenho não pela sua pessoa somente, mas pela sua história de vida. Um Parlamentar do quilate de V. Ex^a, eu diria, com a coragem de V. Ex^a e com a rebeldia de V. Ex^a – e eu me sinto muito feliz em dizer rebeldia, porque, quando falamos rebeldia, a gente sempre acha que são os mais jovens –, com o espírito da rebeldia que V. Ex^a demonstra nesta Casa contra aquilo que V. Ex^a entende que não é correto, que não aceita, e vai para a tribuna e coloca com muita força e com muita precisão. Eu queria dizer da minha alegria desse seu depoimento de apoio à Presidenta Dilma, dizendo “doa a quem doer”, seja do PT, do PMDB, do PSB, enfim, do PCdoB, não importa. Que ela continue firme, agindo em defesa do povo brasileiro, da forma muito clara como V. Ex^a aqui colocou. E V. Ex^a inclusive diz, e fico feliz em ouvir, que V. Ex^a é um otimista. Eu quero me somar a este seu depoimento. Quando há uma crise mundial, V. Ex^a acredita, com muita convicção, na forma como a Presidente Dilma governa o País. V. Ex^a sabe que sou um admirador de V. Ex^a não é de hoje e nunca escondi isso de ninguém. E porque não dizer, lá atrás, Senador Simon, quando havia só dois partidos

no País, eu votava, com muita convicção, em V. Ex^a. E votaria de novo assim, se fosse chamado às urnas, em relação ao seu trabalho, à sua história, à sua trajetória. E que aqui ninguém se surpreenda com o seu pronunciamento, que é de muita coerência, em defesa do País e de um grande mandato para a Presidenta Dilma. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Veja, Presidenta Dilma, quem fala é um correligionário seu, mas é daqueles que têm o respeito do Brasil inteiro pela sua querência, pela sua firmeza, pela ética com que age e com a competência com que o Brasil inteiro acompanha o seu trabalho, porque, às vezes, é difícil. Quando o Governo, tanto o atual como o anterior, defende algumas teses que são contrárias ao pensamento que V. Ex^a e seu partido defenderam ao longo da história, V. Ex^a fica com a sua consciência. Com muita competência! O que, de certa forma, minha querida amiga, Senadora por Alagoas, não teve. E eu disse para ela que ela tinha que ter tido um pouco mais de jogo de cintura, porque queriam que ela saísse do PT, e ela deveria ter ficado no PT. Mas V. Ex^a tem essa competência e, por isso, agradeço muito o seu aparte e espero que a Presidente Dilma compreenda a profundidade do seu aparte.

Tenho muito respeito pela Presidente, não tenho nenhuma intimidade com ela. Se tivesse, pelo que a imprensa fala, e algumas pessoas também falam, eu me atreveria a dizer à Senhora Presidente... Ela não tem que mudar, ela tem que ser firme! E, principalmente, agora, na Presidência da República, ela tem que ser firme. É mulher? É mulher, mas não significa que ela não tenha que ser firme. Foi Lula o chefe que fez, que coordenou, que fez um grande Governo? Foi. Mas o Governo é dela e ela tem que ser firme. Ela tem que ser enérgica! Mas minha querida Presidente Dilma, um pouquinho de jogo de cintura não faz mal. Um pouquinho de jogo de cintura não faz mal...

Dr. Tancredo, seu correligionário de origem, de nascimento, dizia: o Getúlio diz que é gaúcho, mas o Getúlio não é o padrão do político gaúcho. Getúlio é o padrão de político mineiro. O padrão de gaúcho é Flores da Cunha, que estourava, brigava, batia na mesa, protestava.

Era um grande nome, era um grande líder, mas, em termos de sensibilidade, de domínio de espírito público, era muito fraco. O velho Flores era gaúcho, mas o Dr. Tancredo dizia: "Getúlio não! Getúlio é mineiro." Realmente, nós, gaúchos, podemos ter mil qualidades – e temos muitas –, mas, muitas vezes, nós gaúchos pecamos por falta daquilo que devíamos ter, que é mais sensibilidade, mais compreensão, mais entrosamento. Getúlio tinha; Tancredo tinha. E olha, minha querida Pre-

sidenta, na hora das decisões Getúlio tomou. Na hora da Revolução de 30, Getúlio tomou; na hora dramática de 37, podemos discordar, mas ele tomou; e, em 54, o seu suicídio foi a grande resposta que ele deu a este País. O suicídio de Getúlio não foi um suicídio... Outro dia, eu discutia, inclusive, com alguns religiosos. Não, mas na Igreja Católica quem morre não vai para o céu... Getúlio pode não estar no céu por mil razões, menos por essa, porque ele se matou para evitar uma guerra civil. Ele podia ter resistido, podia e tinha condições de resistir, mas o derramamento de sangue teria resultados imprevisíveis. Então, na hora de tomar posição Getúlio tomava, mas tinha jogo de cintura. Não peço, minha querida Presidenta Dilma, que V. Ex^a perca uma vírgula da sua firmeza. Não contemporize, por amor de Deus, com o Renan, com o Sarney, com coisa parecida. Por amor de Deus, não! Mas um pouquinho de jogo de cintura faz bem. Do Jobim V. Ex^a poderia ter ganho com classe, com categoria. Eu li na revista... Não sei se aquilo que aconteceu na Piauí, de que ele teria comunicado a V. Ex^a: "Olha, eu vou colocar o Genuíno no meu Ministério, não sei o quê?" E que V. Ex^a teria respondido (perguntando): "Onde ele poderia ser útil?"

E Jobim teria respondido: "Isso eu, Ministro, vou decidir". Não sei... Está lá na revista. Acho difícil que Jobim tenha dado uma resposta dessas. Eu não acredito que Vossa Excelência não respondeu nada. Se não respondeu nada, agiu com muita categoria. Nunca vi o Jobim dizer aquilo. O que o Jobim teria que dizer seria o seguinte: "Olha, Presidenta, é que eu estou aqui". Eu conheço o Jobim desde que ele está aqui no Congresso. E ele fez uma mudança, ele fez uma caminhada extraordinária da luta armada ao hoje grande mediador e entendedor entre os militares e a democracia. Ele é hoje... E realmente é! Não pergunte a mim, pergunte a qualquer militar, que ele vai dizer exatamente isso. E veja como as coisas são belíssimas: sai o Jobim e fica o rapaz... Seu assessor fica! E o novo Ministro confirma sua presença, uma demonstração da certeza da escolha de Jobim. Mas ali, pelo que está na imprensa, Vossa Excelência agiu muito bem. Como é que o Jobim vai dizer... Eu não acredito! Mas à imprensa teria dito: "Compete a mim, Ministro, dizer onde ele vai trabalhar, onde ele vai ser útil". A Presidente da República fez uma pergunta educada, respeitosa: "Onde é que ele vai ser útil?" O Jobim deveria responder: "Ora, Presidente, ele vai ser útil porque ele teve um trabalho belíssimo no Congresso Nacional de reaproximação de militares com agitadores, com lutadores, etc. e tal e hoje ele é um exemplo do entendimento".

Eu não consigo entender o Jobim chamar nossa Ministra de Santa Catarina de... Como é o termo? Fraquinha. Até aí eu acho – embora o Sarney não se dê

conta – mas eu acho que a Ministra está mais chateada com Sarney do que com o Jobim, porque eu não acho que ela está gordinha não; eu acho que ela está muito bem, está um manequim. Não a acho magrinha, mas muito menos gordinha, como disse o Sarney. Acho que Sarney não foi feliz. É uma maneira até ridícula de o Jobim se referir. Eu nem acredito! Ou dizer que a nossa querida, simpática Senadora pelo Paraná, não conhece Brasília. Bom, vou ser sincero, estou aqui há 32 anos e não conheço, parece tudo igual em Brasília. Estou numa superquadra e não sei se é a minha ou se não é a minha e, nem por isso, considero-me uma pessoa fora de foco.

Essas coisas, minha querida Presidenta, não são um marco para V. Ex^a. O que está acontecendo lá na agricultura é sério. Se tiver que limpar tem que limpar!

Quando V. Ex^a diz que está enquadrando os Ministros, isso está certo, isso está correto! Quando V. Ex^a diz que quer que os Ministros que tenham qualquer coisa venham à Casa e respondam, V. Ex^a está correta, se V. Ex^a perguntar: “afinal de contas, Ministro, por que o irmão do Senador “Tal” está nomeado aqui e por que o sobrinho do ex-governador “Tal” está nomeado ali? V. Ex^a está certa! V. Ex^a está certa. E por que a ex-esposa do Deputado Fulano de “Tal” está nomeado ali? V. Ex^a está certa. V. Ex^a está absolutamente certa.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o maior prazer.

Quero dizer que agora vejo os dois Senadores de Mato Grosso e que eu vou deixar para o outro dia... Mas eu me senti emocionado na terra de V. Ex^a. Infelizmente, Maggi, que é meu contemporâneo – ele, não; mas os avós dele... Inclusive, lá em Caxias, fui colega de aula de Valdir Maggi. Não pôde ir, mas o querido Pedro I estava lá.

Eu voltei emocionado da terra de V. Ex^a. Olha, não tenho nenhuma dúvida: ali será o celeiro do mundo. Maior área de terras agricultáveis no mundo, disso eu já sabia; maiores reservas de água doce, disso eu já sabia. Mas que aquele povo tinha a capacidade fantástica que eu vi... Eu imaginava, mas fiquei sabendo neste fim de semana.

Com o maior prazer...

Outro dia o Prefeito...

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Prefeito Marino França.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Aliás, os dois Senadores são as duas figuras extraordinárias que estão lá. A única coisa que dizem é o seguinte: qualquer um dos dois será um grande governador, mas um tem que ficar lá. Não querem a disputa dos dois.

Selecione entre os dois quem vai e quem fica... Mas um tem que ficar aqui e outro em de estar lá.

Pois não.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Da minha parte, eu abro mão. Já fui governador e não quero voltar a ser governador. Então, o Senador Pedro Taques pode construir o caminho rumo ao Palácio Paiaguá sem a minha interferência.

Quero, primeiro, cumprimentar V. Ex^a pelo discurso que está proferindo, e quando o senhor for falar, depois, sobre Mato Grosso, com toda certeza, eu, o Senador Pedro Taques e também o Senador Jayme Campos estaremos aqui para apartear-lo e para enriquecer ainda muito mais o seu discurso, porque o Mato Grosso realmente é uma terra encantadora, tem uma produção fantástica, um povo trabalhador. E, lá, os homens que trabalham e as mulheres que trabalham se reuniram e construíram um Estado com aqueles que já estavam lá, os nossos cuiabanos, o povo que defendeu a fronteira oeste do Brasil, ainda na Coroa Portuguesa. Se não fosse a presença dos valorosos cuiabanos, aquele território não seria brasileiro; aquele território também seria espanhol. Mas eu gostaria, Senador Pedro Simon, de dizer, a respeito do discurso que o senhor está fazendo sobre a Presidente Dilma, que, na semana passada, eu, aqui, quando o Ministro Alfredo Nascimento fazia o seu pronunciamento, dizia, naquele momento, que me preocupava com a atitude que a Presidente tomou em relação às denúncias que vieram no final de semana contra membros do Partido da República; e que aquela era uma decisão açodada, uma decisão muito rápida; e que eu, como membro do Partido, me sentia de certa forma chateado, mas que entendia a posição da Presidente. Quem manda, manda, e quem tem juízo que obedeça. Mas também sabia que isso ia trazer problemas para a Presidente, porque no momento em que se tem uma decisão, o peso e a medida têm que ser sempre os mesmos. Não é possível se tomar uma decisão e uma atitude como se tomou, contra o Partido da República, os membros do Partido da República, e não se tomar agora as mesmas atitudes com relação ao Ministério da Agricultura, com relação à Conab, especificamente. As duas denúncias são diferentes: uma, contra o Dnit e contra os Transportes: “Ouvi falar, ouvi dizer, Fulano disse e Sicrano deixou de falar”. Agora, contra a Conab, nós temos endereço, CPF, temos depoimentos, temos tudo. E a atitude, então, deve ser a mesma; a atitude que foi tomada no Dnit deve ser tomada na Conab. Eu quero aproveitar o seu discurso para dizer exatamente isto: Presidente, continue no rumo e no ritmo em que a senhora está. Não estou criticando, mas também não posso aceitar dois pesos e duas medidas. Não é porque é o PMDB,

o maior partido da Casa, que tem de ter um tratamento diferenciado. Não! A mesma coisa que foi feita no Ministério dos Transportes deve ser feita no Ministério da Agricultura, como deve ser feita em qualquer outro ministério onde apareçam denúncias com comprovação mínima, para que a gente possa fazer o afastamento e as investigações necessárias. Parabéns pelo seu discurso e pelo seu posicionamento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Quero, primeiro, dizer a V. Ex^a que iniciei o meu pronunciamento dizendo exatamente isto: que eu espero que Sua Excelência faça com qualquer denúncia o que fez até agora. Não é por ser o PMDB ou por ser o PT que não se vai buscar a verdade.

Concordo com V. Ex^a.

V. Ex^a há de concordar comigo que nós temos de ter muita competência para não incendiar e cair onde querem; criar um ambiente de incompatibilidade e daqui a pouco dizer que não dá. Ela tem de ir com jeito. Agora, isso não quer dizer que ela não tenha de buscar a verdade no Ministério do PMDB – concordo perfeitamente – e talvez, daqui para diante, no Ministério do PT. Nisso eu concordo com V. Ex^a.

Quero dizer mais a V. Ex^a. Disse à imprensa e digo hoje, desta tribuna, porque não tive a oportunidade de apartear V. Ex^a: bonito gesto de V. Ex^a em não aceitar o Ministério.

Acho que qualquer outro poderia achar que deveria aceitar o Ministério por duas razões. Uma porque equacionaria, baixaria a água, facilitaria a situação do seu Partido, e outra por uma questão pessoal – V. Ex^a com o seu brilho, com a sua capacidade, como Governador... Lá no Mato Grosso, eu vi com emoção e com alegria as realizações que eles dizem que V. Ex^a fez. Eles falam que V. Ex^a construiu dois mil quilômetros de estradas em parceria com os prefeitos e com os produtores – eles entraram com uma parte e V. Ex^a com outra –, e as estradas que vocês produziram são a metade do preço das estradas federais.

V. Ex^a não aceitou o Ministério.

Lembro-me do gesto de V. Ex^a e de um gesto semelhante, que foi quando – eu era Líder do Governo Itamar – convidamos o Antônio Ermírio de Moraes para ser Ministro de Minas e Energia. Ele veio a Brasília, nos reunimos no gabinete e achamos que ele iria aceitar, e ele disse que não podia aceitar: “Não posso aceitar. Não posso aceitar porque a minha empresa é a que está mais ligada ao Ministério de Minas e Energia. Eu não posso ser um bom ministro e um bom gerente da minha empresa. Então, não aceito”.

V. Ex^a não aceitou.

Era um gesto com que V. Ex^a ajudaria muito o Governo da Presidente. Seria um grande ministro, su-

peraria essa fase que esta aí. Essas questões passariam, e V. Ex^a iria adiante. Mas V. Ex^a teve a grandeza de dizer: “Não, eu não aceito”. Agora, V. Ex^a tem razão. Que se apure tudo. Em primeiro lugar, o PR não é um partidinho – são sete Senadores e 40 Deputados. Mas, mesmo que fosse um partidinho de dois Senadores e quatro Deputados, não quer dizer que aquele pode fazer o que quer e o outro que tem 40 Deputados não pode fazer. Estou plenamente de acordo com V. Ex^a.

Pois não, Senador.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a está numa posição mais delicada, porque o Senador Maggi já abriu mão. Eu o vi, lá em Lucas, falando que são os dois candidatos. Ele já tirou fora. V. Ex^a, eu acho que estão começando a sua campanha agora.

Pois não.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sou muito novo ainda, Senador Pedro. Senador Pedro, quero me associar à fala de V. Ex^a e dizer que nós, aqui no Senado, temos de apoiar a faxina que a Presidente Dilma está a fazer no Ministério. Não interessa o partido, porque partido não comete crime; quem comete crime, quem comete malfeito são as pessoas que fazem parte do partido, e não interessa o nome do partido. Agora, nós deveríamos também discutir a causa de tudo isso. A causa de tudo isso é o verdadeiro aparelhamento do Estado por partidos políticos. Chega ao absurdo de dizer que o ministério “A” é do partido “B” e que o ministério “C” é do partido “D”. Isso não ocorre nas democracias dos países civilizados. No Brasil, nós temos quase 25 mil cargos DAS, 200 milhões de habitantes. Nos Estados Unidos, 300 milhões de habitantes, cinco mil cargos. Nós precisamos de uma administração pública que seja organizada. Enquanto nós não resolvermos essa questão, nós não vamos resolver o problema da corrupção na máquina pública. Não interessa o partido; o que interessa são as pessoas que fazem parte dos partidos. Aqui está o grande problema. Nós temos que discutir e debater esse chamado presidencialismo de coalizão. Nós temos de debater a chamada governabilidade, que não passa de acertos, que não passa de fazer com que o Presidente da República – não interessa o partido, não interessa o sexo – seja um refém de determinadas bases, de determinadas coalizões. Isso não existe nos Estados Unidos. Imagina agora com a discussão sobre o aumento da capacidade de endividamento se o Partido Democrata e o Republicano vão pedir cargos! Imagine se isso ocorre na França, imagine se isso ocorre na Inglaterra. Isso é um absurdo que só ocorre em repúblicas de banana como esta nossa, em que,

no Legislativo, infelizmente, com raríssimas exceções, os parlamentares não passam de despachantes do Orçamento da União. Nós temos de discutir a causa. A causa é o sistema partidário que nós temos, que permite essa farsa que é o presidencialismo de coalizão. Presidente precisa de apoio. Presidente precisa de Senadores e Deputados aqui. Agora, Presidente não pode ser chantageado; Presidente não pode receber recado, como nós temos visto aqui recentemente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a tocou num assunto muito profundo. Nós estamos no atual momento desmoralizando um termo que é belíssimo: governabilidade. Nós discutimos muito esse termo, e ele apareceu na época da ditadura. “Nós temos que ter governabilidade. Nós precisamos encontrar uma fórmula através da qual a gente vença a ditadura militar, mas tenha condições de se manter.” Porque naquela época em que nós, do velho MDB, queríamos restabelecer da democracia, tínhamos contra nós a grande imprensa, o grande empresariado e, cá entre nós, a Igreja. E aí as coisas ficavam difíceis.

Agora, hoje, se fala em governabilidade. O que quer dizer hoje governabilidade? Apoio do Congresso. E o que quer dizer hoje apoio do Congresso? As emendas parlamentares e nomear os funcionários indicados pelo partido. Pelo amor de Deus! Mas por amor de Deus!

V. Ex^a se lembra bem, e eu fico com inveja do debate nos Estados Unidos entre os republicanos e os democratas, porque naquela altura o Senhor Presidente Obama, com toda a sua autoridade, com todo o seu poder, aparecia ao lado do Presidente da Câmara em condição de inferioridade. E o Obama perdeu! Quem ganhou o debate foi o partido republicano, que ganhou. E hoje a sociedade americana diz que, no debate, quem perdeu foi o Obama, porque o republicano fez o que quis. Eu não vi, em nenhum momento, naquela discussão, se falar: “Não. Vamos pegar uns Deputados dos democratas e vamos voltar para o lado de cá.” Pelo contrário, muitos democratas votaram contra o governo! Muitos democratas votaram contra o governo! E não se falou em troca-troca...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – nem em compra, nem em vende, nem em coisa nenhuma. Isso é democracia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Isso é democracia. E disso que nós achamos que o Brasil precisa.

Então, quando V. Ex^a fala, é com toda a razão.

Eu tenho um projeto de lei que não está conseguindo passar. Segundo ele, nas convenções dos partidos, um grupo de filiados do partido pode interrogar e discutir uma candidatura do partido. Se souberem que tem coisa... A ficha limpa deve começar lá na convenção do partido. Na hora de escolher o candidato, os convencionais já devem se manifestar: “Esse cara não tem ficha limpa, não pode ser candidato”.

Na hora de escolher, está certo – eu acho que é normal –, compete ao Partido Republicano indicar o candidato tal. Agora, primeiro, o partido tem de selecionar quem é o candidato. E isso a Presidente Dilma disse antes de assumir.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Primeiro vem a ética, a dignidade, a seriedade e a competência do candidato. Segundo, a capacidade técnica que ele tem. Isso está correto. Agora, se o partido indica alguém que, sob o ponto de vista ético, já tem uma ficha corrida suja antes de começar...

O primeiro erro mortal foi do partido, que indicou. E minha Presidenta, desculpe, mas o segundo erro mortal é do Presidente, se aceitou. O Presidente deve dizer: “Esse não dá, esse não dá”. E se não souber e acontecer depois, demita.

O Sr. Pedro Tiques (Bloco/PDT – MT) – Vou ser muito rápido, não quero perturbar a fala de V. Ex^a. O ideal seria que o partido político que indicou alguém para aquele cargo assumisse a responsabilidade pelo ônus e pelo bônus. Quem é pai de Mateus que embale Mateus! O partido deve ser responsável pelo seu indicado. Hoje, o que ocorre é o seguinte: o partido político indica e, depois, na hora, discursa aqui dizendo que não indicou: “Não sei, não vi, não sei quem bancou”. Isso é um disse me disse que não pode existir em uma democracia. O partido político quer indicar? Ele assina, indica e se responsabiliza pelo malfeito do seu indicado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por exemplo, Senador, nós, do PMDB. Estamos aqui, e a imprensa publica em manchete: “A bancada do PMDB indicou fulano de tal para ministro de não sei de quê”. Nós não sabemos de nada! Não houve reunião da bancada. Nós não tomamos conhecimento de coisa nenhuma. Não fomos consultados coisa nenhuma. É o que está acontecendo, e a Presidente sabe que isso aconteceu. A Presidente sabe que não tomamos conhecimento dessa indicação, ninguém da bancada teve conhecimento. Não é por aí.

Por isso, minha querida Presidente Dilma, eu digo: eu tenho orgulho de V. Ex^a, mas estou magoado hoje, fiquei triste com a saída do Jobim.

Eu sei da capacidade que ele tem e da vontade que ele tem. E eu concordo com o Lula: os gaúchos não se acertaram.

Mas continue, continue firme, continue e vamos encontrar uma grande movimentação a favor de V. Ex^a. Presidenta, continue como sempre, continue com firmeza, resistindo, mas um pouquinho de jogo de cintura não faz mal, um sorriso de vez em quando não faz mal. Pode ser até um sorriso de malícia, Presidenta, pode ser até uma certa tolerância para levar adiante. Eu tenho para mim que, algumas vezes, vale a pena contar até dez antes de falar.

Meu abraço muito fraterno, meu carinho muito grande e minha expectativa de que seu governo continue dando certo. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a é um ícone no cenário político do nosso País. O senhor fez uma menção extraordinária ao nosso Ministro Jobim. Também quero fazer um ligeiro comentário: sem dúvida, é peculiar ao nosso Ministro Jobim a competência e a honestidade e ele é merecedor, meu Senador, de toda a admiração deste Parlamento e de todo o povo brasileiro.

Com a palavra, o nosso Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu caro Senador e correligionário Pedro Simon, que acaba de fazer um importante pronunciamento ao povo brasileiro, trazendo também preocupações neste momento em que a Nação se debruça sobre uma série de ações de transparência do Governo Federal, o que nos motiva a todos a um novo momento de reflexão nesta Casa. Eu queria aqui cumprimentar o nosso Senador Pedro Simon por suas palavras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho à tribuna no dia de hoje para tratar, mais uma vez, de um tema que reputo extremamente importante, especialmente no momento em que o cenário e a conjuntura internacionais estão a preocupar a todos neste País e, diria eu, a todos no mundo, já que tivemos, na semana passada, o aprofundamento da queda das bolsas de valores e a abertura desta semana foi, lamentavelmente, com notícias de quedas importantes nas principais bolsas de valores do País – a Bovespa por exemplo – e do mundo – as bolsas de valores dos Estados Unidos, da Europa, dos países asiáticos, todas com forte sinalização de queda. Há, portanto, um cenário inter-

nacional bastante preocupante e, ao mesmo tempo, o Brasil resiste a esse cenário internacional, vendo se avizinham dois grandes eventos mundiais, a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016.

O estado caótico dos nossos aeroportos é algo cuja discussão e providências nós não temos mais como evitar, ao ponto de a Presidenta Dilma ter criado uma secretaria com viés de ministério para tratar da questão da aviação civil, ao ponto de se anunciar a concessão e a abertura de investimentos privados em alguns aeroportos no Brasil, algo inédito até então. Trata-se, portanto, de medida importante que o Governo adota no sentido de buscar uma resposta para essa questão dos aeroportos, principalmente nas cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Os graves problemas urbanos, não apenas de acesso aos estádios, mas também de mobilidade urbana, são, sem nenhuma dúvida, questões prioritárias para que o Brasil possa fazer um grande evento na Copa do Mundo de 2014 e também nas Olimpíadas de 2016.

É importante também destacar que temos necessidade, no momento em que nos vemos diante do cenário internacional posto, de animar, de estabelecer marcos regulatórios e oportunidades de investimentos para que hotéis sejam construídos nessas cidades para receber os hóspedes e os visitantes tanto da Copa do Mundo quanto das Olimpíadas.

Vejo o Senador Blairo Maggi, por exemplo, do Estado de Mato Grosso. Semana passada tive oportunidade de conversar com o Senador Blairo Maggi sobre tema que também diz respeito a Mato Grosso, que também é uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, assim como Manaus, no Amazonas. A ideia é que possamos, Amazonas e Mato Grosso, neste Senado da República, encaminhar uma proposição à Sudam a fim de que a Sudam promova um programa específico de oportunidades de investimentos para a hotelaria tanto no Mato Grosso quanto no Amazonas, olhando para a Copa de 2014.

Portanto, em relação a esse último item, os hotéis, a rede hoteleira e de serviços voltados para o turismo, venho trazer a esta Casa, aos amazonenses e aos mato-grossenses, com a permissão do Senador Blairo Maggi e do Senador Pedro Taques, aqui presente, bem como dos demais representantes do povo mato-grossense, uma sugestão que pretendo encaminhar à Sudam, assinada pelas bancadas do Amazonas e do Mato Grosso, no sentido da implantação de um programa de apoio à construção de hotéis nas cidades-sede em 2014 – Manaus e Cuiabá, cidades que estão na área de atuação da Sudam, estão incluídas entre as cidades-sede da Copa do Mundo. Minha sugestão é no sentido de que as empresas de hotelaria

possam receber financiamentos para serem aplicados em empreendimentos que estejam sendo implantados, para que sejam ampliadas, modernizadas, “refitadas” e diversificadas a rede hoteleira e a rede de serviços voltados para o turismo.

Os recursos para tanto, que avalio que possam ser em torno R\$200 milhões, poderão ser obtidos da dotação orçamentária do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e atender às empresas que tenham suas cartas-consultas aprovadas pela Sudam até o fim de março do próximo ano, justamente para permitir que as novas vagas de hotéis estejam disponíveis para os jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Em nossa sugestão, pretendo que sejam considerados como itens financiáveis todo o investimento em inversões fixas, necessário à implantação de hotéis de médio e de grande porte. O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia poderia financiar até 60% do total do investimento.

Certamente, Sr. Presidente, a sugestão permitirá a geração de novas oportunidades de negócios na área de hotelaria destinada ao turismo bem como a outros setores na área de serviços da economia também voltada para o turismo, com obtenção de resultados a médio e a longo prazos, voltados ao incremento do fluxo turístico nos Estados do Amazonas e do Mato Grosso e, consequentemente, ao ingresso de divisas nessas importantes Regiões do Norte e do Centro-Oeste.

Além disso, concluídos os dois eventos, a nova estrutura hoteleira permanecerá disponível para o atendimento ao fluxo turístico que certamente se ampliará como consequência natural da realização da Copa do Mundo de 2014 bem como dos Jogos Olímpicos de 2016.

O processo de implementação dessa sugestão poderia envolver quatro etapas: encaminhamento das propostas de financiamento à Sudam na forma de carta-consulta; aprovada a carta-consulta, o interessado encaminhará o projeto à Sudam, para exame preliminar; com a realização da análise, o projeto será encaminhado à instituição financeira oficial – inclusive poderia ser o Banco da Amazônia, o Basa, Senador Blairo Maggi – para exame da viabilidade econômica financeira e dos riscos dos tomadores dos referidos empréstimos; na etapa final, o financiamento sendo concedido.

A participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia em tal iniciativa se daria através da subscrição e integralização de debêntures conversíveis em ações, com ou sem direito a voto, de emissão das empresas titulares dos projetos ou de suas controladoras.

As debêntures emitidas pelos projetos enquadrados poderiam ser atualizadas a partir de sua emissão

de acordo com a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP –, adicionada de 0,15% de *del credere* desde a data da liberação até a data do efetivo pagamento.

Após a data prevista para o possível projeto entrar em operação, de acordo com o constante no cronograma físico-financeiro previsto no contrato, poderia se pensar, inclusive, em um *del credere* que seja um pouco maior, de 0,85%, ficando o custo financeiro do projeto em TJLP mais 1%.

Sem dúvida, um financiamento dos mais baratos do mercado brasileiro, principalmente quando se vislumbra uma crise de liquidez internacional.

Ouçó o nobre Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Senador Eduardo Braga, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela proposta que V. Ex^a está fazendo neste momento da tribuna do Senado e que, com toda certeza, ajudará e muito a cidade de Manaus e a cidade de Cuiabá para que o empresariado das duas cidades cumpra com a parte de fazer a rede hoteleira necessária para a Copa do Mundo de 2014. Tenho certeza de que em Manaus não é diferente do que está acontecendo em Cuiabá neste momento, onde todos os quartos disponíveis... Aliás, não estão disponíveis, temos que entrar na fila para poder ter espaço num hotel, tanto em Manaus como na cidade de Cuiabá, neste momento. Portanto, ainda não achamos a necessária solução para dos jogos de 2014. Ainda não temos um empresariado disposto a fazer os investimentos. Mas as cidades, os Estados têm a obrigação de colocar à disposição da FIFA uma quantidade “x” de novos quartos de hotéis das duas cidades. Portanto, a proposta que V. Ex^a faz neste momento é justa, é uma proposta boa, porque vai dar um incentivo aos empresários, estimulando-os a correr e a buscar esse financiamento, já que ele pode ser transformado em debêntures. E isso significa que, no futuro, pode-se vender essa participação ou não, dependendo do posicionamento de cada mercado no momento. Diria mais, Senador Eduardo Braga, as outras cidades, as outras capitais que não fazem parte da Copa do Mundo, mas fazem parte da Amazônia Legal, poderiam, em um segundo momento, depois de satisfeita a necessidade de Manaus e de Cuiabá, poderiam também ter acesso a um programa desse, porque tenho certeza de que todas as demais capitais da Amazônia brasileira passam pela mesma necessidade de rede hoteleira que as duas cidades, Manaus e Cuiabá, têm neste momento. Portanto, o projeto que V. Ex^a traz hoje aqui, ou seja, a sugestão para discutir na ADA ou se dar o encaminhamento através do Senado é importante para a Copa do Mundo de 2014, mas também é importante para dotarmos as outras capitais

da Amazônia Legal brasileira de condições para atrair empreendedores, atrair turistas e dar um conforto melhor a todas essas cidades que fazem parte a Amazônia Legal brasileira. Portanto, quero cumprimentá-lo. V. Ex^a havia me adiantado o seu pensamento e agora estou aqui acompanhando o seu raciocínio, que está absolutamente correto. Talvez possamos discutir o aumento dos 60% para 70% ou 80% de participação, porque aí sim deixaríamos extremamente atrativo o investimento a ser feito nas duas cidades. Parabéns!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Quería agradecer V. Ex^a e dizer que, de minha parte, não vejo nenhuma dificuldade para que possamos tentar aumentar esse teto de participação, de financiamento via debêntures. No entanto, precisaríamos alterar o regulamento do FDA para que pudéssemos ter uma participação maior de financiamento em projetos específicos. Valeria à pena, inclusive, na Comissão de Assuntos Econômicos, na CAE aqui do nosso Senado da República, discutir esse tema e fazermos, de repente, uma proposição.

V. Ex^a bem sabe que, hoje, a taxa de ocupação hoteleira, tanto em Cuiabá quanto em Manaus, em função das razões econômicas, da soja, do agronegócio, do agrobusiness, no Estado do Mato Grosso e, no caso do Amazonas, em função do polo industrial de Manaus, em função do grande *trade* comercial que Manaus hoje representa para Amazônia ocidental, bem como o fluxo de turismo que acontece tanto para Manaus quanto para Cuiabá e Mato Grosso. No caso de Mato Grosso, pelo Pantanal; no caso de Manaus, por causa da Floresta Amazônica.

A verdade dos fatos é que precisamos fazer investimentos na melhoria dos serviços e na melhoria das instalações físicas da rede hoteleira. O turismo é uma grande oportunidade para a Amazônia, uma grande oportunidade para o Mato Grosso e para o Mato Grosso do Sul, levando em consideração as características da Amazônia e as características do Pantanal.

No entanto, hoje, empreendimentos desta natureza na nossa região estão acontecendo muito lentamente e não estão sequer dando resposta, como bem disse V. Ex^a, ao crescimento da atividade econômica e ao crescimento da atividade do turismo, que também impacta as duas cidades e as duas regiões.

A sugestão, Sr. Presidente, é que as cartas-consultas enquadradas no projeto teriam prioridade de análise na Sudam e seriam avaliadas previamente pela unidade técnica competente daquela superintendência, que deverá encaminhar à deliberação da diretoria colegiada no prazo máximo de 30 dias. Porque, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a aprovação nestes fundos, Senador Paulo Paim, vira um verdadeiro desa-

fio, como escalar um pau de sebo. Quando você pensa que está para chegar ao recurso, tem que começar tudo de novo. E datas de eventos como a Copa do Mundo, como as Olimpíadas, estas não podemos postergar.

Eu participei, neste final de semana, de um grande encontro de lideranças de trabalhadores da categoria dos petroleiros que, pela primeira vez, fazem um congresso nacional no norte do País, em Manaus, com mais de 400 lideranças dessa importante categoria e desse importante segmento econômico brasileiro. Isso aconteceu no Hotel Tropical, na cidade de Manaus. Foram 400 hóspedes e já tivemos dificuldade em acomodá-los, isso porque há uma demanda e um aquecimento efetivo naquelas regiões. E o próprio Hotel Tropical, que é um...

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Senador Eduardo Braga, V. Ex^a me permite?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Ouço V. Ex^a.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Quando V. Ex^a coloca a questão dos eventos, de fato, hoje, não temos mais no Brasil nenhuma estrutura disponível para um evento de 400 pessoas em um hotel fechado. Vou participar, nos dias 25, 26 e 27, do Congresso Brasileiro do Algodão; aliás, do Clube da Fibra. Vai ser realizado em Buenos Aires porque não temos disponibilidade de quartos aqui no Brasil e também porque lá está muito mais barato do que aqui. Então, V. Ex^a tem razão quando está mostrando que o que temos disponível hoje para a Copa, o que temos disponível para turismo não é suficiente para atender à demanda que temos no dia a dia, relacionada ao turismo de negócios, se assim podemos chamar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Isso está acontecendo em todo o território nacional, isso está acontecendo no Amazonas, isso está acontecendo em Cuiabá. Estive recentemente no Rio de Janeiro e, em função das Olimpíadas Militares, que estavam acontecendo na cidade – vejam bem, Olimpíadas Militares –, além de outros congressos que ocorriam simultaneamente e da proximidade do sorteio das chaves das eliminatórias da Copa do Mundo, simplesmente tornava-se impossível encontrar uma vaga na rede hoteleira da Cidade Maravilhosa, que tem uma das maiores redes hoteleiras do Brasil pela vocação que sempre teve para o turismo e para o turismo de eventos.

Portanto, é importante que, da mesma forma que o Senado veio discutindo, veio pressionando... O Senador Blairo Maggi preside a Subcomissão que trata dos investimentos da Copa, que, inclusive, criou um portal de acompanhamento no *site* da Comissão de Infraestrutura do Senado da República, para que

se possa acompanhar, passo a passo, o cronograma das obras, com acesso absolutamente democrático e transparente a essas informações.

A preocupação é grande por quê? Com os aeroportos saturados, com a rede hoteleira saturada, com a malha viária e o trânsito das grandes cidades absolutamente saturados, e o projeto de mobilidade, principalmente nessas cidades que estão sofrendo grande crescimento econômico de forma positiva nos últimos tempos... O trânsito na cidade de Manaus, Sr. Presidente, é hoje um dos piores do Brasil. Deslocar-se da zona norte para a zona leste da cidade de Manaus é praticamente inviável; da zona oeste para a zona leste, leva-se uma hora e meia, seja a hora do dia que for. No final de semana está assim. Portanto, é importante que seja estabelecido um prazo.

Além disso, os projetos enquadrados teriam prioridade na instituição financeira oficial federal, nos bancos do Governo Federal, como é o caso do Basa, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, responsável pela sua análise – no caso da Sudam, é o Basa –, a qual poderia ser realizada em até 80 dias. No mundo moderno, no mundo da Internet, no mundo dos grandes computadores, não há necessidade. Se você, em 80 dias, não avaliar o risco de crédito de uma determinada empresa é porque ela não tem condições de ter o crédito. Então, negue, mas não deixe de ter uma resposta em, no máximo, 80 dias contados do recebimento do processo.

São sugestões destinadas a agilizar todos os procedimentos, tendo em vista a necessidade de conclusão dos empreendimentos em tempo hábil, para atender os turistas que, certamente, se deslocarão a Manaus e a Cuiabá, para assistir aos jogos do campeonato mundial e para poder contemplar as belezas, tanto do Mato Grosso e do Pantanal quanto do Amazonas e da Amazônia.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que, adotada essa iniciativa, a Sudam estaria dando uma importante contribuição ao esforço que todos nós, brasileiros, devemos empreender, para garantir que esses dois eventos esportivos de dimensão mundial, que realizaremos em nosso País, tenham todas as condições de pleno êxito e que tenham um legado de geração de emprego, renda, novas fronteiras econômicas e um legado social e ambiental positivo para o País.

O turismo é um segmento econômico que não é poluidor, que não destrói a floresta e que pode promover grande inclusão social, melhorando a qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Senador Eduardo, tenho o privilégio

de participar como Vice-Presidente da Subcomissão de Fiscalização da Copa. Vejo aí vários gargalos colocados, inclusive, de forma muito insofismável pelo nobre Senador. Mas acredito que iremos, sim, fazer um evento que vai dar orgulho a todo povo neste mundo.

Mas o que mais me preocupa é o sistema aeroportuário em nosso País. Este me preocupa e muito. Nas últimas duas vezes que vim para cá, chegando à nossa belíssima Capital de Brasília, ficamos sobrevoando por mais de 40 minutos, aguardando autorização para aterrissagem. Isso em 2011. Em 2014, se isso se repetir, aí, sim, vamos ter problemas gravíssimos, mas espero que sejam solucionados a tempo.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu queria me somar, Sr. Presidente, a V. Ex^a com relação às suas preocupações com os nossos aeroportos.

Hoje mesmo, vindo de Manaus, nós ficamos também 40, 45 ou 50 minutos desviando da rota, dando tempo para que os aviões pudessem pousar aqui e decolar daqui de Brasília. E veja V. Ex^a que o aeroporto de Brasília já recebeu investimentos em função da crise que nós tivemos nos aeroportos em 2007 e em 2008. Portanto, nós temos situações mais caóticas e mais gritantes em outros aeroportos do que no de Brasília. Abri o nosso discurso falando sobre a situação dos aeroportos, o que levou a Presidente Dilma a criar a Secretaria de Aviação Civil, o que levou a Presidente Dilma a estabelecer critérios para a concessão privada de alguns aeroportos em uma MP.

Mas eu tenho, tal qual V. Ex^a, convicção de que o Brasil tem condições financeiras, administrativas, de gestão pública e privada para chegarmos a esses dois eventos e recepcionarmos o mundo em nosso País da forma que devemos.

No entanto, é importante dizer que há um novo cenário financeiro internacional que está sendo construído em função das inseguranças nos Estados Unidos e na Europa. Esse novo cenário tem que ser enfrentado pelo Brasil com medidas anticíclicas. E a Sudam, como agência de fomento na região amazônica, Senador Valdir Raupp, tem um papel fundamental neste processo, e que se estabeleçam prazos. E, como contribuiu o Senador Blairo Maggi, que nós possamos flexibilizar, inclusive, o tamanho da participação da Sudam nesses eventos.

Se nós não tomarmos medidas como essa na área de serviços, correremos o risco de chegarmos com o aeroporto pronto, de chegarmos com os estádios prontos, de chegarmos até mesmo com o sistema viário e a mobilidade urbana prontos, mas, ao mesmo

tempo, termos graves e sérios problemas na rede de serviços e na rede hoteleira no nosso País.

Ouçõ V. Ex^a, contando, obviamente, com a compreensão do nosso Presidente.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Nobre Senador Eduardo Braga, V. Ex^a, como grande prefeito de Manaus e como grande governador que foi do Estado do Amazonas, conhece profundamente a nossa realidade, a realidade da Amazônia. Realmente, nos últimos anos, os recursos da Suframa e da Sudam têm sido represados, segurados para fazer superávit. O superávit é muito bom e, graças a ele, a crise passada atravessamos bem e devemos atravessar esta novamente. Temos quase 400 bilhões de reservas. Nunca, na história deste País, como falava o ex-Presidente Lula, tivemos próximo de 400 bilhões de reservas. Ao contrário, nós devíamos ao FMI, éramos dependentes do FMI. Hoje, não! Mas eu acho que, nesta situação da Amazônia, da Suframa e da Sudam, exageram um pouco nos últimos anos. Exageram barbaramente, dificultando os investimentos da Suframa e da Sudam na região Amazônica. Então, é necessário que a Sudam, a Suframa, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES abram um pouquinho mais as suas comportas, os seus cofres para aquela nossa região. Estão exigindo de nós a preservação do meio ambiente de 83% das florestas amazônicas, em uma área de 61% do território nacional...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – São 5,5 milhões de quilômetros quadrados.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Só o Estado de V. Ex^a, o Estado do Amazonas, preserva 98% das suas florestas e é o maior Estado do mundo e do Brasil disparado – cabem alguns países da Europa dentro dele. Será que não merecemos um pouquinho mais de investimento nesta área de fomento, na indústria, na geração de emprego, até para retirar a pressão sobre o meio ambiente? Parabéns a V. Ex^a. Acredito que a equipe econômica, o Ministério da Fazenda, o Banco Central, o Congresso Nacional – e sobre isso falei há pouco com a imprensa – estão prontos para colaborar, como sempre, em momentos de crise, e não só nas crises, aprovando projetos importantes para o País. Já demos demonstração disso. O nosso Partido, o PMDB, estará à disposição do Governo para aprovar projetos importantes para o País.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Valdir Raupp, contando, mais uma vez, com a generosidade e a benevolência de nosso Presidente quanto ao tempo, eu gostaria de dizer que V. Ex^a tem toda razão, e eu gostaria de citar alguns números.

O nível de investimento da Suframa, em 2010, no Amazonas, foi a zero. Senador Blairo Maggi, o Estado

do Amazonas, em 2010, arrecadou de receita própria pela Suframa, não com impostos, mas com taxas da indústria instalada no Estado do Amazonas, 480 milhões. Fez um superávit de 350 milhões, e teve lamentavelmente um investimento igual a zero.

É preciso que a Presidenta Dilma perceba essa situação e que determine que haja uma flexibilização. Eu acho que a colocação de V. Ex^a é bastante correta. Quero dizer que a apoio integralmente.

Com relação à Sudam, a mesma questão, o recurso do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, o FDA, não é para fazer superávit, pelo amor de Deus! E, no entanto, transformou-se em fundo de superávit, em aplicações de CDI dentro do Basa.

Isso precisa ser alterado. E, meu caro Presidente do nosso querido PMDB, amanhã estarei em audiência para tratar de um tema sobre o qual V. Ex^a já participou em uma reunião comigo, com o nosso Líder, com o Líder do Governo, no Ministério de Minas de Energia. Lamentavelmente a situação de geração de energia no Estado do Amazonas chegou onde dizíamos naquela reunião: Manaus está racionando energia e o interior do Estado do Amazonas colapsando na área de energia.

Amanhã levarei dados à Ministra Gleisi sobre essa situação, porque é compromisso da nossa Presidenta. E como eu disse, na semana passada, nesta tribuna: todo o nosso otimismo e toda a nossa confiança advêm do voto de confiança que demos e damos à Presidenta Dilma, na esperança de que seremos capazes de superar esses desafios. Mas a compreensão de que a Amazônia precisa ter tratamento diferenciado, como a Zona Franca precisa ter tratamento diferenciado, como o Pantanal precisa ter tratamento diferenciado é absolutamente indispensável para que possamos avançar.

Concordo com V. Ex^a e encerro, Sr. Presidente, apenas dizendo que tenho convicção de que, mesmo com esse cenário adverso internacional, é possível, sim, avançar. Esperamos apenas que não tardem a tomar as decisões, porque lamentavelmente não poderemos adiar as medidas que precisam ser adotadas para que a inclusão do desenvolvimento, a geração de emprego, de renda, a inclusão social possam beneficiar o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, estabelecer um grande legado às futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Parabéns, Senador Eduardo Braga, pelo seu belíssimo discurso.

Com a palavra o nosso Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente eu queria agradecer ao nobre Senador Paulo Paim, que está abrindo mão da precedência aqui, cedendo o es-

paço a mim, e ficará para falar por último – até porque ele vai falar talvez um pouco mais, precisa discorrer sobre temas que demoram um pouco mais, e vou procurar ser breve, Senador Paulo Paim.

Precisamos, Sr. Presidente, intensificar as medidas de vigilância e controle em nossas zonas de fronteira no sentido de combater o tráfico de entorpecentes que, infelizmente, ainda grassa em nosso País.

Essa é a recomendação unânime, meus caros colegas, dos especialistas em segurança pública.

São pelas frestas de nossas divisas, notadamente naquelas formadas por rios e florestas, que entram no País boa parte das drogas comercializadas nos grandes centros urbanos brasileiros. Das naturais dificuldades de patrulhamento dessas regiões, têm-se aproveitado os grandes esquemas de tráfico para manter em operação grandes rotas de abastecimento do território brasileiro.

Em Rondônia, por exemplo, a fronteira com a Bolívia tem sido bastante utilizada para tais ações, segundo informações da nossa inteligência policial. No ano passado, a operação denominada Cinco Estrelas confirmou que traficantes internacionais utilizavam essa fronteira para entrar a droga no Brasil e, depois, distribuí-la pelo território nacional. Não só a fronteira de Rondônia, mas a fronteira do Acre, a fronteira do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul têm servido de passagem para os narcotraficantes. Na cidade de Cacoal, cerca de 90% dos crimes estão relacionados, direta ou indiretamente, ao tráfico vindo da fronteira. Falo de Rondônia, por onde as drogas passam, imaginem nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e outros.

Trata-se de uma situação gravíssima, Sr. Presidente, que merece toda a atenção de nossas autoridades. Faz-se necessária, sobretudo, uma grande atuação conjunta, coordenada e planejada, de todas as nossas forças policiais e militares de segurança pública, patrulhamento e repressão.

Sim, Sr^{as} e Srs. Senadores, por se tratar de um problema que afeta, diretamente, a soberania nacional e as nossas linhas territoriais, as Forças Armadas desempenham papel fundamental nesse contexto. Com maior presença e *expertise* em operações de selva, nossas brigadas e pelotões de fronteira, principalmente na Amazônia, são os nossos olhos vigilantes e braços fortes na proteção de nossas fronteiras contra o crime transnacional.

O ex– Ministro da Defesa Nelson Jobim vinha fazendo um trabalho exemplar a pedido da Presidência da República.

A Presidenta Dilma delegou ao Vice-Presidente da República Michel Temer e ao Ministro Nelson Jo-

bim traçar um programa de combate ao narcotráfico, de proteção às nossas fronteiras, e isso estava sendo feito. Recentemente estiveram em Tabatinga, no Estado do Amazonas – fronteira com a Venezuela e o Peru –, tratando dessas questões. Em breve, estariam indo a Rondônia, ao Acre e a outros Estados também para tratar do mesmo problema.

Lamento, profundamente, a saída do Ministro Nelson Jobim do Ministério da Defesa. Foram quatro anos de tranquilidade. Com a permanência do Ministro, nesses quatro anos, no Ministério da Defesa, nós experimentamos um momento muito bom nas nossas Forças Armadas, inclusive no aparelhamento do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e com a calma que se encontrava e que se encontra ainda as Forças Armadas brasileiras.

O Ministro Nelson Jobim demonstrou a sua capacidade, a sua competência por onde passou; pela Câmara dos Deputados, ajudando na elaboração da Constituinte; como Ministro da Justiça; como Ministro do Supremo e Presidente do Supremo Tribunal Federal, e, agora, durante esses quatro anos, no Ministério da Defesa.

Então, eu lamento, profundamente, que o Ministro tenha deixado o Ministério da Defesa, porque tenho certeza de que, com a sua continuidade, a tranquilidade continuaria reinando. Espero – e faço votos – que o novo Ministro, Ministro Celso Amorim, uma pessoa talhada também, capaz, competente, que já desempenhou várias funções, a última como chanceler, como Ministro do Itamaraty, das Relações Exteriores, possa também tão bem desempenhar o papel à frente do Ministério da Defesa, assim como desempenhou o Ministro Nelson Jobim.

Nessa linha de combate, na retaguarda, devem ser fortalecidas a atuação direta da Polícia Federal, notadamente em sua parte de inteligência, e da Força Nacional de Segurança, em operações direcionadas para a captura e interceptação desses agentes do tráfico internacional. Dando-lhes suporte e agindo na obstrução interna da circulação desses tóxicos, restam as Polícias Civil e Militar dos Estados, além, obviamente, da Polícia Rodoviária Federal, patrulhadora maior de nossas estradas.

É, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da coordenação operacional de todo esse efetivo que teremos fronteiras mais vigiadas e um combate rigoroso à entrada dos entorpecentes ilícitos em nosso País. A integração de nossas melhores forças policiais e militares, nesse sentido, é condição absolutamente essencial para logarmos êxito nessa árdua e complexa batalha.

Devemos destacar que a Presidente Dilma, ainda no alvorecer de seu mandato, estabeleceu o combate às drogas – especialmente ao *crack* – como uma das prioridades máximas do seu Governo. Alarmada pelo crescente e calamitoso aumento do consumo dessa terrível droga, nossa mandatária maior entendeu que a chaga das drogas compromete não somente a saúde e o bem-estar dos jovens e das famílias acometidas, mas o desenvolvimento nacional como um todo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, junto com a cocaína, o *crack*, a maconha, o óxi, a mais nova droga devastadora que está sendo lançada no mundo e aqui no Brasil, eu colocaria o álcool também. Especialistas têm falado, têm chamado a atenção: uma das drogas que mais está viciando, que mais está matando no Brasil, é lógico, juntamente com essas outras, é o álcool – principalmente os jovens entre 17 e 28 anos estão tendo muitos problemas com o álcool.

Então eu faria um alerta aqui ao Palácio do Planalto, aos Ministros diretamente ligados a essa área, para que tratem também com carinho essa questão do alcoolismo no nosso País.

Dessa forma. Sr. Presidente, estou esperançoso de que um número maior de recursos será destinado pelo Governo para combater esse nefasto mal pela raiz, no seu transporte e receptação através de nossas fronteiras.

Unidos, estruturados e coordenados, nossos policiais e soldados saberão defender o nosso território e a nossa segurança desses bandidos internacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

E muito obrigado, mais uma vez, Senador Paulo Paim, por ter dado a precedência para que eu pudesse falar.

Bom pronunciamento a V. Ex^a.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Ataídes Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Eu é que agradeço, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o nosso notável e querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Aproveito, Senador Valdir Raupp, para dizer que também tenho muito carinho e respeito pelo ex-Deputado Fe-

deral, Constituinte, que foi um dos relatores, o Nelson Jobim. Ele sabe, somos amigos. Enfim, ninguém tem dúvida do trabalho que ele fez à frente daquele Ministério, e chegou o momento em que ele acabou pedindo demissão.

Eu tenho a mesma visão de V. Ex^a. Reconheço todo o trabalho dele. Esperamos que Celso Amorim continue da mesma forma, para dar tranquilidade ao País.

Quanto à Comissão da Verdade, Senador Ataídes, a imprensa tem questionado se, efetivamente, ela vai acontecer com a saída do Jobim. Eu acredito que sim. Eu acho que as Forças Armadas têm a visão de que a Comissão da Verdade não visa a nenhum revanchismo, e o próprio Jobim, eu tenho certeza, se convidado, ajudará no encaminhamento, para que, de forma muito transparente, a gente possa conhecer a nossa história, o que aconteceu ou não aconteceu. Isso só fará bem ao País.

Eu fiz questão de aproveitar o seu gancho para dar o meu depoimento também, porque a gente, que é amigo de algumas pessoas, não pode ser amigo só nas horas boas e, na hora de certa dificuldade, criada pelo clima, a partir de algumas entrevistas – isso é um fato real –, a gente passar a desconhecer. Não, eu sempre tive muito carinho e muito respeito pelo Deputado Federal, na época meu parceiro de bancada – fizemos campanha juntos –, Nelson Jobim e Ministro Nelson Jobim.

Faço questão de dar este depoimento, acompanhando a visão de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Senador Ataídes, eu vou falar mesmo, hoje, sobre saúde. Até fiz um apelo a V. Ex^a e não se preocupe, porque que eu estarei aqui para presidir o seu pronunciamento. Mas antes de falar sobre a saúde, eu quero falar de outro evento importantíssimo para o Brasil, que se está realizando no meu Estado. Quero falar do 39º Festival do Cinema de Gramado.

Sr. Presidente, meu amigo Ataídes, na última sexta-feira, dia 5 de agosto, eu participei da abertura do 39º Festival do Cinema de Gramado, um dos mais importantes da América Latina. Eu diria que esse festival tem, com certeza, uma repercussão internacional.

Estive lá, com a presença do Prefeito Municipal Nestor Tissot; do Secretário de Cultura do Estado, do meu Rio Grande do Sul, Luiz Antonio de Assis Brasil; e da Secretária de Turismo do Estado, Abigail Pereira– Abigail foi minha companheira de chapa e teve uma bela votação, em torno de dois milhões de votos –, além da presença de outras autoridades e, é claro, de atores e atrizes de renome nacional e internacional.

Quero destacar, Sr. Presidente, que, neste ano, o Festival de Gramado é presidido pelo sempre entusiasta da sétima arte, o Sr. Alemir Coletto. Quero também

destacar que, durante todo o evento, fui acompanhado pelo Vereador do PT de Gramado, Dilnei Benetti, e por sua esposa.

O festival, que tem o Kikito como premiação máxima, teve, neste ano, um acréscimo de 30% no número de obras inscritas. Sr. Presidente, foram quase 600 filmes inscritos, serão exibidas mais de 80 produções em nove dias e há uma projeção de 120 mil visitantes no período do evento, diante dos seiscentos filmes apresentados.

Eu tive uma rápida conversa, lá no evento, com o Secretário de Cultura Assis Brasil e ele me disse que o Governo Tarso Genro, do Rio Grande do Sul, está criando o edital RS Polo Audiovisual. Isso é muito importante, porque vai disponibilizar, de imediato, algo em torno de 1,5 milhão para a produção de 15 longas metragens até o primeiro semestre, tratando da história gaucha. É, sem dúvida, uma informação importante, que vai colocar o Rio Grande do Sul num patamar de referência na produção audiovisual.

Sr. Presidente, eu participei, com outros convidados, da solenidade de abertura e foi exibido o primeiro filme, *O Palhaço*, uma bela obra que tive a alegria de assistir, de Selton Mello, que recebeu uma homenagem especial de todos que estavam lá. Ele é um jovem que faz um papel brilhante e dirige o filme. Quero render as minhas homenagens a Selton Mello.

Foram convidados também, Sr. Presidente, lá estarão presentes e vão ser homenageados, os atores Domingos de Oliveira e Fernanda Montenegro. Com certeza, Fernanda Montenegro e Domingos de Oliveira darão um espetáculo à parte só com suas presenças.

Também quero destacar um gaúcho pelo qual tenho o maior respeito. Lá, não pude falar com ele devido ao tumulto de muita gente.

Eu quero dizer que estava presente, lá, um dos ícones, para mim, do cinema nacional, do teatro, das novelas e da direção também, que é um gaúcho de Lavras do Sul, o grande, grande Paulo José.

Paulo José, receba daqui o meu abraço. Eu só pude vê-lo de longe, devido ao assédio, naturalmente, dos fãs dos artistas.

Sr. Presidente, a 39ª edição do Festival de Gramado estende-se até o próximo sábado, dia 13, quando acontecerá a cerimônia de premiação final.

Eu aproveito este momento, Sr. Presidente, para convidar todos a conhecer as riquezas culturais e artísticas, o encanto da bela natureza que se estende por toda aquela região. No caso, especificamente, o festival está sendo em Gramado, mas ali, ao lado, temos Canela, São Francisco, Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa, enfim, toda a região é belíssima. Lá, todos poderão

provar um chocolate que já é marca internacional, o vinho, o pinhão; poderão apreciar a neve, porque lá tem caído neve de verdade. A alimentação típica é imperdível, embora eu possa dizer que a gastronomia, lá, é internacional.

Então, fica aqui a minha homenagem ao 39º Festival de Cinema de Gramado.

Sr. Presidente, quando anunciei que iria para a região, fui convidado, também, a participar do Congresso da Contec, que reuniu cerca de mil dirigentes sindicais, tanto dos bancários, quanto dos securitários. O evento foi no hotel Serra Azul, em Gramado, e, como eu dizia, com mais de mil dirigentes dos bancários e securitários.

Agradeço muito o convite que recebi do presidente da Confederação, Sr. Lourenço Prado, e digo que vi, com alegria, que lá estavam não só os bancários, mas também representantes dos banqueiros. Eles fizeram o bom debate, porque ali estava se dando o lançamento da campanha salarial.

Fiz a palestra no encerramento, em um belo jantar, sobre negociação coletiva, sobre o fim do fator previdenciário. Aqui, quero dar um recado para o pessoal de Carazinho, que diz: "Ah, você não tem falado muito mais". Eu falo toda semana. O pessoal me manda e-mail dizendo: "Paim, você não se cansa?" Eu falo da nossa luta para acabar com o fator, Câmara de Vereadores de Carazinho.

Todos, aqui, são testemunhas: eu falo toda semana. Aqui, nós já aprovamos o fim do fator. O projeto é de minha autoria. Agora, a pressão é na Câmara dos Deputados. Não adianta pressionar Senador, porque quem vai votar o fim do fator, agora, é a Câmara dos Deputados. Nós já fizemos o dever de casa. Assim mesmo, falo aqui toda semana.

Tenho viajado pelo Brasil pedindo mobilização, pedindo que as Câmaras de Vereadores aprovelem moções pelo fim do fator e as remetam para os Deputados. Remetê-las para o Senado não adianta, porque é lá que está, agora, essa questão.

Assim mesmo, quero dizer aos companheiros da Câmara de Vereadores de Carazinho, por quem tenho o maior respeito, e talvez não tenha chegado lá a informação devida, que toda semana falo nesse tema. Alguns Senadores ainda dizem: "O Paim vai para a tribuna, pode saber que vai falar também da luta dele para que a Câmara vote o fim do fator".

Falei também, naquela palestra, da importância de mudarmos o rito das medidas provisórias. Não dá mais para ficarmos só esperando que a Câmara mande e, em uma noite, tenhamos de votar uma MP, porque senão ela cairá, porque senão voltará e perderá a validade.

Falei, também, de uma campanha que eu acho que o movimento sindical tem de assumir, que é o fim do voto secreto no Congresso Nacional.

O momento, talvez, em que fui mais aplaudido foi quando falei do fim do voto secreto e do fim do fator previdenciário.

Olha, inúmeras assembleias, como a do Rio Grande do Sul, já não têm voto secreto em nenhuma hipótese. O Supremo Tribunal não tem voto secreto. Câmaras de Vereadores não têm voto secreto. Por que nós, aqui, temos de apreciar, por exemplo, veto secretamente? Cada um tem de assumir suas posições com clareza, dizer por que vota contra, por que vota a favor ou por que resolveu não votar também, mas que explique à opinião pública. O que não dá é para apreciar, nesse período em que estou aqui, mais de cinco mil vetos, 99% dos projetos serem aprovados por unanimidade e, na hora de se apreciar o veto, o veto ser mantido. Daí, a maioria vota contra. Isso depõe contra a democracia e depõe contra o próprio Congresso Nacional.

Apresentei, há anos, uma proposta para acabar com o voto secreto aqui na Casa, a fim de não permitir que ninguém mais vote, digamos, encabulado, escondido, porque quando o voto foi aberto, votou favoravelmente, vamos dar um exemplo, ao fator; depois que foi vetado, aí, encabuladamente, votou pela manutenção do veto. Isso é inadmissível.

Estou pedindo ao movimento sindical, pela importância do tema, que faça também, como está fazendo com a jornada de trabalho e com a questão específica do fim do fator, uma campanha nacional para acabar com o voto secreto aqui no Congresso.

Sr. Presidente, além dos registros que fiz, farei outro, qual seja, o de um grande movimento articulado que vai acontecer hoje, em São Paulo, para o qual fomos convidados, mas não poderemos estar presente. Refiro-me ao movimento chamado Prêmio Empresário Amigo do Esporte, que faz o reconhecimento das empresas que ajudaram e que ajudam o Brasil a conquistar várias vitórias no campo esportivo, através da adesão à Lei de Incentivo ao Esporte. Meus cumprimentos ao Ministério por esse movimento. Eu não poderei estar lá, mas o Ministério dos Transportes está de parabéns, assim como os empresários que também têm se somado a essa caminhada. Fica aqui o registro.

Parabéns, Prêmio Empresário Amigo do Esporte!

Sr. Presidente, quero festejar, juntamente com os aposentados do Banespa, a vitória deles. Há muito tempo, eles vieram ao Congresso, trabalhamos juntos e fizemos um movimento em favor dos seus direitos. Agora, a boa notícia: recebi, hoje, documento, dos aposentados do Banespa, informando-me de que eles, depois de 13 anos de luta, obtiveram ganho de causa

no Tribunal Superior do Trabalho, no processo movido contra o Banco Santander.

Parabéns a esses aposentados.

Eles ingressaram com esse processo para que fossem pagas as gratificações semestrais a que tinham direito, baseado no próprio Regimento Interno do Banespa. Enfim, agora, eles têm a decisão do Tribunal, e sei que vão receber os seus direitos. Fiquei feliz por dividir comigo essa caminhada, à qual fizemos durante anos e, nessa oportunidade, os aposentados do Banespa receberão, então, grande parte daquilo a que tinham direito.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, a Comissão de Direitos Humanos fez um grande evento – eu o considero assim: um grande evento –, ao homenagear o inesquecível Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 22 de julho de 1920, e faleceu, em 10 de agosto de 1995, aos 75 anos de idade.

Fomos, juntos, Deputado Federal. Fomos Constituintes, ao lado de Bisol, de Mário Covas, de Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Inácio Lula da Silva, de Ulysses Guimarães, de Bernardo Cabral, de Nelson Jobim. Fomos Constituintes juntos. Infelizmente, perdemos o Florestan em 10 de agosto.

Florestan é um homem que deu a sua vida lutando sempre contra todo tipo de preconceito. Ele lutava pela liberdade, pela igualdade, pela justiça, pelos direitos humanos, pelos povos indígenas, pela defesa do meio ambiente, pelos negros, pelos índios, pelos brancos pobres. Ele queria políticas de igualdade e oportunidade para todos.

Sr. Presidente, não vou, aqui, comentar toda a obra de Florestan Fernandes, mas eu só queria dizer que as ideias, as palavras de Florestan Fernandes jamais morrerão, estarão sempre vivas junto a todos nós.

E hoje, pela manhã, decidimos, na Comissão de Direitos Humanos, que, embora muitos procurem negar e apagar a bela trajetória, já colocada em livro, do grande sociólogo Florestan Fernandes, nós lutaremos para que esteja sempre, sempre viva, todos os anos faremos uma sessão em homenagem, aqui no plenário do Senado, a Florestan Fernandes, na data de 10 de agosto, a ser realizada inclusive já este ano.

Apresentei ao Rio Grande e ao Brasil um projeto chamado “Cantando as Diferenças”, inspirado na vida de Gandhi, de Mandela, de Sepé Tiaraju, de Zumbi, dessas figuras que são, de fato, símbolos da humanidade, mas a figura número um ali foi Florestan Fernandes.

No dia da morte dele, apresentamos esse projeto, que foi implantado em mais de 400 cidades do Rio Grande do Sul, que é um símbolo, eu diria, de qualidade; diria mais: é um selo de qualidade.

As prefeituras que adotam as políticas de Florestan Fernandes, com certeza, merecem o selo de qualidade.

Mas, Sr. Presidente, contando com a tolerância de V. Ex^a, agora vou falar sobre a saúde.

Sr. Presidente, aproveitando que na última sexta-feira, 5 de agosto, foi celebrado o Dia Nacional da Saúde, data em que, em 1872, nasceu um dos mais importantes médicos e sanitaristas brasileiros, o grande Oswaldo Cruz, utilizei o espaço desta tribuna – desde o ano passado –, para falar um pouco do Sistema Único de Saúde. Hoje, volto a falar do chamado SUS, que, para o nosso País e para a nossa gente, por incrível que pareça para alguns, é muito, muito importante. O SUS não atingiu todos os objetivos que construímos a partir da Assembleia Nacional Constituinte, mas ruim com o SUS, muito pior, pode ter certeza, sem ele.

Não tenho dúvida alguma, senhores e senhoras que assistem à TV Senado, de que a criação do SUS foi um marco na história da assistência sanitária em nosso País.

Sua concepção é de que a saúde é um direito social, como reconhece a Constituição de 1988, em seu art. 96, ao estabelecer que a saúde é um “direito de todos e dever do Estado, garantido, mediante políticas sociais econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos” e atenda a todos.

Enfim, o SUS é o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação de cada homem e de cada mulher deste País.

Ninguém nega, Sr. Presidente, o direito de cada cidadão à saúde, ainda que, recentemente, o Estado não assumisse esse postulado como um dever e como política pública prioritária. Digo, recentemente, porque até meados do século passado não havia sistema de saúde pública em nosso País, mas tão-somente ações de instituições filantrópicas e uma assistência prestada pelos institutos de aposentadorias e pensões vinculadas a determinado segmento do mercado de trabalho.

O sistema de proteção social só se expandiria a partir do Governo de Getúlio Vargas, mas era ainda muito precário e fragmentado.

Segundo o médico, lembro aqui, Naomar Almeida Filho, “os pacientes ricos eram tratados em instituições privadas, pagando diretamente suas despesas; e os trabalhadores tinham acesso somente a clínicas e hospitais dos sindicatos”, muitas vezes montados pelos próprios sindicatos.

Ele lembra que, “nas áreas urbanas, os pobres precisavam procurar ajuda nas superlotadas instituições filantrópicas ou públicas que aceitavam indivíduos em estado de indigência; nas áreas rurais, camponeses e trabalhadores tinham de confiar em curandeiros ou

cuidadores, leigos, não treinados para suas necessidades de saúde”.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, o SUS veio para dar universalidade, integralidade assistencial, promoção da saúde e participação comunitária, com recursos públicos para assistência sanitária a todos os brasileiros.

Essas ponderações, Sr. Presidente, têm como objetivo encaminhar o debate, nesta tribuna, de um tema sugerido por um conterrâneo, pelo Twitter – os internautas entram na minha rede e fazem sugestões. Essa, por exemplo, foi de um conterrâneo, o Sr. Leone Cesca, que disse da dificuldade de as pessoas baixa renda obterem atendimento médico é muito grande.

Quero ressaltar que Leone Cesca não fala em causa própria, pois tem acesso aos serviços de um bom plano de saúde. Ele fala exatamente por aqueles que não têm acesso ao plano de saúde. Entretanto, se preocupa com aqueles que não têm a mesma oportunidade que ele e a sua família têm nesse momento.

Diz ele:

Moro em uma cidade bem servida de hospitais e postos de saúde, quando comparada com o restante do País. Mas, mesmo aqui, em Porto Alegre [diz Leone] sei que as pessoas precisam chegar bem cedo, às três da manhã, ao posto de saúde da Prefeitura, para disputarem uma ficha e serem atendidas no decorrer do dia. Se em Porto Alegre essa é a condição, como será em regiões com menor infraestrutura?

O meu ilustre conterrâneo observa que existem estruturas de atendimento modernas, com equipamentos caros, mas que, ainda assim, há pessoas que esperam até três anos por uma cirurgia ou alguns meses para marcação de uma consulta ou um exame.

E ele tem razão. Isso é fato. É real. Eu posso elogiar o SUS e dizer que fizemos muito, mas temos de fazer muito mais, porque a população está corretamente reclamando.

Eu disse hoje ainda, e vou repetir agora, que se se fizer uma pesquisa sobre o que mais preocupa a opinião pública, eles vão dizer: saúde, violência e educação. Vejam que primeiro é a saúde. Por isso, repito, embora o sistema público de saúde tenha melhorado de forma significativa nas últimas décadas, precisa ser continuamente aprimorado, uma vez que estamos falando diretamente da vida do nosso povo e principalmente da dos mais pobres.

Ainda que, em sua sugestão, o conterrâneo Leone Cesca não se refira especificamente ao SUS, mas à saúde pública em geral, o sistema preconizado pela nos-

sa Constituição de 1988 deve ser examinado, de forma minuciosa e solidária, pois é o maior empregador dos profissionais de saúde no Brasil e é o sistema utilizado com prioridade pela população de menor poder aquisitivo.

Sr. Presidente, essa discussão não se resume à perspectiva estritamente sanitária, envolvendo questões sociais, como a distribuição de renda ou o crescimento demográfico.

Entretanto, é necessário destacar o papel exercido pelo SUS nesses últimos 23 anos.

O SUS promoveu um forte movimento de inclusão social no País, ao assegurar a cobertura de serviço de saúde a todos os brasileiros, sem que ter mais, de forma obrigatória, de apresentar aquela carteirinha. Todos têm de ter acesso à saúde. De pronto, promoveu uma antiga e arraigada situação que dividia a classe trabalhadora, colocando de um lado os trabalhadores urbanos, que contribuíam para o sistema previdenciário, e aqueles outros tantos que não contribuíam, que não tinham nenhum tipo de assistência. Com o SUS todos têm assistência.

Ainda que essa decisão de igualar uns e outros, também efetivada no âmbito da Previdência Social, não fosse acompanhada da necessária previsão de recursos, do ponto de vista histórico não podemos negar, repito, não podemos negar o grande avanço logrado pelos Constituintes de 88 com a criação do SUS. O SUS tem enfrentado outros desafios, entre os quais podemos citar o rápido processo de urbanização vivido pelo Brasil. Ou seja, as pessoas deslocam-se do campo para a cidade. Essa migração campo/cidade resultou na criação ou expansão de municípios sem infraestrutura de serviços públicos básicos, como o abastecimento, inclusive, de água potável. Veja bem que a Presidenta Dilma lançou recentemente o plano *Água Potável para Todos*, o que significa que ainda é um problema, como o esgotamento sanitário e o recolhimento do lixo, que agora começa a ser reciclado.

Esses serviços são diretamente vinculados à condição de saúde da população, com a agravante da desigualdade social e, por que não dizer, também regional. A cobertura de esgotos sanitários, por exemplo, é fundamental para evitar a propagação de doenças infecciosas, como as diarreias, a própria hepatite. Infelizmente, apenas 44% dos domicílios brasileiros têm acesso a esse serviço, que é um serviço básico, a que todos deveriam ter acesso.

A desigualdade regional é gritante, Sr. Presidente. Enquanto no Sudeste essa cobertura é de 69,8% dos municípios, na região Norte, olhe o que vou dizer... Enquanto no Sudeste é de praticamente 70%, na Região Norte não chega a 4%. De 70% para menos de 4%: 3,8%. A mesma situação se repete na prestação de serviços, como o fornecimento de água... Olha, o fornecimento de água (estou repetindo), o recolhimen-

to do lixo e o acesso à educação, que é considerado fundamental para aumentar o nível de consciência das pessoas em relação à prevenção das doenças.

Sr. Presidente, em recente artigo, um grupo de especialistas destacou a importância do SUS nessas condições adversas. Este artigo é assinado pelos pesquisadores Jairnilson, Cláudia Travassos, Célia Almeida, Lígia Bahia e James Macinko.

O artigo é enfático ao dizer que o acesso ao serviço de saúde no Brasil melhorou consideravelmente após a criação do SUS, mas diz também que, na pesquisa nacional de amostragem por domicílio, o PNAD, realizado em 1981, sete anos antes, portanto, da criação do SUS, 8% da população havia utilizado algum serviço de saúde nos 30 dias anteriores. No PNAD de 2008, esse percentual já foi para 14,2%. É muito pouco ainda, mas saiu de 8 para 14,2, ou seja, o incremento, o crescimento de pessoas que tiveram acesso aos planos de saúde via SUS, que é a saúde pública, aumentou 74% como aqui diz, na utilização do serviço de saúde.

Ressalto, também, que o número de pessoas que buscam a atenção básica aumentou cerca de 450% no mesmo período, ou seja, de 81 a 2008. Destaco que 93% das pessoas que buscaram o serviço de saúde em 2008 receberam tratamento, o que sugere que o cuidado está disponível para a maioria das pessoas que o procuram. Vejam, a maioria. Então, há uma grande parcela que ainda, infelizmente, não é atendida. Isso é fato e é real.

O artigo dos especialistas relata ainda avanços consideráveis na saúde bucal. Por exemplo, em 1981, apenas 17% da população brasileira havia consultado um dentista. Em, 1981, apenas 17% da população brasileira sabia o que era um dentista. Em 2008, 40% da população já havia consultado um dentista, no ano anterior. E lembrando que isso, com certeza, é um fato positivo.

Sr. Presidente, não me ufano desses números. Ainda é espantoso que um em cada 10 brasileiros nunca tenha tido a um dentista, um em cada dez, nunca foi ao dentista.

Um em cada dez nunca foi ao dentista...Mas, não é possível ignorar o avanço logrado pelo SUS no que se trata da saúde bucal. O mesmo ocorre quando se avalia, Sr. Presidente, o Programa Nacional de Imunização, dos mais bem-sucedidos programas de saúde pública em nosso País por sua cobertura e sua sustentabilidade. Além de ser autossuficiente na produção de várias vacinas, o Brasil não registra casos de poliomielite ou sarampo desde o ano de 2000, conforme revela o artigo dos especialistas. Esta avaliação, Sr. Presidente, é referendada pelos usuários do Sistema de Saúde na

maioria dos casos, embora a mídia diariamente mostre somente as mazelas e a precariedade da assistência à saúde. Não estou acusando a mídia. A mídia tem que cumprir o seu papel, sim. Eu vejo, inclusive, aqui em Brasília – e não importa se o governo é deste ou daquele Partido –, ela mostra o lado frágil da saúde. E aqui, além do lado frágil, eu quero também, Sr. Presidente, resgatar o que houve de positivo.

É preciso entender, em primeiro lugar, que a mídia deve, sim, informar a população e dela cobrar sobre a prestação dos serviços públicos, entre outros acontecimentos. Além disso, é preciso entender que o drama dos que sofrem comove, claro, a todos e deve comover cada vez mais para que medidas sejam adotadas, inclusive as autoridades, os homens públicos, a classe média, para que todos se esforcem em aprimorar o atendimento da população. Aqui, ao contrário do que alguém possa pensar, não estou criticando a mídia, eu estou dizendo que a mídia tem que cumprir o seu papel e ela está fazendo isso.

Quero dizer que em pesquisa publicada em fevereiro deste ano, promovida pelo Centro Brasileiro de Saúde, 80% dos usuários do Programa Saúde de Família, 70% dos pacientes que receberam assistência farmacêutica e metade dos que procuraram assistência médica do SUS avaliaram o atendimento como bom ou muito bom. Sr. Presidente, na contrapartida, um em cada quatro usuários da rede pública classificou o atendimento também como ruim ou muito ruim. Mas o SUS, Sr. Presidente, devemos lembrar, não é apenas um serviço de assistência médica e tem conquistado grandes avanços, como uma significativa redução no número de óbitos e internações por doenças infecciosas, ou pelos programas de imunização, de controle do tabagismo e do HIV.

Pode parecer a algum desavisado, Sr. Presidente, que eu estaria, aqui da tribuna, querendo dar a entender que o SUS está indo bem. Estou dizendo que foi um avanço a partir da nossa Constituinte. Ou seja – e eu fui constituinte: a partir da Constituição.

O SUS fez muito, mas tem que fazer muito mais. Então, deixando bem claro, não se trata aqui de endeusar ninguém. Embora, reconhecendo as falhas desse sistema de saúde, quero também abordar aqui, com muita transparência e deixar claro, a importância e a eficácia deste modelo – o SUS – na saúde pública, em que pesem as deficiências da assistência médica e hospitalar. Em outros termos, o que quero dizer é que o SUS trouxe importantes benefícios para a população brasileira. Está no caminho certo e, evidentemente, precisa e deve ser aprimorado. E isso deve ser urgente!

Assinaiei neste pronunciamento, Sr. Presidente – com a tolerância de V. Ex^a, porque acho que é um tema

que mexe com as nossas vidas e é de fundamental importância –, a importância do SUS como instrumento de inclusão social em nosso País, ao garantir a universalidade da cobertura dos serviços de saúde – e isso é fato, é verdade! Procura-se atender a todos. Nem sempre, no momento em que a pessoa mais precisa, o atendimento é feito de imediato. Mas há uma vontade que sei, do Ministro Padilha (da Saúde) e daqueles que o antecederam, de que consigamos avançar de forma tal que o povo brasileiro não dependa de plano de saúde particular, que é uma fortuna. Qualquer plano de saúde mais decente, você paga mil reais por mês. Quando é que o trabalhador vai pagar um plano de saúde? Não vai pagar nunca! Não vai pagar porque não tem como. O salário é 545... E que o salário fosse de 1.000 reais, que é um sonho nosso – eu acho que até 2023 vamos chegar a mil dólares –, não vai conseguir nem pagar o plano de saúde, porque filho, família, alimentação, aluguel, enfim...

Então, temos de investir cada vez mais no SUS. Saber elogiar o SUS e fazer a crítica pontual onde achamos que não está funcionando.

Sr. Presidente, o que nem sempre ocorre é a prestação do serviço com a rapidez e qualidade que nós gostaríamos, motivo pelo qual um estudo do IBGE concluiu que a desigualdade no serviço de saúde divide o Brasil em dois: o dos pobres e dos ricos.

Médico sanitário e pesquisador do IBGE, Marco Antônio Andreazzi esclarece que há um excesso de equipamentos sofisticados nos planos privados, que se concentram nas regiões mais ricas, e carência de equipamentos básicos em áreas de mais pobreza.

Um desses indicadores, segundo ele, é o número de leitos disponíveis. Entre 2005 e em 2009, de acordo com a pesquisa do IBGE, baseada na assistência médico-sanitária, o Brasil, Sr. Presidente, perdeu mais de 11 mil leitos nos estabelecimentos de saúde, o que explica as grandes filas, citadas em sua carta pelo meu conterrâneo Leone Cesca, até mesmo nas grandes cidades.

Diz ele que, nas sete maiores capitais brasileiras, estima-se que 170 mil pacientes podem esperar até cinco anos por uma cirurgia que não for considerada de emergência. Outros números demonstram a realidade desse Brasil fracionado. De um total de 431 mil leitos, 35,4% são de instituições públicas, mas, vejam bem que o dobro – eu diria –, 64,6% são de hospitais privados.

A maioria dos leitos, 54,2%, se distribui pela Região Sudeste, que concentra a população de maior renda, seguindo-se o Nordeste, 19,4%; o Sul, com 15%; o Centro-Oeste, com 6,7%, e a Região Norte, como já havia citado antes, com 4,6%. No Nordeste, que

detém a segunda classificação em número de leitos, os serviços de melhor qualidade se concentram nas capitais, e, principalmente, nos bairros onde estão os mais ricos, ou seja, onde há um maior poder aquisitivo.

Tudo isso confirma a fratura social deste nosso Brasil. Apesar de termos obtido melhorias na inserção social e na distribuição de renda, ainda temos muito o que fazer na área da saúde – ninguém tem dúvida.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, é importante salientar a importância não apenas de investir na assistência médica, mas também na promoção social, no combate à miséria. O povo que se alimenta bem e que não é subnutrido, com certeza, vai ter mais condições de ter mais saúde ao longo da sua vida. Por isso, combater a fome e a miséria, e, por isso, nós brigamos tanto aqui, anos e anos, pela valorização também do salário mínimo.

Sr. Presidente, aqui se encaixa, por exemplo, o Programa Brasil sem Miséria, que hoje ouvi diversos Senadores elogiando e que se propõe a acabar com a pobreza extrema e também melhorar a área da saúde, combater as doenças típicas dessa camada da população, como, por exemplo, a tuberculose, a hanseníase, a esquistossomose, a malária e outros.

São termos médicos, mas são doenças que atingem os mais pobres.

Os estudiosos alertam para a necessidade de combater as desigualdades e lembram que as políticas de transferência de renda, a inserção produtiva e o acesso aos serviços públicos são determinantes para melhorar as condições de vida de toda a nossa população.

O professor de saúde coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Gastão Wagner, destaca o compromisso governamental de combater as doenças da extrema pobreza, ainda que ressalte a importância de uma estrutura democrática, de uma distribuição de renda adequada, o que, evidentemente – ele ressalta – não se vai conseguir a curto prazo. Mas é uma meta. Temos de perseguir essa distribuição de renda.

Diz ele que a distribuição de renda – está comprovado pelo próprio Bolsa Família e outros instrumentos – é um fator estrutural e que somente com a distribuição de renda, combatendo e avançando nesse fator estrutural, que nós estaremos combatendo o prejuízo que a falta de estrutura e renda promove à saúde. Assim como a transição demográfica e o perfil, como diz ele aqui, epidemiológico.

Com relação a questão demográfica, deve-se levar em conta a rápida desaceleração do crescimento populacional nos anos mais recentes.

Esse crescimento passou de 1,7% para 1,2% entre 1990 e 2008. No mesmo período, a taxa de fe-

cundidade da mulher brasileira baixou de 2,8 filhos por mulher para 2,2. Esse fato, aliado à redução da mortalidade precoce e, portanto, à crescente expectativa de vida, resulta no envelhecimento da população. Por isso que V. Ex^a é meu parceiro, Senador Ataídes, na luta de valorização das políticas públicas para os idosos e para os aposentados. Este País tem de ter um carinho especial por eles.

Recentemente, a coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Idosos começou a remeter correspondência a todos os Senadores e Deputados, para que todos dissessem quais as políticas públicas dos seus Estados para o idoso. Sabe o que está acontecendo? A maioria dos Estados está dizendo o seguinte: “No meu Estado, não tem política pública para o idoso”.

Então, não dá para deixar só no Governo Federal as políticas públicas para o idoso. O Estado tem de ter política para o idoso. O Município tem de ter política para o idoso.

Sr. Presidente, entre 1991 e 2007, a esperança de vida do brasileiro passou de 67 para 72 anos e seis meses – praticamente de 67 para 73 anos.

De um lado, esse incremento de expectativa de vida sugere a existência de melhores condições sanitárias, mas, sem dúvida, trata-se de um novo desafio a ser vencido pela saúde pública, uma vez que a população mais idosa, com certeza, representa um aumento maior da demanda por serviço de saúde. É natural: nós todos vamos envelhecendo e vamos precisar de um atendimento de saúde com mais qualidade.

O Brasil experimenta, Sr. Presidente, ainda uma mudança, como eu dizia antes, no perfil chamado epidemiológico. Antigamente, as doenças infecciosas tinham maior peso nas causas de morbidade. Agora, a menor incidência dessas doenças representa um progresso, ainda que muito aquém daquilo que entendemos razoável ou aceitável.

Por outro lado, Sr. Presidente, as doenças típicas dos países mais adiantados já se tornaram comuns entre nós, com destaque para as moléstias do sistema circulatório, que respondem por 32% do total de mortes; as neoplasias, que vêm em segundo lugar, com 16,5%; e as doenças infecciosas e parasitárias, responsáveis por 5% dos óbitos.

É importante atentar, Sr. Presidente... No mais, agradeço a tolerância de V. Ex^a, pois esse é um trabalho feito com muito carinho, inclusive por consultores do Senado, tratando da saúde do nosso País.

Quero aqui dizer, meus amigos e minhas amigas, Senadores e Senadoras, que o alto índice de mortes violentas, representadas basicamente por homicídios e acidentes de trânsito em nosso País são, nada mais

nada menos, que 13,6% do total óbitos. Uma verdadeira carnificina, que tem o agravante da grande incidência principalmente – estava aquilo falando de homicídio, acidente de trânsito – entre as pessoas jovens.

E eu vi que muitos aqui falaram hoje – quero reafirmar – que os pais têm, como diria aqui um ex-Senador, de atentar muito para questão do álcool. Tudo começa com o álcool. O menino ou a menina: “Não, estou bebendo lá uma cervejinha”. Enfim, tudo começa com o álcool. E, infelizmente, eu conheço, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para não dizer milhares de casos que começaram com o álcool e terminaram nas drogas. E aí nós sabemos que isso só contribui para os homicídios e para os acidentes de trânsito.

Esse panorama sugere a necessidade de um esforço concentrado e continuado para promover a saúde em nosso País, tanto na área de atuação do SUS, onde se encontra a maior parcela da população com reduzido poder aquisitivo, quanto do segmento dos planos e seguros de saúde, que estão também deixando muito a desejar.

V. Ex^a já falou nesse tema, e eu também já falei dos planos de saúde. Paga-se muito, e o atendimento está muito aquém da propaganda feita na hora em que se vende o plano de saúde.

A demora da marcação de consultas e exames, por exemplo, não afeta somente os pacientes do SUS. Tanto assim que as autoridades sanitárias precisaram intervir no funcionamento dos planos de saúde para garantir o atendimento adequado para os usuários.

O setor hospitalar do SUS, composto por mais de 7.600 unidades, revelou-se de baixa eficiência e qualidade, de acordo com recente estudo – e aqui vem o destaque – do Banco Mundial, publicado agora em 2009.

Chama a atenção o fato de o setor hospitalar do SUS consumir cerca de 70% dos recursos do sistema, sugerindo um baixo financiamento da atenção primária e também ambulatorial na área da saúde.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, os hospitais do SUS apresentam uma baixa taxa de ocupação e alta ociosidade, com ocupação média de 37% dos leitos. Além disso, segundo os dados que aqui me forneceram, a proporção de pessoal efetivo para o número de pacientes atendidos é o dobro da registrada nos Estados Unidos.

Vem toda uma questão aqui também de gestão.

Esses dados, confrontados com as dificuldades e a demora na marcação de cirurgias, permitem concluir que há problemas, e eu dizia aqui sem entrar na segunda página, de burocracia e de gestão em toda a rede hospitalar.

Em documento intitulado “Uma Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil”, respeitadas autoridades do setor enfatizam os avanços nas políticas de saúde desde a criação do SUS, mas alertam que é imprescindível remover obstáculos estruturais à efetivação do sistema e da Reforma Sanitária Brasileira.

O documento é assinado por importantes instituições da área médica: Associação Brasileira de Pós-Graduação Coletiva – Abrasco; Associação Paulista de Saúde Pública – APSP; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems; Rede Unida; e Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade – SBMFC.

Nessa agenda, os signatários lembram que o investimento *per capita* do SUS foi de R\$449 em 2009, contrastando com o sistema de assistência médica coletiva, que foi de R\$1.512 por usuário no mesmo período.

Veja que, apesar de tudo, o SUS mostra que é possível avançarmos mais se investirmos mais nessa área, atendendo outros milhares e milhões de brasileiros.

O documento informa que os gastos em saúde alcançam 8,5% do nosso PIB, mas que os gastos públicos com saúde não ultrapassam 4%, o que ainda é muito pouco. Ou seja, o documento informa que os gastos em saúde alcançam 8,5% do Produto Interno Bruto, mas os gastos com a saúde pública não ultrapassam 4%.

As instituições abordam ainda a relação público-privada, que, aliás, já mencionei neste pronunciamento, alertando para o risco de um *apartheid* no sistema de saúde, pois:

Os ricos e os remediados utilizam serviços privados, razoavelmente financiados, em parte com subsídios públicos, enquanto os pobres utilizam serviços públicos, nitidamente subfinanciados.

O documento aborda também a necessidade de melhor regulação do setor privado, para que as operadoras e os prestadores de serviços atuem “dentro dos limites do respeito ao interesse público”.

Os usuários, Sr. Presidente, dos planos e seguros privados se queixam, quase da mesma forma como fazem aqueles que usam o SUS, de que, embora pagando mensalmente exorbitantes valores, os serviços também não correspondem às expectativas.

Por sua vez, os médicos e outros servidores contratados pelas operadoras se queixam de que os reajustes cobrados aos usuários não são repassados a eles. Tivemos, a propósito, uma audiência pública na qual os médicos disseram que recebiam algo in-

significante por uma consulta, ainda que a prestação de quem tem plano de saúde seja de mais de R\$1 mil.

Enfim, a agenda propõe que o financiamento da saúde avance até o patamar de 10% do PIB, gradativamente, sendo 75% de recursos públicos – e não como é hoje, que são 4% só dos recursos públicos, aquilo que é adotado em matéria de PIB para a saúde; ou seja, tem-se a impressão de que se aplica mais do PIB na saúde privada do que na saúde pública.

Cobra também de nós, Parlamentares do Congresso Nacional, a regulamentação, que está muito atrasada, da Emenda Constitucional nº 29 – os usuários, a população quer que esse tema seja decidido, para que o Estado cumpra a sua parte nos investimentos na saúde, o Município cumpra a sua, e a União cumpra também a sua parte. Reivindica ainda a regulação do setor privado, especialmente nos processos contratuais. Critica a falta de estabilidade do quadro de pessoal da saúde, que compromete a continuidade dos bons programas em vigor e a criação de vínculos duradouros entre as equipes de saúde e as comunidades atendidas. Por fim, propõe mudanças no modelo de assistência à saúde, com prioridade para investimentos em tecnologias de promoção da saúde, em detrimento do modelo somente de atendimento sintomático e curativo, ou seja, saúde preventiva – a propósito, eu estive em São Paulo, convidado que fui por um hospital muito interessante cuja prioridade número um é a saúde preventiva, e eu quero aqui concordar com o Naomar Almeida Filho, que vai nessa mesma linha.

Enfim, Sr. Presidente, essa observação é ratificada por autoridades do setor, como o já citado professor Naomar Almeida Filho, para quem o modelo de prestação de serviços de saúde que prevalece entre nós é “regido pelas forças de mercado e baseado na tecnologia médica, em vez de ser fundamentado na solidariedade e em relações sociais mais humanas”.

Sr. Presidente, feitas essas ponderações, quero reiterar que o SUS nos permitiu avançar muito, como já foi assinalado, na promoção da saúde em nosso País, mas temos que avançar muito mais. Isso é o que pede a população brasileira.

Quero também lembrar que o setor de saúde lida diretamente com a vida e com o sofrimento das pessoas, exigindo, portanto, de cada um de nós, parlamentares, autoridades, profissionais do setor e cidadãos brasileiros em geral, um esforço para que as ações de saúde sejam aprimoradas de forma permanente.

Finalmente, destaco a minha convicção de que a inserção social, a melhor distribuição de renda e de oportunidades, a expansão do acesso aos serviços públicos e ao aprimoramento na assistência à saúde

de hão de corresponder às melhores expectativas do nosso povo.

Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a e termino dizendo que esperei desde as duas da tarde para fazer este pronunciamento porque acho que, quando tratamos da vida do nosso povo, temos que ter um olhar generoso, carinhoso, solidário. Sempre que venho à tribuna ou que estou lá na Comissão, debatendo um tema, eu me coloco no lugar do outro. Eu digo: eu sou Senador da República, eu tenho plano de saúde privado, mas aquele que não tem, quando o filho fica doente, o que ele faz? Bate em um hospital, mandam-no para outro hospital, não o atendem e, muitas vezes, as pessoas morrem entre um hospital e outro. Por isso que é obrigação nossa...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós temos de olhar para a saúde com muito carinho, com muito amor. Foi o amor ao nosso povo que fez com que eu ficasse na tribuna por quase uma hora, com a tolerância de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Ex^a tem sido aqui um parceiro de todas as horas, em todos os temas de interesse do povo brasileiro. Muito obrigado, Presidente Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Senador Paim, tenho acompanhado nesta doura Casa o trabalho brilhante que V. Ex^a tem feito, principalmente em prol dos mais necessitados de nosso País. Posso dizer que o Senador Paim é um grande orgulho, é um grande exemplo de Parlamentar nesta Casa.

Senador Paim, V. Ex^a se referiu à nossa saúde. É sabido por todos nós que a nossa saúde está muito aquém da necessidade do nosso povo. Sabemos disso, mas sabemos também que evoluímos bastante. E tenho o privilégio de poder dizer algumas palavrinhas sobre a saúde.

V. Ex^a se lembra do nosso antigo Inamps, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, à época das famosas carteirinhas. Só quem tinha direito, como V. Ex^a disse, eram os trabalhadores com carteira assinada; aqueles trabalhadores que não tinham carteira assinada não tinham assistência médica. E assistência médica é um dever do Estado.

Foi extinto o INAMPS e foi extinto também o INPS. Criou-se, então o Sistema Único de Saúde. Evidentemente, conforme V. Ex^a disse, ele está muito aquém ainda, porém caminhamos bastante. Hoje, qualquer pessoa, independentemente de estar empregada ou não, ainda que enfrente dificuldades, é atendida pelo SUS. Então, caminhamos sim, mas eu continuo credi-

tando, meu Senador, que o Governo tem de continuar investindo pesado na saúde, principalmente na área humana da saúde, no nosso médico, na nossa enfermeira, nos nossos trabalhadores da área de saúde. Eu queria deixar esse recado.

Eu também queria dizer aos nossos telespectadores que, no que se refere ao fim do fator previdenciário, eu sou testemunha de que V. Ex^a é um lutador incansável pelo fim do fator previdenciário, que, na verdade, prejudica horrores os nossos trabalhadores. Como V. Ex^a sabe, minha opinião coaduna com a de V. Ex^a em relação a esse tema tão importante, pelo fim desse fator previdenciário. Aguardo, tendo certeza de que a douta Câmara Federal que temos, logo em breve, vai confirmar o que confirmamos aqui e vai acabar com esse fator previdenciário que perturba nossos trabalhadores.

Muito obrigado, meu Presidente Paim, por esse belíssimo discurso que o povo brasileiro precisava ouvir. V. Ex^a falou com muita clareza. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

Considere na íntegra todos os meus pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na noite da última sexta-feira, dia 5 de agosto, eu prestigiei a abertura do 39º Festival de Cinema de Gramado – um dos mais importantes da América Latina.

Presenças marcantes do prefeito municipal, Nestor Tissot, do Secretário de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Antônio de Assis Brasil, da Secretária de Turismo do Estado, Abigail Pereira, além de outras autoridades e, é claro, de atores e atrizes de renome nacional e internacional.

Importante destacar que este ano o Festival de Gramado é presidido pelo sempre entusiasta da sétima arte, senhor Alemir Coletto.

Durante todo o evento fui acompanhado pelo vereador do PT de Gramado Dilnei Benetti e sua esposa.

O festival que tem o Kikito como a premiação máxima teve este ano um acréscimo de 30% no número de obras inscritas.

Foram quase 600 filmes inscritos. Serão exibidas mais de 80 produções em nove dias. E há uma projeção de 120 mil visitantes no período do evento.

Em uma rápida conversa que tive com o secretário Assis Brasil, ele me disse que o governo do estado está criando o Edital RS Pólo Audiovisual, que vai dis-

ponibilizar de início R\$ 1,5 milhão para a produção de 15 longas metragens gaúchos até o primeiro semestre de 2012. É, sem dúvida, uma informação importante que vai colocar o RS num patamar de referência na produção audiovisual.

Sr. Presidente, após a solenidade de abertura foi exibido o filme “O Palhaço”, de Selton Melo, que recebeu uma homenagem especial de Gramado.

Os atores Fernanda Montenegro e Domingos de Oliveira também serão homenageados.

Registro também a presença de um dos ícones do cinema, teatro, novela e direção, o gaúcho de lavras do Sul, Paulo José.

A 39ª edição do Festival de Gramado se estende até o próximo sábado, dia 13, quando acontecerá a cerimônia de premiação.

Aproveito, Sr. Presidente, para convidar a todos a conhecer as riquezas culturais e artísticas, o encanto da bela natureza que se estende por toda Gramado, Canela, Caxias do Sul, e toda a região. Provar o gostoso chocolate, o vinho, o pinhão, apreciar a neve.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje acontecerá em São Paulo, às 19:30h, um belo evento para o qual fui convidado, mas não poderei ir. Minha agenda está bastante corrida.

O evento em questão vai premiar as maiores e melhores iniciativas de apoio ao desenvolvimento do esporte brasileiro.

É o chamado “Prêmio Empresário Amigo do esporte” que se traduz num reconhecimento as empresas que ajudaram o Brasil a conquistar vitórias no campo esportivo através da adesão à Lei de Incentivo ao Esporte.

Com essa atitude as empresas ajudam a promover a inclusão e o acesso de milhares de brasileiros ao esporte educacional, de alto rendimento e ao lazer.

Considero a atitude dessas empresas, Sr. Presidente, um caminho que se abre para que a nossa gente possa mostrar seu potencial através de uma opção muito saudável e positiva que é o esporte.

Parabenizo o Ministério dos Transportes, os empresários que se somam a essa tão importante iniciativa e aos esportistas brasileiros que tem dado tantas alegrias ao Brasil com sua dedicação e vitórias que tanto nos alegram.

Desejo a todos um evento de sucesso e que a inclusão continue a motivar sempre mais e mais pessoas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma boa notícia! Recebi, via e-mail, dos

aposentados do Banespa, informação de que eles, depois de mais de 13 anos de luta, tiveram ganho de causa no Tribunal Superior do Trabalho no processo movido contra o Banco Santander.

Eles ingressaram com esse processo para que lhes fossem pagas as gratificações semestrais que tem direito de acordo com o Regimento Interno do Banespa.

Agora, na fase final do referido processo e “antes da emissão de despacho de admissibilidade sobre os recursos extraordinários interpostos pela reclamante e pelo reclamado”, o Ministro Presidente do TST, Dr. João Oreste Dalazen julgou recomendável que se encetem ingentes derradeiros esforços visando à conciliação das partes.

Para isso ele levou em conta o vulto econômico da causa, o número expressivo de substituídos (mais de oito mil) e as presumíveis dificuldades técnico-processuais da execução.

E, sendo assim, designou audiência de conciliação para o dia 9 de agosto (amanhã).

Sr. Presidente, eu sei da luta que esses aposentados têm enfrentado para resgatar os direitos que lhes foram usurpados.

Eles também salientam os esforços feitos por este Senador e outros mais e também por deputados que manifestaram ao longo destes anos apoio às suas causas.

No e-mail eles dizem que o Deputado Nelson Marquezelli tentou por várias vezes uma conciliação entre o banco Santander Brasil e os 14 mil funcionários aposentados idosos do BANESPA, mas, o banco depois de várias promessas sempre fugia da reunião final, que seria tentada a conciliação.

Pois bem, como eu disse antes, a audiência marcada pelo TST acontecerá amanhã, às 14h, na sala de audiências do Tribunal, localizada no mezanino, salas 22 e 24, do bloco “b”.

Infelizmente, em virtude de minha agenda bastante corrida, não poderei comparecer à audiência, mas quero me solidarizar com os aposentados do Banespa e dizer que, espero sinceramente, que seja encontrada uma solução, que haja o entendimento e seja construída uma saída para essa situação que perdura há tanto tempo.

Vocês souberam lutar bravamente e eu dou os meus parabéns a todos vocês pela perseverança e determinação. Sucesso meus amigos, vocês merecem!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando que na última sexta-feira, 5 de agosto, foi celebrado o Dia Nacional da Saúde, data em que, em 1872, nasceu um dos mais importantes

médicos e sanitaristas brasileiros, Oswaldo Cruz, utilizarei o espaço desta tribuna para falar um pouco do Sistema Único de Saúde, o chamado SUS, para o nosso País e nossa gente.

Eu não tenho dúvida alguma, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a criação do SUS foi um marco na história da assistência sanitária em nosso País.

Sua concepção é de que a saúde é um direito social, como reconhece a Constituição de 1988, em seu art. 196, ao estabelecer que a saúde é um “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Ninguém nega, Sr. Presidente, o direito de cada cidadão à saúde, ainda que, até recentemente, o Estado não assumisse esse postulado como um dever e como política pública prioritária.

Digo recentemente, porque até meados do século passado não havia sistema de saúde pública em nosso País, mas tão somente ações de instituições filantrópicas e uma assistência prestada pelos institutos de aposentadorias e pensões, vinculados a determinados segmentos do mercado de trabalho.

O sistema de proteção social só se expandiria a partir do Governo Vargas, mas era ainda precário e fragmentado.

Segundo o médico Naomar Almeda Filho “os pacientes ricos eram tratados em instituições privadas, pagando diretamente suas despesas; e os trabalhadores tinham acesso a clínicas e hospitais dos sindicatos”,

Ele lembra que: “nas áreas urbanas, os pobres precisavam procurar ajuda nas superlotadas instituições filantrópicas ou públicas que aceitavam indivíduos em estado de indigência; nas áreas rurais, camponeses e trabalhadores tinham de confiar em curandeiros ou cuidadores leigos não treinados para suas necessidades de saúde”.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, o SUS veio dar universalidade, integralidade assistencial, promoção da saúde e participação comunitária, com recursos públicos para a assistência sanitária a todos os cidadãos brasileiros.

Essas ponderações, Sr. Presidente, têm como objetivo encaminhar o debate, nesta Tribuna, de um tema sugerido pelo twitter por um conterrâneo meu, Sr^o Leone Cesca, que é a dificuldade em obter atendimento médico pelas pessoas de baixa renda.

Quero ressaltar que Leone Cesca não fala em causa própria, pois tem acesso aos serviços de um bom plano de saúde.

Entretanto, se preocupa com aqueles que não tiveram essa oportunidade: “Moro em uma cidade bem servida de hospitais e postos de saúde, quando comparada com o restante do País.

Mas mesmo aqui em Porto Alegre, diz Leone, sei que as pessoas precisam chegar bem cedo, às três da manhã, ao posto de saúde da Prefeitura, para disputarem uma ficha e serem atendidas no decorrer do dia.

Se em Porto Alegre essa é a condição... como será em regiões com menor infraestrutura”.

O ilustre conterrâneo observa, que existem estruturas de atendimento modernas, com equipamentos caros, mas que ainda assim há pessoas que esperam até três anos por uma cirurgia ou alguns meses para a marcação de uma consulta ou um exame.

Ele tem razão.

Embora o sistema público de saúde tenha melhorado de forma significativa nas últimas décadas, precisa ser continuamente aprimorado, uma vez que se relaciona diretamente com a preservação e a qualidade de vida do nosso povo.

Ainda que em sua sugestão o conterrâneo Leone Cesca não se refira especificamente ao SUS, mas à saúde pública em geral, o sistema preconizado pela Constituição de 88 deve ser examinado de forma minuciosa, pois é o maior empregador dos profissionais de saúde no Brasil e é o sistema utilizado com prioridade pela população de menor poder aquisitivo.

Essa discussão não se resume à perspectiva estritamente sanitária, envolvendo questões sociais como a distribuição da renda ou o crescimento demográfico.

Entretanto, é necessário destacar o papel exercido pelo SUS nesses últimos 23 anos.

O SUS promoveu um forte movimento de inclusão social no nosso País, ao assegurar a cobertura de serviços de saúde a todos os brasileiros.

De pronto, removeu uma antiga e arraigada situação que dividia a classe trabalhadora, colocando, de um lado, os trabalhadores urbanos que contribuíam para o sistema previdenciário, e, do outro, os trabalhadores rurais que não o faziam.

Ainda que essa decisão de igualar uns e outros, também efetivada no âmbito da previdência social, não fosse acompanhada da necessária previsão de recursos, do ponto de vista histórico não podemos negar o grande avanço logrado pelos constituintes de 88.

O SUS tem enfrentado ainda outros desafios, entre os quais podemos citar o rápido processo de urbanização vivido pelo Brasil.

Essa migração campo-cidade resultou na criação ou expansão de municípios sem infra-estrutura de serviços públicos básicos, como o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, o recolhimento do lixo.

Esses serviços são diretamente vinculados à condição de saúde da população, com o agravante da desigualdade social ou regional.

A cobertura de esgotos sanitários, por exemplo, é fundamental para evitar a propagação de doenças infecciosas, como as diarreias e a hepatite, mas apenas 44% dos domicílios brasileiros têm acesso a esse serviço.

A desigualdade regional é gritante: enquanto no Sudeste essa cobertura é de 69,8% dos municípios, na região Norte é de apenas 3,8%.

A mesma situação se repete na prestação de serviços como o fornecimento de água, o recolhimento de lixo e o acesso à educação, que é considerado fundamental para a conscientização das pessoas em relação à prevenção de doenças.

Sr. Presidente, em recente artigo, um grupo de especialistas destacou a importância do SUS nessas condições adversas.

Assinado pelos pesquisadores Jair Nilson, Cláudia Travassos, Célia Almeida, Lígia Bahia e James Macinko, o artigo é enfático ao dizer que o acesso aos serviços de saúde no Brasil melhorou consideravelmente após a criação do SUS.

Na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD) realizada em 1981, sete anos antes, portanto, da criação do SUS, 8% da população havia utilizado algum serviço de saúde nos 30 dias anteriores; na PNAD de 2008, esse percentual era de 14,2%, com um incremento de 174% na utilização dos serviços de saúde.

Ressalto também que o número de pessoas que buscaram a atenção básica aumentou cerca de 450% no mesmo período, ou seja, de 1981 a 2008; Destaco que 93% das pessoas que buscaram os serviços de saúde em 2008 receberam tratamento, “o que sugere que o cuidado está disponível para a maioria das pessoas que o procuram”.

O artigo dos especialistas relata ainda avanços consideráveis na saúde bucal, por exemplo: em 1981, apenas 17% da população brasileira havia consultado um dentista; em 2008, 40% da população havia consultado um dentista no ano anterior, e apenas 11,6% afirmava nunca ter ido ao dentista.

Não me ufano desses números. Ainda é espantoso que um em cada dez brasileiros nunca tenha ido ao dentista, mas não é possível ignorar o avanço logrado pelo SUS no que respeita à saúde bucal.

O mesmo ocorre quando se avalia o Programa Nacional de Imunização, um dos mais bem sucedidos programas de saúde pública em nosso País, por sua cobertura e sustentabilidade.

Além de ser autossuficiente na produção de várias vacinas, o Brasil não registra casos de poliomielite ou sarampo desde o ano 2000, conforme revela o artigo dos especialistas.

Essa avaliação é referendada pelos usuários do sistema de saúde na maioria dos casos, embora a mídia, diariamente, mostre as mazelas e a precariedade da assistência à saúde.

Não estou acusando a mídia, Sr. Presidente. É preciso entender, em primeiro lugar, que a mídia deve, sim, informar a população sobre a prestação dos serviços públicos, entre outros acontecimentos e situações.

Além disso, é preciso entender que o drama dos que sofrem comove toda a comunidade e deve comover, inclusive, as autoridades, os homens públicos, a classe médica, para que todos se esforcem em aprimorar o atendimento da população.

Em pesquisa publicada em fevereiro deste ano, promovida pelo Centro Brasileiro de Saúde, 80% dos usuários do Programa de Saúde da Família, 70% dos pacientes que receberam assistência farmacêutica e metade dos que procuraram assistência médica no SUS avaliaram o atendimento como bom ou muito bom; na contrapartida, um em cada quatro usuários da rede pública classificou o atendimento como ruim ou muito ruim.

Mas o SUS, devemos lembrar, não é apenas um serviço de assistência médica, e tem conquistado grandes avanços, como uma significativa redução do número de óbitos e internações por doenças infecciosas; ou os programas de imunização, de controle do tabagismo e do HIV.

Pode parecer, a algum desavisado, que eu estaria querendo dar a entender que o SUS beira a perfeição.

Não se trata disso. Embora reconhecendo as falhas desse sistema de saúde – que também vou abordar –, quero deixar clara a importância e a eficácia desse modelo, em que pesem as deficiências da assistência médica e hospitalar. Em outros termos, o que quero dizer é que o SUS trouxe importantes benefícios para a população brasileira, está no caminho certo e, evidentemente, precisa e deve ser aprimorado.

Assinaiei, neste pronunciamento, a importância do SUS como instrumento de inclusão social no nosso País, ao garantir a universalidade da cobertura dos serviços de saúde – e é a pura verdade.

O que nem sempre ocorre é a prestação dos serviços com a rapidez e a qualidade que se pretende, motivo pelo qual um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE concluiu que a desigualdade nos serviços de saúde divide o Brasil em dois – o dos pobres e o dos ricos.

Médico sanitarista e pesquisador do IBGE, Marco Antônio Andreazzi esclarece que há um excesso de equipamentos sofisticados nos planos privados, que se concentram nas regiões mais ricas, e carência de equipamentos básicos em áreas de maior pobreza.

Um desses indicadores é o número de leitos disponíveis. Entre 2005 e 2009, de acordo com a pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, do IBGE, o Brasil perdeu mais de 11 mil leitos nos estabelecimentos de saúde, o que explica as grandes filas – citadas em sua carta pelo contrerrâneo Leone Cesca – até mesmo nas grandes cidades.

Nas sete maiores capitais brasileiras, estima-se que 170 mil pacientes podem esperar até cinco anos por uma cirurgia não emergencial.

Outros números demonstram a realidade desse Brasil fracionado. De um total de 431 mil leitos, 35,4% são de instituições públicas e 64,6% de hospitais privados.

A maioria dos leitos, 54,2%, se distribui pela região Sudeste, que concentra a população de maior renda, seguindo-se o Nordeste, com 19,4%, o Sul, com 15%, o Centro-Oeste, com 6,7% e a região Norte, com 4,6%.

No Nordeste, que detém a segunda classificação em número de leitos, os serviços de melhor qualidade se concentram nas capitais e, principalmente, nos bairros onde o poder aquisitivo é maior.

Tudo isso confirma a fratura social desse nosso Brasil, apesar de termos obtido melhorias na inserção social e na distribuição da renda.

Nesse aspecto, é importante salientar a importância não apenas de investir na assistência médica, mas também na promoção social e no combate à miséria.

Aqui se encaixa, por exemplo, o Programa Brasil sem Miséria, que se propõe a acabar com a pobreza extrema e também, na área da saúde, com as doenças típicas dessa camada da população: a tuberculose, a hanseníase, a esquistossomose, a malária e outras.

Os estudiosos alertam para a necessidade de combater as desigualdades, e lembram que as políticas de transferência de renda, a inserção produtiva e o acesso aos serviços públicos são determinantes para a melhoria das condições de vida da população.

O professor de saúde coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp Gastão Wagner destaca o compromisso governamental de combater as doenças da extrema pobreza, ainda que ressalte a importância de uma estrutura democrática e de uma distribuição de renda adequada, o que, evidentemente, não se consegue em curto prazo.

A distribuição da renda é um fator estrutural a prejudicar a promoção da saúde, assim como a transição demográfica e o perfil epidemiológico.

Com relação à questão demográfica, deve-se levar em conta a rápida desaceleração do crescimento populacional nos anos mais recentes.

Esse crescimento passou de 1,7% para 1,2% entre 1990 e 2008; no mesmo período, a taxa de fecundidade da mulher brasileira baixou de 2,8 filhos por mulher para 2,2.

Esse fato, aliado à redução da mortalidade precoce e, portanto, à crescente expectativa de vida, resulta no envelhecimento da população.

Entre 1991 e 2007, a esperança de vida do brasileiro passou de 67 anos para 72 anos e seis meses.

De um lado, esse incremento da expectativa de vida sugere a existência de melhores condições sanitárias, mas, sem dúvida, trata-se de um novo desafio a ser vencido pela saúde pública, uma vez que a população mais idosa representa um aumento da demanda por serviços de saúde.

O Brasil experimenta ainda uma mudança no perfil epidemiológico. Antigamente, as doenças infecciosas tinham maior peso nas causas de morbidade.

A menor incidência dessas doenças representa um progresso, ainda que muito aquém do aceitável.

Por outro lado, as doenças típicas dos países mais adiantados já se tornaram comuns entre nós, com destaque para as moléstias do sistema circulatório, que respondem por 32% do total de mortes; as neoplasias, que vêm em segundo lugar, com 16,5%; e as doenças infecciosas e parasitárias, responsáveis por 5% dos óbitos.

É importante atentar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para o alto índice de mortes violentas, representadas basicamente por homicídios e acidentes de trânsito, em nosso País: são nada menos que 13,6% do total de óbitos, uma verdadeira carnificina que tem o agravante da grande incidência entre pessoas jovens.

Esse panorama sugere a necessidade de um esforço concentrado e continuado para promover a saúde em nosso País, tanto na área de atuação do SUS, onde se concentra a maior parcela da população com reduzido poder aquisitivo, quanto no segmento dos planos e seguros de saúde.

A demora na marcação de consultas e exames, por exemplo, não afeta apenas os pacientes do SUS, tanto assim que as autoridades sanitárias precisaram intervir no funcionamento dos planos de saúde para garantir o atendimento tempestivo para os usuários.

O setor hospitalar do SUS, composto por mais de 7.600 unidades, revelou-se de baixa eficiência e qualidade, de acordo com recente estudo do Banco Mundial, publicado em 2009.

Chama a atenção o fato de o setor hospitalar do SUS consumir cerca de 70% dos recursos do sistema,

sugerindo um baixo financiamento da atenção primária e ambulatorial na saúde.

Ao mesmo tempo, os hospitais do SUS apresentam uma baixa taxa de ocupação e alta ociosidade, com ocupação média de 37% dos leitos.

Além disso, a proporção de pessoal efetivo por número de pacientes atendidos é o dobro da registrada nos Estados Unidos.

Esses dados, confrontados com as dificuldades e a demora na marcação de cirurgias, permitem concluir que há problemas de burocracia e de gestão.

Em documento intitulado “Uma Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil”, respeitadas entidades do setor enfatizam os avanços nas políticas de saúde desde a criação do SUS, mas alertam que é imprescindível remover obstáculos estruturais à efetivação do sistema e da Reforma Sanitária Brasileira.

O documento é assinado por importantes instituições da área médica: Associação Brasileira de Pós-Graduação Coletiva – Abrasco; Associação Paulista de Saúde Pública – APSP; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems; Rede Unida; e Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade – SBMFC.

Nessa agenda, os signatários lembram que o investimento per capita do SUS foi de 449 reais em 2009, contrastando com o sistema de assistência médica coletiva, que foi de 1.512 reais por usuário no mesmo período.

O documento informa que os gastos em saúde alcançam 8,5% do Produto Interno Bruto, mas que os gastos públicos com saúde não ultrapassam 4%, o que ainda é muito pouco.

As instituições abordam ainda a relação público-privada, que, aliás, já mencionei neste pronunciamento, alertando para o risco de um apartheid no sistema de saúde, pois “os ricos e os remediados utilizam serviços privados, razoavelmente financiados, em parte com subsídios públicos, enquanto os pobres utilizam serviços públicos, nitidamente sub-financiados”.

O documento aborda também a necessidade de melhor regulação do setor privado, para que as operadoras e os prestadores de serviços atuem “dentro dos limites do respeito ao interesse público”.

Sr. Presidente, os usuários dos planos e seguros privados se queixam de que, embora pagando mensalidades exorbitantes, os serviços não correspondem às suas expectativas.

Por sua vez, os médicos e outros servidores contratados pelas operadoras se queixam de que os reajustes cobrados aos usuários não são repassados a eles em qualquer proporção.

A agenda propõe que o financiamento da saúde avance até o patamar de 10% do PIB, gradativamente, sendo 75% de recursos públicos, além de cobrar de nós, parlamentares do Congresso Nacional, a regulamentação da Emenda Constitucional 29, o que somos favoráveis; reivindica ainda a regulação do setor privado, especialmente nos processos contratuais; critica a falta de estabilidade do quadro de pessoal da saúde, que compromete a continuidade dos programas em vigor e a criação de vínculos duradouros entre as equipes de saúde e as comunidades atendidas; e propõe mudanças no modelo de assistência à saúde, com prioridade para investimentos em tecnologias de promoção da saúde, em detrimento do modelo de atendimento sintomático e curativo.

Essa observação é ratificada por autoridades do setor, como o já citado professor Naomar Almeida-Filho, para quem o modelo de prestação de serviços de saúde que prevalece entre nós é “regido por forças de mercado e baseado na tecnologia médica, em vez de fundamentado na solidariedade e em relações sociais mais humanas”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, feitas essas ponderações, quero reiterar que o SUS nos permitiu avançar muito, conforme já havia assinalado, na promoção da saúde em nosso País.

Mas quero, também, lembrar que o setor de saúde lida diretamente com a preservação da vida e com o sofrimento das pessoas, exigindo, portanto, de cada um de nós, parlamentares, autoridades, profissionais do setor e cidadãos brasileiros em geral, um esforço para que as ações de saúde sejam continuamente aprimoradas.

Finalmente, quero destacar minha convicção de que a inserção social, a melhor distribuição de renda e de oportunidades, a expansão do acesso aos serviços públicos e ao aprimoramento na assistência à saúde hão de corresponder às melhores expectativas do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Considerarei.

Com a palavra o nosso Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ataídes, Srs. Senadores, Senador Paim, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna nesta noite para externar a minha mais absoluta solidariedade à equipe da Funai da Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira, coordenada pelo sertanista Artur Meirelles, que, num ato de bravura, juntamente com seu pai, o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles e também com o Carlos Travassos, que é o coordenador de Índios Isolados da Funai, e mais dois mateiros, identificados como Marreta e Chicão, se dispuseram, nos últimos dias, a ficar de plantão na Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira, onde existem quatro grupos isolados, provavelmente os últimos grupos isolados do Brasil, que têm uma importância histórica, sociológica,

antropológica fundamental para o nosso País, e tem um valor excepcional para a humanidade também.

Esses índios isolados, nos últimos dias, estão sofrendo ameaças de grupos paramilitares. Essa situação foi relatada pelo sertanista José Carlos dos Reis Meirelles. Isso se tornou notícia na *Terra Magazine* e também no *blog* do Altino Machado, o Blog da Amazônia, que levou ao conhecimento público de tal maneira que as autoridades brasileiras estão hoje informadas dessa situação posta e do perigo que esses índios isolados estão correndo neste momento. Por isso a minha solidariedade a esses homens que arriscam a própria vida na proteção desses índios.

E o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles é um brasileiro muito especial, é um brasileiro que arrisca verdadeiramente a sua vida na proteção desses índios. Há poucos anos, dois anos atrás, ele levou uma flechada no rosto e ficou feliz porque disse que, com isso, estava provando que o trabalho dele estava sendo feito de maneira correta, ou seja, não estava tentando aculturar os índios, mas simplesmente garantir que eles pudessem viver a integralidade da sua cultura de índios isolados.

E veja que o assunto é grave, porque há uma suspeição de que se trata de grupos paramilitares que têm uma ligação com madeireiros que atuam ilegalmente daquele lado da fronteira com o Peru e também pode ser de narcotraficantes.

Veja só. A Polícia Federal fez uma batida no local, foi de helicóptero da Força Nacional, com apoio do governo do Estado, e eles identificaram e prenderam um cidadão da pátria portuguesa, Joaquim Antonio Custodio Fadista.

Esse mesmo cidadão já foi preso por tráfico de drogas e não se sabe por qual motivo se encontrava solto no mesmo local. Então, a situação relatada pelo José Carlos dos Reis Meirelles está nos seguintes termos. Veja a gravidade do assunto: “um grupo paramilitar peruano invadiu o território brasileiro, na fronteira do Acre com o Peru, na área dos índios isolados, onde a Funai – Fundação Nacional do Índio – mantém a Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira.

A Polícia Federal, na última sexta-feira, realizou uma operação usando helicóptero no igarapé Xinane, que é um afluente do rio Envira, onde a Funai mantém essa base e prendeu o português Joaquim Antonio Custodio Fadista.

Fontes da Superintendência da Polícia Federal do Acre confirmaram a operação, mas assinalaram que não podem se manifestar a respeito dela por se tratar de uma situação que eles não têm ainda autorização. Eles dizem: “o assunto é sensível porque envolve a segurança nacional e a relação dos dois países. Aguardamos autorização de Brasília para divulgar o relato e imagens da operação”. Está na matéria como sendo dito por uma das fontes da Polícia Federal.

José Carlos dos Reis Meirelles diz: “já que ninguém deste Estado brasileiro se dispõe a ficar aqui, tomamos a decisão de vir para cá.” Nesse grupo está José Carlos dos Reis Meirelles, Carlos Travassos, que é o coordenador dos isolados, Artur Meirelles, que é o coordenador da Frente Etnoambiental e os dois mateiros. Eles foram para lá arriscando a própria vida, porque ninguém sabe exatamente quais são os armamentos e que tipo de pessoas ronda essa área onde estão os índios isolados.

Vale ressaltar que o português que foi preso dessa vez, como já disse, havia sido preso outra vez, detido pelo próprio grupo da Frente Etnoambiental, e identificado como traficante de drogas.

Veja só a mensagem que o sertanista mandou como um apelo para os familiares e para todos os amigos que tivessem acesso à sua notícia. Ele diz:

A todos os companheiros de luta e família,
Como o tempo é curto e é muita gente,
me desculpem misturar familiares e trabalho.

Como todos sabem, a nossa base do Xinane foi invadida por um grupo paramilitar peruano, onde foi preso, por uma operação da Polícia Federal, um único integrante: o famoso Joaquim Fadista, que já tinha sido pego aqui por nosso pessoal, foi extraditado e voltou com um grupo de pessoas cuja quantidade não sabemos.

A operação foi muito rápida e hoje todo mundo foi embora. Nossa base ficou só de novo.

Já que ninguém deste Estado brasileiro se dispõe a ficar aqui, tomamos a decisão (...) de vir para cá.

Fomos deixados pelo helicóptero da operação.

Os caras ainda estão por aqui. Correram quando o helicóptero chegou. Rastro fresco e cortado de hoje. Se o povo da Polícia Federal ou do Exército estivesse aqui, a gente pegava todo mundo.

Mas parece que as coisas não são bem assim. Talvez, se esse grupo tivesse invadido algum canteiro de obra, o Exército estivesse presente.
(...)

Esse assunto chegou ao conhecimento do Governador Tião Viana na sexta-feira e ele imediatamente – quero aqui fazer o registro da preocupação do Governador Tião Viana – fez contato com o Ministro da Justiça, com o Diretor-Geral da Polícia Federal, com o Presidente da Funai, com o General do Exército José Elito Carvalho Siqueira e também com o Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República.

E se não houvesse possibilidade de a Força Nacional mandar uma equipe, mandar um reforço para

a área, o Governador Tião Viana se dispôs a ajudar, inclusive mandando reforço da Polícia Militar. Vale ressaltar que é um assunto de segurança nacional, então teria que ter uma intervenção de forças federais e não de uma força do Estado.

Mesmo assim, o Governador Tião Viana pediu autorização e mandou seis homens do BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Acre –, que foram com o helicóptero do Governo do Estado e estão, neste momento, garantindo pelo menos a proteção da vida desses agentes da Funai que estão lá no Igarapé Xinane.

Há pouco, tive a confirmação do Comandante da Polícia Militar do Acre, o Coronel José Anastácio, de que essa equipe do BOPE já fez uma varredura no local e não conseguiu encontrar ninguém. Mas, para efeito de precaução, é fundamental que as autoridades nacionais tomem algum tipo de medida.

O Governador Tião Viana acionou e já está em Rio Branco o Major Aragon, que é o chefe da Força Nacional. Amanhã cedo chega a Rio Branco o chefe da Funai, o Presidente da Funai, Márcio Meira, e também a Secretária Nacional de Segurança Pública, a Sr^a Regina Niki. Todos vão fazer uma reunião e uma definição de estratégia para uma ação logo em seguida.

Mas o Coordenador de Assuntos Indígenas, da Assessoria Especial de Assuntos Indígenas do Governo do Acre, que é o Marcelo Piedrafita, também um sertanista, doutor, um indigenista de muita aplicação no seu trabalho, faz um apelo especial no sentido de que tenha uma conversa diplomática a esse respeito, porque, primeiro, precisamos apurar esse assunto. Não podemos nem afirmar com todas as letras que o que saiu no jornal seja fato definitivo. Não se pode afirmar que são paramilitares peruanos. De qualquer maneira, é preciso que a Força Nacional esteja presente, faça uma varredura na área para tentar garantir a integridade física desses índios isolados, porque eles têm um valor histórico fundamental para o Brasil e para o mundo. Não podemos permitir que esses índios isolados corram riscos.

E temos aqui uma informação grave, porque o grupo da Funai que sobrevoou a área na sexta-feira, nas mesmas coordenadas, disse que não encontrou sinal dos índios isolados. Isso é algo preocupante. Neste momento, temos que fazer um esforço para saber se os índios ainda estão naquela área, se eles estão protegidos, se estão bem. Também é preciso identificar de onde vêm esses grupos, para que eles sejam devidamente presos e possam pagar na justiça pelos atos terroristas que estão praticando naquela região.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu queria trazer à tribuna e, fundamentalmente, dizer que o Governador Tião Viana tem toda uma preocupação muito grande

com esses índios isolados, isso porque tem absoluta consciência da importância desses índios para o Brasil e para o mundo. Ele, inclusive, deu uma entrevista ao Blog da Amazônia e fez questão de afirmar que *“aquela região e os povos que nela habitam são um patrimônio da humanidade. Aquilo é um símbolo civilizatório de outro tempo e de outra história que a gente não conhece. O Ministro e o General demonstraram toda a preocupação e sensibilidade. Está todo mundo alerta – assinalou o Governador.”*

Está todo mundo em alerta, assinalou o Governador.

Então, o Governador Tião Viana tomou as devidas providências de fazer chegar o fato ao conhecimento do nosso Ministro da Justiça. E falei, há pouco, com o Diplomata Comarci Nunes, Subchefe da Divisão da América Meridional do Ministério das Relações Exteriores, que também informou que o assunto já chegou ao conhecimento do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota. Dessa forma, temos, neste momento, certeza de que as autoridades estão informadas.

Temos que apelar às autoridades, daqui da tribuna do Senado, na reunião que vai acontecer amanhã, no Acre, sobre a importância de um contato imediato com a diplomacia peruana, porque tem que haver um trabalho conjunto, no sentido de tirar daquela área qualquer tipo de malfeitor que venha a oferecer risco a esses índios isolados. Eles são de grande importância para o Acre, para o Brasil e para o mundo, e não podemos permitir que algo de mal aconteça, que haja qualquer tipo de risco à vida, à integridade física desses povos que vivem na mais absoluta inocência, em absoluta harmonia com a natureza e com a floresta e que, se não tiverem a proteção do Estado brasileiro, podem ser dizimados a qualquer momento.

Por isso, este apelo no sentido de que as nossas autoridades diplomáticas façam o mais urgente possível um contato com as autoridades diplomáticas peruanas para que, numa ação conjunta das forças de fronteira do Brasil e do Peru, possamos garantir total proteção a esses povos isolados que são de valor inestimável para a humanidade.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria trazer à tribuna do Senado e agradeço a V. Ex^a a atenção e a tolerância com o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Senador Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Não havendo mais nenhum orador, dou por encerrada esta sessão às 20 horas e 38 minutos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará

da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, que *altera os arts. 21 e 24 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera arts 16, 29, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente, modificar a regra de cálculo do auxílio-doença e determinar o pagamento do salário maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera o art. 20 e acrescenta o art. 21-A à Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estabelecer tramite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.* (proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 13-07-2011)

Relator revisor: Senador Armando Monteiro
(Sobrestando a pauta a partir de: 23-05-2011)

Prazo final prorrogado: 18-08-2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de*

2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.*

(Pendente de emissão de pareceres da CCJ, CAE, CE, CMA e CCT.)

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 685, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações*

criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: “ad hoc” Senador Paulo Paim, CDH)

9

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *estabelece a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.*

Parecer sob nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Gim Argello, CRE)

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.*

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Val-

verde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011 (nº 7.621/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 548, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011 (nº 7.623/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 608, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011 (nº 7.625/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 671, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011 (nº 7.574/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 672, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011 (nº 7.576/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 673, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Amorim.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que

oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental*.

Pareceres sob nºs 1.276, de 2008 e 2.340, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica*.

Parecer sob nº 525, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Paulo Bauer, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República*

Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Parecer favorável, sob nº 674, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Ana Amélia.

22

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

23

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, *solicitando a constituição de uma Comissão composta por sete juristas para, no prazo de cento e oitenta dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.*

24

REQUERIMENTO Nº 777, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 777, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, por regularem matéria correlata (adaptação de veículos automotores para pessoas com deficiência física).*

25

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o Estatuto da Cidade).*

26

REQUERIMENTO Nº 784, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 2011, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (equoterapia para pessoa com deficiência).*

27

REQUERIMENTO Nº 785, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 785, de 2011, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

28

REQUERIMENTO Nº 812, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 812, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (criação do Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos).*

29

REQUERIMENTO Nº 828, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 828, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2009; 65 e 99, de 2010, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (programas governamentais para áreas urbanas de risco).*

30

REQUERIMENTO Nº 829, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 829, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 420, de 2005; 315 e 316, de 2008, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes dos despachos iniciais, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso de produtos de tabaco).*

31**REQUERIMENTO Nº 835, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2011, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2008, e 340, de 2011, por regularem matérias correlatas (rateio e ressarcimento ao SUS dos recursos oriundos do DPVAT).*

32**REQUERIMENTO Nº 836, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (ausência do trabalhador que necessite acompanhar filho enfermo).*

33**REQUERIMENTO Nº 837, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837, de 2011, do Senador Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (profissão de Bombeiro Civil).*

34**REQUERIMENTO Nº 837-A, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837-A, de 2011, do Senador Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

35**REQUERIMENTO Nº 838, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 838, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva, por haver sido eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.*

36**REQUERIMENTO Nº 846, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 846, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589 e 590, de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463, de 2008; 45, 277, 305, 347 e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (redução do IPI sobre reciclagem).*

37**REQUERIMENTO Nº 854, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 854, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 108, de 2007; e 295, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma (investimentos em saneamento básico).*

38**REQUERIMENTO Nº 909, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso à República Francesa, por sua data nacional, 14 de julho, cuja origem é a queda da Bastilha.*

39**REQUERIMENTO Nº 916, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 916, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, *solicitando voto de solidariedade ao governo e ao povo norueguês em razão dos terríveis atentados cometidos em Oslo e na ilha de Utoya.*

Parecer favorável, sob nº736, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

40**REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 38 minutos.)

PARECER Nº 32, DE 2011-CN

Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2010, que “Altera o anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, para modificar o quantitativo de emendas da Comissão Permanente de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados”.

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Resolução do Congresso Nacional tendo por primeiro signatário o Deputado Roberto Britto, que tem por objetivo alterar o Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, para modificar o quantitativo de emendas ao projeto de lei orçamentária anual da Comissão Permanente de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que passará de zero para oito, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Conforme destaca o eminente autor da proposição, no período de 2002 a 2006 a CLP apresentou emendas ao orçamento mediante análise de sugestões apresentadas à Comissão, prerrogativa essa retirada quando da aprovação da Resolução nº 1, de 2006, sob o argumento de que a CLP não possui campo temático definido. Tal fato representa um retrocesso na participação popular, ainda mais se for levado em conta que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados não estabelece limitação material à Comissão de Legislação Participativa. O autor propõe, dessa forma, a correção da desigualdade vista, atribuindo-se à CLP o mesmo quantitativo de emendas das demais comissões.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

II – Voto

Cabe à Mesa Diretora desta Casa se pronunciar sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional

nº 1, de 2010, a teor do disposto no art. 128, § 3º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

A matéria em apreço é da competência do Congresso Nacional, sendo a espécie normativa (resolução) adequada. No tocante à iniciativa, o número de assinaturas é suficiente, havendo noventa e seis deputados e vinte e seis senadores, atendendo ao disposto no art. 128, **b**, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Em relação à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria, verifica-se que o projeto é plenamente constitucional, sob os ângulos formal e material, jurídico e de boa técnica legislativa.

No que tange ao mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto em exame, pois o mesmo nada mais faz do que corrigir uma injustiça, que é a de não permitir à Comissão de Legislação Participativa apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária anual, ao contrário das demais comissões, que podem apresentar oito emendas cada uma.

Entendemos que o fato de não possuir um campo temático definido pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados não impede que a CLP apresente emendas ao orçamento, pois caberá à mesma apreciar as sugestões recebidas da sociedade civil, em clara manifestação de orçamento participativo, instrumento democrático que dá à sociedade civil acesso a iniciativas legislativas, como a discussão de prioridades para a alocação de recursos orçamentários.

Em face do exposto, sugerimos a aprovação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2010.

Mesa Diretora, 12 de julho de 2011. – Deputada **Rose de Freitas**, Primeira Vice-Presidente, Relatora.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2010

III – Parecer da Mesa Diretora

A Mesa Diretora, em reunião realizada hoje, opinou, por unanimidade, pela aprovação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2010, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Rose de Freitas.

Participaram da votação os Senhores Deputados: Marco Maia, Presidente; Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente; Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Júlio Delgado, Quarto Secretário; e Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário.

Sala de Reuniões, 12 de julho de 2011. – **Marco Maia**, Presidente.

PARECER Nº 33, DE 2011-CN

Da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2011, que “Altera o art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, definindo novas regras para a apresentação de emendas coletivas de bancada estadual ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA)”.

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Resolução do Congresso Nacional, de autoria do nobre Senador Ciro Nogueira e outros, que altera o art. 47, da Resolução nº 1, de 2006-CN, a qual dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referida no § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

2. O texto atual do inciso II do art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, é o seguinte:

“Art. 47. As emendas de Bancada Estadual deverão:

.....
II — identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possam resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada;”

3. Pretende a propositura retirar do texto as expressões “*vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas*” e “*convênios ou similares*”, passando o inciso II do art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, a ter a seguinte redação:

“II — identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a possibilidade de resultar em transferências voluntárias para mais de um ente federativo ou entidade privada;”

4. Ao justificar sua propositura, o Autor afirma que o texto atual do inciso II fixa duas exigências básicas para a admissibilidade das emendas de bancada: a limitação de uma unidade de obra contemplada e a vedação do repasse para mais de um ente federativo ou entidade privada.

5. Com isso, prosseguem os Parlamentares, buscou-se, na essência, coibir as chamadas emendas partilháveis, em que os recursos podiam ser, ao longo da execução orçamentária, pulverizados entre várias localidades ou entidades beneficiadas.

6. Conforme os autores, à época da elaboração do texto do suso inciso II, imperava a sensação de que,

uma vez fixadas essas restrições de emendamento por parte das bancadas dos Estados e do Distrito Federal, restariam reduzidas as chances de desvios e malversações dos recursos públicos.

7. Alegam os autores também que, transcorridos mais de quatro anos do advento da Resolução nº 1, de 2006-CN, verifica-se que a rigidez excessiva das possibilidades de emendamento termina por prejudicar a própria atuação dos parlamentares no Congresso Nacional e, em última análise, as próprias comunidades que seriam contempladas com serviços públicos providos a partir do Orçamento da União. Segundo os autores, várias demandas sociais que chegam aos parlamentares conduzidas por governos estaduais e municipais, de mérito inegável, são obstadas pela impossibilidade de elaboração de emendas coletivas ao Orçamento Federal.

8. Por fim, os autores ressaltam que a proposta apresentada não permite o retorno à situação anterior à Resolução nº 1, de 2006-CN, no que se refere às emendas partilháveis, pois optou-se por manter a exigência de a emenda de bancada estadual destinar recursos, no caso de transferência voluntária, para apenas um ente federativo ou entidade privada. Assim, justificam, evita-se a situação de se elaborar uma emenda que será executada mediante transferências voluntárias para mais de um município ou entidade privada, dando azo a tratativas nem sempre transparentes entre os diversos atores que participam da gestão fiscal.

9. Não foi apensada ao presente Projeto de Resolução nenhuma proposição.

10. Por força do § 3º do art. 128, do Regimento Comum, o Projeto veio à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, onde fui designado relator da matéria, em 6 de maio de 2011.

11. O Projeto tramita em regime especial e está sujeito à apreciação do Plenário.

É o relatório.

II – Voto do Relator

12. Na forma do art. 1º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a norma em questão é parte integrante do Regimento Comum. Logo, sua alteração deverá seguir o rito disposto no art. 128 do mencionado Regimento.

13. Examinando-se a admissibilidade do Projeto, verifica-se que o mesmo atende ao disposto na alínea **b** do **caput** do art. 128, pois é subscrito por 22 Senhores Senadores e 82 Senhores Deputados estando, portanto, em condições de tramitar.

14. NO MÉRITO, PROPUGNO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2011, PELAS RAZÕES ABAIXO RELACIONADAS.

Destaco inicialmente que a propositura mantém a proibição de transferências voluntárias, ou através de convênios ou similares. Ou seja, não admite a volta do partilhamento de emendas coletivas, que receberam o apelido de “rachadinhas”.

15. As emendas de bancada estadual foram criadas pela Resolução nº 1, de 1993-CN, visando os interesses maiores dos Estados federados. A norma procurou dar-lhes uma nova orientação, tentando promover o planejamento articulado e continuado por parte das bancadas estaduais, de maneira a evitar o desperdício de recursos públicos em obras inacabadas, em detrimento da priorização de novas, e evitar a individualização da emenda coletiva.

16. Em resumo, a inclusão do inciso II do art. 47 da Resolução visou restringir:¹

a) Emendas de bancada com programação genérica, passíveis de desdobramento discricionário, durante a execução orçamentária, para diferentes Municípios (transferências voluntárias), implicando benefícios eleitorais individualizados em detrimento de seu caráter coletivo; utilização da emenda de bancada como forma de ampliar limite das emendas individuais; e

b) Falta de identificação precisa e de visibilidade do objeto da emenda – a programação genérica não indica de forma precisa o objeto da emenda coletiva nem sua aplicação especial.

17. Para solucionar a questão, a Resolução nº 1, de 2006-CN, passou a exigir que as emendas de bancada identificassem de forma precisa o seu objeto, não admitindo a designação genérica de programação que pudesse contemplar obras distintas ou que resultasse em sua execução, na transferência voluntária ou por meio de convênios ou similares, para mais de um ente federativo ou entidade privada.

18. No caso de projetos, o art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, exigiu que as emendas de bancada contemplassem, alternativamente, projetos de grande

vulto, acima de R\$20 milhões², ou projetos estruturantes³, especificando-se o seu objeto e a sua localização.

19. Interpretando e estabelecendo o sentido das exigências do art. 47, a CMO entendeu que não são consideradas como obras distintas, para efeito da primeira parte do inciso II, “a obra complexa ou empreendimento com objeto preciso, determinado e identificado, integrado por um conjunto de obras fisicamente contíguas ou funcionalmente interdependentes, com localização definida e finalidade comum. Trata-se de um conjunto de obras que fisicamente se integram como condição para a utilidade do todo. Será necessário, nesses casos, que a justificação da emenda explice as partes ou etapas que compõem o empreendimento.”⁴

20. Tal interpretação permitiu que fossem aprovadas emendas de bancadas destinadas a ações das quais derivam mais de uma obra, mas que mantêm interdependência ou são sequência de uma mesma obra maior, localizada no mesmo ente – ou mesmo consórcio público de municípios.

21. Não houve alteração no entendimento quanto à vedação de se executar por mais de um ente – União, Estado, Distrito Federal e Município – ou entidade – consórcio público ou entidade privada.

22. Firmou-se, também, que as regiões metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)⁵, definidas em lei ou reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podem ser atendidas para que obras sejam executadas em sua abrangência, desde que o responsável pela execução do objeto da emenda de bancada seja a União, o Estado ou um consórcio público⁶.

23. Além disso, o art. 51 da Resolução nº 1, de 2006-CN, estabelece que o Parecer Preliminar do Relator-Geral, a ser apreciado pelo Plenário da CMO, estabelecerá os parâmetros e critérios que deverão ser obedecidos na apresentação de emendas.

24. Como se observa, já há uma natural mitigação da rigidez do inciso II do art. 47, como forma de racionalizar a norma.

25. O texto do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2011, apenas flexibiliza o detalhamento específico, deixando isso a cargo do

¹ Relatório de Atividade do Comitê de Admissibilidade de Emendas ao PLOA 2008, p.2.

² Alínea **a** do inciso III do art. 47. Segundo o PPA 2008-2011, é todo aquele cujo custo total ultrapasse R\$20 milhões.

³ Alínea **a** do inciso III do art. 47. O Parecer Preliminar do PLOA 2008 definiu *Projeto Estruturante* como aquele que, além de propiciar benefícios sociais e econômicos duradouros, cria condições para gerar projetos complementares.

⁴ Item 21 do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas para o PLOA 2008.

⁵ As regiões metropolitanas circunscrevem-se a um estado, enquanto que a RIDE extrapola mais de uma unidade da federação.

⁶ Conforme o inciso I do art. 2º do Decreto nº 6.017, de 2007, o consórcio público é pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos;

Governo Estadual. A atual redação do inciso II do art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, não admite que uma bancada estadual, apresente emenda, destinada ao Governo do Estado, para, por exemplo, “*Saneamento Básico para Controle de Agravos*”, no âmbito da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), ou para “*Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano no Estado*”, no Ministério das Cidades. Isso porque essas destinações, potencialmente, abrangem obras distintas, não atendendo ao pressuposto de unidade da obra estabelecido no atual inciso II do art. 47 da Resolução.

26. Trata-se de restrição que carece de sentido, haja vista que os recursos seriam transferidos ao governo estadual para contribuir para o financiamento das políticas públicas presentes nos planos estaduais de saneamento básico e infraestrutura urbana, respectivamente. Quem melhor conhece a realidade e a necessidade de aplicação dos recursos são os governos estaduais, que estão mais próximos dos problemas. A atual redação do inciso II do art. 47 não atende aos princípios da eficiência e eficácia, pois engessa a atuação dos Governos Estaduais.

27. O Projeto altera a redação da primeira parte do inciso II do art. 47, retirando a exigência de apenas uma obra beneficiada pela emenda de bancada, tomando possíveis as destinações exemplificadas anteriormente, para a Funasa e o Ministério das Cidades.

28. A proposta em análise é um avanço, pois permite aos Governos Estaduais maior autonomia na destinação dos recursos das emendas e mantém todos os demais requisitos de controle da Resolução nº 1, de 2006-CN. Com efeito, mantém-se em vigor o §

2º do art. 47, que na busca da continuidade dos projetos constantes do Orçamento, exige a apresentação anual de emendas de bancada até a sua conclusão do projeto, com as exceções hoje existentes, e o art. 51, que trata do Parecer Preliminar do Relator-Geral, fixando os parâmetros e critérios para a apresentação de emendas de bancada.

29. Feitas essas considerações, submetemos o presente Relatório aos nobres Membros da Mesa Diretora, propondo a **APROVAÇÃO do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2011.**

Sala de Reuniões da Mesa, 12 de junho de 2011.
– Deputado **Eduardo da Fonte**, Segundo Vice-Presidente, Relator.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2011

III – Parecer da Mesa Diretora

A Mesa Diretora, em reunião realizada hoje, opinou, por unanimidade, pela aprovação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2011, nos termos do parecer do Relator, Deputado Eduardo da Fonte.

Participaram da votação os Senhores Deputados: Marco Maia, Presidente; Rose de Freitas, Primeira Vice-Presidente; Eduardo da Fonte, Segundo Vice-Presidente; Eduardo Gomes, Primeiro Secretário; Jorge Tadeu Mudalen, Segundo Secretário; Julio Delgado, Quarto Secretário; e Geraldo Resende, Primeiro Suplente de Secretário.

Sala de Reuniões, 12 de julho de 2011. – **Marco Maia**, Presidente.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7) | 1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9) |
| Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾ | 2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾ |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Paulo Davim (PV-RN) | 1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) |
| VAGO ⁽⁸⁾ | 2. João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾ | 1. |
| PTB | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾ | |

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾ | 1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾ |
| Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾ | 2. |
| Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾ | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2) | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁵⁾ | 1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁵⁾ |
| Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾ | 2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁵⁾ |
| Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁵⁾ | |
| | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁴⁾ | 1. VAGO ^(7,8) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾ | |
| | |
| PTB | |
| João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾ | 1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾ |

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6) |
| Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾ |
| Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾ | 3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾ |
| Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾ | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾ | 1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾ | 2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾ | 3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾ |
| Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾ | 1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾ |
| | 2. |
| PTB | |
| Senador Fernando Collor ⁽²⁾ | 1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN
LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)**

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾ | 1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾ |
| Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9) | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾ | 1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾ |

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro
signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Senador Francisco Dornelles (PP) | 1. Senador Humberto Costa (PT) |
| VAGO ⁽¹⁾ | 2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) |
| Senador Fernando Collor (PTB) | 3. Senador Waldemir Moka (PMDB) |
| Senador Aécio Neves (PSDB) | 4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Senador Roberto Requião (PMDB) | 5. Senadora Ana Amélia (PP) |
| Senador Luiz Henrique (PMDB) | 6. Senador Vicentinho Alves (PR) |
| Senador Wellington Dias (PT) | |
| Senador Jorge Viana (PT) | |
| Senador Demóstenes Torres (DEM) | |
| Senador Pedro Taques (PDT) | |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) | |
| Senador Eduardo Braga (PMDB) | |
| Senadora Ana Rita (PT) | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSDB) | |

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. VAGO ⁽¹¹⁾ |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Angela Portela (PT) |
| José Pimentel (PT) ^(10,11) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 4. Wellington Dias (PT) |
| Lindbergh Farias (PT) | 5. Jorge Viana (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 6. Blairo Maggi (PR) |
| João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾ | 7. Vicentinho Alves (PR) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾ |
| Lídice da Mata (PSB) | 9. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 10. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 2. Wilson Santiago (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | 4. Ana Amélia (PP) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 5. Waldemir Moka (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8) |
| Lobão Filho (PMDB) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ciro Nogueira (PP) |
| Reditario Cassol (PP) ⁽¹²⁾ | 9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾ | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾ |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Fernando Collor |
| João Vicente Claudino | 2. Gim Argello |

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

Instalação: 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Marta Suplicy (PT) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| José Pimentel (PT) | 2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Armando Monteiro (PTB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |

Notas:

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁴⁾

Instalação: 18/05/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾ | 1. Angela Portela (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 2. Lindbergh Farias (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Francisco Dornelles (PP) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾ | 1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3) |

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

.....
.....

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) |
| Angela Portela (PT) | 2. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 3. VAGO |
| Wellington Dias (PT) | 4. Ana Rita (PT) |
| Vicentinho Alves (PR) | 5. Lindbergh Farias (PT) |
| João Durval (PDT) | 6. Clésio Andrade (PR) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 7. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 8. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾ |
| Paulo Davim (PV) ⁽²⁾ | 2. Pedro Simon (PMDB) |
| Romero Jucá (PMDB) ^(3,5) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 4. Eduardo Braga (PMDB) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Roberto Requião (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 6. Sérgio Petecão (PMN) |
| Ana Amélia (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| VAGO ⁽⁸⁾ | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| Jayme Campos (DEM) | 4. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Armando Monteiro |
| João Vicente Claudino ^(1,6) | 2. Gim Argello |

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽⁵⁾ | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾ |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Humberto Costa (PT) | 1. João Durval (PDT) |
| Ana Rita (PT) ⁽²⁾ | 2. Wellington Dias (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. VAGO ⁽¹⁾ |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Ana Amélia (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) |

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

2. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

3. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Vicentinho Alves (PR) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Eduardo Amorim (PSC) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 2. Sérgio Petecão (PMN) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Paulo Bauer (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Wellington Dias (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Paulo Davim (PV) |
| Ana Amélia (PP) | 2. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽³⁾ | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDÊNCIA/CASDEP)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| José Pimentel (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾ |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾ |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11) |
| Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾ | 4. Acir Gurgacz (PDT) |
| Magno Malta (PR) | 5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾ |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 7. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Marcelo Crivella (PRB) | 8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21) |
| Pedro Simon (PMDB) ^(2,16) | 2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17) |
| Romero Jucá (PMDB) | 3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17) |
| Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾ | 5. Lobão Filho (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | 6. Waldemir Moka (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Sérgio Petecão (PMN) | 8. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aécio Neves (PSDB) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾ |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) | 3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾ |
| Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾ | 4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾ |
| Gim Argello | 2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾ |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. Marinor Brito |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

| TITULARES | SUPLENTEs |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Anibal Diniz (PT) |
| Ana Rita (PT) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Paulo Paim (PT) | 4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾ |
| Walter Pinheiro (PT) | 5. Clésio Andrade (PR) |
| João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾ | 6. Vicentinho Alves (PR) |
| Magno Malta (PR) | 7. Pedro Taques (PDT) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾ |
| Lídice da Mata (PSB) | 9. |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 10. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Roberto Requião (PMDB) | 1. VAGO ⁽²⁾ |
| Eduardo Amorim (PSC) | 2. Valdir Raupp (PMDB) |
| Geovani Borges (PMDB) ^(7,13) | 3. Luiz Henrique (PMDB) |
| Garibaldi Alves (PMDB) | 4. Waldemir Moka (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) | 5. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 6. Sérgio Petecão (PMN) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾ |
| Benedito de Lira (PP) | 8. |
| Ana Amélia (PP) | 9. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾ | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| VAGO ⁽¹⁶⁾ | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾ |
| Paulo Bauer (PSDB) | 3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾ |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾ | 5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| João Vicente Claudino | 2. ⁽¹⁾ |
| PSOL | |
| Marinor Brito | 1. Randolfe Rodrigues |

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Ana Rita (PT) |
| VAGO ⁽¹²⁾ | 2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾ |
| Jorge Viana (PT) | 3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Vicentinho Alves (PR) | 4. Blairo Maggi (PR) |
| Pedro Taques (PDT) | 5. Cristovam Buarque (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 6. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Wilson Santiago (PMDB) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 3. Waldemir Moka (PMDB) |
| Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾ | 4. João Alberto Souza (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 5. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Reditario Cassol (PP) ⁽¹³⁾ | 6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Kátia Abreu (DEM) | 3. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾ | 1. João Vicente Claudino ⁽²⁾ |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾ | 1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10) |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Eduardo Braga (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. Wilson Santiago (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽¹⁾ | 1. Kátia Abreu (DEM) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Jorge Viana (PT) | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| VAGO ⁽³⁾ | 3. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|-----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 2. VAGO ⁽¹⁾ |
| Aníbal Diniz (PT) | 3. Vicentinho Alves (PR) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| VAGO | 1. Jorge Viana (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Pedro Taques (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Ivo Cassol (PP) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Eduardo Braga (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTEs |
|---|-----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 1. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Jorge Viana (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Ivo Cassol (PP) | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. VAGO ⁽²⁾ |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾ |
| Paulo Paim (PT) | 3. Humberto Costa (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 4. VAGO ⁽¹⁵⁾ |
| Magno Malta (PR) | 5. Vicentinho Alves (PR) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 6. João Durval (PDT) |
| Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾ | 7. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Pedro Simon (PMDB) | 1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10) |
| Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13) | 2. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Garibaldi Alves (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) | 4. Wilson Santiago (PMDB) |
| Sérgio Petecão (PMN) | 5. VAGO ⁽¹³⁾ |
| Paulo Davim (PV) | 6. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9) | 1. VAGO ⁽⁶⁾ |
| VAGO ⁽⁷⁾ | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 3. José Agripino (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾ | 1. |
| Gim Argello ⁽¹²⁾ | 2. |
| PSOL | |
| Marinor Brito | 1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾ |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Angela Portela (PT) | 1. Marta Suplicy (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Ana Rita (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Sérgio Petecão (PMN) | 1. Eunício Oliveira (PMDB) |
| VAGO (1) | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM) (1) | 1. |

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Marinor Brito (PSOL) | 1. Ana Rita (PT) |
| Marcelo Crivella (PRB) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Paulo Davim (PV) | 2. Wilson Santiago (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Ataídes Oliveira (PSDB) | 1. Cyro Miranda (PSDB) |

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Sérgio Petecão (PMN) | 1. Eduardo Amorim (PSC) |
| Paulo Davim (PV) | 2. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Cristovam Buarque (PDT) |

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Jorge Viana (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7) | 3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾ |
| VAGO ⁽⁶⁾ | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Blairo Maggi (PR) | 5. Clésio Andrade (PR) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 6. Acir Gurgacz (PDT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 7. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Romero Jucá (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Ana Amélia (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Roberto Requião (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 5. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 6. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾ | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Demóstenes Torres (DEM) |
| PTB | |
| Fernando Collor | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| Gim Argello | 2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾ |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTEs |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Cristovam Buarque (PDT) | 1. Blairo Maggi (PR) |
| Lindbergh Farias (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Jorge Viana (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. Marcelo Crivella (PRB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. Pedro Simon (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM) | 1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Jorge Viana (PT) | 2. Acir Gurgacz (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) |
| Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾ | 4. VAGO ^(3,6) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 2. Jarbas Vasconcelos (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾ | 1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾ |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) |

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Humberto Costa (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. José Pimentel (PT) |
| Jorge Viana (PT) | 3. Wellington Dias (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Blairo Maggi (PR) | 5. Vicentinho Alves (PR) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 6. Pedro Taques (PDT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 7. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 8. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4) |
| Lobão Filho (PMDB) | 3. Roberto Requião (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. João Alberto Souza (PMDB) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Wilson Santiago (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 6. Casildo Maldaner (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 7. Eduardo Amorim (PSC) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Reditario Cassol (PP) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5) | 3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,7) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| Fernando Collor | 1. Armando Monteiro |
| Mozarildo Cavalcanti | 2. João Vicente Claudino |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Wellington Dias (PT) ⁽²⁾ | 1. Paulo Paim (PT) |
| Ana Rita (PT) | 2. VAGO ⁽⁸⁾ |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾ |
| Vicentinho Alves (PR) | 4. Magno Malta (PR) |
| João Durval (PDT) | 5. Acir Gurgacz (PDT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 6. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. João Alberto Souza (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Wilson Santiago (PMDB) | 4. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Reditario Cassol (PP) ⁽⁹⁾ |
| Benedito de Lira (PP) | 6. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾ | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |
| Cícero Lucena (PSDB) | 2. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾ |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Armando Monteiro |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Wellington Dias (PT) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Magno Malta (PR) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. Wilson Santiago (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| Vicentinho Alves (PR) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| Ivo Cassol (PP) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽²⁾ | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

Designação: 14/06/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| VAGO ⁽²⁾ | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Eduardo Amorim (PSC) |
| Wilson Santiago (PMDB) | 2. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Ataídes Oliveira (PSDB) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Antonio Russo (PR) ^(8,11) | 2. Eduardo Suplicy (PT) |
| VAGO ⁽¹²⁾ | 3. Walter Pinheiro (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 4. Blairo Maggi (PR) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 5. João Durval (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾ | 6. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Roberto Requião (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 3. Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 4. Luiz Henrique (PMDB) |
| Reditario Cassol (PP) ⁽¹³⁾ | 5. Ciro Nogueira (PP) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. João Alberto Souza (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾ | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,14) |
| Jayme Campos (DEM) | 3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾ |
| PTB | |
| Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9) | 1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾ |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Anibal Diniz (PT) | 2. Paulo Paim (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 3. Magno Malta (PR) |
| João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾ | 4. Cristovam Buarque (PDT) |
| Pedro Taques (PDT) | 5. Lídice da Mata (PSB) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Luiz Henrique (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Lobão Filho (PMDB) | 4. Renan Calheiros (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Reditario Cassol (PP) ⁽⁷⁾ |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 6. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 2. Cícero Lucena (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| PTB | |
| Gim Argello | 1. Fernando Collor |
| PSOL | |
| VAGO ⁽⁶⁾ | 1. Marinor Brito |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfê Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|---------------------------------|-----------------------|
| Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) | CORREGEDOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|-------------------------------|
| PMDB | |
| Lobão Filho (MA) | 1. |
| João Alberto Souza (MA) | 2. Wilson Santiago (PB) |
| Renan Calheiros (AL) | 3. Valdir Raupp (RO) |
| Romero Jucá (RR) | 4. Eunício Oliveira (CE) |
| PT | |
| Humberto Costa (PE) | 1. Aníbal Diniz (AC) |
| Wellington Dias (PI) | 2. Walter Pinheiro (BA) |
| José Pimentel (CE) | 3. Angela Portela (RR) |
| PSDB | |
| Mário Couto (PA) | 1. Paulo Bauer (SC) |
| Cyro Miranda (GO) | 2. VAGO ⁽²⁾ |
| PTB | |
| Gim Argello (DF) | 1. João Vicente Claudino (PI) |
| DEM | |
| Jayme Campos (MT) | 1. Maria do Carmo Alves (SE) |
| PR | |
| Vicentinho Alves (TO) | 1. |
| PP | |
| Ciro Nogueira (PI) | 1. |
| PDT | |
| Acir Gurgacz (RO) | 1. |
| PSB | |
| Antonio Carlos Valadares (SE) | 1. |
| Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93) | |

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|-------------------------------|------------------------|
| Waldemir Moka (PMDB/MS) | PMDB |
| Delcídio do Amaral (PT/MS) | PT |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) | PTB |
| Demóstenes Torres (DEM/GO) | DEM |
| Benedito de Lira (PP/AL) | PP |

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

| MEMBROS |
|--|
| PMDB |
| PT |
| Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7) |
| PSDB |
| Lúcia Vânia (GO) |
| PTB |
| Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾ |
| DEM |
| Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾ |
| PR |
| PP |
| Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾ |
| PDT |
| PSB |
| Lídice da Mata (BA) |
| PC DO B |
| Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾ |
| PSOL |
| Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾ |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) |
| PSC |

| |
|---------------------|
| Eduardo Amorim (SE) |
| PPS |
| PMN |
| Sérgio Petecão (AC) |
| PV |
| Paulo Davim (RN) |

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

| MEMBROS |
|--|
| PMDB |
| Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾ |
| PT |
| Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾ |
| PSDB |
| Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾ |
| PTB |
| Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾ |
| DEM |
| José Agripino (RN) ⁽⁸⁾ |
| PR |
| Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾ |
| PP |
| Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾ |
| PDT |
| PSB |
| Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾ |
| PC DO B |
| Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾ |
| PSOL |
| Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁴⁾ |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾ |
| PSC |
| Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾ |
| PPS |

| |
|------------------------------------|
| PMN |
| Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾ |
| PV |
| Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾ |

Atualização: 14/07/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, em substituição ao Senador Ivo Cassol, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁵⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

| MEMBROS |
|--|
| PMDB |
| Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾ |
| PT |
| Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾ |
| PSDB |
| Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾ |
| PTB |
| João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾ |
| DEM |
| Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾ |
| PR |
| Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾ |
| PP |
| Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾ |
| PDT |
| PSB |
| Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾ |
| PC DO B |
| Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾ |
| PSOL |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾ |
| PSC |
| Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾ |
| PPS |

| |
|------------------------------------|
| PMN |
| Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾ |
| PV |
| Paulo Davim (RN) ⁽³⁾ |

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

| MEMBROS |
|--|
| PMDB |
| Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾ |
| PT |
| Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾ |
| PSDB |
| Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾ |
| PTB |
| Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾ |
| DEM |
| Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾ |
| PR |
| Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾ |
| PP |
| Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾ |
| PDT |
| Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾ |
| PSB |
| Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾ |
| PC DO B |
| Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾ |
| PSOL |
| |
| PRB |
| Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾ |
| PSC |
| Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾ |
| PPS |
| |
| PMN |

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|---|---|
| <u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS) | <u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP) |
| <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES) | <u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP) |
| <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE) | <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB) |
| <u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO) | <u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB) |
| <u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) | <u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO) |
| <u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE) | <u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| <u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG) | <u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI) |
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) | <u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

| Lei nº 8.389/91, artigo 4º | Titulares | Suplentes |
|---|-----------|-----------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | | |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | | |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | | |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | | |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | | |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | | |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | | |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Deputados

| Titulares | Suplentes |
|-----------------------|----------------------|
| PT | |
| Benedita da Silva | Bohn Gass |
| Dr. Rosinha | Newton Lima |
| Emiliano José | Sibá Machado |
| Jilmar Tatto | Weliton Prado |
| Paulo Pimenta | Zé Geraldo |
| PMDB | |
| Íris de Araújo | Fátima Pelaes |
| Marçal Filho | Gastão Vieira |
| Moacir Micheletto | Lelo Coimbra |
| Raul Henry | Valdir Colatto |
| PSDB | |
| Eduardo Azeredo | |
| Reinaldo Azambuja | |
| Sergio Guerra | |
| PP | |
| Dilceu Sperafico | Afonso Hamm |
| Renato Molling | Raul Lima |
| DEM | |
| Júlio Campos | |
| Mandetta | |
| PR | |
| Paulo Freire | Giacobo |
| | Henrique Oliveira |
| PSB | |
| José Stédile | Antonio Balhmann |
| Ribamar Alves | Audifax |
| PDT | |
| Vieira da Cunha | Sebastião Bala Rocha |
| Bloco PV / PPS | |
| Roberto Freire (PPS) | Antônio Roberto (PV) |
| PTB | |
| Sérgio Moraes | Paes Landim |
| PSC | |
| Nelson Padovani | Takayama |
| PCdoB | |
| Manuela D'ávila | Assis Melo |
| PRB | |
| George Hilton | Vitor Paulo |
| PMN | |
| Dr. Carlos Alberto | Fábio Faria |
| PTdoB | |
| Luis Tibé | |

Senadores

| Titulares | Suplentes |
|--|-------------------------|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV) | |
| Pedro Simon (PMDB) | Casildo Maldaner (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | Waldemir Moka (PMDB) |
| Wilson Santiago (PMDB) | Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | Eduardo Suplicy (PT) |
| Inácio Arruda (PCdoB) | Humberto Costa (PT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | Cristóvam Buarque (PDT) |
| | Magno Malta (PR) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM) | |
| Paulo Bauer (PSDB) | |
| | José Agripino (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | Fernando Collor |

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 1 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|--|
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ² | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³ |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 386 páginas

OS: 2011/13958